



# Proposta da Lei Orçamentária de 2015

# MENSAGEM





**GOVERNADOR DO ESTADO**

Tarso Fernando Herz Genro

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO**

Jorge Alberto Duarte Grill

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL**

Flávio Hellmann

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR**

Cel. Oscar Luis Moiano

**SECRETÁRIO DE GABINETE DO GOVERNADOR**

Ricardo Zamora

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

Carlos Henrique Kaipper

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,**

**GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

João Constantino Pavani Motta

**SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO**

Vinicius Gomes Wu

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO**

**E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**

Mauro Knijnik

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Zelmute Marten

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO**

**E INCLUSÃO DIGITAL**

Marcelo Nepomuceno

**SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS**

**E RELAÇÕES FEDERATIVAS**

José Jorge Rodrigues Branco

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

José Clóvis de Azevedo

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE**

Sandra Maria Sales Fagundes

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**

Luiz Antônio de Assis Brasil

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Airton Aloisio Michels

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**E DOS RECURSOS HUMANOS**

Alessandro Pires Barcellos

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Carlos Luiz Rohr



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

Marcel Martins Frison

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

Juçara Dutra Vieira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO  
E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Edson Borba

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Ariane Chagas Leitão

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO**

Márcio Cabral

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER**

Ricardo Demétrio de Souza Petersen

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Eduardo Martins Medeiros

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Neio Lúcio Fraga Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

Cláudio Fioreze

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,  
PESCA E COOPERATIVISMO**

Élton Scapini

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

João Victor de Oliveira Domingues

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Cleber Cristiano Prodanov

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RS**

Des. José Aquino Flôres de Camargo

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS**

Dep. Gilmar Sossella

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS**

Cons. Cezar Miola

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RS**

Eduardo de Lima Veiga

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS**

Nilton Leonel Arnecke Maria

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RS**

Sérgio Antônio Berni de Brum



<b>1. A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015.....</b>	<b>11</b>
1.1 A ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2015.....	12
1.2 A FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2015.....	14
<b>2. A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.....</b>	<b>16</b>
<b>3. OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>17</b>
3.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL.....	17
3.2 A CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA.....	27
3.3 A CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	39
<b>4. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>42</b>
4.1 O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	42
4.2 O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO.....	44
4.3 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E ORÇAMENTÁRIO.....	45
4.4 OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA.....	48
4.4.1 ICMS.....	50
4.4.2 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO AO ESTADO.....	54
4.4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS PÚBLICAS.....	56
4.5 OS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA.....	57
4.5.1 O GRUPO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	59
4.5.2 O GRUPO OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	63
4.5.3 O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA.....	65
4.5.4 OS INVESTIMENTOS AMPLOS.....	69
4.6 OS GASTOS DISCRIMINADOS POR PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO.....	72
4.6.1 O GASTO TOTAL POR PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO.....	72
4.6.2 O GASTO COM O GRUPO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, POR PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO.....	74
4.6.3 O GASTO COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES, POR PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO.....	76
4.6.4 O GASTO COM INVESTIMENTOS AMPLOS, POR PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO.....	77
4.7 A EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO.....	79
4.8 A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE.....	80
4.9 A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SEGURANÇA.....	81
4.10 A EVOLUÇÃO DO GASTO POR FUNÇÃO PÚBLICA.....	82
4.11 A RIGIDEZ DO ORÇAMENTO ESTADUAL.....	83
4.12 AS PERDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM O FUNDO DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.....	84



<b>5.</b>	<b>A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS.....</b>	<b>86</b>
5.1	A SITUAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATUALIZADA JUNTO À UNIÃO.....	86
5.2	OS ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA DO ESTADO CONTRATADA JUNTO À UNIÃO .....	88
5.3	AS CONCLUSÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATADA JUNTO À UNIÃO .....	90
<b>6.</b>	<b>O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>91</b>
6.1	O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS .....	91
6.2	O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES E O SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO.....	93
6.3	O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DO ATUAL SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES.....	94
<b>7.</b>	<b>OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS.....</b>	<b>98</b>
<b>8.</b>	<b>AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2015 .....</b>	<b>107</b>
<b>9.</b>	<b>ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>114</b>
<b>10.</b>	<b>AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>118</b>
10.1	A CLASSIFICAÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS.....	121
10.2	OS DEMONSTRATIVOS DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO EM 2013 .....	124
10.3	A EVOLUÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS, ENTRE 2003 E 2013.....	137
<b>11.</b>	<b>A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2015 .....</b>	<b>149</b>
11.1	A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO.....	150
11.2	A REGIONALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL.....	157
11.3	A REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ESTADUAL.....	162
11.3.1	AS DESPESAS TOTAIS.....	162
11.3.2	AS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS .....	167
11.3.3	AS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CUSTEIO DA MÁQUINA PÚBLICA .....	173
11.3.4	AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS .....	178
11.4	A REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AMPLOS.....	182
11.4.1	OS INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL CONSOLIDADA POR COREDE .....	182
11.5	RELAÇÃO ENTRE O VALOR RETORNADO (VR) ) E O VALOR ARRECADADO (VA).....	186
11.5.1	ANÁLISE DO TERÇO SUPERIOR, TERÇO MÉDIO E TERÇO INFERIOR.....	188
11.5.2	CONCLUSÃO .....	188

OF.GG/SJL/UAL – 143

Porto Alegre, 12 de setembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **GILMAR SOSSELLA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: **Proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015**

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, envio a essa egrégia Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, em cumprimento ao disposto no art. 152, § 8º, III, da Constituição Estadual. Apresenta-se a previsão das receitas e a fixação das despesas, sob um orçamento equilibrado. A peça orçamentária mostra todo o envolvimento deste Governo na promoção do crescimento do Estado, com ênfase no desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão social. Os programas contidos na proposta demonstram o compromisso com a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Desde que assumimos o governo gaúcho, em 1º de janeiro de 2011, são nossos maiores objetivos promover o crescimento econômico com a criação de empregos e com o aumento da renda, impulsionar o desenvolvimento regional, elevar a qualidade de vida, erradicar a pobreza extrema e aprimorar a cidadania. Por isso, aportou-se o maior volume possível de recursos para as ações de Educação, de Segurança e de Saúde. Um bom exemplo é o cumprimento da destinação dos 12% constitucionais da Receita Líquida alocados para o orçamento da Saúde.

A proposta orçamentária de 2015 considera o serviço da dívida junto à União, que vincula 13% da Receita Líquida Real. Ainda, a preocupação com o déficit previdenciário que, em 2015, deverá girar próximo de R\$ 7,0 bilhões, agravado pelo fato de que se gasta mais com proventos de inativos do que com vencimentos de ativos.

Não se pode deixar de evidenciar os resultados da harmonia e do alinhamento de ações entre os Governos Estadual e Federal. Os seis eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (Transportes, Água e Luz para Todos, Energia, Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Minha Casa, Minha Vida) totalizaram 2.868 obras no Estado e investimentos de R\$ 29,5 bilhões. Por conta do Plano Safra e do PRONAF, em 2015, projetam-se repasses ainda maiores do que no ano anterior.

Ressalta-se três grandes projetos do governo federal em fase primária, que atenderão a Região Metropolitana: a nova ponte do Guaíba, o novo trecho de trem de passageiros (em direção à zona norte de Porto Alegre) e a continuação da Rodovia do Parque até o encontro com a BR 116 em Estância Velha. Destaca-se, ainda, que dezenas de obras estão em execução e outras em fase de finalização.

No período dos quatro anos deste Governo, desenvolvemos uma política de forte valorização dos serviços e dos servidores e servidoras públicos. Destacam-se as diversas medidas para atender as reivindicações históricas do funcionalismo, como, por exemplo, a adequação de quadros de pessoal e de seus respectivos salários, especialmente nas áreas da Educação, da Saúde e da Segurança. Também foram beneficiados com política salarial os Técnicos Científicos e os integrantes do Quadro Geral dos Funcionários Públicos. Aos professores foi garantido, no período, um aumento real de 50%, sendo que nenhum membro do magistério recebe remuneração básica inferior ao Piso Nacional. Garantimos ainda a promoção de, aproximadamente, 30 mil professores e a nomeação de outros 14 mil. Aos quadros da Segurança, elaborou-se um plano de recomposição salarial que se estende até 2018.

No aspecto econômico, o cenário mundial é ainda cercado de incerteza quanto à recuperação da atividade comercial e industrial, que perdura instável desde a crise de 2008. O PIB das economias mais avançadas e em desenvolvimento não dão sinais de melhora efetiva, com desdobramentos que contaminaram o crescimento brasileiro nos últimos anos. Em 2014, projeta-se o PIB brasileiro próximo a 1%, inferior ao de 2013, de 2,3%.

Em 2012, o Estado do Rio Grande do Sul foi penalizado pelo baixo crescimento econômico causado pela crise internacional que afetou o Brasil e, principalmente, pelas perdas no campo, ocorridas devido à forte estiagem que assolou 40% da produção agrícola, com reflexo direto no agronegócio.

Em 2013, houve franca recuperação na atividade primária e agroindustrial, cujo PIB foi de 6,3%, o que diferenciou positivamente a taxa de crescimento do RS em relação à média brasileira. A desvalorização do real frente ao dólar e a alta das *commodities* agrícolas no mercado internacional animaram o campo. A safra agrícola gaúcha 2013/2014 é a maior da história, superando 30 milhões de toneladas de grãos, com impacto de R\$ 24 bilhões na economia do Estado, estimando-se novamente, em 2014, um PIB superior à média nacional.

Apesar dos percalços da atividade econômica e de certo pessimismo nos mercados globalizados, pode-se dizer que a arrecadação de impostos de competência estadual apresentou uma trajetória satisfatória. O ICMS, principal tributo estadual, responsável por dois terços da receita total, cresceu nos primeiros três anos deste Governo (2011/2013), em média, 10,4% nominais e 3,3% reais pelo IGP-DI. O bom desempenho da arrecadação deveu-se, principalmente, aos empregos solidamente estabelecidos no Estado, à manutenção do poder de compra, à intensificação do combate à sonegação e ao desenvolvimento de novas ferramentas de fiscalização e de controle da arrecadação.

O Estado é pioneiro na consolidação da cultura da participação dos cidadãos nas decisões dos programas governamentais como instrumento maior de democracia. Prova disso foi o reconhecimento que este Governo obteve das Nações Unidas (ONU), quando foi classificado, em primeiro lugar, no Prêmio Nações Unidas ao Serviço Público, dirigido a "melhorar a participação cidadã nos processos de decisões públicas através de mecanismos inovadores".

Este governo teve a honra de também ser o vencedor do Prêmio da ONU para o Serviço Público com o projeto "Central do Cidadão, Transparência e Acesso à Informação: uma política de Estado no Governo do Rio Grande do Sul".

A votação das prioridades, ocorrida em 2014, que norteia os recursos da proposta orçamentária de 2015, teve o maior comparecimento entre todas as edições, com 1,315 milhão de votantes, 15,7% dos cidadãos aptos a votar do Estado. Outro instrumento de representação é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem o propósito de democratizar a gestão estadual, envolvendo a sociedade civil nas discussões de políticas públicas importantes.

Não se pode deixar de mencionar o legado da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Tivemos a disputa de cinco jogos no Estado, com a vinda de 350 mil turistas, movimentando R\$ 1 bilhão, além do privilégio de receber três seleções campeãs e a atual campeã Alemanha. Devido à receptividade e à acolhida aos visitantes, as pesquisas dão conta que a grande maioria dos turistas estrangeiros disseram ter apreciado a organização e que pretendem voltar. O RS foi o terceiro estado com mais cidades visitadas. Tudo graças a um Estado que se apresentou capacitado a enfrentar os desafios e de comandar o maior espetáculo da terra.



Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação de Economia e Estatística, a Região Metropolitana de Porto Alegre encontra-se com menor índice de desemprego entre as seis capitais pesquisadas do País. Em junho de 2014, o desemprego total foi de 5,7% da população economicamente ativa, o menor índice já registrado no mês desde o início da série, há 14 anos. A média nacional foi de 10,8%. Quanto ao *ranking* de atração de investimentos, o Rio Grande do Sul foi apontado como o quarto melhor estado em ambiente de negócios e competitividade no país.

Assim, o apoio desse Poder Legislativo, como representante do povo, é fundamental para alcançarmos as conquistas e para mantermos uma relação aberta e cooperativa com todas as forças políticas e sociais, fazendo prevalecer os consensos necessários à paz, ao diálogo e ao desenvolvimento de nosso Estado.

Permanecemos fortes na nossa missão de recolocar o Rio Grande do Sul nos patamares de crescimento econômico e social e de qualidade de vida que tivemos no passado. São iniciativas firmes, inovadoras e adequadas aos novos tempos. A proposta orçamentária de 2015 caminha nesse sentido.

Por fim, transmito à Presidência da Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, aos Deputados e aos cidadãos gaúchos minhas mais sinceras e cordiais saudações.

**TARSO GENRO,**  
Governador do Estado.

## **1. A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015**

A Proposta Orçamentária de 2015 (PLOA 2015) foi montada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.568, de 22/07/2014 (Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015 – LDO 2015), conforme a tabela seguinte:

Previsão de PIB e de inflação, no período entre 2015 e 2017

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
PIB REAL - BRASIL	3,0%	4,0%	4,0%
PIB REAL - RIO GRANDE DO SUL	4,0%	4,5%	4,5%
INFLAÇÃO - IPCA	5,0%	4,5%	4,5%

Fonte: LDO 2015.

Para a elaboração da PLOA 2015, o art. 10 da LDO 2015 determinou o percentual de 5,0% de correção sobre os grupos das Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, em relação às dotações de 30 de abril de 2014, conforme teor adiante transcrito:

Art. 10. Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos **grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras**; em 2015, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2014, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2014, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 5,0%** (cinco inteiros por cento) de correção.

Para a elaboração da PLOA 2015, o art. 31 da LDO 2015 determinou o percentual de 8,0% de acréscimo sobre o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação às dotações de 30 de abril de 2014, conforme o seguinte teor:

Art. 31. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2015, para o **grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais**, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2014, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2014, **acrescidos de 8,0%** (oito inteiros por cento) de correção, considerando incluída nessa correção o crescimento vegetativo e o disposto nos arts. 35 e 36 desta Lei.

### 1.1 A Estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2015

A previsão de arrecadação para o exercício de 2015, de R\$ 57,4 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Previsão das Receitas Públicas Consolidadas para o exercício de 2015

RECEITAS ESTIMADAS NA PLOA 2015	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	40.623.267.805	14.045.685.296	142.867.325	54.811.820.426
RECEITAS DE CAPITAL	2.421.143.340	10.566.417	143.205.640	2.574.915.397
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>43.044.411.145</b>	<b>14.056.251.713</b>	<b>286.072.965</b>	<b>57.386.735.823</b>

Fonte: PLOA 2015.

A tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública. Para o ano de 2015, excluindo as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 9,41 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 47,98 bilhões, contra R\$ 42,65 bilhões previstos em 2014, crescimento de R\$ 5,33 bilhões, 12,5% maior.

Quanto ao ICMS Total (ICMS com a inclusão de multas, juros e Dívida Ativa), que é o principal tributo estadual, estima-se, para 2015, uma arrecadação de R\$ 29,17 bilhões, contra R\$ 25,96 bilhões previstos para 2014, crescimento nominal de R\$ 3,21 bilhões, 12,4% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2015 estima um montante de R\$ 2,57 bilhões, 55,9% maior que o projetado em 2014.



Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2015

<b>AGREGADOS DAS RECEITAS</b>	<b>LOA 2014</b>	<b>PLOA 2015</b>	<b>PLOA 2015 - LOA 2014</b>	<b>% PLOA 2015 / LOA 2014</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>49.368.318.735</b>	<b>54.811.820.426</b>	<b>5.443.501.691</b>	<b>11,0</b>
ICMS TOTAL	25.958.156.279	29.172.945.000	3.214.788.721	12,4
IPVA TOTAL	2.296.111.599	2.451.877.932	155.766.333	6,8
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.522.414.808	1.754.993.582	232.578.774	15,3
CONTRIBUIÇÕES	2.277.611.222	2.829.286.299	551.675.077	24,2
PATRIMONIAL	1.011.824.746	1.329.811.919	317.987.173	31,4
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.759.097.695	1.897.714.157	138.616.462	7,9
IPI-EXPORTAÇÃO	434.853.576	480.126.731	45.273.155	10,4
LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	242.488.934	259.160.119	16.671.185	6,9
FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	3.723.606.753	4.155.860.213	432.253.460	11,6
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	6.417.820.097	6.237.240.223	-180.579.874	-2,8
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	8.367.527.001	9.408.431.501	1.040.904.500	12,4
DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-4.643.193.975	-5.165.627.250	-522.433.275	11,3
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.651.513.752</b>	<b>2.574.915.396</b>	<b>923.401.644</b>	<b>55,9</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.254.006.636	946.463.594	-307.543.042	-24,5
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	369.470.053	561.319.438	191.849.385	51,9
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	28.037.063	1.067.132.364	1.039.095.301	3.706,1
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>51.019.832.487</b>	<b>57.386.735.822</b>	<b>6.366.903.335</b>	<b>12,5</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>47.978.304.321</b>	<b>5.325.998.835</b>	<b>12,5</b>

Fonte: LOA 2014 e PLOA 2015.

## 1.2 A Fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2015

A estimativa da despesa dotada para o exercício de 2015, de R\$ 57,4 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações.

Despesas Públicas Consolidadas Dotadas para o Exercício de 2015

DESPESAS DOTADAS NA PLOA 2015	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	37.728.497.890	13.845.621.230	946.809.064	52.520.928.184
DESPESAS DE CAPITAL	3.551.769.273	663.413.570	182.362.872	4.397.545.715
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	344.950.494	123.311.430		468.261.924
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>41.625.217.657</b>	<b>14.632.346.230</b>	<b>1.129.171.936</b>	<b>57.386.735.823</b>

Fonte: PLOA 2015.

A tabela seguinte mostra os principais agregados das despesas dotadas. Para o ano de 2015, excluindo as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 9,41 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 47,98 bilhões, contra R\$ 42,65 bilhões previstos em 2014, crescimento de R\$ 5,33 bilhões, 12,5% maior.

A previsão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias é de R\$ 23,19 bilhões. O gasto com Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias alcança R\$ 18,16 bilhões, que se destacam as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, de R\$ 8,64 bilhões; o Serviço da Dívida, de R\$ 3,65 bilhões; os Investimentos Amplos, de R\$ 2,51 bilhões; e a Reserva Orçamentária, de R\$ 468 milhões.



Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2015

<b>AGREGADOS DAS DESPESAS</b>	<b>LOA 2014</b>	<b>PLOA 2015</b>	<b>PLOA 2015 - LOA 2014</b>	<b>% PLOA 2015 / LOA 2014</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>20.308.412.208</b>	<b>23.189.887.300</b>	<b>2.881.475.092</b>	<b>14,2</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>16.220.611.716</b>	<b>18.159.539.584</b>	<b>1.938.927.868</b>	<b>12,0</b>
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	7.750.135.436	8.645.143.255	895.007.819	11,5
Demais "Outras Despesas Correntes"	8.470.476.280	9.514.396.329	1.043.920.049	12,3
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)</b>	<b>3.271.888.806</b>	<b>3.652.622.856</b>	<b>380.734.050</b>	<b>11,6</b>
<b>INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>2.473.431.364</b>	<b>2.507.992.658</b>	<b>34.561.294</b>	<b>1,4</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>377.961.392</b>	<b>468.261.924</b>	<b>90.300.532</b>	<b>23,9</b>
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	8.344.798.968	9.386.624.842	1.041.825.874	12,5
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	22.728.032	21.806.659	-921.373	-4,1
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>51.019.832.486</b>	<b>57.386.735.823</b>	<b>6.366.903.337</b>	<b>12,5</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>42.652.305.486</b>	<b>47.978.304.322</b>	<b>5.325.998.836</b>	<b>12,5</b>

Fonte: LOA 2014 e PLOA 2015.

## **2. A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

A tabela adiante retrata a distribuição das despesas entre as diversas áreas da Administração Estadual. O gasto público total fixado na proposta de 2015, descontados os Encargos Financeiros, a Reserva de Contingência, as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, totaliza R\$ 28,90 bilhões, 50,4% do bolo orçamentário. Os gastos do Poder Executivo serão direcionados para quatro áreas. A área de Infraestrutura, 5,5% do total dos recursos, totalizando R\$ 1,58 bilhão. A área Econômica deverá contar com 4,2% das dotações, equivalente a R\$ 1,21 bilhão, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 12,40 bilhões, equivalente a 42,9%. Por fim, à área Social caberão R\$ 13,71 bilhões, o que equivale a 47,5% do total distribuído.

Observe-se que, do total da proposta orçamentária de 2015, de R\$ 57,39 bilhões, os Encargos Financeiros absorvem 23,6% (R\$ 13,52 bilhões), a Reserva Orçamentária, 0,8% (R\$ 468 milhões), as Despesas Intraorçamentárias, 16,4% (R\$ 9,41 bilhões) e os demais Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, 8,9% (R\$ 5,09 bilhões). O orçamento do Estado para o exercício de 2015, sem as despesas de transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), injetará na economia gaúcha R\$ 47,98 bilhões, 13% de seu PIB total.

Distribuição das despesas dotadas na PLOA 2014 entre as áreas da Administração Pública Consolidada

<b>ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>PLOA 2015</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS</b>	<b>% SOBRE O TOTAL</b>
Infraestrutura	1.585.805.938	5,5	2,8
Econômica	1.206.544.820	4,2	2,1
Administrativa	12.395.005.902	42,9	21,6
Social	13.713.636.617	47,5	23,9
<b>SUBTOTAL</b>	<b>28.900.993.277</b>	<b>100,0</b>	<b>50,4</b>
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	5.090.720.406	-	8,9
Encargos Financeiros do Estado	13.518.328.715	-	23,6
Reserva Orçamentária	468.261.924	-	0,8
Despesas Intraorçamentárias (Dupla Contagem Contábil)	9.408.431.501	-	16,4
<b>TOTAL DA DOTAÇÃO DA PLOA 2015</b>	<b>57.386.735.823</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAG/DOF (PLOA 2015).

### 3. OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL

#### 3.1 A Conjuntura Econômica Internacional

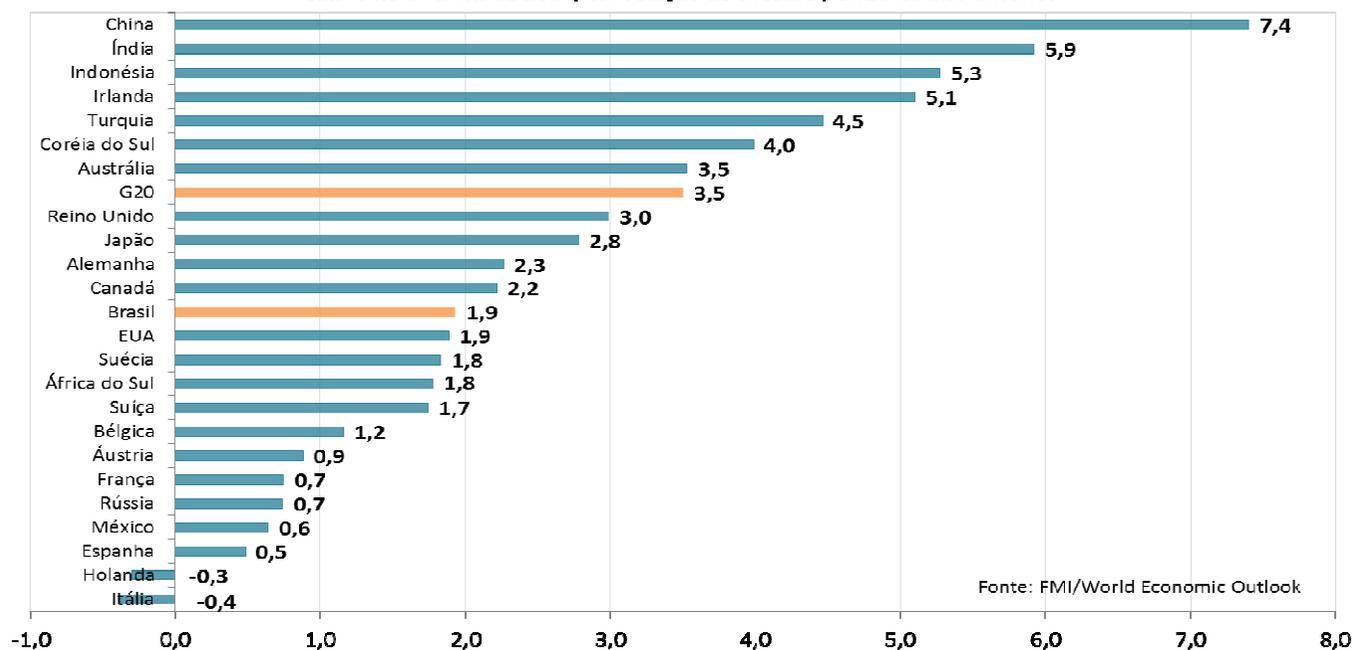
Os EUA foram o epicentro da crise em 2008. Embora tenha havido uma redução, o desemprego ainda permanece elevado, em 7,0%, no final de 2013, bem acima dos 4,9%, de fevereiro de 2008, véspera do *crash*, mesmo com o PIB crescendo 3,1%, em setembro de 2013. Entre os fatores que dão dinâmica à economia, a produtividade do trabalho cresceu, em média, 1,8% ao ano, entre 2007 e 2012, contra 2,8% entre 1947 e 1973, enquanto os salários reais, em 2013, estavam 2,06% abaixo de 2008 e 14% abaixo de seu maior valor histórico, em 1972.

Além disso, o governo federal americano não tem conseguido combinar os estímulos monetários com uma política fiscal contracíclica. Se o banco central (FED) pôde ampliar o crédito, emitir moeda e baixar os juros, o tesouro tem muito menos autonomia, pois o Congresso não tem permitido baixar impostos e ampliar gastos, a exceção dos vultosos recursos liberados para salvar empresas gigantes em processo falimentar, como a conhecida General Motors (GM). No entanto, o raio de ação da política fiscal continua muito reduzido.

E face às limitações da política monetária, a rigidez fiscal causada por um impasse político sem solução entre conservadores e liberais resulta em uma política econômica incapaz de agir mais significativamente sobre a demanda efetiva. As autoridades monetárias americanas têm mostrado extrema cautela com o manejo das injeções periódicas de liquidez (*quantitative easing*), a principal arma na luta para sair da recessão. Os estímulos podem levar a uma nova inflação de ativos e à especulação.

O gráfico adiante apresenta as taxas de crescimento compiladas pelo FMI para o primeiro trimestre de 2014. Seu desempenho foi similar ao do Brasil. Entende-se que os EUA não voltarão a produzir o conjunto de estímulos que favoreceram a expansão dos 20 anos anteriores à crise, quando a combinação de déficit fiscal, déficit comercial e endividamento das famílias estimulou, além da bolha financeira, a melhora dos termos de troca para os produtores de alimentos e matérias-primas, a expansão da indústria asiática e o investimento direto estrangeiro em outros países periféricos, inclusive o Brasil.

**Taxas de crescimento do PIB de regiões e países selecionados**  
Var. % no 1º trim. de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior

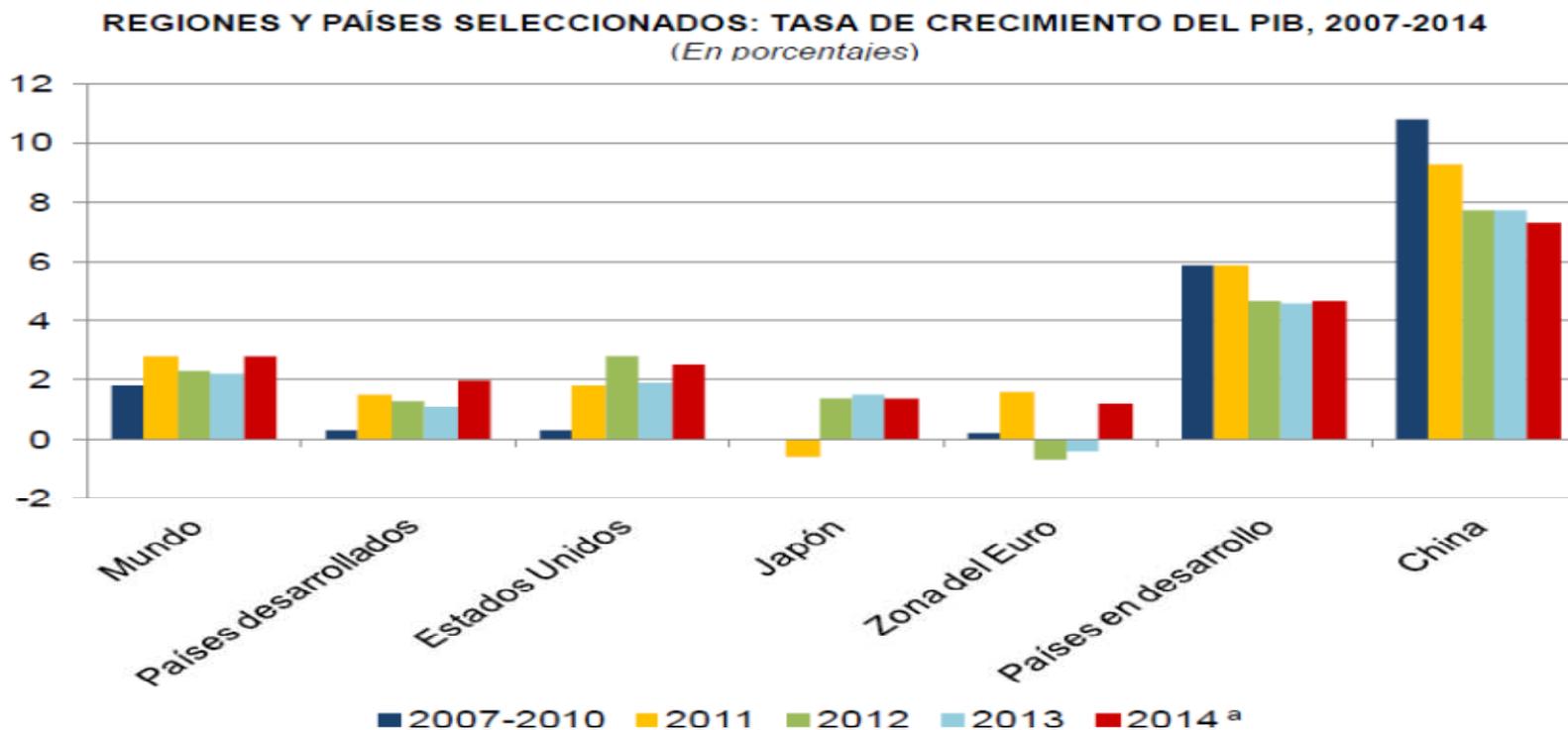


Por outro lado, a União Europeia (UE) está presa ao arranjo institucional do euro e à hegemonia alemã. O euro, que foi criado com regras de disciplina fiscal severa, é uma moeda sem o lastro fiduciário da dívida de um Estado soberano. Na verdade, a Europa tem uma macroeconomia composta por uma política monetária da União, com a emissão e a taxa de juros decididas pelo Banco Central Europeu, e 28 políticas fiscais independentes de cada um dos países-membros, com apenas algumas normas gerais.

Enquanto os bancos europeus lucravam com a especulação, um desequilíbrio comercial se expandia dentro da UE, formado por crescentes superávits alemães e de alguns países do norte, como Suécia, Holanda ou Dinamarca, e déficits do sul, com Espanha, Portugal, Grécia e Itália à frente. Escorados em seu pacto de competitividade, com salários congelados e produtividade crescente, os alemães inundaram o continente com a produção de sua indústria, que encontrava demanda financiada por uma bolha financeira parecida com a das hipotecas nos EUA. Os bancos germânicos, franceses e ingleses ofereciam crédito abundante aos países do sul europeu. Quando o temerário dessa atitude se tornou em inadimplência, os governos da periferia europeia trataram de trocar a dívida ruim por títulos de seus tesouros, convertendo um problema privado em crise soberana.

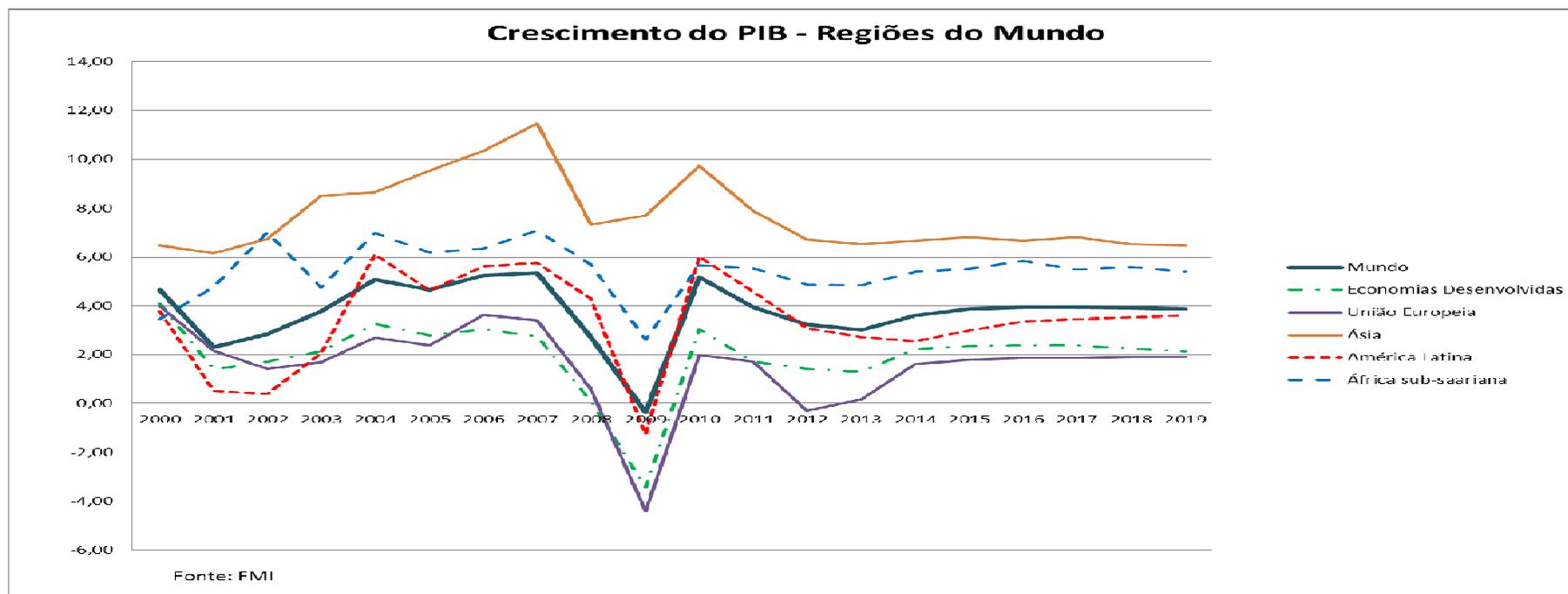
Para piorar, a UE, capitaneada pela Alemanha, passou a exigir brutais esforços de redução de gasto para produzir superávits fiscais, com o intuito de manter os pagamentos da dívida e preservar o sistema financeiro. Como decorrência, o Produto Interno bruto (PIB), que caíra 4,5%, em 2009, e crescera pouco nos dois anos seguintes, sem conseguir retomar ao nível pré-crise, voltou a cair 0,4%, em 2012, seguiu negativo, em 2013, e, talvez, tenha desempenho acima de zero, em 2014. Ao mesmo tempo, o desemprego subiu de 7,1%, em 2008, para 12,1%, no final de 2013 (Grécia, 27,4%, e Espanha, 26,6%).

Atualmente, as consequências da enorme recessão no sul do Continente Europeu afetam diretamente a economia alemã, a qual não deve crescer em 2014. Ressalva-se que a situação da Europa não influi tanto em outros países como há algumas décadas, pois 70% de seu comércio são intrazona, bem como suas atividades de investimento e financiamento são predominantemente endógenas. No gráfico abaixo, aparecem as taxas de crescimento do PIB comparadas para as diversas regiões do mundo, entre 2007 e 2014, onde a Zona do Euro se sobressai com a pior situação.



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Departamento de Asuntos Económicos y sociales, *World Economic Situation and Prospects 2014, update as of mid-2014*, Nueva York, 2014.

Desde o final do século passado, um número crescente de nações de América Latina, África e Ásia vem adotando um novo modelo econômico, com um certo grau de independência e objetivos desenvolvimentistas de crescimento acelerado, à semelhança do que já ocorria no Leste asiático desde os anos 80. Essa mudança política responde, em larga medida, pela inflexão em seu desempenho econômico, desde o começo do século XXI. É o que pode ser visto no gráfico seguinte. A crise de 2008-2009 afetou mais fortemente as economias avançadas, mas também a América Latina, que viu sua recuperação perder rapidamente seu fôlego, embora o desempenho asiático tenha conseguido permanecer em patamar superior, com um ligeiro declínio em relação aos níveis do começo do século.



Desde a última década do século passado, a região sudeste da Ásia foi se consolidando como a nova zona de desenvolvimento da indústria no mundo, a exemplo do que foram Inglaterra, em meados do século XIX, e EUA após a II Guerra Mundial. Só a China representa, mensurando-se em paridade do poder de compra, 17% da indústria mundial, contra 13,7% dos EUA, 4,7% do Japão e 4,7% da Índia. Na sequência, vêm Rússia, com 3,6%; Alemanha, com 3,6%; e Brasil, com 2,6%. Esse imenso continente, polo industrial do planeta, cresceu 5,7%, em 2013, com sua porção sudeste em um nível de 6,0%, e a China, em ritmo de desaceleração, 7,5%.

A opção da China de crescer pelas exportações, em um dueto com os déficits americanos, esgotou-se e está sendo transformada em um novo modelo focado no mercado interno. Os salários reais vêm crescendo continuamente, 7,6%, em 2012, e 9,2% em 2013. Ainda, mudanças na legislação agrária e a criação de um regime previdenciário abrangente complementam um quadro de aumento da capacidade de consumo da população. O governo também tem anunciado um enfrentamento aos problemas sociais e à piora da distribuição da renda causados pelo crescimento acelerado dos últimos 20 anos.

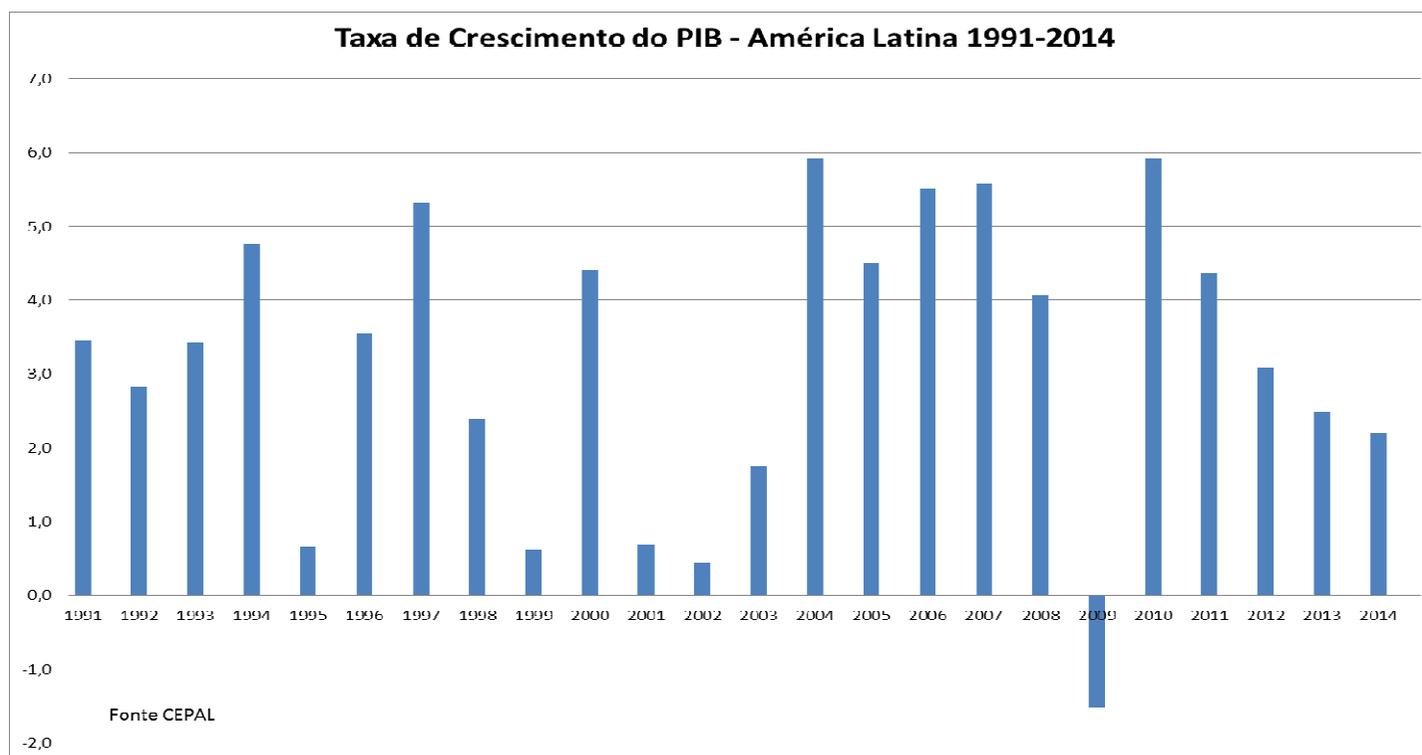
Olhando mais para sul e oeste do continente, onde se sobressai a Índia, a moderação do crescimento também é a tônica. O país cresceu 5%, em 2012, e 4,7 % em 2013. No Oriente Médio, apenas os países exportadores de petróleo têm resultados expressivos. Já o país mais desenvolvido da Ásia, o Japão, embora tenha apresentado algum avanço nos últimos anos, quando alcançou 1,9% de crescimento, em 2012, e 1,6%, em 2013, não dá sinais de superar sua longa estagnação. Assim, a região deve recuar um pouco sua taxa de 6,1%, em 2012, para 6% em 2013.

Possivelmente, uma das mais alvissareiras novidades deste século foi o retorno do desenvolvimento ao continente africano, o que foi visto no gráfico anterior. Entre 2005 e 2013, a taxa de crescimento média foi de 4,7%, sobressaindo-se os países com maiores recursos naturais, que puxaram essa expansão e seguiram crescendo acima da média (6,6%), em 2013, como Angola (7,9%), Moçambique (7,4%), Nigéria (6,6%), República do Congo (7,2%) e Etiópia (6,9%). O Continente que, por séculos, foi explorado, pela primeira vez na história, começa a tirar algum proveito de suas relações com o resto do mundo.

Embora o peso maior ainda seja das antigas multinacionais americano-europeias, países como a China, Índia, Rússia e Brasil vêm se tornando parceiros no desenvolvimento da infraestrutura e de inovações tecnológicas necessárias ao crescimento das economias africanas. As perspectivas para essa região são promissoras. Embora os contornos ainda não estejam bem definidos, os novos tempos sugerem um novo padrão de cooperação e desenvolvimento compartilhado.

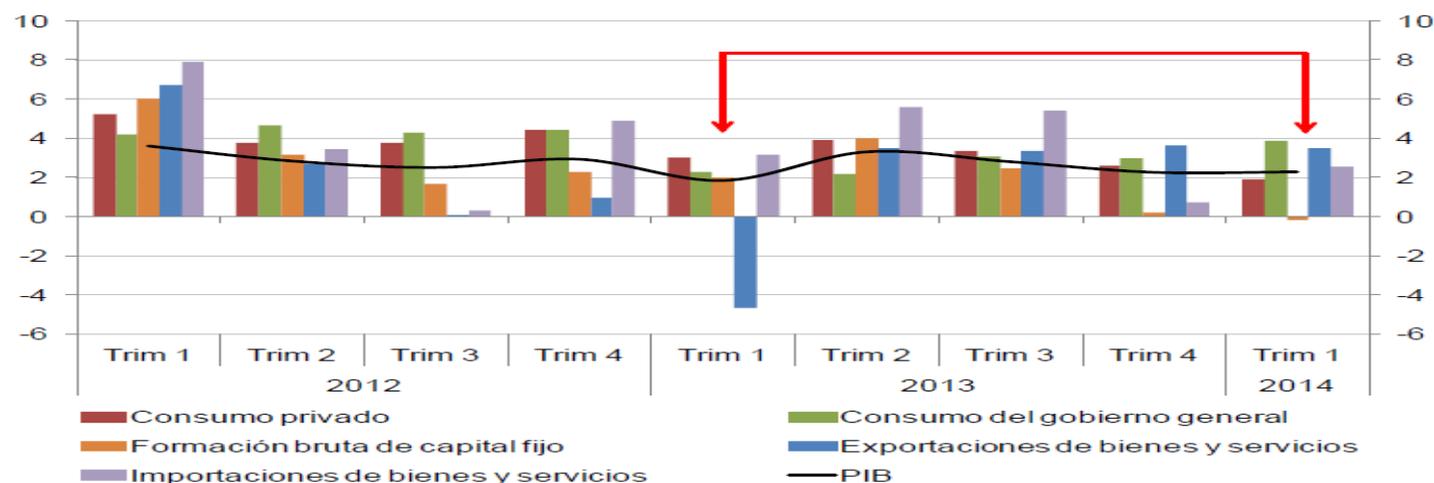
A América Latina foi, ao lado da África, a região mais negativamente afetada pela globalização. Conforme se pode ver no gráfico adiante, a instabilidade sempre foi a característica. Entretanto, desde 2003, superada a onda de crises cambiais causada pela fragilidade das contas externas, as taxas de crescimento situaram-se em um patamar semelhante aos melhores anos do desenvolvimentismo, na década de 50. Se o choque da crise financeira internacional teve um efeito pesado em 2009, a recuperação deu-se já em 2010; contudo, um processo de desaceleração vem se conformando desde então. Uma das causas desses resultados foi a mudança nos termos de troca em favor de minérios, cereais e outros bens produzidos por atividades primárias.

A América Latina presenciou um grande avanço social. Com raras exceções, a distribuição da renda melhorou significativamente no período, e, sem exceção, a pobreza foi bastante reduzida. O próprio crescimento e a ampliação do emprego que o acompanham contribuíram para essa melhora, mas a adoção de políticas sociais inclusivas e redistributivas fizeram a diferença em relação a outros momentos da história, em que, diversamente, o crescimento econômico esteve acompanhado da ampliação da desigualdade.



Alguns indicadores reforçam a percepção de esgotamento do padrão recente. O emprego está estagnado, ficando no nível de avanço zero em 2013; os salários vêm desacelerando seu crescimento, de 2,7%, em 2013, contra 5,4%, em 2012, e os termos de troca caíram 2,3%, resultado de preços das *commodities* em baixa. Em razão disso, houve uma deterioração da conta corrente dos países da região, com déficit de US\$ 98 bilhões, em 2012, para US\$ 141 bilhões em 2013. Como mostra o gráfico adiante, tanto o consumo como o investimento vêm desacelerando, e as exportações não conseguiram reagir no sentido de recuperar o peso que tiveram antes da crise.

**AMÉRICA LATINA: TASA DE VARIACIÓN DEL PIB Y DE LOS COMPONENTES DE LA DEMANDA AGREGADA, CON RELACIÓN A IGUAL TRIMESTRE DEL AÑO ANTERIOR, PRIMER TRIMESTRE DE 2012 A PRIMER TRIMESTRE DE 2014**  
(En porcentajes, sobre la base de dólares constantes de 2005)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.

A desaceleração parece mostrar os limites dessa experiência. A fração da demanda que puxou o crescimento foi o consumo doméstico, favorecido pela distribuição de renda e provocado pelas necessidades de importação da Ásia, em especial a China. Nesta segunda década do século XXI, o aumento do consumo das camadas populares tende a ser cada vez mais incremental, na medida em que o nível de emprego bate em seu teto, e as políticas sociais completam sua universalização.

Ao mesmo tempo, a desaceleração do crescimento chinês e o ingresso de novos ofertantes de recursos naturais no mercado mundial, como a África, tendem a reconduzir os termos de trocas para uma posição favorável aos produtos industrializados. De qualquer maneira, há uma inércia positiva do crescimento do emprego e da renda que se projeta para o futuro próximo, mas a taxas declinantes. Muito possivelmente nos próximos anos, a América Latina deverá manter taxas de crescimento do PIB acima de 2%, sem, no entanto, retomar os patamares da primeira década deste século, como estimou o FMI.

Para alcançar um desempenho superior, será preciso destravar o Estado, principalmente o brasileiro, de algumas amarras que respondem pelo peso das finanças sobre a política econômica, especialmente com o controle da inflação e do gasto público. Será um custo político a ser tentado. Assim como a Ásia, também a América Latina está em busca de um novo padrão de desenvolvimento para conseguir alcançar níveis mais elevados de crescimento.

Taxas de variação do Produto Interno Bruto de países da América Latina e Caribe, entre 2011 e 2014

<b>PAÍSES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Argentina	8.9	1.9	4.5	0.2
Bolívia	5.2	5.2	6.4	5.5
<b>Brasil</b>	<b>2.7</b>	<b>1.0</b>	<b>2.4</b>	<b>1.4</b>
Chile	5.9	5.6	4.2	3.0
Colômbia	6.6	4.2	4.0	5.0
Costa Rica	4.4	5.1	3.2	4.0
Cuba	2.8	3.0	3.0	1.4
Equador	7.8	5.1	3.8	5.0
El Salvador	2.2	1.9	1.7	2.3
Guatemala	4.2	3.0	3.4	3.5
Haiti	5.6	2.8	4.0	3.5
Honduras	3.8	3.9	2.6	3.0
México	3.8	3.9	1.3	2.5
Nicarágua	5.4	5.2	4.6	5.0
Panamá	10.9	10.8	7.5	6.7
Paraguai	4.3	1.2	13.0	4.4
Peru	6.9	6.3	5.2	4.8
República Dominicana	4.5	3.9	3.0	5.0
Uruguai	6.5	3.9	4.5	3.0
Venezuela	4.2	5.6	1.2	-0.5
<b>América Latina</b>	<b>4.4</b>	<b>3.1</b>	<b>2.6</b>	<b>2.2</b>

Fonte: CEPAL.

O Brasil e boa parte da América Latina vivenciaram situações na década de 30, do século passado, sob efeito da Grande Depressão, quando deixaram para trás a sociedade rural e o modelo agrário-exportador herdado do período colonial para avançar no caminho da industrialização e da urbanização. A crise contemporânea é da mesma magnitude. Se a queda foi brusca e simultânea em 2009, cada país vai retornando, paulatinamente, às tendências anteriores: a estagnação na Europa e no Japão, o baixo crescimento dos EUA, a superação das décadas perdidas de 80 e 90 na América Latina, a expansão acelerada da Ásia e da África. Essa aparente retomada do curso seguido desde o começo deste século, entretanto, não pode elidir a necessidade de mudanças qualitativas necessárias à sua continuidade.

A China elaborou seu último Plano Quinquenal sob a égide da mudança no padrão de crescimento. O modelo puxado pelas exportações está gradualmente sendo substituído por um modelo mais voltado para o mercado interno. Nesse sentido, a demanda agregada está tendo seu perfil modificado, através da redução da poupança e do investimento e da elevação do consumo, o que deve conduzir a uma nova situação em que o patamar de crescimento deverá ser ajustado em torno de 7% a 8% de crescimento ao ano.

Nesse novo padrão de desenvolvimento, o processo de integração regional deve alcançar novo impulso, na medida em que a introversão das economias do Leste Asiático tende a reforçar o processo histórico de realocização da atividade econômica intrarregional, intensificando o comércio e o investimento intrazona. E também a internacionalização do investimento asiático deverá se ampliar em busca de matérias-primas, alimentos e energia, o que vai manter e talvez aumentar a geração de estímulos tanto na África como na América Latina.

Já a América Latina, que experimentou, na primeira década do século XXI, um modo de desenvolvimento impulsionado pelo consumo, decorrente da melhoria na distribuição da renda e da redução da pobreza, também sente uma necessidade de redirecionamento de sua modalidade de crescimento. Diferentemente da Ásia, o consumo deve ceder espaço ao investimento. Para que os índices de crescimento retornem a patamares elevados, é preciso uma mudança de rumo. Tanto as exportações de produtos primários, minerais e agropecuários, quanto a ampliação do consumo popular perderam sua capacidade dinâmica, seja pela redução dos ganhos nos termos de troca para os primeiros, seja pela redução dos incrementos de renda das classes populares. Os ganhos de produtividade deverão ser os responsáveis pela evolução do produto e da renda no próximo período.

Se os países do Sul apresentam um horizonte de possibilidades mais otimista. Já para os países Norte (EUA, Europa e Japão) , a situação é um pouco mais sombria, pois estão presos pelo desemprego e pela perda de renda da maioria da população, pelo inchaço do capital financeiro e pelo endividamento público e privado, que impede tanto uma retomada do consumo como uma perspectiva positiva para o investimento.

O futuro das economias desenvolvidas apresenta uma tendência de estagnação. Mesmo onde estímulos do tipo keynesiano estão sendo implementados, como nos EUA ou no Japão, seu alcance tem se mostrado muito restrito. Sem uma desvalorização dos ativos e sem uma difusão generalizada dos ganhos de produtividade que as inovações tecnológicas possibilitem, dando uma nova perspectiva de lucratividade para o investimento produtivo, teme-se que o dinamismo continuará ocorrendo apenas nas zonas de expansão do sistema internacional, que são a Ásia, África e América Latina.

### **3.2 A Conjuntura Econômica Brasileira**

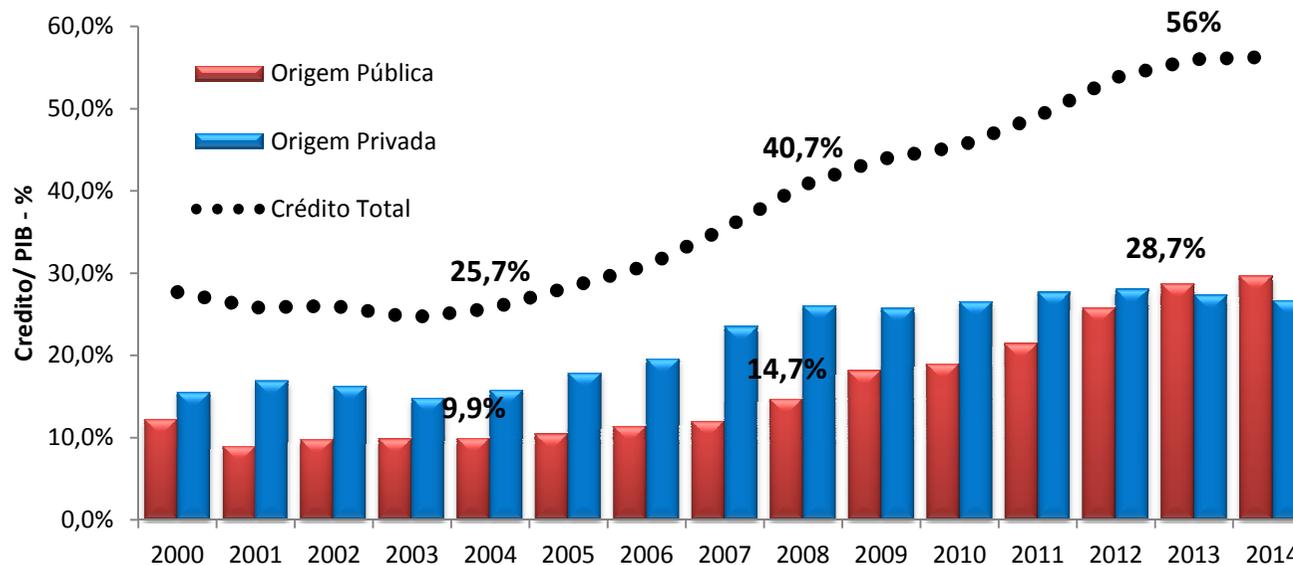
Após mais de duas décadas de semiestagnação, houve crescimento econômico mais consistente, entre 2004 e 2010, ingresso de milhões de pessoas no mercado de consumo, distribuição de renda e melhoria do padrão de vida. Esse processo foi viabilizado por condições conjunturais internas e externas específicas. A dinâmica do PIB brasileiro nos anos recentes, entretanto, indica que o modelo atingiu seu limite. Esse esgotamento inspirou a configuração de um novo modelo baseado no incentivo ao investimento.

Pelo menos três pilares do modelo anterior não estão mais presentes na conjuntura atual: o crescimento do consumo via crédito, pois encontra limites no endividamento das famílias, deixando de ser um fator de dinamismo e propulsão do crescimento econômico e do investimento privado; a perspectiva de redução na liquidez mundial, pois traz incertezas aos mercados financeiros, limitando o papel da taxa de câmbio como âncora para os preços; e a queda dos preços das *commodities*, pois aumenta o déficit em transações correntes e eleva o risco de desequilíbrio externo e choque cambial.

O nível de crédito como proporção do PIB brasileiro avançou, de uma taxa inferior a 30% no início dos anos 2000, para cerca de 45% no final da década. Esse movimento representou um processo de normalização creditícia na economia brasileira, tendo em vista os padrões internacionais, e, ao lado do crescimento do emprego e da renda, alavancou o consumo e a demanda interna, especialmente de bens de consumo duráveis, motores da expansão observada no período.

Desde 2012, porém, há um crescimento mais moderado, tendo a relação crédito/PIB atingido 56,3%, em junho de 2014. Após 2008, a expansão do crédito deu-se por meio das instituições públicas, já que o crédito de origem privada manteve-se estável. A redução do ritmo de expansão do crédito e a menor capacidade de endividamento das famílias contribuíram para uma desaceleração do ritmo de crescimento do consumo doméstico. Nos próximos anos, a expansão do crédito e do consumo continuará a ter um papel importante no crescimento da demanda interna, sobretudo no setor imobiliário. Porém, o seu potencial de estímulo ao crescimento é menor, se comparado com a expansão da última década. O gráfico seguinte demonstra a evolução do fator crédito no Produto Interno Brasileiro.

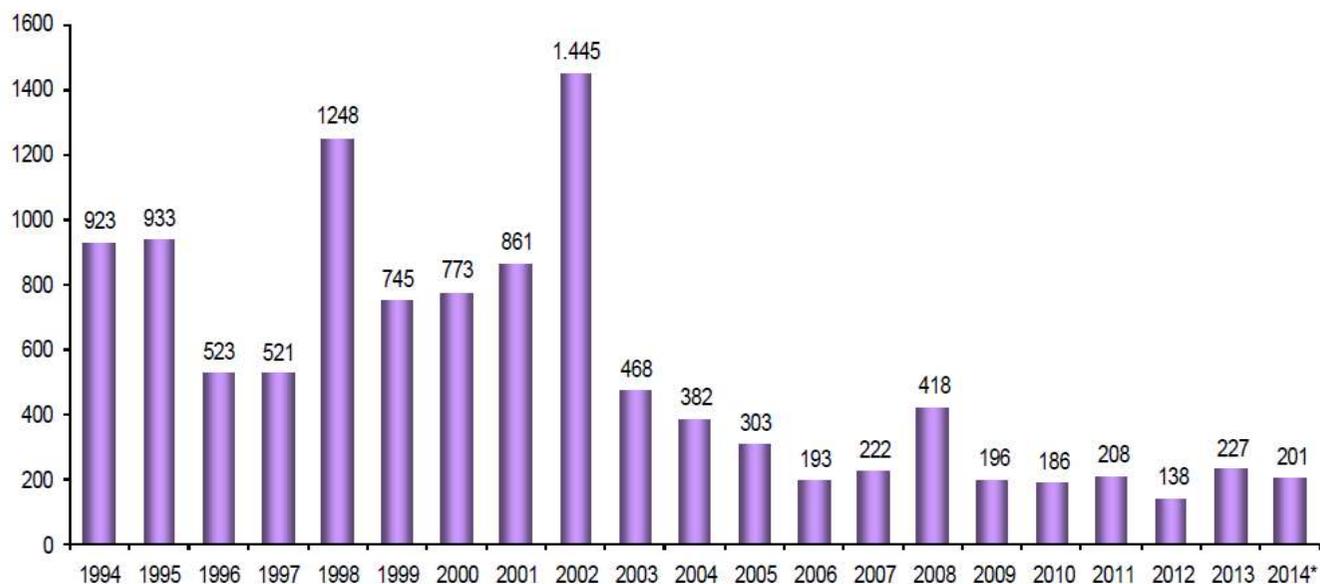
**Relação Crédito/PIB, por instituição de origem, 2000-2013**



Fonte: Banco Central do Brasil

No âmbito externo, ocorrem alterações importantes, que implicam a redução dos fluxos de capitais para a economia brasileira. A principal mudança foi a redução da expansão monetária na economia americana (*quantitative easing*). O Banco Central dos EUA tem feito cortes graduais no programa de estímulo, e há sinalização de que deve chegar ao fim até o final de 2014. A alteração na política monetária nos EUA provocou realocação nos portfólios mundiais, tendo elevado a taxa de câmbio brasileira no final de 2013 e início de 2014. O gráfico adiante aponta a maior percepção de risco Brasil, após 2012. O aumento da taxa de juros interna compensou esse movimento, reduzindo novamente a taxa de câmbio.

**ÍNDICE EMBI BRASIL  
(FIM DE PERÍODO)**

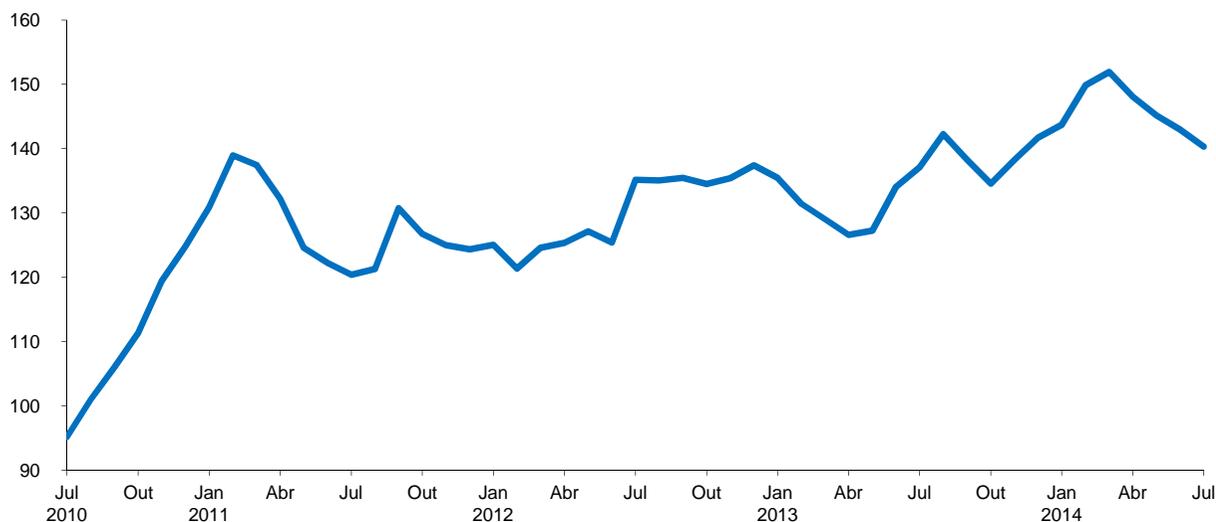


\* Dado de Junho  
Fonte: Base de dados do Portal Brasil, Banco Central do Brasil, CMA, Enfoque e Agência Brasil.



A realocação dos portfólios mundiais, em conjunto com a desaceleração das taxas de crescimento da economia global e, principalmente, da economia chinesa, induziu a queda dos preços das *commodities*, conforme se pode visualizar no gráfico seguinte. Esse movimento resultou na piora dos termos de troca da economia brasileira e, conseqüentemente, na intensificação das tendências de queda do superávit comercial e de aumento do déficit em transações correntes. A despeito da recente valorização cambial, a queda dos preços das *commodities* e a eminente finalização do *quantitative easing* deve reforçar o movimento de saída de capitais e eventuais desvalorizações cambiais.

Índices de preços de  
*Commodities*

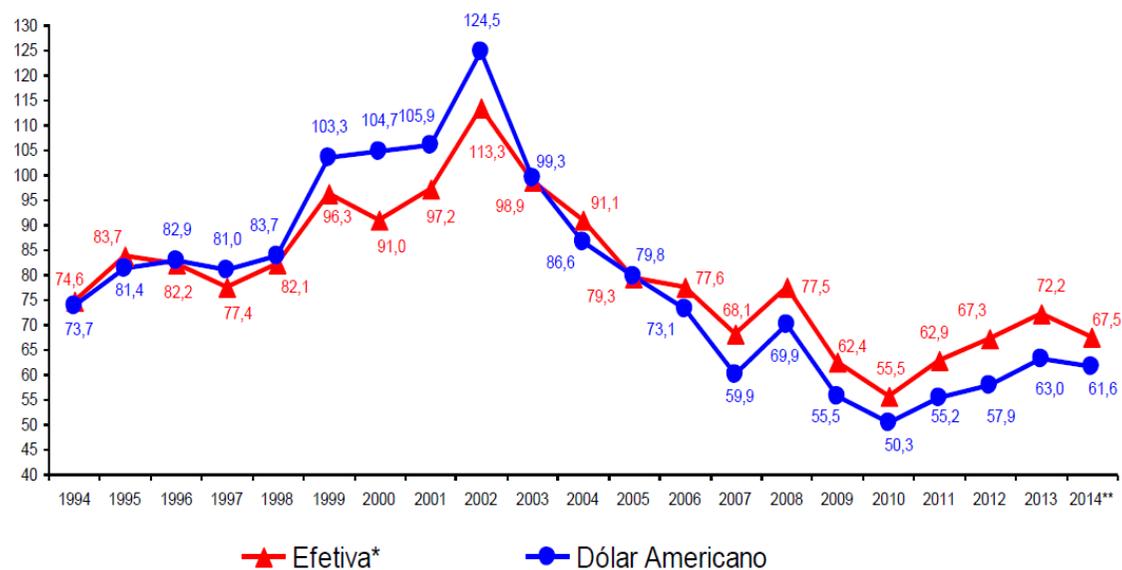


Fonte: BCB  
Dez/2005 = 100

— IC-Br

O gráfico seguinte mostra o índice de taxa de câmbio real (IPA-DI). Em 1994, o índice do dólar americano mantinha uma diferença a menor de apenas 0,9 ponto, em relação à cesta de moeda de 15 países. Essa diferença passou para 11,2 pontos, em 2002, e para 5,9 pontos em junho de 2014; ou seja, o dólar se desvalorizou no período em relação à cesta de moedas.

**ÍNDICE DE TAXAS DE CÂMBIO REAL (IPA-DI)**



\* Cesta de moedas de 15 países  
\*\* Dados de junho  
Fonte: BCB



Há, portanto, uma mudança significativa no cenário externo, em relação ao que vigorou na última década. No modelo de crescimento anterior, foi possível complementar a oferta doméstica com a expansão das importações, sem que isso implicasse desequilíbrios insustentáveis nas transações correntes, e, ao mesmo tempo, amenizar as pressões inflacionárias decorrentes do crescimento da renda e do emprego com a apreciação cambial. No cenário atual, observa-se o aumento do déficit externo, mesmo com um crescimento reduzido da demanda doméstica e das importações, com maiores dificuldades para o financiamento desse déficit e a perspectiva de depreciação cambial.

Em suma, é explícito o esgotamento do modelo de crescimento puxado pelo crédito e pelo consumo doméstico, que tinha como pilar o atendimento de importações com apreciação cambial derivada de receita das exportações de *commodities*. A necessidade de transição já estava presente em 2011, quando ficou claro que a crise internacional se estenderia por mais alguns anos. Naquele período, o Governo Federal buscou produzir uma depreciação cambial não inflacionária, combinada com medidas fiscais e monetárias de contenção da demanda. O objetivo central era aumentar o grau de proteção à indústria, tendo em vista a perda de competitividade acumulada ao longo dos anos, devido à apreciação cambial e ao acirramento da competição mundial pelos mercados consumidores.

Mas as medidas de contenção da demanda, acrescidas do agravamento da crise internacional, provocaram uma desaceleração acentuada no ritmo de crescimento da economia em 2011, conforme gráfico adiante. Em resposta a essa desaceleração, o Governo retomou os incentivos ao consumo, dando reforço também às medidas de estímulo ao investimento e à recuperação da competitividade, entre os quais se destacam o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e o crédito a custos baixos do BNDES, a redução do preço da energia elétrica, a redução de impostos sobre a folha de salários e as concessões para os investimentos privados em infraestrutura.

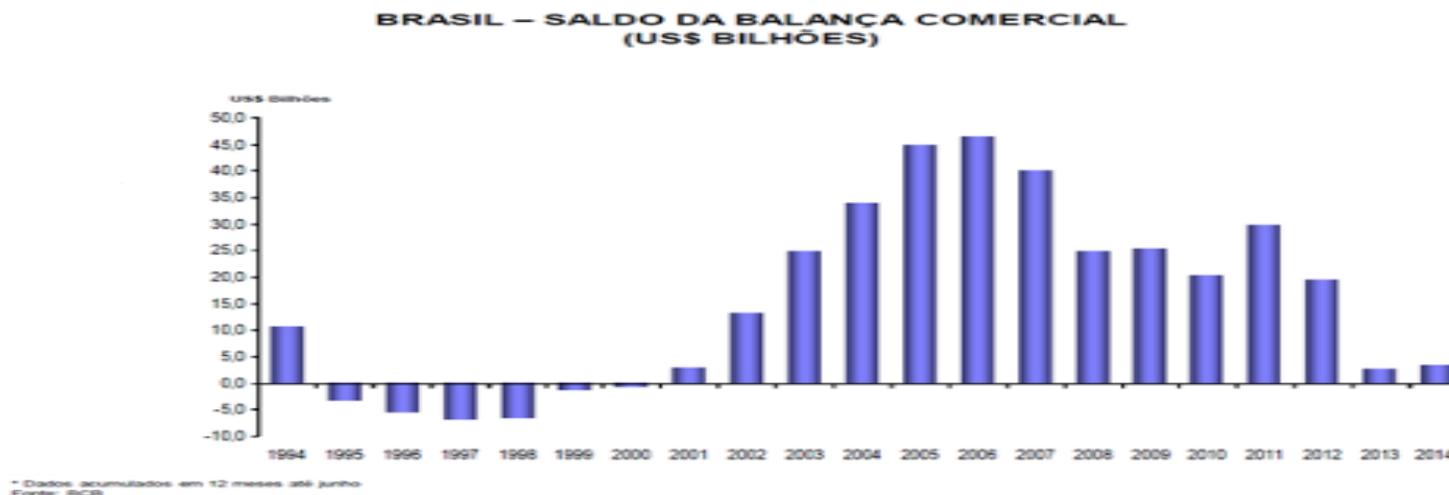


Buscava-se, com isso, sustentar o consumo e o crescimento econômico no curto prazo e, ao mesmo tempo, conduzir a transição para um novo modelo de crescimento no médio prazo, este voltado à ampliação dos investimentos e à elevação da produtividade. Nesse contexto, a nova matriz macroeconômica, caracterizada pela combinação de juros baixos e câmbio competitivo, teria um papel central na recuperação da competitividade externa da indústria e no estímulo aos investimentos para a ampliação da capacidade produtiva.

Reconhece-se, porém, que a resposta da economia à nova matriz macroeconômica foi lenta. Desde 2012, o consumo cresceu moderadamente. Em 2013, os investimentos cresceram 5,2%, mais do que o dobro do crescimento do PIB no ano. Esse indicador parecia sinalizar que as políticas tinham surtido efeito. No início de 2014, entretanto, houve recuo do investimento, que pode ser explicado parcialmente pelo compasso de espera ao resultado do pleito que ocorrerá em outubro. De todo o modo, a piora de alguns fundamentos macroeconômicos no curto prazo, como as contas externas, as contas públicas e a inflação, tem colocado em xeque o novo modelo de crescimento. É necessário considerar que o período é de transição e que os reflexos das transformações em curso, na competitividade e na dinâmica da produtividade, ficarão claros em médio e longo prazo.



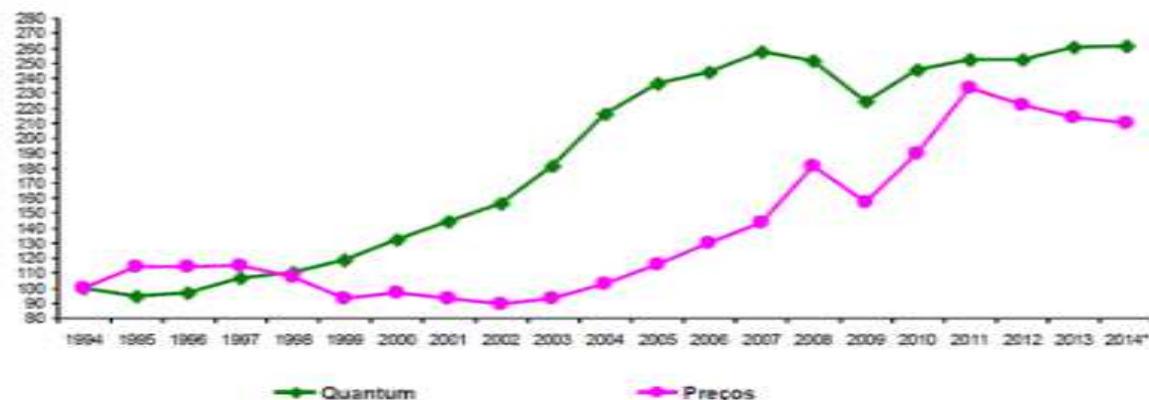
A balança comercial está entre os fundamentos macroeconômicos que registraram deterioração. Em 2013, o saldo fechou em US\$ 2,53 bilhões. O gráfico adiante mostra a evolução do saldo da balança comercial.



A esse respeito, cabe notar que, em 2013, o volume de exportações tem oscilado em torno do mesmo nível desde 2007. Porém, até 2011, ainda havia crescimento das receitas em dólares, devido à elevação dos preços no mercado internacional, conforme se pode ver no gráfico adiante. Em 2012, os preços das exportações caíram, o que reduziu o saldo comercial e ampliou o déficit em transações correntes, que fechou em US\$ 81,4 bilhões, em 2013, ou 3,66% do PIB. De outro lado, a balança do petróleo, que obteve déficit significativo em 2013, recuperou-se em 2014, devido ao início da produção de novas plataformas.



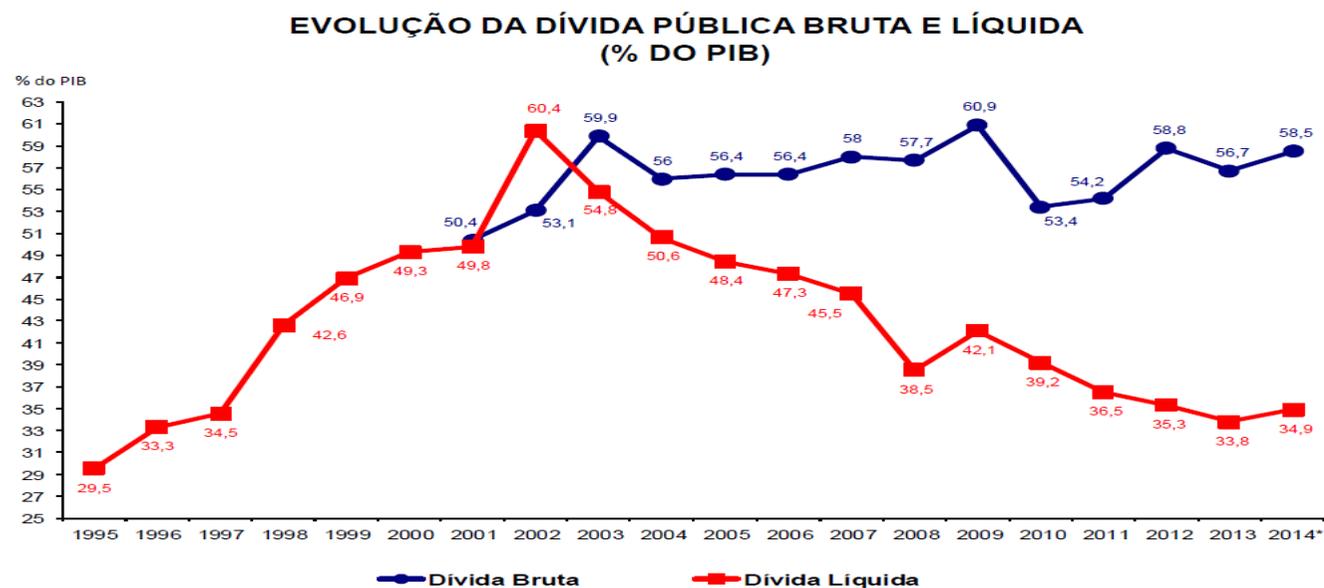
EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE QUANTUM E DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES  
Ano Base 1994= 100



\* Dados acumulados em 12 meses até junho.  
Fonte: FUNCEX.

A estagnação do volume exportado reflete a perda de competitividade acumulada na última década, que resultou, entre outros fatores, da apreciação cambial e da elevação de uma série de custos, entre eles o da mão de obra. A reversão dessa tendência não é instantânea, ainda que a desvalorização cambial e as medidas voltadas à recuperação da competitividade estejam na direção correta.

Da mesma forma, a redução recente do superávit primário em proporção ao PIB decorreu menos de uma mudança na dinâmica dos gastos do que de uma redução nas receitas. Isso mostra que o custo-benefício dos estímulos fiscais ao consumo já não compensa, tendo em vista que as desonerações de R\$ 70 bilhões ao ano não geraram o crescimento suficiente para contrapor a renúncia das receitas. Por outro lado, mesmo com o menor crescimento do PIB e o menor superávit primário, a relação Dívida pública/PIB ainda assim se reduziu, de 35,3%, em dezembro de 2012, para 34,9%, em junho de 2014, conforme gráfico seguinte.

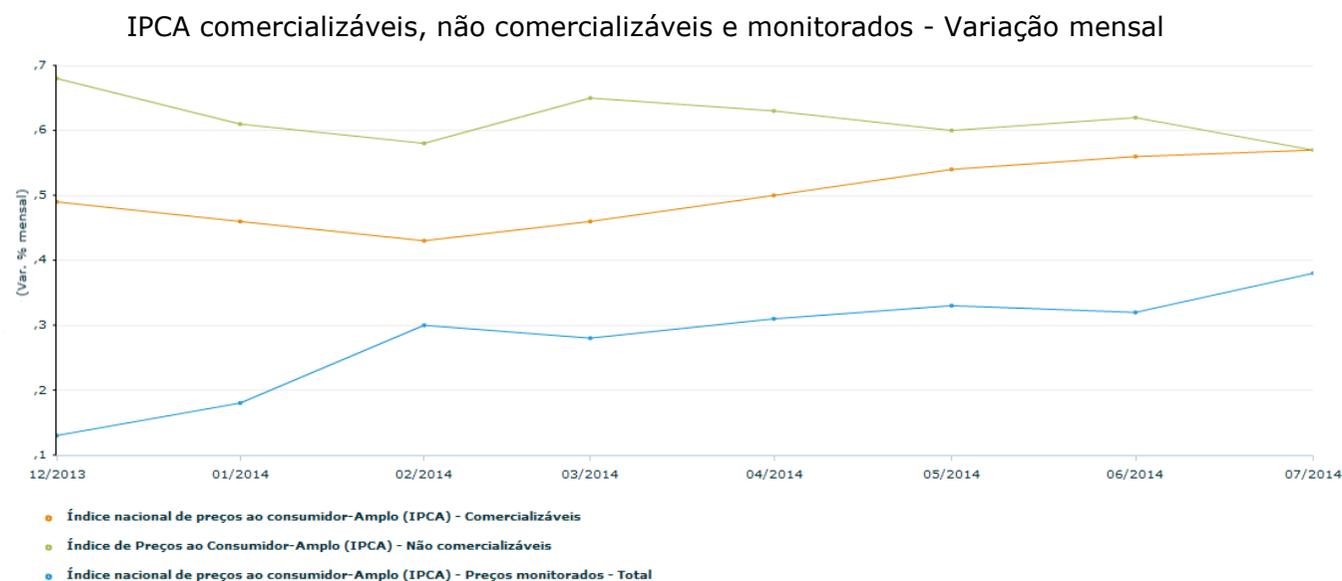


\* Dados de Junho  
Fonte: BCB

É verdade que houve um aumento da relação Dívida bruta/PIB, devido ao aumento das concessões de crédito dos bancos públicos, ainda assim abaixo do patamar de 2009 e semelhante à de 2003. Note-se, porém, que o aumento de dívida bruta tem como contrapartida a elevação de ativos do governo em empréstimos ao setor privado, e que a inadimplência nesses empréstimos é menor do que naqueles concedidos pelas instituições financeiras privadas.

Ademais, a situação fiscal brasileira não embute riscos, podendo inclusive ser considerada confortável, se comparada à situação de muitos países desenvolvidos. Por fim, em um cenário de crescimento moderado do PIB e das receitas fiscais, é impossível conciliar aumento dos investimentos, necessários para a aceleração do crescimento no longo prazo, e a continuidade das políticas sociais, sem que isso implique alguma redução no superávit primário.

A inflação também tem sido frequentemente apontada como um exemplo de retrocesso na condução da política econômica. De um lado, o IPCA de 2013, de 5,91%, ficou muito próximo da média observada da última década. Desde o início do Sistema de Metas de Inflação, em 1999, a variação dos preços tem sido, em média, de 6,5% ao ano. Em 2014, a taxa de inflação acelerou no início do ano e declinou nos últimos meses, fechando em 0,01% em julho. Ao final de 2014, deve encerrar um pouco acima de 6%. Há que destacar que fatores climáticos impactaram nos preços dos alimentos, mas esses estão em recuo. No gráfico abaixo, mostra-se a variação mensal da inflação pelo IPCA, nos bens comercializáveis, não comercializáveis e bens monitorados..



Desde meados da última década, a inflação dos bens não comercializáveis (setor de serviços) tem se mantido persistentemente acima da meta – acima de 8,0% ao ano –, movimento que resulta de uma mudança estrutural no setor, associada à redução do desemprego e à elevação da renda, sobretudo em setores de mão de obra menos qualificada. Até 2012, a inflação mais elevada dos serviços era compensada pelo ritmo mais baixo de crescimento dos preços dos bens comercializáveis, que tendem a acompanhar a dinâmica cambial e dos preços internacionais, e registravam aumentos inferiores a 4,0%, devido ao câmbio apreciado. Com a desvalorização cambial de 2013, houve elevação dos preços dos bens comercializáveis, porém, o dos não comercializáveis foi reduzido. Ao longo de 2013, a inflação manteve-se dentro da meta devido ao menor crescimento dos bens monitorados.

Finalmente, a tabela adiante permite visualizar que os dados do PIB não mostram uma economia estagnada ou em recessão. No acumulado do ano de 2013, o crescimento foi de 2,5%, um ritmo menor do que na década passada, mas em um patamar razoável, comparado ao crescimento mundial de 3%, como Índia e China, que puxaram a média para cima. O primeiro trimestre de 2014 teve um resultado mais modesto, com crescimento de 0,8% anualizado e 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O ano de 2014 deve marcar uma taxa menor do que o de 2013. Ainda assim, essa expansão será suficiente para manter o nível de emprego em patamares historicamente baixos. As concessões em infraestrutura e o andamento de alguns investimentos públicos podem contrabalançar a moderação do investimento privado.

Produto Interno Bruto brasileiro e componentes da demanda agregada - Variação trimestral

<b>Especificação</b>	<b>2013/1</b>	<b>2013/2</b>	<b>2013/3</b>	<b>2013/4</b>	<b>2014/1</b>
<b>PIB Brasil</b>	<b>1,9</b>	<b>3,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>1,9</b>
Consumo das Famílias	2,5	2,8	2,4	2,5	2,2
Consumo da Administração Pública	2,4	0,9	2,5	2,2	3,4
Formação Bruta de Capital Fixo	2,2	7,7	6,7	4	-2,1
Exportações	-5,7	6,3	3,2	5,6	2,8
Importações	7,4	7,7	13,7	4,8	1,4

Fonte: IBGE/CNT.

No horizonte, há a possibilidade de alguma desvalorização cambial, em reflexo às mudanças externas, que pode reverter parte do processo de acentuação do déficit em transações correntes. De outro lado, a maturação dos investimentos efetuados no setor de petróleo passará a ser observada nas contas externas. Nesse ambiente, pode ocorrer substituição de importações pela produção doméstica, tendo algum efeito sobre a atividade econômica. Fica claro, por outro lado, que a sustentação de um ritmo maior de crescimento ao observado nos últimos anos não será alcançada com mais estímulos ao consumo ou com a redução dos financiamentos dos bancos públicos e do papel do Estado na aplicação em investimentos. A aceleração do crescimento depende, cada vez mais, do aumento da produtividade. E esta, por sua vez, depende da continuidade do crescimento dos investimentos privados, da ampliação e melhora na qualidade do ensino e da pesquisa, e de uma infraestrutura que acompanhe e contribua para a continuidade do desenvolvimento econômico e social.

### **3.3 A Conjuntura Econômica do Estado do Rio Grande do Sul**

Após a forte expansão da economia gaúcha em 2013, o Estado deve apresentar desaceleração em 2014. A taxa de crescimento do PIB gaúcho, que foi de 8,7% no primeiro semestre de 2013, reduziu-se para 3,9% no segundo semestre. No primeiro trimestre de 2014, o crescimento foi de 3,2%, conforme se pode ver na tabela seguinte.

Produto Interno Bruto, RS e Brasil - Variação % em relação ao mesmo período anterior

Atividades	1º semestre de 2013		2º semestre de 2013		1º trimestre de 2014	
	RS	BRASIL	RS	BRASIL	RS	BRASIL
<b>PIB do Rio Grande do Sul</b>	<b>8,7</b>	<b>2,7</b>	<b>3,9</b>	<b>2,3</b>	<b>3,2</b>	<b>1,9</b>
<b>Setor Agropecuária</b>	<b>60,5</b>	<b>12,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>0,9</b>	<b>6,4</b>	<b>2,8</b>
<b>Setor da Indústria</b>	<b>2,9</b>	<b>1,1</b>	<b>6,0</b>	<b>2,2</b>	<b>1,5</b>	<b>0,8</b>
Transformação	3,8	2,7	7,6	2,7	1,2	-0,5
Construção civil	2,2	1,3	2,4	2,0	-0,6	-0,9
<b>Setor de Serviços</b>	<b>2,8</b>	<b>2,2</b>	<b>3,7</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>2,0</b>
Comércio	3,0	2,7	5,2	3,1	3,1	2,2
Transportes	4,0	2,4	9,6	3,7	8,3	4,0

Fonte: FEE, IBGE.

A taxa de crescimento do setor de agropecuária não deve ser alta em 2014, visto que parte de uma base alta de comparação, que foi a safra de 2013. Mesmo que a safra agrícola do Estado atinja novo patamar histórico, sua taxa de expansão deve ser baixa. Quanto à indústria, a tendência é de desaceleração no segundo trimestre de 2014. Mostram isso as informações da produção industrial de janeiro a junho de 2014, conforme a tabela seguinte.

Produção da indústria de transformação, RS e Brasil - Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior

Atividades	2013		1º Trimestre de 2014		1º Semestre de 2014	
	RS	BRASIL	RS	BRASIL	RS	BRASIL
<b>Indústria de transformação (PIM)</b>	<b>7,6</b>	<b>2,7</b>	<b>3,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,4</b>
Veículos automotores, reboques e carrocerias	25,3	9,5	16,2	-6,6	-3,0	-16,9
Derivados do petróleo e biocombustíveis	22,8	6,7	8,8	0,4	-3,1	2,1
Produtos de borracha e de material plástico	10,5	0,7	1,4	2,4	-2,8	-2,1
Máquinas e equipamentos	9,7	4,0	2,1	0,4	0,5	-4,5
Móveis	7,2	1,8	3,3	-3,8	-4,2	-8,7
Bebidas	7,1	-2,1	-0,9	1,8	-4,0	3,2
Produtos químicos	6,3	4,9	-5,9	-1,4	-10,9	-4,1
Produtos de metal	5,2	-1,7	-0,3	-7,8	-1,1	-10,1
Metalurgia	0,9	0,0	4,8	0,2	-10,0	-5,0
Produtos alimentícios	0,2	0,6	1,8	1,9	-1,3	2,1
Couros e calçados	-0,2	4,1	-2,2	-3,1	-6,6	-4,6
Celulose, papel e produtos de papel	-0,8	-0,6	0,5	-0,8	-1,9	-1,4
Produtos do fumo	-6,1	-8,2	-2,6	-3,4	-7,2	-6,9

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) - IBGE.

As atividades da indústria de transformação, que haviam apresentado expressivo aumento de produção, em 2013, demonstram clara perda de dinamismo nos primeiros meses de 2014. As causas são de natureza externa e interna. Externamente, a indústria gaúcha está sentindo os efeitos de uma menor demanda por suas exportações, notadamente a da Argentina, que passa por problemas econômicos, diminuindo significativamente as suas compras externas. De outro lado, a indústria gaúcha acompanha o desempenho fraco da indústria brasileira, que também passa por desaceleração.

A construção civil já apresentou redução no primeiro trimestre de 2014. Não se espera que durante o ano possa ter uma eventual recuperação. O setor de serviços, principalmente o comércio e os transportes, ainda apresenta taxas mais altas de crescimento no primeiro trimestre de 2014. Dada sua importância, com participação de quase dois terços do valor adicionado bruto, seu desempenho torna-se vital para a economia do Estado.

As possíveis melhoras do quadro, ao longo do segundo semestre de 2014, vão depender, principalmente, da recuperação da demanda interna brasileira. O aumento do consumo poderia estimular o comércio e as atividades industriais ligadas ao mercado de bens duráveis, como o de automóveis, de grande importância no Estado.

O menor crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, na comparação com o desempenho nacional ao longo da última década, esteve ligado, preponderantemente, à ausência, na estrutura produtiva gaúcha, de atividades de alto crescimento no Brasil, como a extração de petróleo e minério de ferro, e o menor crescimento populacional verificado no Estado. Por outro lado, a economia gaúcha alterou sua estrutura industrial e apresentou um aumento da produtividade do trabalho superior ao nacional no período. Como resultado, apesar do menor crescimento relativo do PIB, a renda *per capita* do Estado continuou crescendo em relação à média nacional.

No contexto do crescimento brasileiro, liderado pela expansão da produção de *commodities* e pelo consumo interno de massas, os setores da indústria gaúcha que tiveram melhor desempenho relativo foram aqueles vinculados à produção de veículos e bens de capital. Ao contrário, aqueles segmentos produtores de bens de consumo mais intensivos em trabalho, como calçados, alimentos e mobiliário, enfrentaram dificuldades competitivas maiores, associadas ao enfrentamento de uma maior concorrência externa em um contexto de apreciação cambial.

A continuar o crescimento da indústria extrativa mineral na economia brasileira, praticamente ausente da estrutura produtiva do Estado, e a expansão a partir de novas áreas da produção de grãos em outras regiões do Brasil, a economia gaúcha terá que encontrar novos caminhos para o seu desenvolvimento. Esse desafio requer o enfrentamento de antigos problemas, como a distância geográfica do Estado em relação aos grandes centros consumidores do País, as dificuldades de crescimento dos países do MERCOSUL, em especial a Argentina, as oscilações climáticas e as limitações das finanças estaduais. Nesse quadro, merece destaque a construção e a consolidação da indústria naval e oceânica no Rio Grande do Sul, que permite a ligação da economia estadual com a indústria nacional de petróleo e gás.

## **4. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **4.1 O Quadro Geral das Finanças Públicas**

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul apresentam um quadro, por um lado, de resultados satisfatórios obtidos através da gestão sobre a receita; por outro, de dificuldades estruturais, com déficits fiscais persistentes e continuados há mais de quatro décadas.

Um dos problemas das finanças estaduais está relacionado com a questão previdenciária. O Estado do Rio Grande do Sul não se preparou para suportar os encargos de seus atuais inativos. Por causa dos elevados gastos com as aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro suportou, em 2013, um déficit previdenciário de R\$ 6,5 bilhões. O déficit previdenciário é equivalente a mais de um quinto do valor de toda a Receita Corrente Líquida (RCL).

Outro fator importante de engessamento fiscal é o elevado compromisso com os pagamentos da dívida estadual contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.996/97, que faz despendar 13% da Receita Líquida Real com o serviço da dívida, próximo de R\$ 3,5 bilhões, em 2015. Quanto ao índice aplicado na atualização do estoque da dívida, como parte de uma solução, a Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2013, o Projeto de Lei Complementar nº 238/2013, que alterou o indexador do estoque da dívida pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Conforme pronunciamento da própria Presidência da República, o acordo firmado é a votação do projeto no Senado Federal após as eleições de 2014. Da forma proposta, o projeto trará uma nova perspectiva de equacionamento da dívida.

Adiante, faz-se uma pequena explanação sobre a evolução da estrutura das contas públicas. A situação fiscal do Estado agravou-se no final da década de noventa, por conta da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através do endividamento pela emissão de títulos públicos e da venda de bens, e impôs um austero regime de ajustamento orçamentário.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal passou a ser perseguido, mas a própria mudança do espectro das políticas públicas. E com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, forçou os gestores públicos a severas restrições orçamentárias em áreas estratégicas.

O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera estadual, tais como a Saúde, a Educação, a Segurança e a Infraestrutura; (ii) pelas sucessivas tentativas de realocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscaram otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de gastos, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, tudo isso sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

O desafio para a execução de um novo modelo de gestão fiscal passa pela busca por novas fontes de financiamento, que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pela contratação de operações de crédito internas e externas para investimento, até o reforço de arrecadação, através da permanente qualificação do Fisco.

Não há soluções fáceis no combate aos problemas estruturais das contas estaduais, por isso, uma das diretrizes do atual Governo é resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza haverá condições de consolidar um patamar de financiamento que minimize o processo de escassez de recursos do cotidiano da gestão financeira. Portanto, faz-se necessário incorporar na economia gaúcha um alto padrão de inovação, dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativas sem as quais não é possível imaginar a quantidade de receitas para fazer frente às melhorias necessárias nos instrumentos de políticas públicas.

## **4.2 O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo**

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, aos atrasos nos pagamentos de fornecedores, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação de lei ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, o parcelamento de salários e o empréstimo para o pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo. Os últimos governos se utilizaram do caixa único e dos depósitos judiciais para cobrir as despesas mais prementes de pessoal e custeio.

Apesar do uso desse conjunto variado de fontes de financiamento, não se conseguiu reverter a gradativa diminuição da capacidade de execução de investimento do Estado e a precarização dos serviços públicos.

É importante ressaltar que a reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos de 1990, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social, no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, sem outros recursos extraordinários, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor.

### 4.3 Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário.

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida. As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na tabela a seguir, são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1971 e 2013, conforme fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados negativos.

Convém mencionar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Pública Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério da Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Anual, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.



Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1971	(135.174.354)	(43.615.632)	-0,19%	-0,06%	9,66%	9,85%
1972	(249.239.758)	(285.406.128)	-0,32%	-0,36%	9,65%	9,97%
1973	(463.031.673)	(534.911.682)	-0,44%	-0,50%	8,71%	9,14%
1974	(388.731.255)	(974.016.426)	-0,34%	-0,86%	8,59%	8,93%
1975	(653.064.798)	(1.260.412.019)	-0,53%	-1,02%	9,40%	9,93%
1976	(1.370.754.447)	(1.385.999.288)	-1,04%	-1,05%	7,83%	8,88%
1977	(503.469.644)	(26.735.787)	-0,35%	-0,02%	7,81%	8,16%
1978	232.787.698	(601.754.772)	0,16%	-0,41%	8,58%	8,42%
1979	(382.158.831)	(908.999.383)	-0,27%	-0,65%	8,13%	8,40%
1980	(418.684.301)	(497.746.450)	-0,30%	-0,35%	7,75%	8,05%
1981	(466.425.924)	(1.139.969.974)	-0,34%	-0,82%	9,12%	9,46%
1982	(1.194.402.446)	(1.525.869.442)	-0,87%	-1,12%	10,70%	11,58%
1983	(3.725.998.672)	(1.157.092.151)	-3,17%	-0,98%	7,91%	11,08%
1984	(1.633.377.090)	(934.348.174)	-1,36%	-0,78%	8,82%	10,19%
1985	(6.312.336.425)	(1.556.588.957)	-5,09%	-1,25%	9,89%	14,98%
1986	(2.716.386.619)	(1.651.306.273)	-1,40%	-0,85%	11,13%	12,53%
1987	(606.098.317)	(550.507.528)	-0,48%	-0,43%	10,96%	11,43%
1988	(320.541.552)	(569.526.720)	-0,33%	-0,59%	9,56%	9,89%
1989	105.726.803	(1.273.118.480)	0,12%	-1,40%	9,79%	9,68%
1990	(615.622.753)	(1.919.074.834)	-0,55%	-1,71%	12,35%	12,90%
1991	(225.964.710)	(230.037.378)	-0,22%	-0,23%	10,34%	10,57%
1992	(433.245.855)	(1.850.120.653)	-0,45%	-1,94%	11,52%	11,97%
1993	(135.006.864)	(967.192.192)	-0,16%	-1,12%	11,23%	11,39%
1994	(532.918.789)	(594.088.063)	-0,34%	-0,38%	11,94%	12,28%
1995	(1.911.385.173)	(828.633.541)	-0,82%	-0,36%	11,39%	12,22%
1996	(110.230.598)	(2.778.414.191)	-0,04%	-1,10%	13,29%	13,33%
1997	2.082.137.629	(1.905.522.034)	0,81%	-0,74%	14,76%	13,94%
1998	1.364.069.228	(5.088.089.382)	0,53%	-1,98%	18,79%	18,26%
1999	(2.340.359.018)	(1.248.863.179)	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%



Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	(1.552.491.302)	(1.164.518.280)	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	(1.382.021.472)	(733.430.750)	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	(499.412.090)	(130.260.526)	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	(116.072.383)	(182.893.255)	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	(1.236.646.193)	58.883.550	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	(1.478.077.678)	920.842.812	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	(1.397.579.626)	706.243.539	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	908.067.861	1.390.544.226	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	580.068.089	2.818.464.447	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	13.862.280	2.427.787.141	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	(188.501.075)	1.909.426.890	-0,06%	0,63%	11,34%	11,40%
2011	(556.196.164)	1.658.704.038	-0,18%	0,55%	11,23%	11,42%
2012	(772.666.078)	848.992.616	-0,27%	0,30%	11,96%	12,19%
2013	(1.393.994.404)	623.854.301	-0,45%	0,20%	11,65%	12,10%

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS).

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2013 estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se a nova série do PIB, divulgada pela FEE/RS.

Nota 3: O PIB de 2012 e de 2013 é estimativa preliminar da FEE/RS, sujeito à alteração.

Nota 4: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil).

O resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida pública.

#### 4.4 Os Principais Agregados da Receita Pública

A tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003 até 2013, atualizada pelo IGP-DI. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, por representarem dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que se entende deva ser expurgado. A receita total, em 2013, foi 45,3% superior em relação a 2003, em valores reais pelo IGP-DI. No período, as receitas tributárias cresceram 56,9%, passando de R\$ 18,8 bilhões para R\$ 29,5 bilhões.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Atualizada pelo IGP-DI - Em R\$ milhões

Especificação das Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>24.945</b>	<b>23.863</b>	<b>26.467</b>	<b>28.034</b>	<b>28.226</b>	<b>30.081</b>	<b>31.122</b>	<b>34.628</b>	<b>33.858</b>	<b>34.417</b>	<b>36.486</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.774	18.605	20.307	21.323	21.390	23.117	23.711	26.907	26.408	27.226	29.455
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.302	1.472	1.509	1.596	1.678	1.580	1.696	1.748	1.909	1.940	2.235
RECEITA PATRIMONIAL	631	329	414	615	468	719	892	746	714	669	495
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	1	1	1	4	1	2	2
RECEITA INDUSTRIAL	5	10	4	3	1	1	0	0	1	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	303	279	278	260	267	283	302	292	282	293	282
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.471	4.925	5.335	5.907	6.241	6.830	7.014	7.507	7.466	7.191	7.099
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.275	987	969	715	861	802	1.116	1.465	1.160	1.261	1.337
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	-2.818	-2.745	-2.350	-2.386	-2.681	-3.252	-3.609	-4.041	-4.085	-4.164	-4.419
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>798</b>	<b>744</b>	<b>299</b>	<b>528</b>	<b>2.057</b>	<b>1.719</b>	<b>318</b>	<b>1.307</b>	<b>432</b>	<b>1.176</b>	<b>922</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	523	391	204	47	0	1.563	0	987	285	1.006	553
ALIENAÇÃO DE BENS	244	289	47	359	1.957	6	40	5	6	45	101
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	9	18	20	82	52	33	22	43	44	18	68
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22	47	29	40	48	118	239	271	98	106	200
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	0	0	0	0	0	16	1	0	1	0
<b>Total das Receitas</b>	<b>25.743</b>	<b>24.607</b>	<b>26.766</b>	<b>28.562</b>	<b>30.283</b>	<b>31.800</b>	<b>31.440</b>	<b>35.935</b>	<b>34.290</b>	<b>35.593</b>	<b>37.408</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Como se pode observar, as receitas tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. As operações realizadas pelo Estado, em 2008 e 2010, contratadas junto ao Banco Mundial (BIRD), tiveram a finalidade de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite.

Já entre 01/01/2011 e 30/06/2014, contrataram-se diversas operações de crédito avalizadas pelo Governo Federal, direcionadas para investimentos nas áreas sociais e em infraestrutura, no montante de R\$ 2,250 bilhões. Adiante, tabela que discrimina as operações de crédito do atual Governo: em 2011, foram realizadas quatro operações de crédito (três internas e uma externa), totalizando R\$ 247,6 milhões; em 2012, cinco operações de crédito (três internas e duas externas), totalizando R\$ 943,7 milhões; em 2013, quatro operações de crédito (uma interna e três externas), totalizando R\$ 542,3 milhões; em 2014 (jan-jun), foram finalizadas três operações de crédito (duas internas e uma externa), totalizando R\$ 516,2 milhões.

Operações de crédito contratadas entre 2011 e 2014 (Jan-Jun) – R\$ 1.000,00

Especificações		Contratações 2011	Contratações 2012	Contratações 2013	Contratações 2014 (Jan-Jun)	Finalidade das Operações Contratadas
Operações de Crédito Internas	BNDES - PEF	94.192	0	0	0	Infraestrutura e segurança pública
	BNDES - PMAE TRIBUTÁRIO	2.750	7.833	0	0	Administração tributária e gestão pública
	BNDES - PEF II	139.512	0	0	0	Infraestrutura
	BNDES - PROINVESTE	0	300.000	0	80.000	Infraestrutura
	BNDES - PROREDES	0	314.032	246.543	34.001	Desenvolvimento e modernização do setor produtivo, inovação tecnológica, infraestrutura, habitação, segurança pública e ampliação do crédito
Operações de Crédito Externas	BID - PROFISCO	11.151	0	39.364	0	Administração tributária
	BIRD - PROREDES	0	65.744	89.186	0	Gestão pública e ambiental, educação, infraestrutura, desenvolvimento do setor privado
	BID - PROCONFIS	0	256.050	167.242	0	Infraestrutura e aumento do capital da PROCERGS
	BIRD - PROCONFIS II	0	0	0	402.246	Infraestrutura
<b>Total</b>		<b>247.605</b>	<b>943.659</b>	<b>542.335</b>	<b>516.247</b>	<b>Total: R\$ 2.249.846</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/DECAP.

#### **4.4.1 ICMS**

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

A arrecadação de ICMS, por vezes, não acompanha o comportamento do PIB. Em época de ótimo crescimento econômico coincide com boa arrecadação. O contrário nem sempre é verdadeiro. Em 2012, por exemplo, apesar de o PIB gaúcho ter sido negativo em 1,4%, o ICMS cresceu 9,6%, nominalmente, e 3,4%, em valores atualizados pelo IGP-DI.

Diversas são as variáveis que impactam a arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada e a inflação presente; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume monetário das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.

A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade e na qualidade de consumo das famílias, mas também a inflação passada embutida nos preços de produtos e serviços.

No intuito de demonstrar a origem da arrecadação do ICMS, a tabela adiante mostra o desempenho de cada setor econômico, entre 2011 e junho de 2014. Pode-se constatar que, em 2013, o setor primário respondeu por 0,5% da arrecadação de ICMS; o setor secundário, por 35,6%; o setor terciário, por 33,3%; o setor de energia elétrica, por 7,1%; o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, por 17,6%; a recuperação de valores em Dívida Ativa teve peso de 1,7%; e outras fontes foram responsáveis por 4,2% da arrecadação total de ICMS.

ICMS Total Arrecadado por Setor Econômico – R\$ mil

ICMS TOTAL	2011		2012		2013		2014 (Jan-Jun)	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico						
<b>Setor Primário</b>	<b>86.371</b>	<b>0,4</b>	<b>96.718</b>	<b>0,5</b>	<b>124.903</b>	<b>0,5</b>	<b>62.907</b>	<b>0,5</b>
<b>Setor Secundário</b>	<b>6.789.964</b>	<b>34,8</b>	<b>7.570.103</b>	<b>35,4</b>	<b>8.566.531</b>	<b>35,6</b>	<b>4.310.723</b>	<b>34,5</b>
<b>Setor Terciário</b>	<b>6.349.895</b>	<b>32,6</b>	<b>6.830.147</b>	<b>31,9</b>	<b>8.021.692</b>	<b>33,3</b>	<b>4.195.797</b>	<b>33,6</b>
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8	2.678.615	12,5	3.567.465	14,8	1.953.736	15,7
Comércio Varejista	2.102.404	10,8	2.039.727	9,5	2.180.290	9,1	1.121.437	9,0
Serviços de Transporte	164.980	0,8	195.794	0,9	224.067	0,9	120.579	1,0
Serviços de Comunicação	1.789.412	9,2	1.909.088	8,9	2.034.630	8,5	993.192	8,0
Outros	0	0,0	6.923	0,0	15.240	0,1	6.853	0,1
<b>Energia Elétrica</b>	<b>1.877.010</b>	<b>9,6</b>	<b>2.107.467</b>	<b>9,9</b>	<b>1.699.836</b>	<b>7,1</b>	<b>973.602</b>	<b>7,8</b>
Setor Secundário	71.758	0,4	79.043	0,4	78.133	0,3	52.643	0,4
Setor Terciário	1.805.252	9,3	2.028.424	9,5	1.621.703	6,7	920.959	7,4
<b>Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>3.419.713</b>	<b>17,5</b>	<b>3.580.799</b>	<b>16,7</b>	<b>4.240.165</b>	<b>17,6</b>	<b>2.198.404</b>	<b>17,6</b>
Setor Secundário	114.000	0,6	1.364.060	6,4	3.825.151	15,9	1.977.396	15,8
Setor Terciário	3.305.713	16,9	2.216.739	10,4	415.014	1,7	221.008	1,8
<b>Dívida Ativa</b>	<b>341.303</b>	<b>1,8</b>	<b>501.429</b>	<b>2,3</b>	<b>406.921</b>	<b>1,7</b>	<b>185.146</b>	<b>1,5</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>638.670</b>	<b>3,3</b>	<b>691.546</b>	<b>3,2</b>	<b>1.000.514</b>	<b>4,2</b>	<b>555.141</b>	<b>4,4</b>
<b>Total Geral</b>	<b>19.502.926</b>	<b>100,0</b>	<b>21.378.210</b>	<b>100,0</b>	<b>24.060.562</b>	<b>100,0</b>	<b>12.481.720</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

A redução da tarifa de energia elétrica promoveu a uma queda de participação desse setor na arrecadação total de ICMS. Ao comparar o ano de 2013 com 2012, houve uma queda de participação de arrecadação de 2,8 pontos percentuais, passando de uma participação relativa de 9,9% para 7,1%.

A tabela seguinte analisa a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), no período entre 2000 e 2013. Verifica-se um crescimento nominal de 326,1%, passando de R\$ 5.647 milhões, em 2000, para R\$ 24.061 milhões, em 2013. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 53,3%. Na comparação de 2013 com 2012, o crescimento nominal do ICMS foi de 12,6% e, pelo IGP-DI, de 6,1%. A arrecadação do ICMS, em relação ao PIB, que representou 6,9%, em 2000, chegou a 7,9% do PIB, em 2005. Em 2013, o ICMS arrecadado representou 7,7% do PIB gaúcho. A média, entre 2000 e 2013, é de 7,3% do PIB.



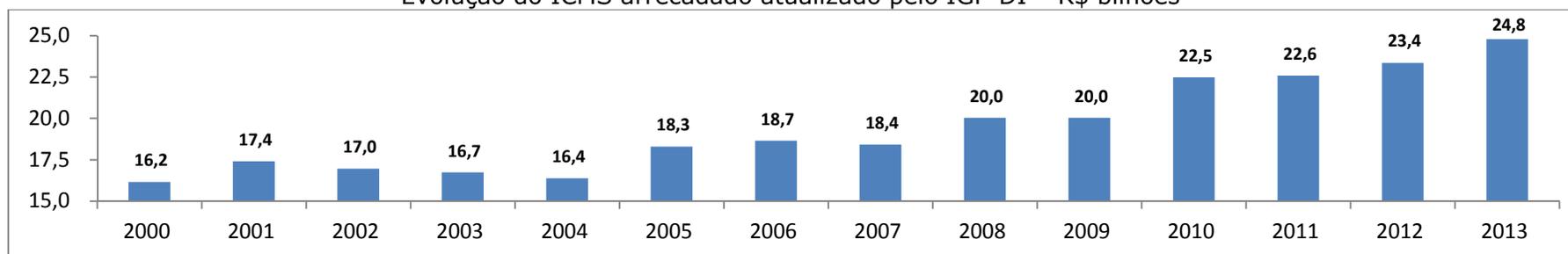
Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre o ano anterior	Arrecadação IGP-DI – Atualização até 31/12/2013	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2000	5.647	-	16.166	-	6,9
2001	6.706	18,8	17.406	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	16.967	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	16.737	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	16.381	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	18.295	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	18.658	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	18.411	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	20.032	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	20.033	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	22.490	12,3	7,1
2011	19.503	9,0	22.590	0,4	7,4
2012	21.378	9,6	23.361	3,4	7,8
2013	24.061	12,6	24.785	6,1	7,7
<b>% 2012/2000</b>	<b>326,1%</b>	<b>-</b>	<b>53,3%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB de 2012 e de 2013 é estimativa preliminar da FEE, sujeito à alteração.

Evolução do ICMS arrecadado atualizado pelo IGP-DI – R\$ bilhões



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



O Estado do Rio Grande do Sul sustenta a quarta economia brasileira. Os três maiores PIBs são os de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o quinto maior PIB é do Paraná. Essa é a mesma ordem no tocante à arrecadação de ICMS. A tabela abaixo traz essas informações. Em 2012, o ICMS do RS cresceu 9,6%, em valores nominais. O ICMS dos estados de SP, MG, RJ e PR cresceu, respectivamente, 1,6%, 9,9%, 10,6% e 11,9%. Nesse mesmo ano, a média brasileira é de 7,4%. Em 2013, o ICMS do RS cresceu 12,5%, em valores nominais. O ICMS dos estados de SP, MG, RJ e PR cresceu, respectivamente, 10,8%, 12,0%, 13,8% e 12,6%. Nesse mesmo ano, a média brasileira é de 11,3%. Tanto em 2012 como em 2013, o ICMS arrecadado pelo Estado representou 6,5% do ICMS total brasileiro.

Demonstrativo de arrecadação nominal de ICMS dos principais estados brasileiros - R\$ mil

Estados	2011	2012	2013	% 2012 / 2011	% 2013 / 2012
São Paulo	107.426.893	109.103.539	120.924.692	1,6	10,8
Minas Gerais	29.219.113	32.100.033	35.952.963	9,9	12,0
Rio de Janeiro	25.154.567	27.816.802	31.645.900	10,6	13,8
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>19.502.930</b>	<b>21.378.209</b>	<b>24.060.566</b>	<b>9,6</b>	<b>12,5</b>
Paraná	15.961.798	17.859.740	20.116.832	11,9	12,6
Bahia	13.231.412	14.442.791	16.831.542	9,2	16,5
Santa Catarina	12.514.406	12.719.389	14.010.837	1,6	10,2
Goiás	9.925.874	11.369.285	12.137.751	14,5	6,8
Pernambuco	9.875.178	10.601.777	11.711.614	7,4	10,5
Espírito Santo	8.560.649	9.222.390	8.850.115	7,7	-4,0
Ceará	6.794.824	7.646.410	8.705.389	12,5	13,8
<b>Brasil</b>	<b>307.397.123</b>	<b>330.264.738</b>	<b>367.607.860</b>	<b>7,4</b>	<b>11,3</b>
<b>% ICMS RS / Brasil</b>	<b>6,3</b>	<b>6,5</b>	<b>6,5</b>		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

#### **4.4.2 Transferências Constitucionais da União ao Estado**

As relações federativas encontram-se submetidas a distorções, devido ao incremento da carga fiscal estar concentrado na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, o PIS/PASEP, a COFINS e a CSLL, não repartidas com os demais entes federativos. A partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com Estados e Municípios; atualmente, a cobrança está com sua alíquota zerada.

Outro ponto a ser destacado é a prática pelo Governo Federal de políticas anticíclicas, com o objetivo de promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses aos Estados.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à variação da Receita Corrente Líquida.

Entre os anos 2003 e 2013, houve uma variação negativa de 3,8% da RCL. Em 2003, as transferências federais representavam o equivalente a 11,6% da RCL e, em 2013, essa participação recuou para 7,8% da RCL. Somente em relação aos tributos acima especificados, a perda em 2013, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à variação da RCL de 2003, seria da ordem de R\$ 1,0 bilhão (RCL de 2013 foi de R\$ 26.388 milhões x 3,8% = perda de R\$ 1,0 bilhão). Ressalva-se frisar que as transferências legais da União ao Estado do RS, desses quatro tributos especificados, em 2012 e 2013, foram nominalmente menores do que em 2011.

Transferências Constitucionais e Legais da União ao RS – Em valores nominais – R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
COTA-PARTE DO FPE	511	563	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415	1.459	1.569
COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	293	310	352	377	392	432	335	440	483	361	353
LEI KANDIR (LCF 87/96)	320	256	256	147	147	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO EXPORTAÇÃO	0	51	82	153	122	174	134	118	112	96	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.124</b>	<b>1.180</b>	<b>1.395</b>	<b>1.457</b>	<b>1.565</b>	<b>1.858</b>	<b>1.681</b>	<b>1.853</b>	<b>2.157</b>	<b>2.062</b>	<b>2.069</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
<b>% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL</b>	<b>11,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>	<b>9,8</b>	<b>8,7</b>	<b>7,8</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A próxima tabela mostra o percentual da carga tributária bruta total, em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 1998 e 2012. Denota-se que, em 1998, a União detinha uma carga tributária de 18,9% do PIB, a qual saltou para 24,8%, em 2012. Os Estados passaram de 7,3% do PIB, em 1998, para 9,0%, em 2012. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,4% do PIB, em 1998, a qual passou para 2,1% em 2012. Assim, no período, a União cresceu 5,9 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 1,7 ponto percentual sobre o PIB; e os Municípios, 0,7 ponto percentual do PIB.

Demonstrativo da evolução da carga tributária total sobre o PIB – em %

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
União	18,9	19,9	20,5	21,3	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	24,1	24,0	23,0	23,1	24,7	24,8
Estados	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,6	8,7	8,5	8,5	8,6	9,0
Municípios	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0	2,1
<b>Carga Tributária Total s/PIB</b>	<b>27,6</b>	<b>28,7</b>	<b>29,9</b>	<b>31,0</b>	<b>32,0</b>	<b>31,4</b>	<b>32,2</b>	<b>33,4</b>	<b>33,3</b>	<b>34,5</b>	<b>34,5</b>	<b>33,3</b>	<b>33,5</b>	<b>35,3</b>	<b>35,9</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

A tabela seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 1998, a União arrecadou 68,5% da totalidade dos tributos e, em 2012, esse percentual cresceu para 69,0%. Já os Estados, que em 1998 detinham 26,4%, tiveram sua arrecadação diminuída para 25,2%, em 2012. No mesmo período, os Municípios passaram de 5,1% para 5,8%.

Demonstrativo do percentual de arrecadação por esfera de Governo

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
União	68,5	69,3	68,6	68,7	69,4	68,8	68,9	70,1	70,0	70,1	69,5	68,9	69,0	70,0	69,0
Estados	26,4	25,8	26,8	26,8	26,3	26,8	26,7	26,0	25,8	24,8	25,4	25,6	25,5	24,5	25,2
Municípios	5,1	4,9	4,7	4,5	4,4	4,5	4,3	3,9	4,2	5,1	5,1	5,5	5,5	5,5	5,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>														

Fonte: Receita Federal do Brasil.

O RS e os demais principais Estados exportadores (SP, MG, RJ e PR) sofreram impacto com a entrada em vigor da Lei Kandir (LCF nº 87/96), que, desonerou os produtos primários e semi-elaborados. Não houve por parte da União uma compensação satisfatória à implementação desta medida. Por um lado, é salutar para a economia e para os exportadores terem seus produtos mais competitivos no mercado internacional, contudo, esvai-se uma fatia substancial de recursos tributários, tão necessários para fazer frente às diversas demandas sociais e de infraestrutura.

#### **4.4.3 Considerações sobre as Receitas Públicas**

O Estado está continuamente despendendo esforços para melhorar a função arrecadadora, com a utilização de diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, fortes aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da Nota Fiscal Eletrônica, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a Substituição Tributária, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido nas operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que tem a obrigação de recolher o tributo devido. Também é utilizado o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico. O programa Nota Fiscal Gaúcha distribui prêmios mensais como incentivo para que os cidadãos exijam a emissão do documento fiscal no momento da compra. Também o desconto do IPVA para quem é cadastrado no sistema e emite as notas fiscais identificadas com o CPF do consumidor.

Em suma, as ações da Administração Estadual buscam permanentemente uma melhor performance de arrecadação tributária, tão necessária para fazer frente ao conjunto de demandas de áreas vitais do setor público. Tão importante quanto racionalizar o gasto e apropriá-lo da maneira mais eficaz possível é empreender esforços para a promoção de uma melhor receita pública.

#### **4.5 Os Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para um estudo mais aprofundado da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo referendado pela Contadoria-Geral do Estado e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

#### **Receitas Correntes Totais**

- (-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
- (-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos Servidores

#### **Receita Corrente Líquida**

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

Adiante, apresenta-se tabela na qual são transcritos do Balanço Geral do Estado os valores da Receita Corrente Líquida (RCL). No período entre 2003 e 2013, a RCL cresceu nominalmente, 173,1%, em média, 10,7% ao ano.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Receita Corrente Líquida	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
Crescimento nominal (%)	-	11,1	15,0	7,8	5,1	19,1	4,4	16,7	8,0	8,1	11,3

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.



A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2003, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Em 2003, os valores executados (empenhados) ultrapassaram em 22,6% a variação da RCL. Em 2013, os empenhos anuais foram maiores em 13,1%, em relação à variação da RCL.

Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS – R\$ milhões

Especificação do Grupo da Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos Sociais	7.496	7.831	8.542	9.557	10.157	11.001	6.726	7.617	8.426	16.616	18.920
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0
<b>Pessoal e Encargos Sociais Ajustados</b>	<b>7.496</b>	<b>7.831</b>	<b>8.542</b>	<b>9.557</b>	<b>10.157</b>	<b>11.001</b>	<b>12.049</b>	<b>13.583</b>	<b>15.134</b>	<b>16.616</b>	<b>18.920</b>
Outras Despesas Correntes	4.535	5.443	6.704	7.004	7.136	8.328	14.174	16.272	18.069	12.708	14.501
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	2.356	2.458	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0
(-) Gestão Plena do SUS	29	395	412	454	478	578	698	771	825	874	762
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.150</b>	<b>2.589</b>	<b>2.975</b>	<b>3.077</b>	<b>3.019</b>	<b>3.388</b>	<b>3.522</b>	<b>4.174</b>	<b>4.670</b>	<b>5.430</b>	<b>6.614</b>
Serviço da Dívida	1.424	1.459	1.714	1.775	1.830	3.183	2.112	2.956	2.504	2.686	2.895
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	1.192	0	787	0	0	0
<b>Serviço da Dívida Ajustado</b>	<b>1.424</b>	<b>1.459</b>	<b>1.714</b>	<b>1.775</b>	<b>1.830</b>	<b>1.991</b>	<b>2.112</b>	<b>2.169</b>	<b>2.504</b>	<b>2.686</b>	<b>2.895</b>
<b>Investimentos Amplos</b>	<b>772</b>	<b>658</b>	<b>615</b>	<b>664</b>	<b>401</b>	<b>661</b>	<b>662</b>	<b>1.937</b>	<b>1.105</b>	<b>1.223</b>	<b>1.429</b>
<b>Total do Grupo da Despesa</b>	<b>11.842</b>	<b>12.538</b>	<b>13.846</b>	<b>15.074</b>	<b>15.407</b>	<b>17.041</b>	<b>18.345</b>	<b>21.863</b>	<b>23.412</b>	<b>25.955</b>	<b>29.858</b>
Receita Corrente Líquida - RCL	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
<b>% do Total do Grupo da Despesa / RCL</b>	<b>122,6</b>	<b>116,8</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>102,3</b>	<b>105,5</b>	<b>107,7</b>	<b>106,8</b>	<b>109,5</b>	<b>113,1</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos grupos de despesa, em relação à variação da Receita Corrente Líquida, tomando o ano de 2003 como base 100. Verifica-se que o total das despesas apresenta declínio de 7,7% da variação da RCL. Constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 7,6%; o de Outras Despesas Correntes cresceu 12,6%; o do Serviço da Dívida decresceu 25,6%; e o de Investimentos Amplos decresceu 32,2%, em relação à variação da RCL.

Grupo de Despesas em relação à variação da RCL – Ano 2003 como base 100

Grupo da Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	94,0	89,1	92,5	93,6	85,1	89,3	86,2	88,9	90,3	92,4
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	108,4	108,2	103,8	97,0	91,4	91,0	92,4	95,7	102,9	112,6
Serviço da Dívida Ajustado	100,0	92,2	94,2	90,5	88,8	81,1	82,4	72,5	77,5	76,9	74,4
Investimentos Amplos	100,0	76,7	62,3	62,4	35,8	49,6	47,6	119,4	63,0	64,5	67,8
<b>Total do Grupo da Despesa</b>	<b>100,0</b>	<b>95,3</b>	<b>91,5</b>	<b>92,4</b>	<b>89,8</b>	<b>83,5</b>	<b>86,1</b>	<b>87,9</b>	<b>87,1</b>	<b>89,3</b>	<b>92,3</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2010, último ano do Governo Yeda Crusius, o percentual de investimento foi relativamente alto, devido à apropriação de valores do fundo previdenciário, recursos originários da venda de ações do BANRISUL.

#### **4.5.1 O Grupo Pessoal e Encargos Sociais**

Entre 2000 e 2013, sob o ponto de vista quantitativo, a tabela abaixo mostra que as matrículas do Estado do Rio Grande do Sul (ativos, inativos e de pensionistas) cresceram 6,6%, percentual pouco maior do que a variação da população do Estado (6,3%). O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo, com pouca diferença na paridade em relação à evolução da população do Estado. Em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha; já em 2013, os ativos perfaziam 49,8% do total e 1,8% da população.

Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2013, o quadro de inativos teve um acréscimo de 30.218 matrículas (média de 2.158 matrículas líquidas por ano), um aumento, no período, de 25,2%. Ao se tomar os últimos 5 anos, em média, foram para a inatividade 3.500 matrículas líquidas. Importantíssimo mencionar que, em 2013, pela primeira vez, as matrículas do pessoal inativo mais pensionista (197.600 matrículas) ultrapassaram as matrículas do pessoal ativo (195.945 matrículas), o que é preocupante sob o ponto de vista do déficit previdenciário.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2013	2013 - 2000	% 2013 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	162.577	-2.603	-1,6
	Inativos	108.417	143.221	34.804	32,1
	Pensionistas	1.927	971	-956	-49,6
	<b>Total</b>	<b>275.524</b>	<b>306.769</b>	<b>31.245</b>	<b>11,3</b>
Fundações	Ativos	4.943	5.755	812	16,4
	Inativos	0	6	6	-
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>5.761</b>	<b>818</b>	<b>16,5</b>
Autarquias	Ativos	4.305	3.473	-832	-19,3
	Inativos	6.277	5.087	-1.190	-19,0
	Pensionistas	53.992	46.337	-7.655	-14,2
	<b>Total</b>	<b>64.574</b>	<b>54.897</b>	<b>-9.677</b>	<b>-15,0</b>
Sociedades de Economia Mista	Ativos	18.636	24.140	5.504	29,5
	Inativos	5.200	1.798	-3.402	-65,4
	Pensionistas	157	180	23	14,6
	<b>Total</b>	<b>23.993</b>	<b>26.118</b>	<b>2.125</b>	<b>8,9</b>
<b>GERAL</b>	Ativos	193.064	195.945	2.881	1,5
	Inativos	119.894	150.112	30.218	25,2
	Pensionistas	56.076	47.488	-8.588	-15,3
	<b>Total</b>	<b>369.034</b>	<b>393.545</b>	<b>24.511</b>	<b>6,6</b>
População do Estado do RS		10.187.798	10.841.802	642.202	6,3
<b>% de Matrículas sobre a População do RS</b>		<b>3,6</b>	<b>3,6</b>		
<b>% de Ativos sobre a População do RS</b>		<b>1,9</b>	<b>1,8</b>		

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal do ano findo de 2013, cuja fonte é a Secretaria da Fazenda do RS, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 98.571 matrículas ativas, de um total de 148.323 do Poder Executivo, ou seja, dois terços do total das matrículas ativas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 134.837, 91,0% do total das matrículas ativas. Em suma, os dois órgãos aglutinam 91,0% das matrículas ativas, 88,1% das matrículas inativas (122.335 matrículas) e 89,6% do total das matrículas (ativas e inativas) do Poder Executivo (257.172 matrículas).

A tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 2003 e 2013. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, em 2003, os gastos com a remuneração dos aposentados e pensionistas já estavam maiores do que os com os ativos.

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, tanto em relação às despesas com pessoal como em relação à Receita Corrente Líquida. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Em 2013, foram empenhados 45,6% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,4%, com aposentados e pensionistas. Adiante, em capítulo especial, será tratado o tema do déficit previdenciário.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
% gasto com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	49,5	49,8	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9	45,7	45,6
% gasto com a remuneração de Aposentados e Pensionistas - Elementos 01 e 03	50,5	50,2	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1	54,3	54,4

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Sob o ângulo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre os anos de 2003 e 2013, verifica-se que há um comportamento declinante. Em 2003, gastava-se 77,6% da RCL; já em 2013, o gasto foi de 71,7% da RCL. É importante salientar o fato de que somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais consome mais de 70% de toda a Receita Corrente Líquida.

Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1	71,7

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil. Nos anos de 2009 até 2011, incluíram-se as despesas com os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais (precatórios e RPVs), constantes do Instituto de Previdência do Estado, do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal. Em 2013, separadamente, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 7,3 bilhões; enquanto o pessoal civil, R\$ 6,8 bilhões; as pensões, R\$ 2,0 bilhões; e o pessoal militar, R\$ 1,0 bilhão.

Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em valores nominais – R\$ milhões

<b>Elementos da Despesa</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266
PENSÕES	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980
VENCIMENTOS PESSOAL CIVIL	2.972	3.183	3.443	3.761	3.950	4.118	4.454	4.913	5.432	5.987	6.754
VENCIMENTOS PESSOAL MILITAR	422	410	434	461	508	518	565	663	720	854	1.014
SENTENÇAS JUDICIAIS	375	295	246	311	182	280	492	753	827	574	656
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	142	100	184	277	335	529	385	333	423	479	606
OBRIGAÇÃO PATRONAL	102	110	129	129	133	139	162	200	241	293	327
DEMAIS DESPESAS	64	65	93	165	183	188	199	227	251	289	317
<b>Total</b>	<b>7.496</b>	<b>7.831</b>	<b>8.542</b>	<b>9.557</b>	<b>10.157</b>	<b>11.001</b>	<b>12.049</b>	<b>13.583</b>	<b>15.134</b>	<b>16.616</b>	<b>18.920</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela seguinte demonstra a evolução do percentual gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, tomando-se o ano de 2003 como base 100. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos declinantes com o gasto com pessoal ativo civil e militar. Já os gastos com as aposentadorias e pensões acompanham a linha de variação da RCL. As despesas de exercícios anteriores, a obrigação patronal e demais despesas estão em linha ascendente.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2003 como base 100

<b>ELEMENTOS DA DESPESA</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	100,0	95,6	89,4	91,6	95,7	87,2	92,3	87,9	91,1	95,4	98,3
PENSÕES	100,0	99,9	100,8	105,6	107,6	94,2	100,8	99,6	101,2	102,9	101,4
VENCIMENTOS PESSOAL CIVIL	100,0	96,3	90,6	91,8	91,8	80,4	83,2	78,7	80,5	82,1	83,2
VENCIMENTOS PESSOAL MILITAR	100,0	87,6	80,5	79,3	83,2	71,2	74,4	74,9	75,3	82,5	88,1
SENTENÇAS JUDICIAIS	100,0	70,9	51,4	60,3	33,6	43,4	73,0	95,7	97,3	62,4	64,2
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	100,0	63,3	101,8	141,9	163,5	216,6	151,0	111,9	131,7	137,8	156,7
OBRIGAÇÃO PATRONAL	100,0	97,0	98,8	91,6	90,0	78,8	88,1	93,5	104,2	116,9	117,4
DEMAIS DESPESAS	100,0	91,4	114,6	188,4	198,7	171,7	173,6	169,8	174,0	185,3	182,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>94,0</b>	<b>89,1</b>	<b>92,5</b>	<b>93,6</b>	<b>85,1</b>	<b>89,3</b>	<b>86,2</b>	<b>88,9</b>	<b>90,3</b>	<b>92,4</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

#### **4.5.2 O Grupo Outras Despesas Correntes**

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. Entre 2009 e 2011, o grupo apropriou os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais (precatórios e RPVs do Poder Executivo), empenhados através do IPERGS.

A tabela a seguir mostra a evolução do grupo Outras Despesas Correntes, discriminada por elemento da despesa, que foi ajustado com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias); e das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS, entre 2009 e 2011.



Outras Despesas Correntes, por elemento da despesa - em valores nominais empenhados - R\$ milhões

ELEMENTOS DA DESPESA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DISTRIBUIÇÃO RECEITAS MUNICÍPIOS	2.356	2.458	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125
GESTÃO PLENA DO SUS	29	395	412	454	478	578	698	771	825	874	762
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - JURÍDICA	793	915	1.077	1.231	1.218	1.356	1.538	1.723	2.002	2.333	2.805
CONTRIBUIÇÕES	109	116	129	115	99	140	155	246	289	451	738
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	269	331	313	288	300	306	246	340	348	360	513
MATERIAL DE CONSUMO	253	284	330	329	303	398	413	445	441	441	449
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - FÍSICA	68	77	110	132	146	174	188	222	281	317	335
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	56	66	77	86	91	103	124	152	174	224	267
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	77	107	125	141	155	191	186	231	244	261	290
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	133	159	161	162	147	139	137	190	222	231	253
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30	114	178	199	225	219	203	211	240	203	226
SENTENÇAS JUDICIAIS	13	17	21	38	40	45	22	56	93	150	201
SUBVENÇÕES SOCIAIS	65	86	85	94	79	92	92	111	68	84	127
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	46	42	45	38	31	35	40	50	53	75	91
DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	8	18	20	20	16	15	21	26	33	52	54
AUXILIO-TRANSPORTE	37	44	52	54	55	47	49	53	60	64	59
DEMAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192	213	252	149	114	128	110	116	124	184	208
<b>Total</b>	<b>4.535</b>	<b>5.443</b>	<b>6.703</b>	<b>7.004</b>	<b>7.136</b>	<b>8.328</b>	<b>8.851</b>	<b>10.306</b>	<b>11.362</b>	<b>12.708</b>	<b>14.501</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por elemento da despesa, em relação à RCL, tendo o ano de 2003 como base 100. A partir de 2011, o gasto apresenta uma recuperação, em função de maior quantidade de recursos aplicados pelo poder Executivo nas áreas da Educação, Saúde e Segurança.

Outras Despesas Correntes, por elemento da despesa, em relação à RCL – Ano 2003 com base 100

<b>ELEMENTOS DA DESPESA</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - JURÍDICA	100,0	103,9	106,2	112,7	106,1	99,2	107,8	103,4	111,2	119,9	129,5
CONTRIBUIÇÕES	100,0	96,4	93,0	77,0	63,3	75,0	79,1	108,0	117,2	169,2	249,0
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	100,0	110,4	90,7	77,5	77,0	66,0	50,8	60,1	56,9	54,5	69,7
MATERIAL DE CONSUMO	100,0	101,3	102,2	94,4	82,9	91,2	90,7	83,9	76,8	71,1	65,0
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - FÍSICA	100,0	101,8	125,6	140,8	148,1	147,7	152,9	154,9	181,3	189,2	179,4
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	100,0	107,1	108,6	111,9	113,0	107,6	123,7	130,4	137,8	164,4	176,1
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	100,0	125,5	126,9	133,3	139,0	144,0	134,3	142,7	140,0	138,4	138,0
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	100,0	107,1	94,1	88,2	76,1	60,5	56,9	67,9	73,3	70,5	69,3
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100,0	338,2	460,1	477,1	511,3	419,3	371,8	330,9	348,1	272,9	272,3
SENTENÇAS JUDICIAIS	100,0	120,2	127,7	213,0	210,4	202,4	94,6	206,4	314,0	470,2	567,3
SUBVENÇÕES SOCIAIS	100,0	118,5	102,5	105,0	83,4	81,4	78,0	80,9	46,2	52,3	71,5
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	100,0	80,8	75,0	59,2	46,7	43,3	48,4	51,1	50,2	66,1	71,5
DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	100,0	199,2	183,7	176,1	131,2	106,4	138,1	150,6	174,5	254,5	237,3
AUXILIO-TRANSPORTE	100,0	105,9	110,2	105,5	102,4	72,9	73,1	68,2	71,6	70,1	57,8
DEMAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	99,6	102,7	56,1	40,8	38,5	31,7	28,8	28,3	38,9	39,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>108,4</b>	<b>108,2</b>	<b>103,8</b>	<b>97,0</b>	<b>91,4</b>	<b>91,0</b>	<b>92,4</b>	<b>95,7</b>	<b>102,9</b>	<b>112,6</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

#### **4.5.3 O Serviço da Dívida Pública**

A tabela a seguir mostra a evolução da dívida contratual fundada interna e externa da Administração Direta, a partir do final do Governo Peracchi (1971) até o final do terceiro ano do governo Tarso Genro (2013). Entre 1971 e 2013, a dívida cresceu 27,6 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constata-se que, a partir do final do governo Britto, a dívida manteve-se estável.

Estoque da Dívida contratual fundada Interna e Externa - R\$ milhões

<b>Governos</b>	<b>Final de Governo</b>	<b>Estoque Dívida Atualizada IGP-DI</b>	<b>Referência</b>	<b>Varição</b>
Peracchi	1971	1.829	1,0	-
Triches	1974	4.007	2,2	119,1
Guazelli	1978	7.333	4,0	83,0
Amaral	1982	13.133	7,2	79,1
Jair	1986	18.229	10,0	38,8
Simon	1990	18.255	10,0	0,1
Collares	1994	22.534	12,3	23,4
Britto (1)	1998	50.101	27,4	122,3
Olívio	2002	49.968	27,3	-0,3
Rigotto	2006	49.160	26,9	-1,6
Yeda Crusius (2)	2010	49.850	27,3	1,4
Tarso Genro (3)	2013	50.420	27,6	1,1

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Inclui-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Os valores atualizados pelo IGP-DI até 31/dez/13, atingem R\$ 9.286 bilhões. Fonte: Balanço Geral de 1998, Pg. 115.

Nota 2: Incluíram-se também as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 787 milhões, contratadas para substituir a dívida extralimite junto à União. Esses valores passaram a fazer parte da dívida externa.

Nota 3: Em 2013, o estoque da dívida pode sofrer modificação em função da aprovação do PL 238/2013, que altera os indexadores de correção da dívida do Estado com a União, tendo em vista que um artigo do texto determina a retroatividade do efeito para 01/01/2013.

A tabela adiante analisa a evolução da dívida contratual fundada interna e externa, em relação ao PIB do Estado. Consta-se que, em 1995, o estoque total representava 14,0% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar máximo de 23,3%, em 2002. Já em 2013, a equação recuou para 16,2% do PIB, ao menor nível desde 1996, quando foi de 15,1% do PIB.



Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB gaúcho – R\$ mil

<b>Especificação</b>	<b>Dívida Interna Nominal</b>	<b>Dívida Externa Nominal</b>	<b>Total Dívida Nominal</b>	<b>PIB do RS</b>	<b>% Dívida sobre o PIB/RS</b>
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	49.879.355	14,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	58.807.375	15,1
1997	10.761.096	252.275	11.013.371	64.991.309	16,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	67.673.125	19,8
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	74.015.782	21,0
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	81.814.714	21,2
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	92.310.078	21,5
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.494.246	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.863.879	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	252.482.597	16,5
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	263.633.398	16,9
2012	46.014.703	2.905.734	48.920.437	272.568.876	17,9
2013	46.894.426	3.525.554	50.419.980	311.962.438	16,2

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs de 2012 e de 2013 são estimativas preliminares da FEE/RS, sujeitos à alteração.

A próxima tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida), entre 2003 e 2013. Em 2003, foram comprometidos 14,7% da RCL. Já em 2013, a participação diminuiu para 11,0% da RCL. No período, despendeu-se com o serviço da dívida, em média, 12,5% da RCL.

Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL- R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.424	1.459	1.714	1.775	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
<b>% Serviço da Dívida / RCL</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>11,9</b>	<b>12,1</b>	<b>10,7</b>	<b>11,4</b>	<b>11,3</b>	<b>11,0</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), visto que objetivou mudar o perfil de parte da dívida extralimite.

Se o tamanho da dívida consolidada líquida, ao final de 2013, de mais de R\$ 55,0 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal despendido para o pagamento da amortização, juros e encargos. Entre 2003 e 2013, foram empenhados R\$ 22,6 bilhões, em valores nominais. Nesse mesmo período, foram direcionados para investimentos R\$ 10,1 bilhões, ou seja, a cada R\$ 1,00 de investimento, R\$ 2,24 são apropriados para o serviço da dívida.

A tabela a seguir faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e 2013, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado do Rio Grande do Sul deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento, de duas vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida estava em 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se dentro do limite de endividamento proposto pela LRF, de 2,39 vezes a RCL. Ao final de 2013, a relação passou para 2,09 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento era de 2,15 vezes a RCL. Já ao final do primeiro quadrimestre de 2014, a dívida consolidada sobre a RCL estava em 2,0827, enquanto que o limite de endividamento era de 2,0969.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Jan-Abr)
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14 vezes	2,18 vezes	2,09 vezes	2,0827 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes	2,19 vezes	2,15 vezes	2,0969 vezes

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS. Dados retirados do Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b".

O Estado comprometeu-se contratualmente com a União a pagar mensalmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida considerada intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

A dívida com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças do Estado. Após a aprovação do PL 238/2013, o estoque passará a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. Ao final de 2013, a proposta passou pela Câmara dos Deputados e encontra-se em discussão no Senado Federal. Há um acordo para que seja aprovado no Senado Federal no final de 2014. Os efeitos deverão ser retroativos a 01/01/2013. O tema da dívida será tratado adiante, em capítulo exclusivo.

O contrato de empréstimo firmado pelo Estado do RS junto ao Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão – US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de 2010 – objetivou unicamente a reestruturação do perfil de 60% da dívida que não foi objeto de securitização com a União, através da Lei nº 9.496/97. Dessa forma, melhorou-se o fluxo de pagamento com desembolsos anuais menores, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de parcelas mensais, quitando-se por completo em 2038.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, a ser paga pela conversão em dólares, é equivalente à taxa LIBOR mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial.

#### **4.5.4 Os Investimentos Amplos**

A crise estrutural das finanças públicas teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A próxima tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalentes a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Olívio, Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 10,6%, 6,0% e 5,4% da RCL, e 0,7%, 0,5% e 0,4% do PIB.

Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

<b>Especificação</b>	<b>Triches</b>	<b>Guazelli</b>	<b>Amaral</b>	<b>Jair</b>	<b>Simon</b>	<b>Collares</b>	<b>Britto</b>	<b>Olívio</b>	<b>Rigotto</b>	<b>Yeda</b>
% Investimentos s/RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos s/PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2003 e 2013. Não obstante as crescentes dificuldades do erário estadual, os investimentos dos primeiros três anos do atual Governo (2011/2013) foram 45,4% maiores do que o mesmo período do Governo anterior (2007/2009).

Investimentos Amplos empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
INVESTIMENTOS AMPLOS	772	658	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
<b>% Investimentos / RCL</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>2,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>9,5</b>	<b>5,0</b>	<b>5,2</b>	<b>5,4</b>

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado em 2010, de 9,5% da RCL, muito acima da média dos últimos anos, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09), originados da venda de parte das ações do BANRISUL.

Adiante se transcreve tabela demonstrando a evolução dos valores apropriados em investimentos amplos, por elemento da despesa.

Valores empenhados em Investimentos Amplos - Em valores nominais- R\$ milhões

<b>Elementos da Despesa</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
OBRAS E INSTALAÇÕES	374	302	304	398	253	349	380	1.268	469	509	458
EQUIPAMENTO E MATERIAL	98	152	122	112	62	163	131	186	170	216	491
AUXÍLIOS FINANCEIROS	57	121	64	41	18	53	48	294	80	154	273
CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL	123	21	2	24	0	36	39	55	77	191	20
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	64	16	61	44	28	8	6	77	224	52	88
CONCESSAO EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO	9	16	37	10	20	18	24	6	13	45	59
OUTRAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS	47	30	26	36	19	33	33	50	71	57	40
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>658</b>	<b>615</b>	<b>664</b>	<b>401</b>	<b>661</b>	<b>662</b>	<b>1.937</b>	<b>1.105</b>	<b>1.223</b>	<b>1.429</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela seguinte mostra os investimentos amplos, por elemento da despesa, em relação à Receita Corrente Líquida, tendo o ano de 2003 como base 100.

Investimentos Amplos, por elemento da despesa, em relação à RCL - Ano de 2003 como base 100

Elementos da Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
OBRAS E INSTALAÇÕES	100,0	72,6	63,5	77,2	46,6	54,1	56,5	161,3	55,2	55,4	44,8
EQUIPAMENTO E MATERIAL	100,0	140,6	97,7	83,4	44,2	97,1	74,8	90,9	76,7	90,0	184,5
AUXÍLIOS FINANCEIROS	100,0	190,3	87,7	51,8	21,9	54,2	46,9	244,8	61,7	109,5	174,5
CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL	100,0	15,5	1,0	14,2	0,0	17,1	17,6	21,3	27,6	63,1	6,1
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	100,0	22,7	74,3	49,1	30,3	7,1	5,6	57,0	153,6	33,2	50,1
CONCESSAO EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO	100,0	161,8	319,4	81,9	154,5	118,9	146,5	33,7	64,0	206,0	242,1
OUTRAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS	100,0	56,7	43,9	55,4	27,7	40,4	38,8	50,7	66,6	49,5	30,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>76,7</b>	<b>62,3</b>	<b>62,4</b>	<b>35,8</b>	<b>49,6</b>	<b>47,6</b>	<b>119,4</b>	<b>63,0</b>	<b>64,5</b>	<b>67,8</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O Estado do Rio Grande do Sul está com dificuldades de aportar recursos próprios à quantidade de recursos necessários para os investimentos em infraestrutura. Contudo, além da dotação orçamentária própria, de contrapartida e de convênios, o Governo do Estado conta com recursos de suas estatais, a exemplo da CEEE, CORSAN, BANRISUL, BADESUL e SULGÁS. As operações de crédito com organismos internos e internacionais também ajudam a fomentar demandas setoriais. Há ainda os investimentos privados, por conta de incentivos fiscais dos Programas do Novo FUNDOPEM e do Integrar/RS.

Também não se pode deixar de evidenciar os resultados da harmonia e do alinhamento de ações entre os Governos Federal e Estadual. Sem somar os recursos do Plano Safra e do PRONAF, os seis eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (Transportes, Água e Luz para Todos, Energia, Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Minha Casa, Minha Vida) totalizaram 2.868 obras no Estado e investimentos de R\$ 29,5 bilhões.

A União tem uma série de empreendimentos recentemente entregues ao povo gaúcho, dos quais se podem citar a Rodovia do Parque (BR-448), a extensão das operações do TRENSURB até Novo Hamburgo, os vários viadutos que desafogaram a BR-116, entre Porto Alegre e São Leopoldo e a linha do Aeromóvel em Porto Alegre. Ressalva-se três

grandes projetos em fase primária: a nova ponte do Guaíba, o novo trecho de trem de passageiros (em direção à zona norte de Porto Alegre) e a continuação da Rodovia do Parque até o encontro com a BR-116, em Estância Velha.

Muitas obras estão em andamento ou em fase de finalização. Podem-se citar a duplicação da BR-392 entre Pelotas e Rio Grande; as obras de saneamento na Região Metropolitana; as obras do Polo Naval de Rio Grande; a ampliação da capacidade produtiva da Refinaria Alberto Pasqualini, da Usina Presidente Médici e da pista e terminais do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção das barragens Taquarembó e Jaguari; as obras de duplicação da BR-116 entre Eldorado do Sul e Pelotas; as obras de duplicação da BR-290 entre Eldorado do Sul e Pantano Grande; as novas obras viárias na BR-116, entre Canoas e Sapucaia do Sul, como o alargamento da ponte sobre o rio dos Sinos. Além dessas obras, temos investimentos significativos em habitação, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e diversos projetos com recursos originários do PAC I e do PAC II.

## **4.6 Os gastos discriminados por Poderes e Órgãos do Estado**

### **4.6.1 O gasto total por Poderes e Órgãos do Estado**

A tabela seguinte traz o gasto consolidado empenhado do Estado, por Poderes e Órgãos. Entre 2003 e 2013, o gasto total passou de R\$ 14,2 bilhões para R\$ 37,7 bilhões, um aumento nominal de R\$ 23,5 bilhões. Nesse mesmo período, a RCL cresceu R\$ 16,7 bilhões. Entre 2003 e 2013, em valores nominais, gastou-se R\$ 6,8 bilhões a mais do que se arrecadou de Receita Corrente Líquida. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.



Demonstrativo de gasto total do Estado - Em valores nominais - R\$ milhões

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266
PENSÕES	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980
DISTRIBUIÇÃO RECEITAS MUNICÍPIOS	2.356	2.458	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125
GESTÃO PLENA DO SUS	29	395	412	454	478	578	698	771	825	874	762
OPERAÇÃO BIRD - TROCA PERFIL DÍVIDA	0	0	0	0	0	1.192	0	787	0	0	0
AUTARQUIAS	1.396	1.353	1.501	1.686	1.536	1.652	1.907	2.890	2.648	2.892	3.260
FUNDAÇÕES	346	363	411	424	413	458	446	575	591	697	772
PODER EXECUTIVO	5.456	5.812	6.325	6.705	6.764	7.646	8.047	9.493	10.352	11.449	13.584
PODER JUDICIÁRIO	718	782	913	1.054	1.083	1.272	1.324	1.511	1.603	1.679	1.794
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	166	169	206	217	203	214	218	236	264	281	310
TRIBUNAL DE CONTAS	90	94	116	133	132	145	154	168	184	214	245
MINISTÉRIO PÚBLICO	249	295	361	401	410	424	456	498	533	602	647
<b>Total</b>	<b>14.227</b>	<b>15.391</b>	<b>17.574</b>	<b>19.001</b>	<b>19.524</b>	<b>23.172</b>	<b>23.674</b>	<b>28.781</b>	<b>30.104</b>	<b>33.232</b>	<b>37.746</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela abaixo demonstra o percentual entre a totalidade da despesa empenhada, em relação à RCL, por Poderes e Órgãos. Ressalva-se que, em 2003, as despesas empenhadas consolidadas perfaziam 122,6% da RCL, ou seja, um déficit corrente de 22,6% da RCL. Já em 2013, o déficit corrente foi de 13,2% da RCL.

Demonstrativo de gasto total em relação à RCL, por Poderes e Órgãos do Estado

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	28,0	26,8	25,0	25,6	26,8	24,4	25,9	24,6	25,5	26,7	27,5
PENSÕES	7,4	7,4	7,5	7,8	8,0	7,0	7,5	7,4	7,5	7,6	7,5
AUTARQUIAS	14,5	12,6	12,2	12,7	11,0	9,9	11,0	14,2	12,1	12,2	12,4
FUNDAÇÕES	3,6	3,4	3,3	3,2	3,0	2,8	2,6	2,8	2,7	2,9	2,9
PODER EXECUTIVO	56,5	54,1	51,2	50,4	48,3	45,9	46,3	46,8	47,2	48,3	51,5
PODER JUDICIÁRIO	7,4	7,3	7,4	7,9	7,7	7,6	7,6	7,4	7,3	7,1	6,8
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1,7	1,6	1,7	1,6	1,5	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2
TRIBUNAL DE CONTAS	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,6	2,7	2,9	3,0	2,9	2,5	2,6	2,5	2,4	2,5	2,5
<b>Total</b>	<b>122,6</b>	<b>116,8</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>102,3</b>	<b>105,5</b>	<b>107,7</b>	<b>106,8</b>	<b>109,5</b>	<b>113,2</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a totalidade da despesa empenhada em relação à RCL, por Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2003. Os gastos com Pensões superaram a variação da RCL. As Aposentadorias, o Tribunal de Contas e o Ministério Público tiveram seus gastos aproximando-se da variação da RCL do período. Já os demais Poderes e Órgãos tiveram a evolução de seus gastos em proporção menor do que a variação da RCL.

Demonstrativo de gasto total em relação à RCL, por Poderes e Órgãos - Ano 2003 como base 100

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	100,0	95,6	89,4	91,6	95,7	87,2	92,3	87,9	91,1	95,4	98,3
PENSÕES	100,0	99,9	100,8	105,6	107,6	94,2	100,8	99,6	101,2	102,9	101,4
AUTARQUIAS	100,0	87,2	84,1	87,6	76,0	68,6	75,9	98,5	83,6	84,4	85,5
FUNDAÇÕES	100,0	94,6	93,0	89,0	82,6	76,9	71,7	79,1	75,3	82,2	81,8
PODER EXECUTIVO	100,0	95,8	90,7	89,2	85,6	81,3	81,9	82,8	83,6	85,5	91,1
PODER JUDICIÁRIO	100,0	97,9	99,5	106,5	104,1	102,8	102,4	100,1	98,3	95,3	91,5
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	100,0	91,5	96,7	94,7	84,2	74,6	72,7	67,5	69,9	68,8	68,1
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	94,2	100,6	106,9	101,2	93,0	95,0	89,0	89,7	96,6	99,4
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	106,8	113,6	117,2	113,8	98,9	101,9	95,2	94,4	98,6	95,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>95,3</b>	<b>91,5</b>	<b>92,4</b>	<b>89,8</b>	<b>83,5</b>	<b>86,1</b>	<b>87,9</b>	<b>87,1</b>	<b>89,3</b>	<b>92,3</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

#### **4.6.2 O gasto com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos do Estado**

A tabela transcrita a seguir mostra os gastos no grupo Pessoal e Encargos Sociais, efetuados pelos Poderes e Órgãos do Estado, entre os anos de 2003 e 2013, em valores nominais. Denota-se que, no período, em valores nominais, a despesa total passou de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 18,9 bilhões, aumento de R\$ 11,4 bilhões, enquanto que a Receita Corrente Líquida cresceu, no mesmo período, R\$ 16,7 bilhões. Ou seja, de uma receita incremental de R\$ 16,7 bilhões, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais tomou R\$ 11,4 bilhões. Em 2013, 71,70% da RCL foram apropriados no grupo Pessoal e Encargos Sociais.



Demonstrativo de gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais - R\$ milhões

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266
PENSÕES	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980
AUTARQUIAS	418	361	306	384	248	281	342	387	501	595	637
FUNDAÇÕES	225	228	244	275	271	295	297	352	376	449	480
PODER EXECUTIVO	2.508	2.546	2.717	3.001	3.283	3.540	3.904	4.511	4.995	5.260	6.182
PODER JUDICIÁRIO	526	603	724	840	879	990	1.008	1.075	1.181	1.259	1.367
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	119	116	149	162	154	172	174	190	217	234	250
TRIBUNAL DE CONTAS	79	82	102	119	120	134	143	150	169	194	223
MINISTÉRIO PÚBLICO	201	227	288	322	337	359	389	425	457	483	536
<b>Total</b>	<b>7.496</b>	<b>7.831</b>	<b>8.542</b>	<b>9.557</b>	<b>10.157</b>	<b>11.001</b>	<b>12.049</b>	<b>13.583</b>	<b>15.134</b>	<b>16.616</b>	<b>18.920</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>9.661</b>	<b>10.737</b>	<b>12.349</b>	<b>13.312</b>	<b>13.991</b>	<b>16.658</b>	<b>17.387</b>	<b>20.298</b>	<b>21.928</b>	<b>23.711</b>	<b>26.388</b>
<b>% Total da Despesas / RCL</b>	<b>77,6</b>	<b>72,9</b>	<b>69,2</b>	<b>71,8</b>	<b>72,6</b>	<b>66,0</b>	<b>69,3</b>	<b>66,9</b>	<b>69,0</b>	<b>70,1</b>	<b>71,7</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A próxima tabela mostra a evolução do gasto com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, tomando-se o ano de 2003 como base 100. Entre 2003 e 2013, os gastos decresceram 7,6 pontos percentuais, em relação à variação da RCL. Pode-se constatar que as aposentadorias, pensões, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas tiveram o crescimento de suas despesas próximo da variação da Receita Corrente Líquida do período.

Demonstrativo do gasto com Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL - Ano de 2003 como base 100

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
APOSENTADORIAS	100,0	95,6	89,4	91,6	95,7	87,2	92,3	87,9	91,1	95,4	98,3
PENSÕES	100,0	99,9	100,8	105,6	107,6	94,2	100,8	99,6	101,2	102,9	101,4
AUTARQUIAS	100,0	77,7	57,2	66,7	41,0	39,1	45,4	44,1	52,8	58,0	55,8
FUNDAÇÕES	100,0	91,1	84,7	88,8	83,0	76,0	73,2	74,4	73,5	81,4	78,1
PODER EXECUTIVO	100,0	91,3	84,8	86,8	90,4	81,8	86,5	85,6	87,7	85,4	90,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	103,1	107,6	115,8	115,3	109,1	106,3	97,2	98,8	97,5	95,1
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	100,0	88,0	98,1	99,0	89,6	84,3	81,4	76,3	80,7	80,5	77,1
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	93,1	100,5	108,5	104,2	98,0	100,1	90,0	93,8	99,9	103,1
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	101,8	112,2	116,6	116,1	103,9	107,8	100,9	100,3	98,1	97,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>94,0</b>	<b>89,1</b>	<b>92,5</b>	<b>93,6</b>	<b>85,1</b>	<b>89,3</b>	<b>86,2</b>	<b>88,9</b>	<b>90,3</b>	<b>92,4</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

#### **4.6.3 O gasto com Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos do Estado**

A tabela seguinte traz os valores empenhados a título de Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos. São os gastos de manutenção e o custeio da máquina pública e de serviços do Estado, como a reforma de escolas e a alimentação de detentos. Também fazem parte as transferências legais aos municípios e os gastos com a gestão do SUS.

Demonstrativo do gasto com Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos - R\$ milhões

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
DISTRIBUIÇÃO RECEITAS MUNICÍPIOS	2.356	2.458	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125
GESTÃO PLENA DO SUS	29	395	412	454	478	578	698	771	825	874	762
AUTARQUIAS	642	772	932	962	1.113	1.185	1.324	1.470	1.760	1.903	2.235
FUNDAÇÕES	103	116	142	128	119	123	128	176	183	210	230
PODER EXECUTIVO	1.219	1.504	1.679	1.742	1.541	1.823	1.771	2.202	2.367	2.907	3.693
PODER JUDICIÁRIO	106	107	120	143	138	162	191	216	238	252	295
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	45	49	55	52	47	41	43	42	44	45	56
TRIBUNAL DE CONTAS	8	10	12	12	11	10	11	12	13	15	18
MINISTÉRIO PÚBLICO	28	32	35	38	49	45	55	56	64	98	86
<b>Total</b>	<b>4.535</b>	<b>5.443</b>	<b>6.703</b>	<b>7.004</b>	<b>7.136</b>	<b>8.328</b>	<b>8.851</b>	<b>10.306</b>	<b>11.362</b>	<b>12.708</b>	<b>14.501</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>9.661</b>	<b>10.737</b>	<b>12.349</b>	<b>13.312</b>	<b>13.991</b>	<b>16.658</b>	<b>17.387</b>	<b>20.298</b>	<b>21.928</b>	<b>23.711</b>	<b>26.388</b>
<b>% Total da Despesas / RCL</b>	<b>46,9</b>	<b>50,7</b>	<b>54,3</b>	<b>52,6</b>	<b>51,0</b>	<b>50,0</b>	<b>50,9</b>	<b>50,8</b>	<b>51,8</b>	<b>53,6</b>	<b>55,0</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A próxima tabela mostra os gastos com Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos, em relação à Receita Corrente Líquida, já excluídas da conta as transferências constitucionais e legais aos municípios, assim como os gastos com a gestão do SUS, que são valores transferidos pela União ao Estado, este com a obrigação de repassar diretamente aos municípios. Constata-se que, em 2013 em relação a 2003, os gastos com manutenção e custeio foram 12,6 pontos percentuais maiores do que a variação da RCL.

As Autarquias, os Poderes Executivo e Judiciário e o Ministério público tiveram aumento superior à variação da RCL. O Poder Executivo teve 10,9 pontos percentuais acima da variação da RCL, por conta do forte incremento de recursos para as áreas da Saúde, Educação e Segurança. A Assembleia Legislativa foi o Órgão que mais contingenciou recursos com o custeio, da mesma forma nos grupos de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos.



Demonstrativo do gasto com Outras Despesas Correntes em relação à RCL - Ano de 2003 como base 100

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
AUTARQUIAS	100,0	108,2	113,6	108,8	119,7	107,1	114,6	109,0	120,9	120,8	127,5
FUNDAÇÕES	100,0	101,0	107,6	89,8	79,8	69,1	68,9	81,2	78,2	82,9	81,9
PODER EXECUTIVO	100,0	111,0	107,8	103,7	87,3	86,7	80,8	86,0	85,6	97,2	110,9
PODER JUDICIÁRIO	100,0	90,5	88,8	97,9	90,3	88,7	100,1	96,9	99,1	97,0	102,1
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	100,0	98,5	95,6	84,2	73,4	53,4	52,9	45,2	43,6	41,2	46,2
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	108,2	108,7	102,4	90,6	66,5	70,3	68,4	69,6	74,5	80,0
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,7	98,8	101,2	122,7	93,8	111,0	96,6	102,4	145,1	114,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>108,4</b>	<b>108,2</b>	<b>103,8</b>	<b>97,0</b>	<b>91,4</b>	<b>91,0</b>	<b>92,4</b>	<b>95,7</b>	<b>102,9</b>	<b>112,6</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

#### **4.6.4 O gasto com Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos do Estado**

A tabela adiante traz a evolução do gasto com os Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos.

Demonstrativo dos valores alocados em Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos do Estado - R\$ milhões

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
AUTARQUIAS	337	219	261	339	174	184	238	1.012	346	348	345
FUNDAÇÕES	16	19	24	20	22	39	21	46	31	37	62
PODER EXECUTIVO	308	305	217	188	112	296	263	632	528	644	858
PODER JUDICIÁRIO	86	72	68	71	65	120	125	221	183	168	132
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	3	5	3	4	2	1	2	4	3	2	4
TRIBUNAL DE CONTAS	2	2	2	2	1	1	1	7	1	4	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	21	36	39	41	24	20	12	16	12	21	25
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>658</b>	<b>615</b>	<b>664</b>	<b>401</b>	<b>661</b>	<b>662</b>	<b>1.937</b>	<b>1.105</b>	<b>1.223</b>	<b>1.429</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Investimentos Amplos é a soma dos investimentos mais inversões financeiras.

A tabela seguinte mostra o gasto com os Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos, em relação à variação da RCL, tendo o ano de 2003 como base 100. Constata-se que, entre 2003 e 2013, houve perda substancial de participação relativa. Em 2007, investiu-se um terço do que foi investido em 2003. Já em 2013, foram investidos dois terços do que se investiu em 2003.



Demonstrativo do gasto com Investimentos Amplos em relação à RCL - Ano de 2003 como base 100

<b>Poderes e Órgãos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
AUTARQUIAS	100,0	58,6	60,8	73,2	35,8	31,7	39,3	143,0	45,3	42,1	37,6
FUNDAÇÕES	100,0	107,1	118,8	90,0	95,8	140,5	72,6	137,5	86,1	94,4	141,1
PODER EXECUTIVO	100,0	89,2	55,3	44,3	25,1	55,7	47,5	97,8	75,7	85,4	102,1
PODER JUDICIÁRIO	100,0	75,5	62,5	59,9	52,4	81,4	81,1	122,4	94,2	79,8	56,3
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	100,0	124,6	60,7	78,4	36,8	10,5	29,1	53,9	33,8	21,4	43,6
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	81,4	77,3	69,8	41,9	22,9	16,5	126,2	24,9	63,8	48,1
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	158,6	147,6	143,7	79,9	57,6	32,3	38,1	25,3	41,1	45,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>76,7</b>	<b>62,3</b>	<b>62,4</b>	<b>35,8</b>	<b>49,6</b>	<b>47,6</b>	<b>119,4</b>	<b>63,0</b>	<b>64,5</b>	<b>67,8</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

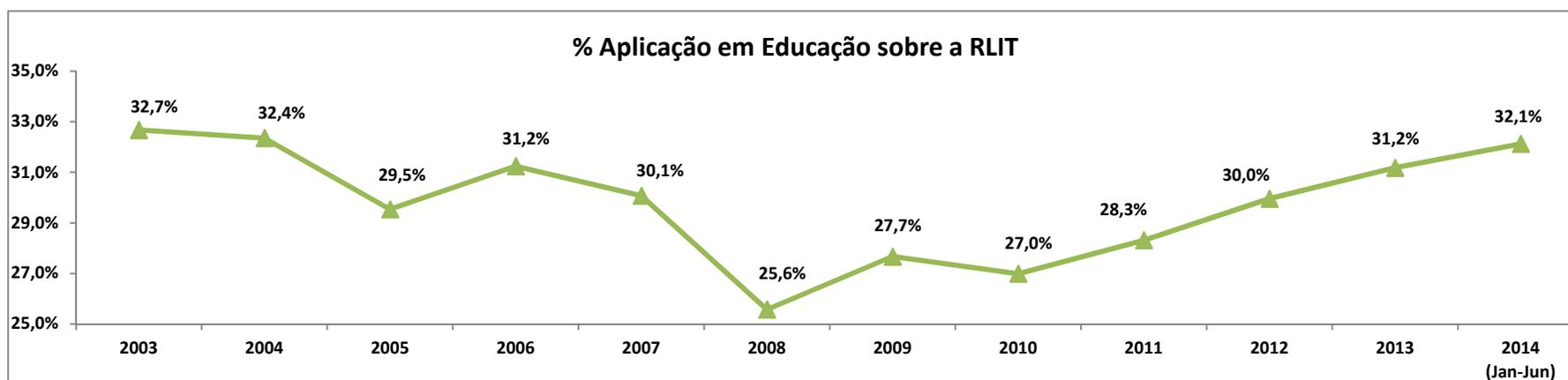
#### 4.7 A Evolução do Gasto com Educação

A tabela abaixo mostra a evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2003 e junho de 2014. Apesar dos sérios problemas orçamentários, há claros sinais de recuperação dos valores aportados. Os recursos aplicados, entre 2007 e 2009 (primeiros três anos do Governo anterior), em média, foram de 27,8% da RLIT. Já entre 2011 e 2013 (três primeiros anos do atual Governo), 29,8% da RLIT. Em 2013, aplicou-se 31,2% da RLIT em Educação. Ao final do primeiro semestre de 2014, o percentual alcançou 32,1% da RLIT.

Percentuais aplicados (liquidados) em Educação em relação à RLIT, em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Jan-Jun)
Total dos Recursos Aplicados na Educação	2.825	2.968	3.134	3.459	3.545	3.612	4.018	4.801	5.297	6.073	7.115	3.856
Receita Líquida de Impostos e Transferências	8.646	9.175	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	12.003
<b>Percentual de Aplicações com a Educação</b>	<b>32,7%</b>	<b>32,4%</b>	<b>29,5%</b>	<b>31,2%</b>	<b>30,1%</b>	<b>25,6%</b>	<b>27,7%</b>	<b>27,0%</b>	<b>28,3%</b>	<b>30,0%</b>	<b>31,2%</b>	<b>32,1%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.



#### 4.8 A Evolução do Gasto com Saúde

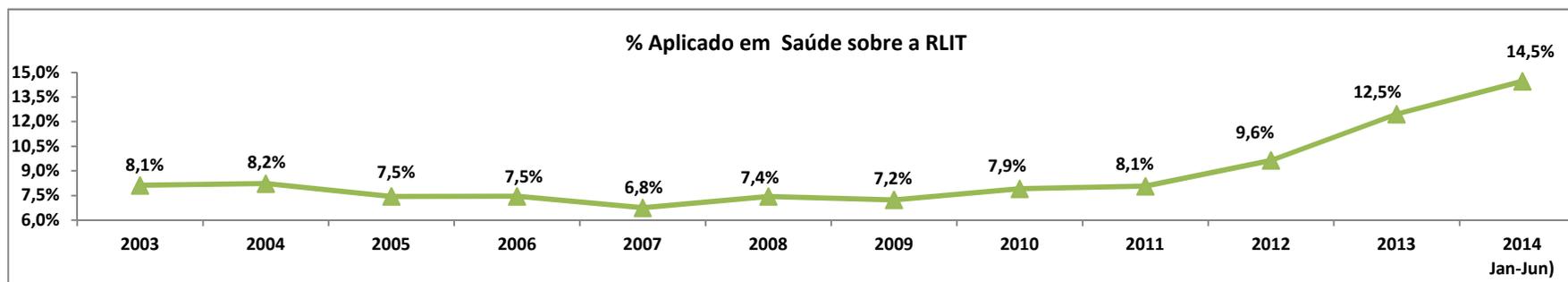
A tabela adiante mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2003 e junho de 2014, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Foram extraídos da conta os valores do Saneamento da CORSAN. Como demonstram os números abaixo, há uma retomada gradual importante de recursos drenados para essa área. Entre 2011 e 2013, foram aplicados, 8,1%, 9,6% e 12,5% da RLIT, respectivamente, os maiores percentuais da série. Ao final do primeiro semestre de 2014, o percentual alcançou 14,5% da RLIT. Ao se comparar os primeiros três anos do atual governo (2011-2013), de 7,17% da RLIT, em relação aos três primeiros anos do governo anterior (2007-2009), de 10,21% da RLIT, houve um aumento de 42,4% em recursos aplicados na área da Saúde.

Percentuais aplicados (liquidados) em Saúde em relação à RLIT, em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Jan-Jun)
Total Aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN	702	756	791	825	796	1.052	1.051	1.408	1.509	1.956	2.844	1.737
Receita Líquida de Impostos e Transferências	8.646	9.175	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	12.003
<b>% Aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN</b>	<b>8,1%</b>	<b>8,2%</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,5%</b>	<b>6,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>7,2%</b>	<b>7,9%</b>	<b>8,1%</b>	<b>9,6%</b>	<b>12,5%</b>	<b>14,5%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: Não estão computados recursos aplicados na CORSAN.



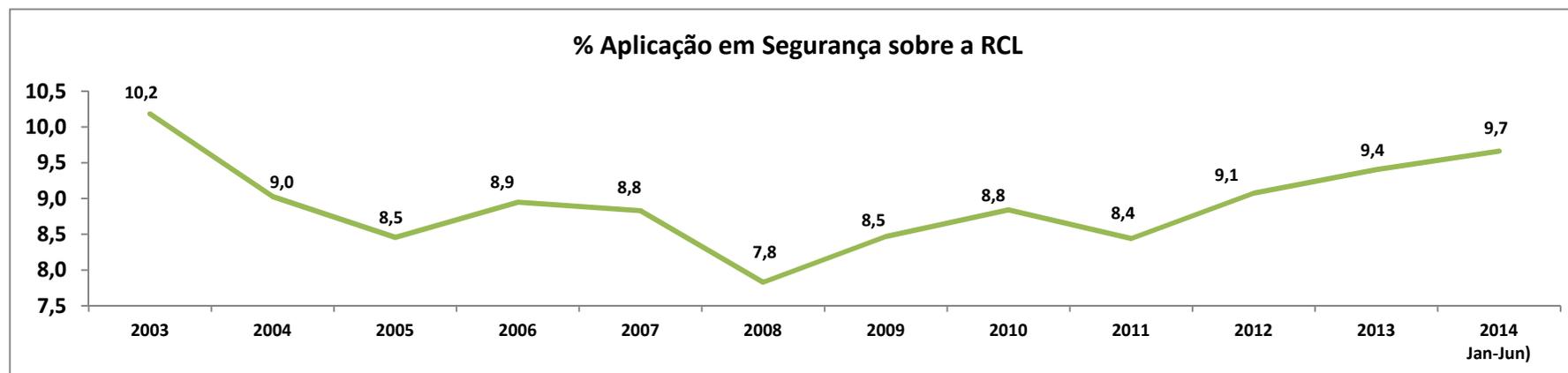
#### 4.9 A Evolução do Gasto com Segurança

A tabela adiante mostra os gastos efetuados com a Segurança em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), entre 2003 e 2013. Nota-se que, em 2012 e 2013, os recursos aplicados na área da Segurança são os maiores da série desde 2004, ou seja, 9,1% da RCL e 9,4% da RCL, respectivamente. Ao final do primeiro semestre de 2014, o percentual alcançou 9,7% da RCL.

Percentuais aplicados (liquidados) em Segurança em relação à Receita Corrente Líquida – R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Jan-Jun)
Recursos Aplicados em Segurança	984	969	1.044	1.191	1.235	1.304	1.472	1.794	1.851	2.152	2.481	1.354
Receita Corrente Líquida	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	14.010
<b>Percentual de Aplicação em Segurança</b>	<b>10,2</b>	<b>9,0</b>	<b>8,5</b>	<b>8,9</b>	<b>8,8</b>	<b>7,8</b>	<b>8,5</b>	<b>8,8</b>	<b>8,4</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>9,7</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



#### 4.10 A evolução do Gasto por Função Pública

A tabela adiante discrimina os gastos por Função Pública. Após os encargos financeiros e previdenciários, os repasses para a Saúde, Educação e Segurança foram os mais demandados.

Despesas empenhadas alocadas por Função Pública – Atualizadas pelo IGP-DI – R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	7.297	7.269	9.041	9.396	9.095	11.139	10.076	11.846	10.604	11.067	11.543
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.933	6.626	6.559	7.194	7.477	7.365	7.789	8.266	8.762	8.975	9.462
10 - SAÚDE	1.512	2.252	2.402	2.428	2.517	2.690	2.942	3.440	3.535	3.731	4.464
12 - EDUCAÇÃO	2.988	2.932	2.815	3.022	2.889	2.767	2.842	2.883	2.884	3.183	3.592
06 - SEGURANCA PÚBLICA	2.158	1.692	2.069	2.286	2.306	1.862	1.990	2.295	2.176	2.411	2.633
02 - JUDICIÁRIA	1.353	1.330	1.427	1.572	1.512	1.546	1.622	1.781	1.714	1.685	1.667
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.096	1.133	838	914	834	1.357	1.346	1.530	1.688	1.854	1.628
03 - ESSENCIAL À JUSTICA	535	586	659	711	693	643	699	756	746	794	972
01 - LEGISLATIVA	466	449	510	545	502	475	610	632	635	663	851
26 - TRANSPORTE	964	650	743	872	559	540	603	1.585	798	676	670
20 - AGRICULTURA	523	455	435	383	321	290	330	381	408	536	575
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	213	213	207	220	192	209	225	232	237	207	243
18 - GESTÃO AMBIENTAL	80	66	62	62	55	70	59	104	98	110	126
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	92	92	110	77	77	73	80	156	170	130	123
13 - CULTURA	73	59	60	57	48	47	49	52	55	63	81
11 - TRABALHO	40	74	101	91	74	54	56	69	67	50	51
22 - INDÚSTRIA	17	7	13	3	1	2	1	3	31	29	50
23 - COMÉRCIO E SERVICOS	19	15	22	15	13	14	17	19	13	25	37
15 - URBANISMO	0	3	2	6	2	6	1	25	12	13	23
16 - HABITAÇÃO	17	24	11	13	8	15	18	80	12	16	21
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1	65	66	71	96	24	28	19	22	22	21
27 - DESPORTO E LAZER	6	12	9	6	5	6	8	20	12	23	19
17 - SANEAMENTO	27	26	29	33	19	10	37	22	171	30	17
24 - COMUNICAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	7	8	10
25 - ENERGIA	2	9	3	10	1	12	5	0	0	0	1
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	44	48	26	11	8	3	4	5	0	0
<b>Total geral</b>	<b>26.414</b>	<b>26.085</b>	<b>28.240</b>	<b>30.016</b>	<b>29.307</b>	<b>31.223</b>	<b>31.438</b>	<b>36.202</b>	<b>34.859</b>	<b>36.303</b>	<b>38.880</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

É importante mencionar que os gastos com inativos e pensionistas foram alocadas na Função Previdência. Em 2003, os valores da Rubrica 4702 - PASEP, na Função Legislativa, foram aportados para a Função Encargos Especiais. A Função Encargos Especiais engloba basicamente as despesas com o Serviço da Dívida, Repasses aos Municípios, Sentenças Judiciais, pagamento de RPVs e PASEP. A Função Essencial à Justiça engloba os orçamentos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado. O demonstrativo foi elaborado excluindo-se a dupla contagem contábil.

Entre 2011 e 2013 (três primeiros anos do Governo atual), em comparação com os anos de 2007 a 2009 (três primeiros anos do Governo anterior), houve um aumento de gastos na ordem de 19,7%, em valores atualizados pelo IGP-DI. Nas áreas da Saúde, Educação e Segurança, o crescimento foi de 43,9%, 13,7% e 17,3%, respectivamente.

#### **4.11 A Rigidez do Orçamento Estadual**

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul tem regras que diferem do conjunto da Federação, causando efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, fazem com que a soma das despesas absorva a quase totalidade das receitas. Para exemplificar, as despesas com Educação, desde 1999, na média, têm crescido em termos reais. A Constituição Federal determina 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Contudo, a Constituição Estadual prescreve 35% da RLIT.

Portanto, a proposta orçamentária e a própria execução possuem uma estrutura pouco flexível. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

#### **4.12 As perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação – FUNDEB**

O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. É um Fundo de natureza contábil, instituído pela EC nº 53, de 19/dez/2006 e regulamentado pela MP nº 339, de 28/dez/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/jun/2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29/nov/2007. Teve sua implantação a partir de 1º/jan/2007, alcançando sua plenitude em 2009, com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial, e os percentuais de receitas que o compõem, alcançando o patamar de 20% de contribuição. A Emenda Constitucional que criou o FUNDEB estabeleceu o prazo final do programa em 2020.

O FUNDEB promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da Constituição Federal).

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. A União poderá complementar com 10% do valor total do Fundo, caso haja insuficiência de recursos. Os Municípios participam com 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados; da cota-parte do Imposto proporcional às Exportações (IPIexp); da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC 87/96); da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); do Imposto Territorial Rural (ITR); e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os Estados participam com 20% do Fundo de Participação dos Estados (FPE); do ICMS; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do IPIexp; da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC 87/96); do IPVA; do ITCMD; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (zona urbana, zona rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 211 da Constituição Federal.

A aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica. Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base na proporção do número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Os Estados, com base na proporção do número de alunos do ensino fundamental e médio, sendo o mínimo de 60% direcionado para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública; o restante dos recursos, para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Antes de vigorar o FUNDEB, existia o FUNDEF, ativo desde 01/01/1998. Assim, desde antes da criação do FUNDEB, o Estado do Rio Grande do Sul contribuiu para o Fundo com mais recursos do que obteve de retorno. Somente para fins ilustrativos, a tabela adiante levanta as perdas com o Fundo da Educação, decorrentes do fato de que o Estado vem apresentando aumentos reais nas receitas contributivas; contudo, há uma involução anual na quantidade de novas matrículas. Dessa equação, registra-se resultado com perdas crescentes.

Em 2003, a perda do Estado para o Fundo da Educação foi de R\$ 546 milhões, em valores nominais. Em 2013, aportou-se ao Fundo R\$ 4,288 bilhões; contudo, o retorno foi de R\$ 3.436 bilhões, resultando em uma perda de R\$ 852 milhões. No período entre 2003 e 2013, o Estado contabilizou perdas na ordem de R\$ 5,3 bilhões, em valores nominais. Estima-se que, somente em 2014, a perda do Estado com o FUNDEB ficará próxima de R\$ 1,0 bilhão.

Desse forma, o Estado repassa valores de seu orçamento aos Municípios gaúchos para que estes promovam uma melhor educação infantil e fundamental. Segundo previsão da FAMURS, em 2012, os dez municípios que mais ganhariam na diferença são Viamão, Pelotas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada, Rio Grande, Gravataí, Santa Maria, Sapucaia do Sul e Porto Alegre. Os municípios que mais perderiam com a diferença são Osório, Triunfo, Aratiba, Carlos Barbosa, Pinhal da Serra, Garibaldi, Nova Roma do Sul, Nova Bréscia, Muitos Capões e Nova Pádua.

Valores das perdas do Estado do RS para o FUNDEF/FUNDEB – Em valores nominais - R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Deduções para formação do FUNDEF/FUNDEB	-1.513	-1,615	-1.462	-1.511	-1.785	-2.406	-2.719	-3.214	-3.526	-3.808	-4.288
Transferência do FUNDEF/FUNDEB ao Estado	967	1.006	1.174	1.188	1.478	2.129	2.416	2.717	2.961	3.088	3.436
<b>Perdas do Estado com o Fundo da Educação</b>	<b>-546</b>	<b>-609</b>	<b>-288</b>	<b>-323</b>	<b>-307</b>	<b>-277</b>	<b>-303</b>	<b>-497</b>	<b>-565</b>	<b>-719</b>	<b>-852</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

## **5. A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS**

### **5.1 A situação da dívida pública estadual contratualizada junto à União**

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a dívida contratual. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida consolidada foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, que é em março de 2028. Caso haja resíduo, que são as parcelas das prestações mensais que excederam o limite da RLR, este será pago em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, a partir de abril de 2028 até março de 2038.

A tabela a seguir discrimina o valor original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>Refinanciamento Principal</b>	<b>PROES</b>	<b>Refinanciamento Resíduo</b>	<b>Fundação BANRISUL Contrapartida PROES</b>	<b>FINAME</b>	<b>BNDES</b>	<b>TOTAL</b>
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 - fl. 97).

Atualmente, o Estado possui dois grupos distintos de dívida contratual com a União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação com a receita, sendo amortizada mensalmente e, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar.

As principais cláusulas da renegociação da dívida estadual com a União foram as seguintes: (i) taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) sistema de amortização pela Tabela *Price*; (iv) garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

Como já foi dito acima, o valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Desde a data contratual, a atualização do estoque pelo IGP-DI mais 6% ao ano tem sido superior ao pagamento de 13% da RLR. Esse fato justifica o crescimento exponencial do estoque da dívida, mesmo em um cenário de inflação controlada e de diminuto endividamento por novas operações de crédito.

A dívida extralimite representa em torno de 2,0% do total da dívida contratada com a União. É composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL). Já representou bem mais, pois a operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte do estoque. Uma nova operação está sendo preparada com o mesmo organismo financeiro internacional para liquidar a totalidade da dívida extralimite.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União, entre 1998 e 2013. Observa-se que, em 31/12/1999, o estoque da dívida era de R\$ 11,8 bilhões. Em 31/12/2013, o principal da dívida saltou para R\$ 22,8 bilhões, já os valores de juros não pagos no período foram de R\$ 21,6 bilhões, totalizando um estoque de R\$ 44,4 bilhões, representando 14,3% do PIB gaúcho. Observe-se que, em 2012, em relação a 2011, o estoque da dívida cresceu R\$ 3,2 bilhões. Já em 2013, em relação a 2012, o estoque da dívida cresceu R\$ 2,6 bilhões. Em apenas 2 anos, mesmo após o pagamento de serviço na ordem de 13% da RLR, a dívida do Estado com a União cresceu R\$ 5,8 bilhões.

Demonstrativo do estoque da dívida do Estado contratada junto à União – em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>Principal</b>	<b>Residual</b>	<b>Total do Estoque (Principal + Residual)</b>	<b>Total Estoque da Dívida União / PIB-RS</b>
16/11/1998	7.119	306	7.425	-
1998	9.244	322	9.566	14,1
1999	10.908	873	11.781	15,9
2000	11.426	1.099	12.525	15,3
2001	12.499	1.736	14.235	15,4
2002	15.128	1.785	16.913	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	14,9
2010	21.361	14.884	36.245	14,4
2011	21.790	16.823	38.613	14,6
2012	22.496	19.285	41.781	15,3
2013	22.759	21.625	44.384	14,2

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 2013 - fl. 105).

## **5.2 Os encargos financeiros da dívida do Estado contratada junto à União**

Como já se disse acima, os encargos da dívida contratada junto à União são atualizados pelo IGP-DI mais 6% ao ano. A tabela a seguir apresenta a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2013. No período, a variação acumulada foi de 261,31%. Ainda no período, a variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,1%.



Esses dados, por si mesmos, já mostram a gravidade do problema para o Estado, que refinanciou sua dívida com base no IGP-DI, um indexador de atualização extremamente instável. Ainda mais prejudicial é a combinação entre o IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Os pagamentos efetuados foram insuficientes para amortizar o seu estoque; atualmente, os resíduos decorrentes dos encargos superiores aos pagamentos realizados têm valor equivalente ao valor do principal da dívida.

Demonstrativo da variação do IGP-DI, entre 1999 e 2013

<b>Especificação</b>	<b>Variação Anual do IGP-DI</b>	<b>Índice do IGP-DI</b>	<b>Índice Acumulado do IGP-DI</b>	<b>Percentual Acumulado IGP-DI</b>
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62
2011	5,00	1,0500	3,1670	216,70
2012	8,11	1,0811	3,4238	242,38
2013	5,53	1,0553	3,6131	261,31

Fonte de dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

### **5.3 As conclusões sobre a dívida pública estadual contratada junto à União**

O Rio Grande do Sul reestruturou junto à União, em um período pós-inflação galopante, a quase totalidade de sua dívida de longo prazo. Os indexadores acordados no contrato foram a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano.

Mesmo após as constantes amortizações mensais (13% da Receita Líquida Real), o estoque da dívida cresceu, em média, na proporção da mesma variação do percentual do IGP-DI. Ao final de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 238/2013, que dá outro perfil para a dívida do Estado, com a substituição do IGP-DI mais 6% ao ano, pelo IPCA mais 4% ao ano ou a taxa SELIC, o que for menor. O texto foi enviado ao Senado Federal para discussão e aprovação, sendo que a votação naquela casa legislativa ocorrerá no final de 2014. Conforme o projeto de lei, seus efeitos são retroativos a 1º de janeiro de 2013.

O projeto não muda a forma de desembolso, que continua a ser de 13% da Receita Líquida Real. Uma vantagem imediata é que abre espaço para a contratação de novas operações de crédito. Caso seja aprovado, estima-se que, ao final de 2028, com esses novos indicadores de atualização, o estoque final da dívida será administrável. Em um cenário otimista, a dívida poderá até ser quase zerada. Contudo, em um cenário pessimista, haverá um estoque que decresce em proporção menor. Com toda a certeza, essa mudança será um alívio para as finanças do Estado no longo prazo.

## 6. O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 6.1 O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)** – art. 201, da Constituição Federal – gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)** – art. 40, da Constituição Federal – geridos pelos entes federados (União, Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, sistemas de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) **Regimes de Previdência Complementar (RPC)** – art. 202, da Constituição Federal – também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas incidiu somente sobre o que exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Após algumas controvérsias judiciais, a partir de abril de 2013, as contribuições foram majoradas para 13,25% (Leis Complementares nºs 14.015 e 14.016, de 21/06/2012).

De 2004 a 2008, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei Estadual nº 12.909/08 supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, a partir de 2009, as Leis de Diretrizes Orçamentárias passaram a disciplinar os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, foram incorporadas alterações significativas na forma de registro das operações relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal já determinado.

Nos orçamentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas também como receitas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada "dupla-contagem contábil", que são as transferências intraorçamentárias.

## 6.2 O Sistema de Repartição Simples e o Sistema de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul está organizado mediante o **sistema de repartição simples**, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. O que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custeio dos benefícios dos aposentados e pensionistas é transferido para os segurados que ainda estão na ativa, ao passo que, no segundo, cada integrante é responsável pela formação de fundo destinado ao financiamento de sua própria aposentadoria. Adiante, analisam-se os dois sistemas previdenciários.

As Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, que entraram em vigor nas datas de suas publicações, em 18/07/2011, criaram para os novos servidores civis e militares o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Também foram instituídos os Fundos Previdenciários (FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR), regidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.

Pelo **sistema de capitalização**, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição que fez ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR são depositados em conta específica e exclusiva em Banco Oficial, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único.

As aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos referidos Fundos atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pelas Políticas Anuais de Investimento dos Fundos, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida do Estado em igual valor àquela contribuição descontada do servidor, formará os fundos destinados exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar, no futuro, déficit previdenciário ao Estado, visto que haverá um fundo que suportará a totalidade dos dispêndios. Entretanto, o Estado continua cumprindo com a função de garantidor dos benefícios nesse regime capitalização independentemente do resultado do FUNDOPREV e do FUNDOPREV-MILITAR.

### **6.3 O Déficit Previdenciário do atual Sistema de Repartição Simples**

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com atuais aposentados e pensionistas. A diferença é aportada pelo Tesouro. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos e os pensionistas.

Em 2000, o Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta, Fundações, Autarquias e Estatais) possuía 193 mil matrículas ativas contra 176 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ao final de 2013, havia 195,9 mil matrículas ativas contra 197,6 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Em 2013, pela primeira vez, aconteceu que o número de matrículas de aposentadorias e pensões superou o dos ativos. Já em 2000, os gastos com os vencimentos dos aposentados e pensionistas eram maiores do que os despendidos com o salário do pessoal ativo. Entre 2005 e 2013, em média anual, 3.200 novas matrículas líquidas foram para a inatividade.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os futuros aposentados e pensionistas, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio.

A tabela seguinte mostra o déficit previdenciário nominal, que, em 2005, foi de R\$ 2,6 bilhões; e em 2013, alcançou R\$ 5,8 bilhões. Em 2005, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriam 35,6% do gasto previdenciário total; já em 2013, a participação cresceu para 37,2%. A pequena melhora foi em decorrência da majoração da contribuição pessoal, que passou de 11,0% para 13,25%.

Déficit Previdenciário – Em valores nominais empenhados – R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Gasto com Aposentadorias e Reformas	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.272
Gasto com Pensões	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980
<b>Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)</b>	<b>4.013</b>	<b>4.454</b>	<b>4.866</b>	<b>5.229</b>	<b>5.793</b>	<b>6.493</b>	<b>7.238</b>	<b>8.141</b>	9.252
Contribuição Pessoal Previdenciária ao RPPS	476	544	608	614	657	715	857	869	1.146
Contribuição Patronal (2 vezes a Contribuição Pessoal)	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.714	1.738	2.292
<b>Total de Contribuições = Pessoal mais Patronal (B)</b>	<b>1.427</b>	<b>1.631</b>	<b>1.824</b>	<b>1.842</b>	<b>1.972</b>	<b>2.145</b>	<b>2.570</b>	<b>2.607</b>	3.438
<b>Déficit Previdenciário = (B - A)</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(2.822)</b>	<b>(3.042)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(3.821)</b>	<b>(4.347)</b>	<b>(4.668)</b>	<b>(5.534)</b>	<b>(5.814)</b>
<b>% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)</b>	<b>35,6%</b>	<b>36,6%</b>	<b>37,5%</b>	<b>35,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>33,0%</b>	<b>35,5%</b>	<b>32,0%</b>	<b>37,2%</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante registra a previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que faz parte dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (LDO 2015). A evolução das contas com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total) parte de um resultado previdenciário negativo em 2012 e 2013. Ressalva-se o fato de a conta patronal ter a mesma proporção da contribuição pessoal (1 x 1).

Déficit Previdenciário, conforme cálculo atuarial efetuado pelo Instituto de Previdência do Estado

<b>Exercício</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Saldo Financeiro de 2012 e 2013 (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)</b>
2014	2.341.438.480,76	8.048.431.072,50	-5.706.992.591,74	-17.579.358.361,49
2015	2.317.469.617,89	8.056.962.173,14	-5.739.492.555,25	-23.318.850.916,74
2016	2.223.379.524,03	8.166.351.120,07	-5.942.971.596,04	-29.261.822.512,78
2017	2.155.541.565,62	8.231.449.786,57	-6.075.908.220,95	-35.337.730.733,73
2018	2.075.115.070,99	8.310.197.019,75	-6.235.081.948,76	-41.572.812.682,49
2019	1.993.134.050,15	8.381.014.572,73	-6.387.880.522,58	-47.960.693.205,07
2020	1.913.253.605,27	8.435.309.721,21	-6.522.056.115,94	-54.482.749.321,01
2021	1.840.109.071,20	8.484.727.710,19	-6.644.618.638,99	-61.127.367.960,00
2022	1.768.390.592,96	8.531.046.072,46	-6.762.655.479,50	-67.890.023.439,50
2023	1.707.879.853,50	8.544.586.164,41	-6.836.706.310,91	-74.726.729.750,41
2024	1.647.993.292,36	8.541.883.694,19	-6.893.890.401,83	-81.620.620.152,24
2025	1.593.081.548,82	8.514.635.287,53	-6.921.553.738,71	-88.542.173.890,95
2026	1.538.480.939,31	8.478.919.696,14	-6.940.438.756,83	-95.482.612.647,78
2027	1.483.755.238,90	8.424.044.732,56	-6.940.289.493,66	-102.422.902.141,44
2028	1.423.911.377,74	8.369.373.035,35	-6.945.461.657,61	-109.368.363.799,05
2029	1.361.267.910,22	8.311.805.585,00	-6.950.537.674,78	-116.318.901.473,83
2030	1.301.156.432,34	8.230.534.960,60	-6.929.378.528,26	-123.248.280.002,09
2031	1.236.433.159,76	8.138.501.013,96	-6.902.067.854,20	-130.150.347.856,29
2032	1.171.623.723,11	8.035.805.921,74	-6.864.182.198,63	-137.014.530.054,92
2033	1.111.343.928,74	7.911.857.418,66	-6.800.513.489,92	-143.815.043.544,84
2034	1.052.299.392,56	7.768.599.228,89	-6.716.299.836,33	-150.531.343.381,17
2035	983.972.808,76	7.629.155.068,37	-6.645.182.259,61	-157.176.525.640,78
2036	918.662.383,02	7.474.232.298,30	-6.555.569.915,28	-163.732.095.556,06
2037	861.251.540,83	7.291.051.363,45	-6.429.799.822,62	-170.161.895.378,68
2038	806.350.428,35	7.092.072.081,12	-6.285.721.652,77	-176.447.617.031,45
2039	755.807.369,66	6.877.843.753,04	-6.122.036.383,38	-182.569.653.414,83
2040	704.126.722,08	6.660.851.208,41	-5.956.724.486,33	-188.526.377.901,16
2041	658.932.269,41	6.425.993.713,22	-5.767.061.443,81	-194.293.439.344,97
2042	618.434.411,86	6.179.575.877,08	-5.561.141.465,22	-199.854.580.810,19
2043	577.660.449,03	5.930.746.169,30	-5.353.085.720,27	-205.207.666.530,46
2044	542.193.611,59	5.673.902.396,00	-5.131.708.784,41	-210.339.375.314,87
2045	508.339.001,80	5.415.074.717,03	-4.906.735.715,23	-215.246.111.030,10



<b>Exercício</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Saldo Financeiro (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)</b>
2046	475.479.465,37	5.157.664.787,15	-4.682.185.321,78	-219.928.296.351,88
2047	444.982.832,07	4.900.124.816,02	-4.455.141.983,95	-224.383.438.335,83
2048	416.343.363,83	4.644.126.413,81	-4.227.783.049,98	-228.611.221.385,81
2049	390.683.176,34	4.388.934.942,46	-3.998.251.766,12	-232.609.473.151,93
2050	366.309.599,30	4.137.833.373,62	-3.771.523.774,32	-236.380.996.926,25
2051	343.330.380,51	3.891.066.241,39	-3.547.735.860,88	-239.928.732.787,13
2052	321.106.887,27	3.650.185.550,20	-3.329.078.662,93	-243.257.811.450,06
2053	299.370.989,20	3.416.046.218,84	-3.116.675.229,64	-246.374.486.679,70
2054	278.401.763,98	3.188.667.537,40	-2.910.265.773,42	-249.284.752.453,12
2055	258.094.189,17	2.968.585.500,90	-2.710.491.311,73	-251.995.243.764,85
2056	238.419.122,36	2.756.229.075,12	-2.517.809.952,76	-254.513.053.717,61
2057	219.392.941,32	2.551.906.663,03	-2.332.513.721,71	-256.845.567.439,32
2058	201.068.403,09	2.355.841.042,69	-2.154.772.639,60	-259.000.340.078,92
2059	183.494.143,24	2.168.228.974,03	-1.984.734.830,79	-260.985.074.909,71
2060	166.713.850,84	1.989.239.264,51	-1.822.525.413,67	-262.807.600.323,38
2061	150.765.432,71	1.819.010.011,25	-1.668.244.578,54	-264.475.844.901,92
2062	135.680.350,64	1.657.645.165,78	-1.521.964.815,14	-265.997.809.717,06
2063	121.483.210,81	1.505.210.826,47	-1.383.727.615,66	-267.381.537.332,72
2064	108.191.393,85	1.361.730.908,22	-1.253.539.514,37	-268.635.076.847,09
2065	95.814.903,24	1.227.184.020,39	-1.131.369.117,15	-269.766.445.964,24
2066	84.356.336,01	1.101.501.685,14	-1.017.145.349,13	-270.783.591.313,37
2067	73.811.041,04	984.568.471,09	-910.757.430,05	-271.694.348.743,42
2068	64.167.078,32	876.222.072,80	-812.054.994,48	-272.506.403.737,90
2069	55.405.421,11	776.255.640,08	-720.850.218,97	-273.227.253.956,87
2070	47.500.276,45	684.421.460,45	-636.921.184,00	-273.864.175.140,87
2071	40.419.601,65	600.436.086,57	-560.016.484,92	-274.424.191.625,79
2072	34.125.619,48	523.985.120,57	-489.859.501,09	-274.914.051.126,88
2073	28.575.584,41	454.728.880,57	-426.153.296,16	-275.340.204.423,04
2074	23.722.536,64	392.307.655,34	-368.585.118,70	-275.708.789.541,74
2075	19.516.198,28	336.346.653,20	-316.830.454,92	-276.025.619.996,66
2076	15.903.898,84	286.460.130,83	-270.556.231,99	-276.296.176.228,65
2077	12.831.620,68	242.255.596,91	-229.423.976,23	-276.525.600.204,88
2078	10.244.965,90	203.337.305,74	-193.092.339,84	-276.718.692.544,72
2079	8.090.171,00	169.309.156,96	-161.218.985,96	-276.879.911.530,68
2080	6.315.021,04	139.777.090,39	-133.462.069,35	-277.013.373.600,03
2081	4.869.608,79	114.351.344,67	-109.481.735,88	-277.122.855.335,91
2082	3.706.998,46	92.648.895,48	-88.941.897,02	-277.211.797.232,93
2083	2.783.798,22	74.295.218,50	-71.511.420,28	-277.283.308.653,21
2084	2.060.568,68	58.926.652,83	-56.866.084,15	-277.340.174.737,36
2085	1.502.044,88	46.193.225,53	-44.691.180,65	-277.384.865.918,01
2086	1.077.206,24	35.761.835,44	-34.684.629,20	-277.419.550.547,21

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (Anexo II-b).



O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com a criação das Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, através da implementação do sistema de capitalização. Nesse caso, os servidores admitidos a partir de 18/07/2011 têm um sistema previdenciário diferenciado em relação aos servidores mais antigos - sistema de capitalização - e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas.

Portanto, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. É lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria em até 15 a 20 anos – o Tesouro estadual não contará com as receitas das contribuições dos servidores ativos, sendo o pagamento suportado exclusivamente com as contribuições dos inativos e a patronal, visto que os novos servidores ingressam no sistema de capitalização. Dessa forma, o déficit com inativos e pensionistas aumentará significativamente. Contudo, no longuíssimo prazo – 20 a 25 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro será menos pressionado.

## **7. OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS**

O orçamento de investimento das sociedades de economia mista, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria do capital acionário com direito a voto, acompanha a Proposta da Lei Orçamentária Anual da Administração Pública estadual direta, suas Autarquias e Fundações, em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, § 5º, I, bem como cumpre o prazo legal de 15 de setembro de cada ano, para o envio à Assembleia Legislativa da peça orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, III, da Constituição do Estado.

A tabela adiante apresenta a evolução do patrimônio líquido das principais estatais gaúchas, entre 2007 e 2013. Em 2013, destacam-se o crescimento do BANRISUL, da CORSAN e da PROCERGS. Nos últimos anos, a maioria das estatais gaúchas melhorou seu desempenho graças à modernização administrativa, à gestão voltada aos resultados, à racionalização de despesas, à melhoria de processos e ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Patrimônio líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
BANRISUL	2.792.013	3.079.139	3.408.462	3.855.239	4.399.511	4.634.648	5.147.862
CORSAN	562.215	738.173	603.698	749.638	843.840	558.243	1.076.086
CEEE-D	15.982	24.870	1.623.544	1.428.810	1.092.109	669.477	511.341
CEEE-GT	304.902	434.781	1.889.542	2.051.413	2.063.301	1.880.680	1.732.473
SULGÁS	76.804	79.160	128.687	140.085	124.787	113.820	113.966
CRM	143.480	126.145	135.412	130.955	113.516	277.118	278.123
PROCERGS	35.977	43.547	40.352	38.829	38.777	53.218	78.584
BADESUL	369.018	392.435	431.680	502.738	558.395	673.672	732.290

Fonte: Balanço Patrimonial das Companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A tabela seguinte traz o lucro líquido das principais estatais gaúchas, entre 2007 e 2013. Em 2013, destacam-se os resultados do setor bancário (BANRISUL e do BADESUL).

Lucro líquido das principais empresas estatais gaúchas - R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
BANRISUL	916.381	590.873	541.096	741.242	904.349	818.590	791.614
CORSAN	53.351	211.966	251.149	197.693	231.280	237.641	167.451
CEEE-D	6.299	15.908	1.598.785	-194.734	-202.892	-220.703	-228.571
CEEE-GT	76.153	123.896	1.343.100	152.766	88.173	-88.417	-191.336
SULGÁS	71.196	47.109	70.209	88.769	78.472	67.323	46.982
CRM	10.323	7.117	12.710	3.424	-16.929	23.937	7.750
BADESUL	38.137	46.027	40.985	72.324	77.593	11.232	61.208

Fonte: Balanço do Resultado do Exercício das Companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2013.

Demonstrativo dos investimentos executados pelas principais estatais gaúchas - R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	201.085	198.580	216.693
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	196.241	238.943	486.161
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	23.050	16.279	15.748
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	35.147	36.243	42.060
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	198.735	251.800	299.500
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>442.917</b>	<b>473.110</b>	<b>690.245</b>	<b>803.542</b>	<b>654.258</b>	<b>741.845</b>	<b>1.060.162</b>

Fonte: Balanço Social das Companhias estatais gaúchas.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição (CEEE-D) e a CEEE Geração e Transmissão (CEEE-GT).

O Estado do Rio Grande do Sul possui 14 estatais, divididas em setor produtivo e financeiro. O setor produtivo é composto por dez Companhias, que se dedicam à prestação de serviços, produção industrial e extração mineral. Já o setor financeiro é composto por quatro Companhias, voltadas à atividade de intermediação financeira e fomento ao desenvolvimento.

**Em 2015, as estatais projetam executar investimentos na ordem de R\$ 1.392 milhões.** As empresas do setor produtivo alocaram, no orçamento de 2015, R\$ 1.123,5 milhões, sendo R\$ 437,8 milhões com recursos próprios, R\$ 660,2 milhões por meio de operações de crédito e R\$ 25,5 milhões através de outras fontes de recursos. As empresas do setor bancário (grupo BANRISUL e BADESUL) apropriaram, no orçamento de 2015, um montante de R\$ 268,4 milhões, com recursos próprios, conforme se pode visualizar na tabela adiante.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Fonte de Recursos

EMPRESAS ESTATAIS GAÚCHAS	FONTE DE RECURSOS			
	PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	INVESTIMENTOS TOTAIS
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	234.015.519	-	-	234.015.519
BANRISUL CARTÕES S/A - BANRISERV	30.351.424	-	-	30.351.424
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	11.920.000	4.095.181	-	16.015.181
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	4.022.500	-	-	4.022.500
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	3.500.000	-	-	3.500.000
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	25.614.025	32.058.074	-	57.672.100
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.500.000	-	-	10.500.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	-	439.091.969	-	439.091.969
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	172.131.052	58.024.347	-	230.155.400
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	1.916.000	-	-	1.916.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	15.402.873	-	-	15.402.873
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	148.342.521	126.880.126	25.525.683	300.748.332
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS - EGR	48.473.760	-	-	48.473.760
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS</b>	<b>706.189.676</b>	<b>660.149.698</b>	<b>25.525.683</b>	<b>1.391.865.059</b>

Fonte: PLOA 2015.

A tabela seguinte aloca os recursos das empresas estatais, de R\$ 1.391,8 milhões, em três grandes áreas: a de Infraestrutura (R\$ 1.091,5 milhões); a Econômica (R\$ 257,5 milhões); e a Administrativa (R\$ 42,8 milhões).

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área

<b>ÁREA DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>1.091.544.434</b>
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	57.672.100
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	439.091.968
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	230.155.400
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	15.402.873
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	300.748.332
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR	48.473.760
<b>ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>257.553.200</b>
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	4.022.500
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	234.015.519
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	16.015.181
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	3.500.000
<b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>42.767.424</b>
BANRISUL CARTÕES S.A. - BANRISERV	30.351.424
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.500.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	1.916.000
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DAS DIVERSAS ÁREAS</b>	<b>1.391.865.059</b>

Fonte: PLOA 2015.

A seguir, a tabela do demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas, classificados por Função. A Função Administração apropriou R\$ 10,5 milhões (0,8%); a de Saneamento, R\$ 300,7 milhões (21,6%); a da Agricultura, R\$ 3,5 milhões (0,3%); a da Indústria, R\$ 1,9 milhão (0,1%); a do Comércio e Serviços, R\$ 284,4 milhões (20,4%); e a de Energia, R\$ 742,3 milhões (53,3%), a de Transporte, R\$ 48,5 milhões (3,6%), totalizando R\$ 1.391,8 milhões em investimentos.

Demonstrativos dos investimentos das estatais gaúchas por Função

<b>FUNÇÃO</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>
ADMINISTRAÇÃO	10.500.000	0,8
SANEAMENTO	300.748.332	21,6
AGRICULTURA	3.500.000	0,3
INDÚSTRIA	1.916.000	0,1
COMÉRCIO E SERVIÇOS	284.404.624	20,4
ENERGIA	742.322.342	53,3
TRANSPORTE	48.473.760	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.391.865.059</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PLOA 2015.

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre a **matriz insumo-produto**, desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, em 2015, de R\$ 1,39 bilhão, caso se realizem na sua totalidade, terão significativo impacto multiplicador, pois se estima um incremento de 0,38% no PIB estadual, acompanhado da criação de 30.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em R\$ 1,65 bilhão.

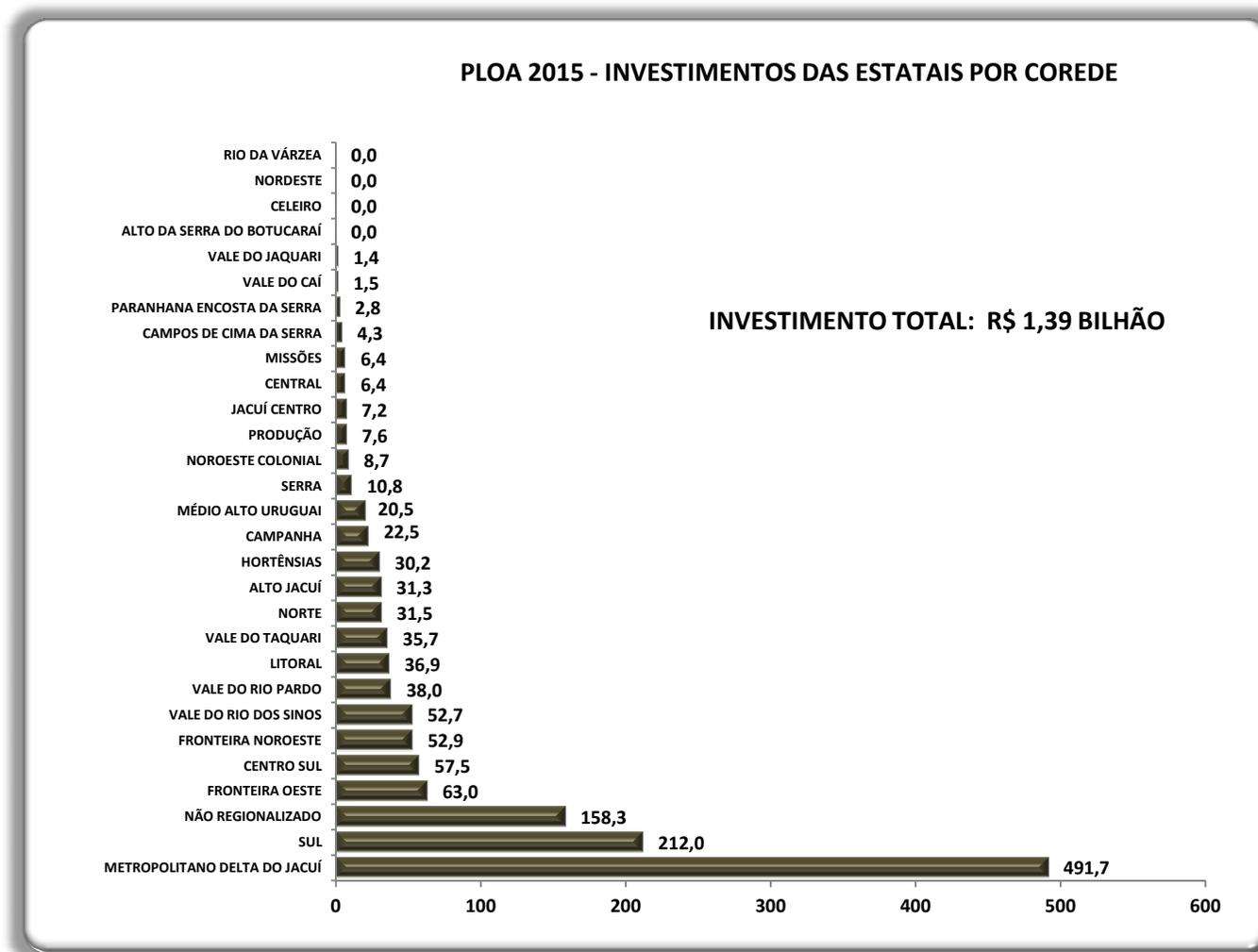
A tabela seguinte mostra os investimentos das estatais gaúchas por Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí receberá a maior fatia dos investimentos, com R\$ 492 milhões, seguido pelo COREDE Sul, com R\$ 212 milhões, e pelo COREDE Fronteira Oeste, com R\$ 63 milhões. Desse modo, os investimentos das estatais contribuem para reequilibrar os fluxos de renda entre as regiões do Estado. Não foram regionalizados R\$ 158 milhões, por se tratar de valores alocados para a modernização da infraestrutura nos centros administrativos das Companhias.



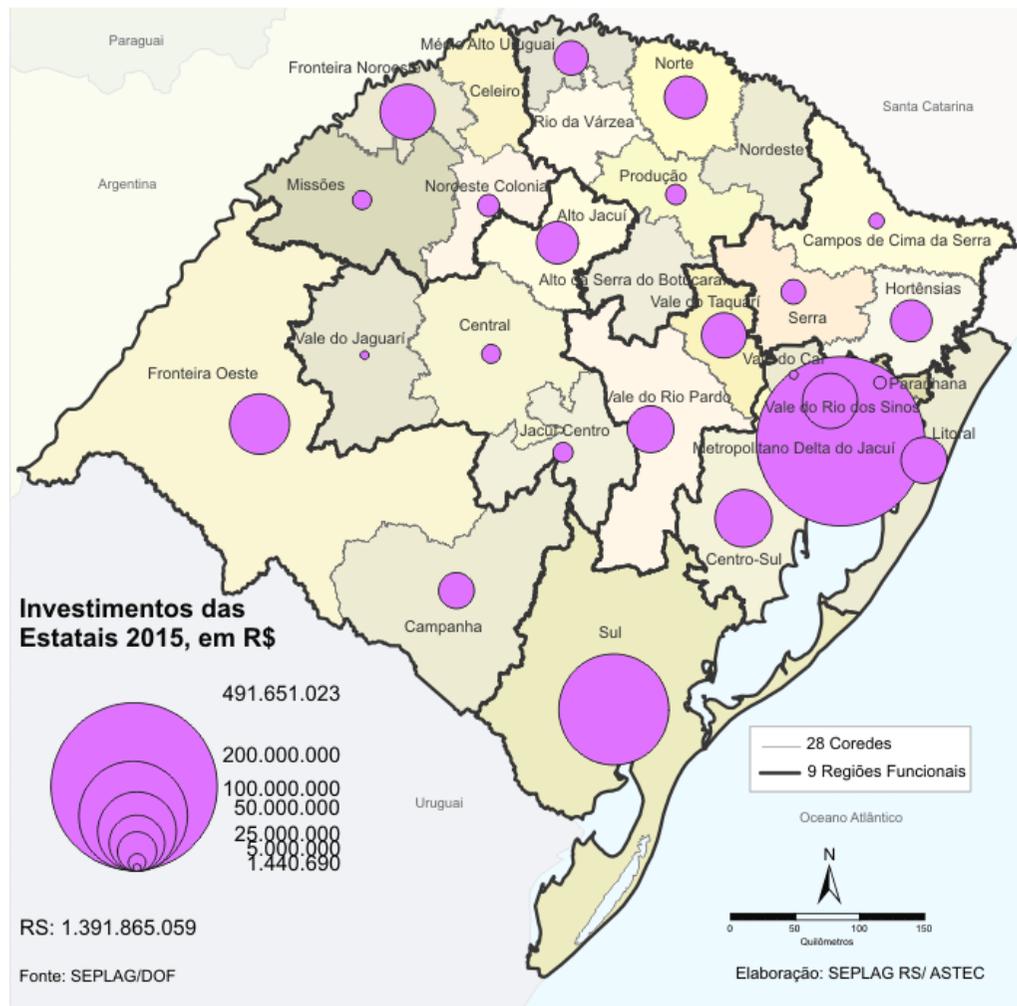
Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por COREDE

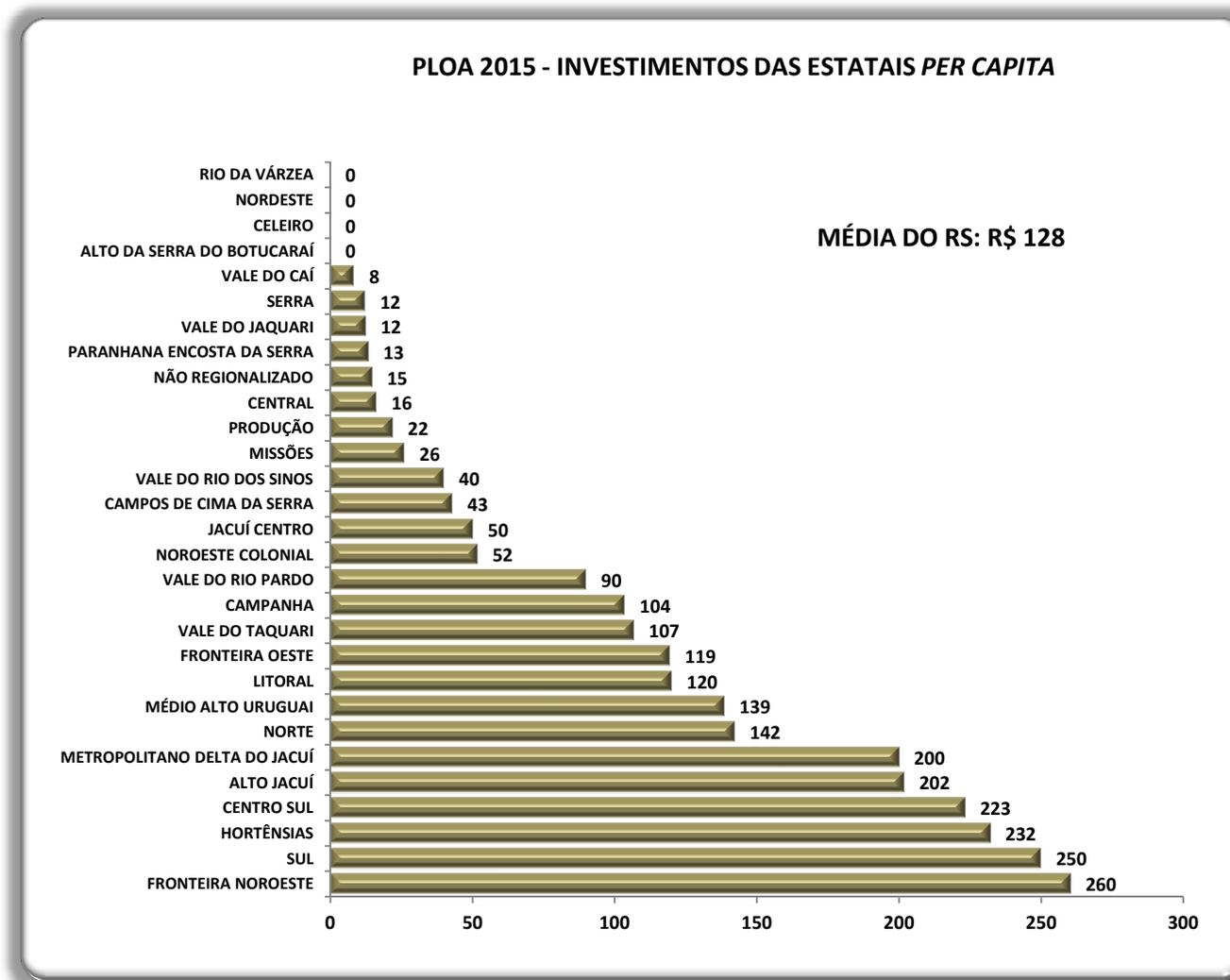
RF	COREDE	VALOR	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	0	0
8	ALTO JACUÍ	31.308.193	202
6	CAMPANHA	22.526.947	104
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	4.270.205	43
7	CELEIRO	0	0
8	CENTRAL	6.418.607	16
1	CENTRO SUL	57.534.176	223
7	FRONTEIRA NOROESTE	52.858.941	260
6	FRONTEIRA OESTE	62.994.337	119
3	HORTÊNSIAS	30.186.842	240
8	JACUÍ CENTRO	7.161.707	50
4	LITORAL	36.943.956	120
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	20.456.333	139
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	491.651.023	200
7	MISSÕES	6.418.607	26
9	NORDESTE	0	0
7	NOROESTE COLONIAL	8.732.215	52
9	NORTE	31.501.330	142
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	2.808.576	13
9	PRODUÇÃO	7.552.470	22
9	RIO DA VÁRZEA	0	0
3	SERRA	10.832.885	12
5	SUL	212.011.713	250
1	VALE DO CAÍ	1.451.542	8
8	VALE DO JAQUARI	1.440.690	12
8	VALE DO RIO DOS SINOS	52.695.875	40
2	VALE DO RIO PARDO	38.049.548	90
2	VALE DO TAQUARI	35.711.266	107
-	NÃO REGIONALIZADO	158.347.075	15
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.391.865.059</b>	<b>128</b>

Fonte: PLOA 2015 e FEE/RS (estimativa populacional para 2013).



Fonte: PLOA 2015.





Fonte: PLOA 2015 e FEE/RS (estimativa populacional para 2013).

## **8. AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2015**

O processo de decisão das demandas da participação popular, incluídas no Projeto da Lei Orçamentária Estadual de 2015, obteve a maior votação da história e está plenamente consolidado na comunidade Gaúcha. Foi constituído de cinco etapas, tendo como base os programas do PPA Participativo 2012-2015. Na primeira etapa, a das Audiências Regionais, abertas à participação de toda a sociedade, realizada nas 28 regiões em que se divide o Estado, foram eleitas as áreas temáticas de políticas públicas prioritárias, apresentada a prestação de contas e eleita a Coordenação Regional. Novamente, mais de 6.000 pessoas participaram desse processo, representando, em sua maioria, diversos Movimentos Sociais, Associações, Cooperativas, COREDEs, COMUDEs, Administrações Municipais e Instituições Regionais.

Na segunda etapa, além das centenas de reuniões preparatórias, com participação em torno de 5.000 pessoas, as 497 Assembleias Municipais reuniram mais de 81.000 participantes em todo Estado. Nessa etapa, a comunidade local apresentou as suas demandas para inclusão na cédula de votação regional e elegeu representantes para o Fórum Regional. A terceira etapa, a do Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã, realizou a síntese das assembleias municipais, elencando os Projetos que constituíram a cédula de votação de prioridades. Em torno de 2.000 delegados e COREDEs representaram os municípios no debate.

A quarta etapa, a da Votação de Prioridades, submeteu a toda a cidadania gaúcha as demandas discutidas e indicadas nas três etapas anteriores, o que ocorreu na eleição nos dias 2, 3 e 4 de julho, sendo nos três dias em meio eletrônico e no terceiro dia também em cédula, manualmente. No processo da escolha de prioridades votaram 1.315.393 pessoas. Na quinta e última etapa, ocorreu o Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã, com o objetivo de debater e validar a matriz orçamentária estadual.

No campo dois da cédula foi incluída, pelo terceiro ano consecutivo, a votação de projetos denominados de Prioridades Estratégicas Regionais. Essas prioridades, elencadas pelas regiões, são objeto de análise e inclusão no Projeto da Lei Orçamentária, de acordo com a possibilidade e a capacidade de cada Órgão. É uma iniciativa que visa aumentar o número de demandas com característica regional e, cada vez mais, dialogar e decidir os investimentos e a construção das políticas públicas com a participação da sociedade gaúcha.

Além das demandas com a garantia de recursos vinculados, decididas pela população e identificadas na peça orçamentária com código orçamentário específico, na ordem de R\$ 200 milhões, ainda há um conjunto de prioridades que estão incluídas pelos Órgãos no presente Projeto de Lei.

Portanto, com o recorde de votantes (1,315 milhão), com o maior valor destinado previamente dos últimos oito anos (R\$ 200 milhões) e com a manutenção e consolidação do campo dois da cédula (que decide mais prioridades estratégicas regionais, aumentando o valor investido), pode-se afirmar que o Estado possui uma das maiores experiências de democracia direta de que se tem conhecimento.

Convém destacar que a participação nas decisões orçamentárias é uma das dimensões do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã. Outros meios e formas de participação são oportunizados à sociedade gaúcha cotidianamente, possibilitando o diálogo permanente entre governo e sociedade. Por tudo isso, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu o primeiro lugar no Prêmio “Nações Unidas ao Serviço Público”, com o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã.

No orçamento de 2015, foram disponibilizados R\$ 200 milhões, sendo R\$ 192 milhões para as demandas da Votação de Prioridades na Participação Popular e Cidadã, considerando três fatores: (i) o mínimo de 20% igual para todas as 28 regiões; (ii) a população da região; e (iii) o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Ademais, R\$ 8 milhões destinados para os COREDEs para atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.

Como resultado de todo esse processo, as tabelas adiante mostram a distribuição dos recursos das prioridades da Participação Popular e Cidadã, no orçamento de 2015, e a quantidade de votantes no processo do sistema participativo.



Demonstrativo de recursos da Participação Popular e Cidadã - PLOA 2015

REGIÕES DE COREDES	VALORES APROPRIADOS
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	3.486.339
ALTO JACUÍ	3.299.877
CAMPANHA	4.351.801
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.528.399
CELEIRO	4.478.288
CENTRAL	6.837.725
CENTRO SUL	5.765.636
FRONTEIRA NOROESTE	4.574.019
FRONTEIRA OESTE	9.462.662
HORTÊNSIAS	3.646.188
JACUÍ CENTRO	4.521.657
LITORAL	6.985.263
MÉDIO ALTO URUGUAI	4.814.238
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	27.450.501
MISSÕES	5.194.605
NORDESTE	3.630.747
NOROESTE COLONIAL	3.741.729
NORTE	5.301.530
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	5.676.266
PRODUÇÃO	6.148.236
RIO DA VÁRZEA	3.941.705
SERRA	10.786.932
SUL	15.838.124
VALE DO CAÍ	4.013.885
VALE DO JAGUARI	3.494.878
VALE DO RIO DOS SINOS	15.058.452
VALE DO RIO PARDO	10.061.672
VALE DO TAQUARI	6.908.646
<b>TOTAL DAS REGIÕES</b>	<b>192.000.000</b>
COREDES	8.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>200.000.000</b>

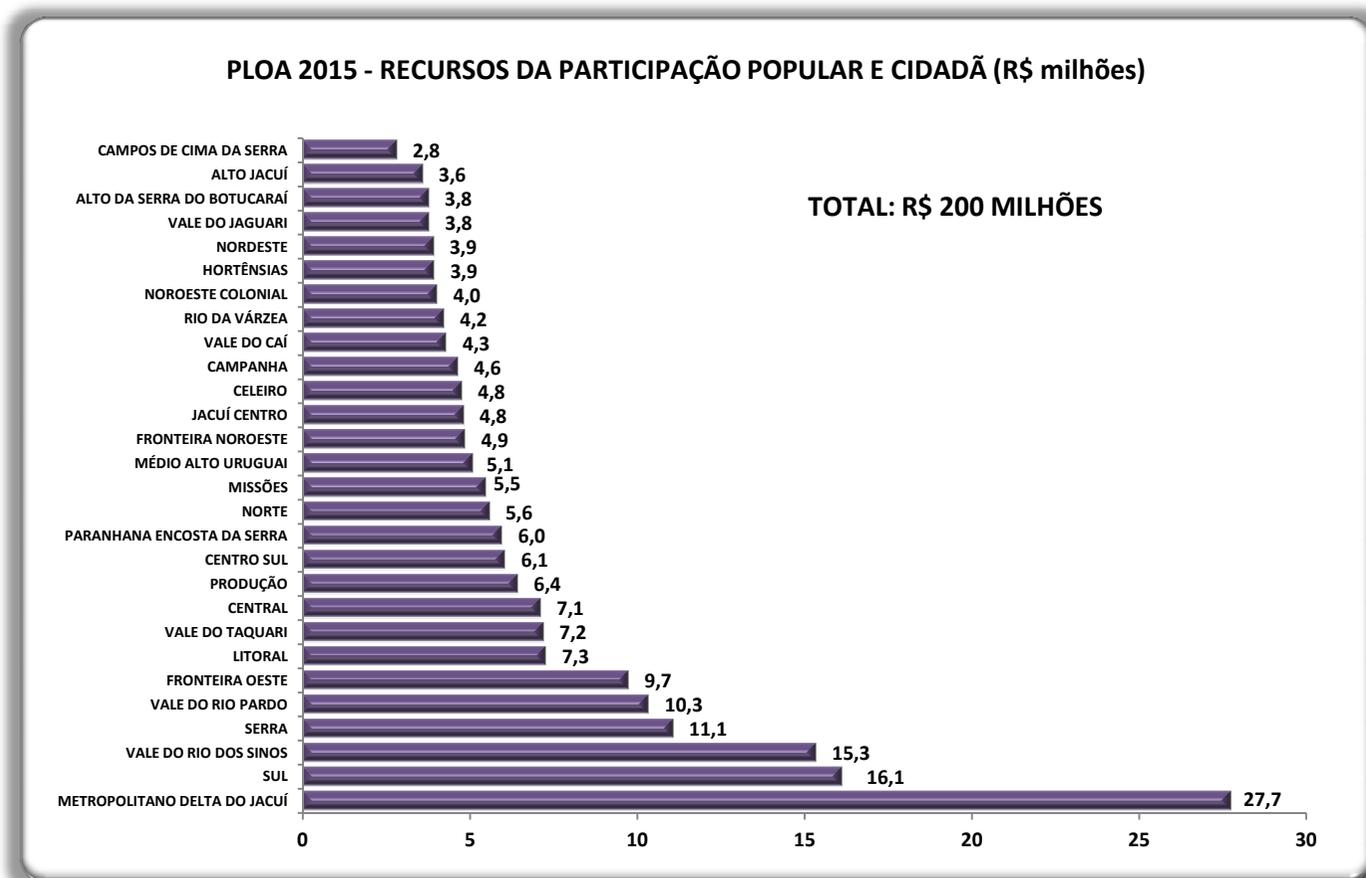
Fonte: SEPLAG/DEPARCI (PLOA 2015).



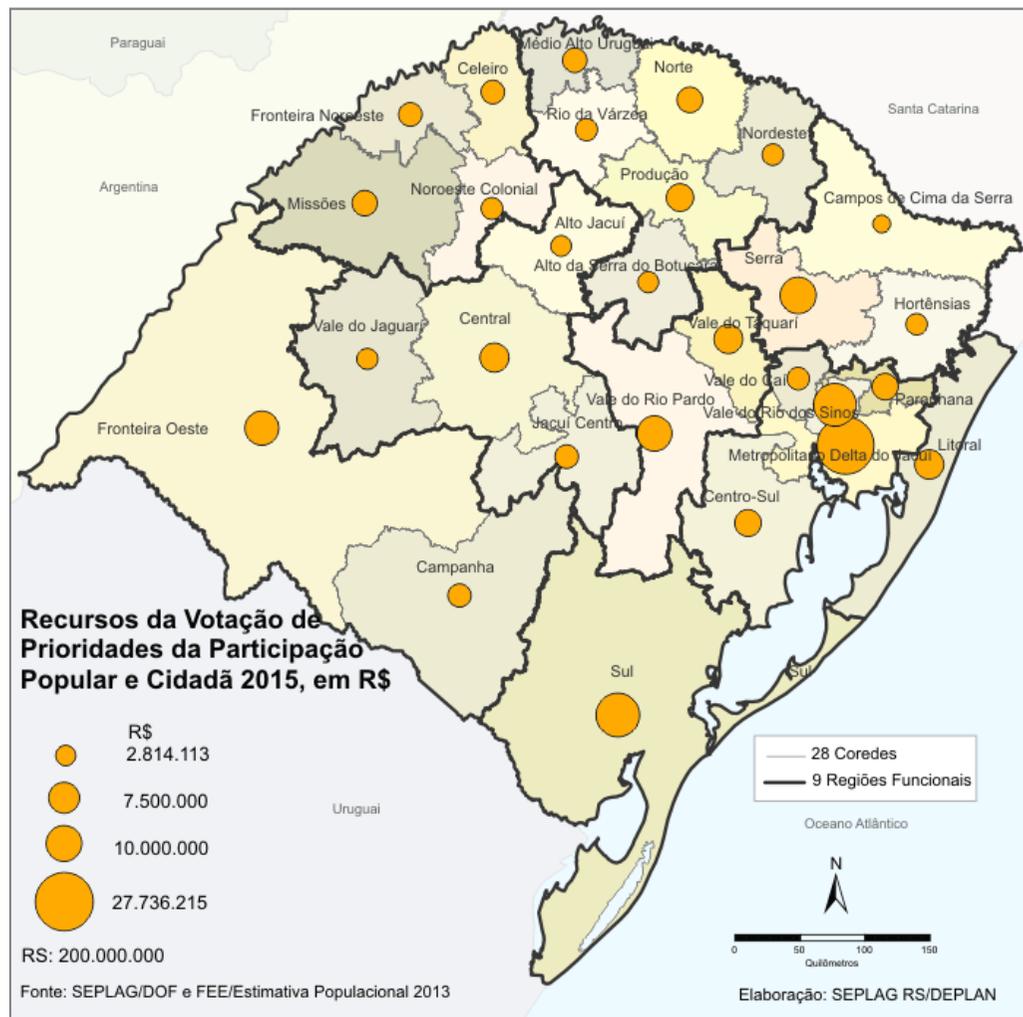
Demonstrativo de votantes no processo de Participação Popular e Cidadã

REGIÕES DE COREDES	VOTANTES		
	CÉDULAS MANUAIS	INTERNET	TOTAL
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	8.224	15.038	23.262
ALTO JACUÍ	37.591	5.550	43.141
CAMPANHA	15.781	5.817	21.598
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	8.877	1.272	10.149
CELEIRO	36.030	10.600	46.630
CENTRAL	37.702	7.719	45.421
CENTRO SUL	24.917	1.294	26.211
FRONTEIRA NOROESTE	45.262	9.882	55.144
FRONTEIRA OESTE	72.487	6.755	79.242
HORTÊNSIAS	13.166	6.801	19.967
JACUÍ CENTRO	24.431	4.037	28.468
LITORAL	34.421	4.160	38.581
MEDIO ALTO URUGUAI	18.481	28.750	47.231
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	142.238	17.319	159.557
MISSÕES	49.631	7.166	56.797
NORDESTE	21.550	8.936	30.486
NOROESTE COLONIAL	24.119	6.624	30.743
NORTE	18.556	14.093	32.649
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	43.374	1.042	44.416
PRODUÇÃO	41.646	10.336	51.982
RIO DA VÁRZEA	18.009	7.821	25.830
SERRA	44.557	20.253	64.810
SUL	38.956	14.587	53.543
VALE DO CAÍ	20.337	979	21.316
VALE DO JAGUARI	18.846	5.240	24.086
VALE DO RIO DOS SINOS	126.249	19.204	145.453
VALE DO RIO PARDO	53.145	9.713	62.858
VALE DO TAQUARI	21.259	4.763	26.022
<b>TOTAL DE VOTANTES</b>	<b>1.059.842</b>	<b>255.751</b>	<b>1.315.593</b>

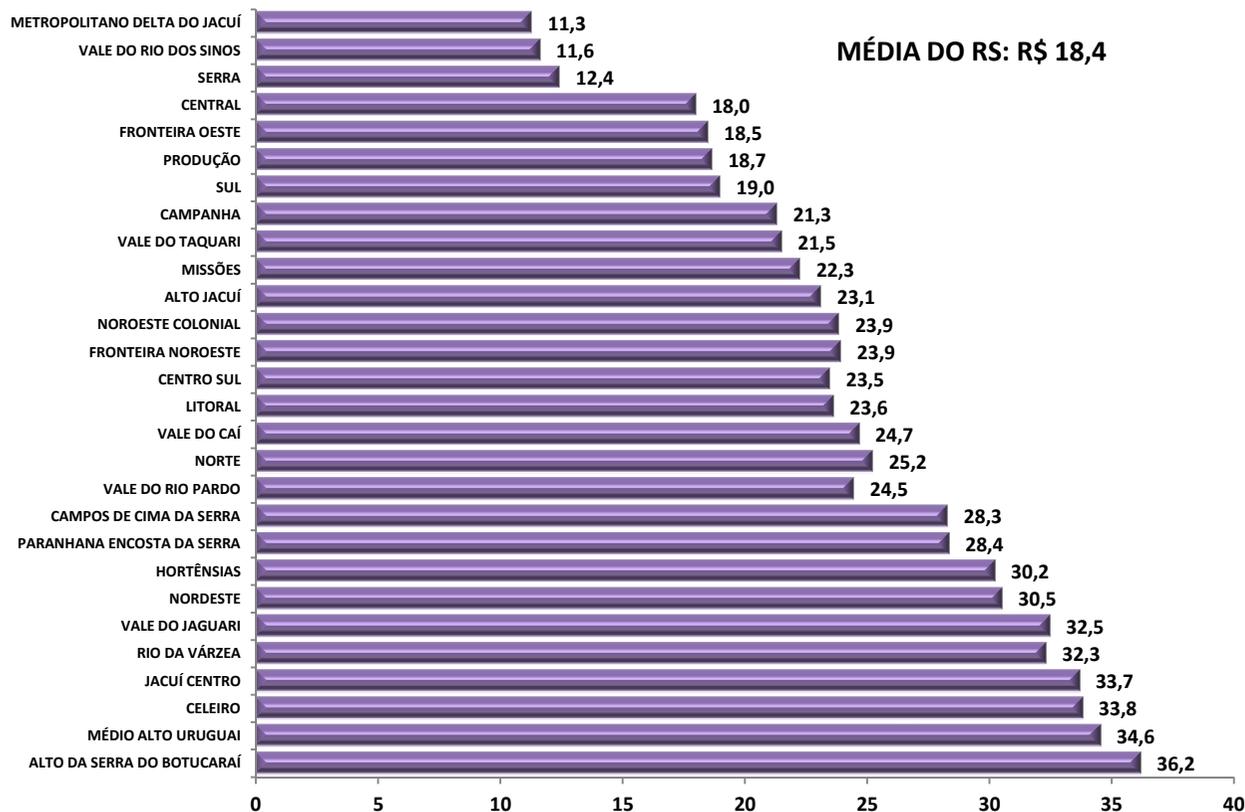
Fonte: SEPLAG/DEPARCI



Fonte: SEPLAG/DEPARCI (PLOA 2015).



**PLOA 2015 - RECURSOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ PER CAPITA**



Fonte: SEPLAG/DEPARCI (PLOA 2015) e FEE/RS (estimativa populacional para 2013).

## 9. Alguns Dados Estatísticos sobre a Economia do Estado do Rio Grande do Sul

Adiante, tabela que demonstra a evolução das exportações, das importações e do saldo da balança comercial gaúcha e brasileira, a partir de 1996. Em 2013, o Estado exportou US\$ 25,1 bilhões e importou US\$ 16,8 bilhões, com um saldo positivo de US\$ 8,3 bilhões. O Brasil exportou US\$ 242,2 bilhões e importou US\$ 239,6 bilhões, com um saldo positivo de US\$ 2,6 bilhões. Ao final do 1º semestre de 2014, o saldo comercial do Estado foi de US\$ 1,6 bilhão positivo, o do Brasil, de menos US\$ 2,5 bilhões.

Balança Comercial em US\$ 1.000 FOB

ANO	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO				SALDO COMERCIAL	
	RS	%	BRASIL	%	RS	%	BRASIL	%	RS	BRASIL
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	3.361.241	-	53.345.767	-	2.302.399	-5.599.039
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	2.545.101	-6.764.501
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	1.296.803	-6.623.614
1999	4.998.905	-11,2	48.012.790	-6,1	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	1.715.619	-1.288.768
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	1.759.270	-731.743
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	2.301.856	2.684.835
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	2.852.208	13.195.999
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	3.836.686	24.877.655
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	4.611.531	33.841.881
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	3.783.513	44.928.808
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	7.949.208	18,8	91.350.841	24,1	3.852.871	46.456.629
2007	15.017.674	27,2	160.649.073	16,6	10.168.245	27,9	120.617.446	32,0	4.849.429	40.031.627
2008	18.385.264	22,4	197.942.443	23,2	14.524.823	42,8	172.984.768	43,4	3.860.441	24.957.675
2009	15.236.062	-17,1	152.994.742	-22,7	9.470.130	-34,8	127.722.343	-26,2	5.765.932	25.272.399
2010	15.381.598	1,0	201.915.276	32,0	13.275.021	40,2	181.768.427	42,3	2.106.577	20.146.849
2011	19.427.090	26,3	256.039.366	26,8	15.662.106	18,0	226.246.756	24,5	3.764.984	29.792.610
2012	17.385.700	-10,5	242.578.014	-5,3	15.370.613	-1,9	223.183.477	-1,4	2.015.087	19.394.537
2013	25.093.698	44,3	242.178.649	-0,2	16.763.352	9,1	239.620.905	7,4	8.330.346	2.557.744
<b>2013 (jan-jun)</b>	<b>11.150.211</b>	<b>-</b>	<b>114.424.120</b>	<b>-</b>	<b>7.908.080</b>	<b>-</b>	<b>117.495.907</b>	<b>-</b>	<b>3.242.131</b>	<b>-3.071.787</b>
<b>2014 (jan-jun)</b>	<b>8.867.956</b>	<b>-20,5</b>	<b>110.530.883</b>	<b>-3,4</b>	<b>7.275.681</b>	<b>-8,0</b>	<b>113.022.525</b>	<b>-3,8</b>	<b>1.592.275</b>	<b>-2.491.642</b>

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A tabela seguinte mostra o emplacamento de novos veículos no RS, a partir de 2003 até o final do 1º semestre de 2014. Em 2013, em relação ao ano anterior, houve o crescimento nas vendas de 2,4%, com 333.405 novos veículos nas estradas gaúchas. Em 2014 (jan-jun) houve o emplacamento de 141.753 novos veículos, redução de 9,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Emplacamento de novos veículos no Estado do Rio Grande do Sul

<b>Mês</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>jan</b>	11.972	13.859	12.361	13.509	15.821	18.400	19.194	20.411	20.945	24.325	30.581	27.992
<b>fev</b>	11.354	11.629	11.655	12.577	14.459	18.737	19.033	19.499	21.625	21.515	19.584	21.843
<b>mar</b>	11.826	15.565	15.075	15.777	18.964	22.298	24.372	27.030	25.918	27.027	25.105	21.811
<b>abr</b>	11.891	13.615	13.640	13.460	17.063	24.063	22.529	23.395	23.787	24.282	27.695	23.807
<b>mai</b>	12.764	12.515	12.528	14.481	18.294	23.796	23.194	20.180	26.080	24.447	27.166	24.924
<b>jun</b>	10.541	13.311	13.248	13.476	17.539	23.107	24.001	20.933	25.272	30.450	27.088	21.376
<b>jul</b>	12.572	14.275	12.826	14.069	17.790	26.096	22.777	23.653	26.299	30.296	27.407	
<b>ago</b>	12.632	12.821	13.211	15.371	20.474	24.323	21.068	24.538	26.416	35.517	27.947	
<b>set</b>	13.294	13.731	12.561	15.277	19.525	24.025	26.007	24.525	26.534	24.796	27.387	
<b>out</b>	17.135	15.884	13.738	16.615	22.949	23.824	25.287	27.420	26.526	28.796	31.279	
<b>nov</b>	15.977	14.135	15.269	17.774	23.245	19.834	21.585	25.869	28.343	27.891	27.351	
<b>dez</b>	19.186	21.360	20.004	21.263	26.039	21.870	25.250	33.281	33.324	26.308	34.815	
<b>Total</b>	<b>161.144</b>	<b>172.700</b>	<b>166.116</b>	<b>183.649</b>	<b>232.162</b>	<b>270.373</b>	<b>274.297</b>	<b>290.734</b>	<b>311.069</b>	<b>325.650</b>	<b>333.405</b>	<b>141.753</b>

Fonte: DETRAN/RS.

A tabela adiante traz a frota total ativa de veículos no RS, a partir de 2003 até o final do 1º semestre de 2014. Em 31/12/2013, havia 5,72 milhões de veículos em circulação no Estado. Já 30/06/2014, a frota já alcançava 5,86 milhões de veículos, crescimento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Pode-se afirmar que na frota ativa do Rio Grande do Sul há, pelo menos, um veículo para cada dois habitantes.

Frota total ativa de veículos no Estado do Rio Grande do Sul

<b>Mês</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>jan</b>	3.378.508	3.069.138	3.263.297	3.444.039	3.632.913	3.875.255	4.157.957	4.435.639	4.730.853	5.055.710	5.404.062	5.748.128
<b>fev</b>	3.391.400	3.082.714	3.276.815	3.457.204	3.648.229	3.894.762	4.177.472	4.453.986	4.753.292	5.078.339	5.424.928	5.770.821
<b>mar</b>	3.405.016	3.100.996	3.290.365	3.474.226	3.666.330	3.918.034	4.203.850	4.483.084	4.779.798	5.106.022	5.453.090	5.793.196
<b>abr</b>	3.417.741	3.116.058	3.309.730	3.487.325	3.684.659	3.943.442	4.226.174	4.505.426	4.803.932	5.130.446	5.481.312	5.818.542
<b>mai</b>	3.431.106	3.129.753	3.322.765	3.503.001	3.703.105	3.966.525	4.247.794	4.525.363	4.830.913	5.155.775	5.506.402	5.843.746
<b>jun</b>	2.952.323	3.145.328	3.337.104	3.516.030	3.720.760	3.992.143	4.272.968	4.547.457	4.856.554	5.188.180	5.532.795	5.864.261
<b>jul</b>	2.966.749	3.160.463	3.351.457	3.530.577	3.740.144	4.020.226	4.294.709	4.570.518	4.882.122	5.219.958	5.563.568	
<b>ago</b>	2.979.556	3.176.415	3.364.597	3.546.588	3.760.626	4.043.489	4.317.141	4.594.873	4.911.137	5.257.687	5.593.637	
<b>set</b>	2.997.310	3.192.642	3.377.796	3.560.683	3.780.102	4.069.023	4.344.058	4.620.313	4.939.244	5.282.590	5.622.382	
<b>out</b>	3.016.364	3.209.058	3.393.297	3.578.022	3.804.917	4.093.300	4.369.013	4.645.888	4.967.366	5.313.490	5.656.250	
<b>nov</b>	3.033.792	3.223.521	3.408.197	3.595.030	3.829.566	4.112.490	4.390.432	4.674.932	4.997.208	5.344.017	5.684.377	
<b>dez</b>	3.053.985	3.243.893	3.429.910	3.616.839	3.855.215	4.138.550	4.417.646	4.709.614	5.031.931	5.376.302	5.721.904	

Fonte: DETRAN/RS.

As tabelas seguintes mostram a venda de combustíveis, em metros cúbicos, no Estado do RS. Ao se comparar o consumo em 2013, em relação a 2000, o crescimento acumulado foi de 32,5%. Em 2014 (jan-jun), em relação a 2013 (jan-jun), houve um aumento de consumo da ordem de 5,5%. No mesmo período, a variação brasileira foi de 5,0%.

Venda de Combustíveis no Estado do Rio Grande do Sul

Período	Vendas em m3	Varição sobre Ano Anterior	% Variação sobre Ano Anterior
2000	6.155.998	-	-
2001	6.140.407	(15.591)	-0,3
2002	6.073.101	(67.306)	-1,1
2003	5.829.180	(243.921)	-4,0
2004	6.109.242	280.062	4,8
2005	5.761.480	(347.762)	-5,7
2006	5.686.108	(75.372)	-1,3
2007	5.940.587	254.479	4,5
2008	6.378.694	438.107	7,4
2009	6.522.475	143.781	2,3
2010	7.041.865	519.390	8,0
2011	7.378.416	336.551	4,8
2012	7.697.782	319.366	4,3
2013	8.158.535	460.753	6,0

Fonte: ANP

Venda de Combustíveis em 2014 (jan-mai) - RS e Brasil

Especificação	RS	% Variação Anual	BRASIL	% Variação Anual	% RS / BRASIL
Etanol Hidratado	54.309	(2,5)	6.026.248	13,4	0,9
Gasolina	1.726.740	10,2	21.505.467	8,2	8,0
Gasolina de Aviação	4.556	(1,9)	39.719	2,6	11,5
GLP	414.907	(0,8)	6.504.380	1,6	6,4
Óleo Combustível	63.648	6,1	2.900.261	2,0	2,2
Óleo Diesel	1.782.045	2,8	28.645.419	2,4	6,2
Querosene de Aviação	99.015	12,5	3.660.161	4,0	2,7
Querosene Iluminante	640	(17,0)	4.119	(20,4)	15,5
<b>Total</b>	<b>4.145.860</b>	<b>5,5</b>	<b>69.285.775</b>	<b>5,0</b>	<b>6,0</b>

Fonte: ANP.

## 10. AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo atende a disposição constitucional federal, em seu art. 165, § 6º:

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também exige a apresentação do demonstrativo das estimativas das desonerações fiscais, em seu art. 149, § 5º, V:

O orçamento geral da administração direta será acompanhado do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia.

Cumpra-se ainda o normativo da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus artigos 4º, § 2º, V e 5º, II. Recentemente, a Lei Complementar Estadual nº 13.452, de 26/04/2010, art. 6º, V, prevê a elaboração de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita. As tabelas e as notas técnicas que acompanham o trabalho foram elaboradas pela Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Ressalva-se que, desde o ano de 2008, o portal da Secretaria da Fazenda passou a fornecer todas as informações sobre as desonerações fiscais de forma detalhada e explicativa.

As desonerações fiscais, também chamadas de gastos tributários, são as disposições existentes na legislação tributária que reduzem a arrecadação potencial de impostos com variados objetivos, podendo ser econômicos, ecológicos, culturais, sociais, de saúde, assistência social e outros<sup>1</sup>. Em síntese, as desonerações fiscais ou os gastos tributários referem-se a um tipo de gasto do governo realizado por meio do sistema tributário.

---

<sup>1</sup>As designações para as desonerações fiscais (ou tributárias) são diversas, incluindo gastos tributários, renúncias fiscais, benefícios, incentivos e outras denominações, diferindo quanto à abrangência e ao objetivo. Para detalhes sobre a classificação das desonerações, ver: ROSA, José Rui Gonçalves (1995). **Demonstrativos de Benefícios Tributários**. Tributação em Revista, nº 13 – Julho a Setembro. Brasília: UNAFISCO Sindical.

Com a utilização de uma nova base de dados e com um tratamento metodológico mais adequado, foi possível obter estimativas desagregadas das renúncias fiscais do principal tributo estadual - o ICMS - tanto pela natureza jurídica do benefício como pela sua finalidade. O resultado desse avanço foi demonstrado já na peça da Lei Orçamentária de 2008, referente às desonerações de 2006, constituindo-se ferramenta de transparência das finanças estaduais, pioneira no Brasil.

A cada ano, a nova metodologia "desagregada" vem sendo objeto de aperfeiçoamento, tanto na coleta de dados como na sistematização das informações. Dessa forma, foi possível revisar os valores estimados de exercícios anteriores, reconstruindo uma série histórica desde 2003. Também se avançou no método contemplando outros tipos de desoneração anteriormente embutidos no demonstrativo da metodologia global. Ainda, os casos de manutenção de créditos que, em princípio, deveriam ser estornados. Os valores obtidos pelos dois métodos (global e desagregado) são aproximados, servindo mutuamente como teste de consistência metodológica.

É importante frisar que este trabalho tem como objetivo apresentar as informações sobre as desonerações fiscais, suas características, tipologias e finalidades, sem entrar no mérito quanto a sua adequação ou oportunidade. A renúncia estimada em um exercício diz respeito à apropriação financeira do benefício, não se relacionando, necessariamente, no ano em que foi concedido formalmente. Em outras palavras, o ato de concessão pode ocorrer em um determinado exercício, e a fruição efetivada, em outro(s) exercício(s). Assim, o fato de que em um exercício ocorra um percentual maior ou menor de comprometimento da receita potencial não reflete, necessariamente, uma política ou restrição de renúncias fiscais por parte de um governo, nesse exercício específico.

Além do ICMS, o demonstrativo inclui as estimativas de desoneração do IPVA e do ITCD, contemplando todo o universo dos impostos de competência estadual. As desonerações do ITCD já refletem o novo patamar do imposto em função do ajuste de alíquotas (3% nas doações e 4% no *causa mortis*). A série do IPVA, apesar de não ter havido mudanças no método, também foi revisada.

Em termos de restrições ainda existentes, cabe enfatizar que, no caso do ITCD, em relação à transmissão *causa mortis*, o demonstrativo abrange apenas o constante no art. 7, IX, da Lei nº 8.821/89 (faixa de isenção por quinhão). Ressalte-se, entretanto, que os demais valores não passíveis de serem apurados não são significativos. Em relação ao ICMS e ao IPVA, todos os itens de desoneração constantes da legislação tributária estão contemplados.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação das desonerações dos impostos foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Receita Estadual. No caso do ICMS, a extração dos dados é feita a partir das Guias de Informação e Apuração do Imposto (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Pode-se, então, observar que a mensuração da receita potencial, que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais, não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação), uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos contribuintes.

É necessário destacar que o universo de contribuintes abrangido por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais, em função das limitações das fontes de dados. Além disso, algumas informações prestadas pelos contribuintes carecem de maior consistência, o que demanda um tratamento metodológico e estatístico contínuo de adequação ou simplesmente a adoção dos dados com certa restrição.

Em função das omissões e inconsistências existentes nas informações prestadas pelos contribuintes do ICMS, a abertura dos valores de cada tipo de desoneração fica prejudicada. Não obstante, em alguns casos - como nos créditos presumidos, tipologia em que ocorre a atuação mais efetiva do Estado no campo da política tributária<sup>2</sup> - o detalhamento de informações alcança grande parte dos códigos de desoneração.

Por fim, é importante ressaltar que, em alguns tipos de créditos presumidos, também não foi possível a demonstração dos valores de forma desagregada, por item de renúncia, pois poderiam permitir a identificação do contribuinte, e, com isso, ferir o sigilo fiscal (vedação do Código Tributário Nacional, art. 198, da Lei nº 5.172/66, com nova redação dada pela LC nº 104/2001)<sup>3</sup>. As exceções estão tipificadas nos parágrafos 1º a 3º, do referido artigo.

---

<sup>2</sup> A execução da política tributária envolve a utilização de variadas formas de desonerações fiscais. Algumas são de iniciativa legislativa federal (constitucional ou infraconstitucional), outras são harmonizadas coletivamente pelos Estados no âmbito do CONFAZ e outras, finalmente, são de iniciativa estadual.

<sup>3</sup> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

### **10.1 A Classificação das Desonerações Fiscais**

As desonerações fiscais são realizadas levando em conta várias finalidades: o incentivo ao setor agropecuário, a viabilização de operações no âmbito do setor público, o desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas e preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, as desonerações objetivam propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.

As desonerações do ICMS que representam subtração de receita, ou perda tributária, são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar de "guerra fiscal", nem tampouco aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O elenco dessas desonerações, objeto deste demonstrativo, é constituído pelas não incidências, em especial a imunidade das exportações; pelas isenções; pelos créditos presumidos; pelas reduções de base de cálculo; pela manutenção de créditos fiscais instituídos às microempresas e às empresas de pequeno porte, hoje reunidos no Simples Nacional e no chamado Simples Gaúcho, que voltou a ter vigência no exercício de 2009.

Já as desonerações fiscais, que não representam subtração de receitas, são a postergação da entrada de recursos no caixa do Tesouro, reúnem as tipologias do diferimento, com ou sem substituição tributária, a suspensão e as transferências de saldo credor.

Existem desonerações que, embora intrinsecamente representem subtração de receita – não ocorre a materialização da receita para o Tesouro do Estado – na prática, seu efeito tributário final não resulta em prejuízo ao Estado. São os casos das desonerações enquadradas na finalidade operacional-administrativa, que têm por objetivo resolver problemas administrativos e operacionais do próprio imposto. Como exemplo, as saídas e os retornos de embalagens ou as saídas e retornos de bens para feiras ou exposições. Nesses casos, a ocorrência da tributação, eliminando a desoneração fiscal, geraria débitos, pelas saídas e créditos, pelos retornos, que se compensariam, anulando o saldo de imposto a pagar. Eventualmente, essas desonerações podem determinar uma perda de natureza financeira, a exemplo dos casos de diferimento, suspensão e transferência de saldo credor.

A classificação das desonerações fiscais deste demonstrativo não segue integralmente a definição estipulada pelo parágrafo 1º, do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000, cuja redação, entre outras particularidades, mistura efeitos redutórios sobre a arrecadação normal e sobre a constituição de créditos tributários pela autoridade fiscal:

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Sobre as alterações de alíquotas, merece registro que as desonerações fiscais são aferidas a partir de uma estrutura de referência do imposto, que contempla a base de incidência e a alíquota aplicável. Nessa linha, as reduções de alíquotas, exceto a figura da alíquota zero, não existente na legislação estadual, não são consideradas renúncias tributárias e sim uma nova definição da estrutura de referência do imposto (modificação da alíquota aplicável).

Adiante, enumeram-se as desonerações fiscais sob a natureza jurídica, encontradas na legislação dos impostos gaúchos:

- a) **Não-incidência:** retirada do campo de incidência do imposto;
- b) **Imunidade:** decorre de uma disposição constitucional que impede a incidência do tributo;
- c) **Isenção:** dispensa do pagamento do imposto devido;
- d) **Base de cálculo reduzida:** dispensa parcial do pagamento do imposto devido, mediante a redução, em pontos percentuais, da base de cálculo do valor da mercadoria ou do serviço sobre o qual incidirá a alíquota aplicável para se obter o imposto a pagar;
- e) **Crédito fiscal presumido:** todo o contribuinte tem direito a creditar-se, nos termos da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), do valor do imposto pago na etapa anterior (compras de mercadorias ou aquisição de serviços a serem utilizados diretamente em sua atividade produtiva, no caso do ICMS), em razão do princípio da não-cumulatividade. O crédito fiscal presumido consiste na atribuição de um valor adicional a título de crédito fiscal independentemente do crédito a que o contribuinte tem direito pelas suas aquisições normais de mercadorias ou serviços;



- f) **Não-estorno do crédito fiscal:** conforme mandamento constitucional, a operação isenta ou não-tributada acarreta a anulação do crédito fiscal correspondente à entrada da mercadoria no estabelecimento. Com esse benefício, o contribuinte fica dispensado da anulação, aumentando, portanto, o valor dos seus créditos, e, conseqüentemente, diminuindo o imposto a pagar;
- g) **Estatutos da microempresa e da empresa de pequeno porte:** tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados. É o caso atual do SIMPLES NACIONAL, através da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Já as situações fiscais que não representam subtração de receita, podendo representar, no entanto, perda financeira, reúnem as seguintes tipologias:

- a) **Diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- b) **Diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- c) **Suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses (casos restritos, especialmente em relação a operações interestaduais);
- d) **Transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado, resultado da diferença de créditos e débito de ICMS, para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar.

## 10.2 Os Demonstrativos das Desonerações Fiscais do Estado em 2013

No exercício de 2013, as desonerações fiscais atingiram R\$ 14,0 bilhões, contra R\$ 11,7 bilhões verificados em 2012, significando 34,5% dos impostos potenciais do Estado. Do total desonerado, 94,2% correspondem ao ICMS e o restante relativo ao IPVA (4,8%) e ao ITCD (1,0%). Tomando-se apenas o ICMS, o percentual de desoneração subiu de 34,1%, em 2012, para 35,4% do ICMS Potencial em 2013. Adiante, apresenta-se tabela das desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, relativas às informações do exercício de 2013.

Desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, por imposto - Exercício de 2013

<b>Imposto</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>% do Total</b>	<b>% do Imposto Potencial</b>
ICMS	13.161.705.717	94,2%	35,4%
IPVA	667.441.782	4,8%	24,7%
ITCD	133.957.035	1,0%	27,0%
<b>Total</b>	<b>13.963.104.534</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,5%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Do total dos R\$ 13,2 bilhões desonerados do ICMS, em 2013, as “não incidências” e “as exportações”, disposições constitucionais fora da competência legislativa do Estado, atingiram R\$ 5,9 bilhões, representando 44,7% do total das renúncias. Só as perdas com as exportações montaram a R\$ 5,3 bilhões. O valor expressivo ajuda a compreender a necessidade de o Estado continuar a pleitear os ressarcimentos das exportações perante ao Governo Federal.

Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa - Exercício de 2013

<b>Desonerações do ICMS</b>	<b>Valor</b>	<b>% da Desoneração</b>
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não-Incidências, incluindo Exportações)	5.882.503.578	44,7%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL (Isenções, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	7.279.202.139	55,3%
<b>Total das desonerações do ICMS no RS</b>	<b>13.161.705.717</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Entre os diversos tipos de benefícios existentes, a desoneração das exportações é a responsável por mais de um terço do total de 2013 (40,1%), o maior do conjunto de renúncias em relação ao potencial de ICMS. A modalidade de "crédito presumido", essencialmente de deliberação estadual, respondeu por 20,4% das desonerações do ICMS. Do total de R\$ 2,7 bilhões de créditos presumidos usufruídos em 2013, o FUNDOPEM, programa de atração de investimentos do Estado, respondeu por 10,5% (R\$ 282,5 milhões).

Demonstrativo das estimativa das desonerações fiscais de ICMS - Exercício de 2013

<b>Desonerações do ICMS</b>	<b>Nominal</b>	<b>% da Desoneração</b>
ISENÇÕES	1.925.250.035	14,6%
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	602.944.788	4,6%
EXPORTAÇÕES	5.279.558.790	40,1%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	931.743.928	7,1%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	2.686.659.045	20,4%
NÃO-ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	545.377.451	4,1%
MICROEMPRESAS E EPPs	1.190.171.680	9,0%
<b>TOTAL das Desonerações do ICMS</b>	<b>13.161.705.717</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Em relação à finalidade das desonerações, a maior parte dos incentivos usufruídos no Rio Grande do Sul, em 2013, além do segmento exportador (40,1%), foi direcionada ao setor econômico (22,8%) e aos setores Agropecuário (9,2%), Microempresas e EPPs (9,0%) e Operacional (8,7%).

Demonstrativo das desonerações fiscais de ICMS, por Finalidade - Exercício de 2013

<b>Finalidade</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>% do ICMS Potencial</b>	<b>% sobre o total das Desonerações</b>
Agropecuário	1.208.590.855	3,2%	9,2%
Alimentação (social)	400.756.877	1,1%	3,0%
Assistência Social	42.666.078	0,1%	0,3%
Cultural (social)	101.382.076	0,3%	0,8%
Ecológico	107.749.235	0,3%	0,8%
Econômico	3.003.898.611	8,1%	22,8%
Operacional	1.148.888.909	3,1%	8,7%
Saúde (social)	58.115.850	0,2%	0,4%
Setor Público	74.549.304	0,2%	0,6%
Exportações	5.279.558.790	14,2%	40,1%
Manutenção de Crédito	545.377.451	1,5%	4,1%
Microempresas e EPPs	1.190.171.680	3,2%	9,0%
<b>Total</b>	<b>13.161.705.717</b>	<b>35,4%</b>	<b>100,0%</b>
<b>ICMS</b>	<b>24.060.565.601</b>	<b>64,6%</b>	-
<b>ICMS Potencial</b>	<b>37.222.271.318</b>	<b>100,0%</b>	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Adiante, tabela que demonstra de forma analítica as desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, ocorridas em 2013.



Demonstrativo analítico das desonerações fiscais do Rio Grande do Sul – Exercício de 2013

ESTIMATIVA DESONERAÇÕES ICMS	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Regulamento do ICMS)	VALOR NOMINAL 2013	% SOBRE O TOTAL DESONERAÇÕES DE ICMS	% SOBRE O ICMS POTENCIAL
<b>NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações:</b>	<b>Livro I, art. 11</b>	<b>602.944.788</b>	<b>4,5811%</b>	<b>1,6198%</b>
<b>Cultural (social)</b>	LIVRO I,11,I- PAPEL P/JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS LIVRO I,11,II- JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS LIVRO I,11,XVI- CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIODICOS E LIVROS	<b>61.444.924</b>	<b>0,4668%</b>	<b>0,1651%</b>
<b>Operacional</b>	LIVRO I,11,III- ENERG ELET,PETROLEO,COMB- INTERESTADUAL LIVRO I,11,IV- OURO COMO ATIVO FINANCEIRO LIVRO I,11,VI- MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS LIVRO I,11,VII- TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ESTABELECIMENTO LIVRO I,11,VIII- ALIENACAO FIDUCIARIA EM GARANTIA LIVRO I,11,IX- ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I,11,X- SALVADOS DE SINISTRO LIVRO I,11,XI- DEPÓSITO EM ARMAZÉM-GERAL LIVRO I,11,XII- DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE LIVRO I,11,XIII- DEVOLUÇÃO ARMAZÉM-GERAL E DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO LIVRO I,11,XIV- MERCADORIAS DE TERCEIROS LIVRO I,11,XV- BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO	<b>541.499.864</b>	<b>4,1142%</b>	<b>1,4548%</b>
<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>Livro I, art 11, V</b>	<b>5.279.558.790</b>	<b>40,1130%</b>	<b>14,1839%</b>
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>Livro, I arts. 9º e 10</b>	<b>1.925.250.035</b>	<b>14,6277%</b>	<b>5,1723%</b>
<b>Agropecuário</b>	LIVRO I,9º,I- REPRODUTORES OU MATRIZES - RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,II- REPRODUTORES OU MATRIZES LIVRO I,9º,III- EMBRIOES OU SEMEM CONGEL OU RESFRIADO LIVRO I,9º,IV- EQUINOS LIVRO I,9º,VIII- INSUMOS AGROPECUARIOS LIVRO I,9º,IX- PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICACAO RACAO LIVRO I,9º,X- BULBOS DE CEBOLA LIVRO I,9º,XI- POS- LARVA DE CAMARAO LIVRO I,9º,XVIII- FLORES NATURAIS LIVRO I,9º,XXXVI- FOGUETES ANTIGRANIZO- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,CXXIV- MACAS E PERAS LIVRO I,9,CLXXIV.GEN.AL.REG.P/MER.ESC.-PRONAF LIVRO I, 9º. CLXXXIII - GADO VACUM P/ TESTES DE VACINAS P/ FEBRE AFTOSA, A/C. 30/01/12 LIVRO I,10,VI- TRANSPORTE DE CALCARIO	<b>909.605.254</b>	<b>6,9110%</b>	<b>2,4437%</b>
<b>Alimentação (social)</b>	LIVRO I,9º,XV- FORNECIMENTO DE REFEICOES LIVRO I,9º,XVII- OVOS LIVRO I,9º,XIX- HORTIFRUTIGRANJEIROS LIVRO I,9º,XX- LEITE FLUIDO LIVRO I,9º,CXXV- PAO FRANCES LIVRO I, 9º. CLXXX - ARROZ BENEFICIADO P/A CONAB E P/PROG. MUNDIAL DE ALIMENTOS	<b>230.607.693</b>	<b>1,7521%</b>	<b>0,6195%</b>
<b>Assistência Social</b>	LIVRO I,9º,XXXIX- CADEIRA RODAS, PROTESES,AP. AUDICAO LIVRO I,9º,XL- VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIENCIA LIVRO I,9º,XLIX- DOACAO ENTIDAD GOVERN OU ASSISTENCIAIS	<b>40.327.504</b>	<b>0,3064%</b>	<b>0,1083%</b>



	LIVRO 1,9º,L- DOACOES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL LIVRO 1,9º,LIII- DOAÇÃO PROD.IMP. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVI- REMÉDIOS PARA A APAE-RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LIX- MERC.DOADAS ORG. INTERN. ASSISTÊNCIA SOCIAL- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXII- TRAVA- BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR LIVRO 1,9º,LXV- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA LIVRO 1,9º,LXVI- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA- RECEB. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXVIII- INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUC LIVRO 1,9º,LXXII- DOACAO A SUDENE LIVRO 1,9º,XCII- DOACOES P/ASSISTENCIA VITIMAS LIVRO 1,9º,XCVII- MENSAGEIRO DA CARIDADE LIVRO 1,9º,CXI- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/BANCO DE ALIMENTOS LIVRO 1,9º,CXII- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/PESSOAS CARENTES LIVRO 1,9º,CXVI- FOME ZERO LIVRO 1,9º,CXXI- MERC DE PROD. PROP PROM POR COOPERATIVAS SOCIAIS LIVRO 1,9º,CXXVII- SUBVENCAO DE ENERGIA ELETRICA "BAIXA RENDA" LIVRO 1,9º,CXXX NAS SAÍDAS DE SANDUÍCHES "BIG MAC" LIVRO 1,9º,CXLVI- PROINFO - UM COMPUTADOR POR ALUNO LIVRO 1,9º,CLXVI - FUNDAÇÃO PAO DOS POBRES DE SANTO ANTONIO LIVRO 1, 9º, CLXXXIV - RAÇÕES ANIMAIS E SEUS INSUMOS P/ DESTINAT. DE MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO EM SIT. DE EMERG.			
<b>Cultural (social)</b>		<b>5.990.149</b>	<b>0,0455%</b>	<b>0,0161%</b>
	LIVRO 1,9º,XXXII- OBRAS DE ARTE LIVRO 1,9º,LXVII- OBRAS DE ARTESANATO LIVRO 1,9º,XCIII- EQUIP. UNIVERSIDADES, PESQUISADORES E CIENT.- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,CXLI- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MIN EDUCACAO LIVRO 1,9º,CXLII- EQUIP SEGURANCA P/ XV JOGOS PAN-AMERICANOS LIVRO 1,9º,CLVI - COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014 LIVRO 1,9º,CLX.MAT.E EQUIP.USO DOS ESCOTEIROS LIVRO 1,9º,CLXIV.MERC.DEST.OBRAS B-RIO E ARENA LIVRO 1, 9º, CLXXXVII - ENERGIA ELÉTRICA TEMPLOS DE QQ CULTO, A/C. 10/07/13 LIVRO 1,10º,XI- COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014 LIVRO 1, 10, XII - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO PARA TEMPLOS DE QQ CULTO, A/C. 10/07/13			
<b>Ecológico</b>		<b>4.686.743</b>	<b>0,0356%</b>	<b>0,0126%</b>
	LIVRO 1,9º,XXVII- OLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO LIVRO 1,9º,LXXXV- EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EOLICAS LIVRO 1,9º,CVIII- EMB.VAZIAS DE AGROTOX. E TAMPAS LIVRO 1,9º,CXXVIII- PILHAS E BATERIAS USADAS LIVRO 1,9º,CXXXVII- CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO LIVRO 1,9º,CLVIII.PNEUS USADOS P/RECICLAGEM LIVRO 1, 9º, CLXXXVI - CINZAS DE CASCA DE ARROZ, A/C. 01/09/12			
<b>Econômico</b>		<b>112.522.185</b>	<b>0,8549%</b>	<b>0,3023%</b>
	LIVRO 1,9º,XXV- ZONA FRANCA DE MANAUS LIVRO 1,9º,XXVI- AREAS DE LIVRE COMERCIO LIVRO 1,9º,XXVIII- EMBARCACOES LIVRO 1,9º,XXIX- PROD P/CONSUM EM EMBARC/AERONAVES LIVRO 1,9º,XXX- COMBUSTIVEIS P/ EMBARC E AERONAVES LIVRO 1,9º,XXXI- PROGRAMAS DE COMPUTADOR LIVRO 1,9º,LXXIX- TAXI LIVRO 1,9º,LXXXII- MERC.PROJETO GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS LIVRO 1,9º,LXXXVI- "FREE SHOPS" LIVRO 1,9º,LXXXVIII- OLEO DIESEL P/EMBARC PESQUISA LIVRO 1,9º,LXXXIX- PROJ INT EXPL AGR PEC IND RORAIMA			



	<p>LIVRO 1,9º,XXXV- PROGRAMA BEFIEIX LIVRO 1,9º,XXCVI- ZONAS PROCESSAMENTO EXPORTACAO - ZPE LIVRO 1,9º,CXIX- CERVEJAS,REFRIG,SUCOS E AGUA MINERAL LIVRO 1,9º,CXXII- GUINDASTE MOVEL PORTUARIO LIVRO 1,9º,CXXIII- REPORTO- IMPORT.AT.IMOBILIZADO LIVRO 1,9º,CXXVI- TIJOLOS DE CERAMICA LIVRO 1,9º,CXXXI NAS SAÍDAS DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO LIVRO 1,9º,CXXXIII REGIME ESPECIAL DE DEPÓSITO AFIANÇADO LIVRO 1,9º,CXXXIV- REPORTO SAIDAS INTERNAS P/ATIVO IMOBILIZADO LIVRO 1,9º,CXXXV- PROD P/A MANUTENCAO DO GASODUTO BRASIL- BOLIVIA LIVRO 1,9º,CXXXVI- OPERACOES C/EMISSAO DE CDA E WARRANT LIVRO 1,9º,CXL- BENS ATIVO IMOBILIZADO DE EMPRESA PORTUARIA LIVRO 1,9º,CXLIII- IMPORTACAO MAQ, EQUIP E ACES P/EMP RADIODIFUSAO LIVRO 1,9º,CXLVII - ÓLEO COMESTÍVEL USADO PARA INSUMO INDUSTRIAL LIVRO 1,9º,CLXVII - IMPORTAÇÃO DE PÓS-LARVAS DE CAMARÃO E DE REPRODUTORES SPF LIVRO 1,9º,CLXVIII - REPRODUTORES DE CAMARAO MARINHO LIVRO 1, 9º, CLXIX - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA LIVRO 1, 9º, CLXX - RECEBIMENTOS MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA - DIF. DE ALÍQ. LIVRO 1, 9º, CLXXI - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLOR PETRÓLEO E GN - REPETRO LIVRO 1,9,CLXXII.BENS/MERC.ATV.EXP.PET./GAS NAT. LIVRO 1, 9º, CLXXIII - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLORAÇÃO PETRÓLEO E GN LIVRO 1, 9º, CLXXV - RECEBIMENTOS MÁQ E EQUIP. P/ATIVO FIXO DE IND. DE SEMICONDUTORES LIVRO 1, 9º, CLXXVI - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP. P/ATIVO FIXO IND. DE BUTADIENO LIVRO 1, 9º, CLXXVII - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP.P/ATIVO FIXO IND. DE PNEUMÁTICOS LIVRO 1, 9º, CLXXXI - MERCADORIAS P/CONSTR., CONSERV. E REPARO DE EMBARCAÇÕES LIVRO 1, 9º, CLXXXII - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP. INDS. E OUTROS P/ATIVO PERMANENTE LIVRO 1, 9º, CLXXXV - MÁQ., APAR. E EQUIP. INDS. P/ CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS LIVRO 1, 9º, PARÁGRAFO ÚNICO- MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS- DIF. ALÍQUOTA LIVRO 1,10,IV- DIFUSAO SONORA LIVRO 1,10,V- TAXI LIVRO 1,10,VII- TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA</p>			
<b>Saúde (social)</b>		<b>57.327.735</b>	<b>0,4356%</b>	<b>0,1540%</b>
	<p>LIVRO 1,9º,XXXVII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,XXXVIII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS LIVRO 1,9º,XLI- MEDICAMENTOS QUIMIOTERAPICOS LIVRO 1,9º,XLV, "c"- MEDICAMENTOS PESSOA FÍSICA- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,LI- MERC. PROCESSO INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANGUE- REC.EXTERIOR LIVRO 1,9º,LII- EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXIII- PRODUTOS FARMACEUTICOS LIVRO 1,9º,LXXXIV- PRESERVATIVOS LIVRO 1,9º,LXXXVII- EQUIP DIDAT,CIENT,MEDICO- HOSPITALARES LIVRO 1,9º,XCV- PRODUTOS PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,XCVIII- EQUIP.PRESTACAO SERV.SAUDE LIVRO 1,9º,CIV- EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAUDE LIVRO 1,9º,CXIV- MEDICAMENTOS LIVRO 1,9º,CXV- FARMACOS E MEDICAMENTOS PARA ORGAOS DA ADM PUBLICA DIRETA LIVRO 1,9º,CXXIX NAS SAÍDAS DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS DA FIOCRUZ LIVRO 1,9º,CXLIV- REAGENTE P/DIAGNOSTICO DE DOENCA DE CHAGAS LIVRO 1,9º,CLIII - PROD. IMPORT. COMBATE DENGUE, MALARIA E FEBRE AMARELA LIVRO 1,9º,CLXI - PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL LIVRO 1,9º,CLXII - IMPORTAÇÃO APARELHOS DE DIAGNOSTICO PARA MAMOGRAFIA LIVRO 1, 9º, CLXXVIII - FÁRMACOS/MEDICAMENTOS DERIVADOS DO PLASMA HUMANO LIVRO 1, 9º, CXCI - ACELERADORES LINEARES PARA PROGRAMA NACIONAL DE ONCOLOGIA</p>			



<b>Operacional</b>		<b>490.213.286</b>	<b>3,7245%</b>	<b>1,3170%</b>
	LIVRO 1,9º,V- AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VALOR COMERCIAL LIVRO 1,9º,VI- EXPOSICOES OU FEIRAS- SAIDAS LIVRO 1,9º,VII- EXPOSICOES OU FEIRAS- RETORNO LIVRO 1,9º,XII- VASILHAMES,RECIP E EMBALAG- SAIDA LIVRO 1,9º,XIII- VASILHAMES,RECIP,EMBALAG- RETORNO LIVRO 1,9º,XIV- BOTIJOES VAZIOS DE GLP LIVRO 1,9º,XXII- "DRAWBACK"- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,XXIII- "DRAWBACK"- SAIDAS P/BENEFICIAMENTO LIVRO 1,9º,XXIV- "DRAWBACK"- RETORNO BENEFICIAMENTO LIVRO 1,9º,XLII- MERCADORIA EXPORTADA- RETORNOS, DEVOLUÇÕES, CONSIGNAÇÃO LIVRO 1,9º,XLIII- AMOSTRAS SEM VALOR COMERCIAL- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLIV- BENS DE BAGAGEM VIAJANTE- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLV, "a"- MERCADORIAS RECEBIDAS COM DEFEITO- RECEB. EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLV, "b"- ENCOMENDAS ATÉ US\$ 50,00- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO 1,9º,XLVI- DIFERENÇA TAXA CAMBIAL IMPORTAÇÃO SIMPLIFICADA DE MERCADORIAS LIVRO 1,9º,XLVII- MERC.REGIME TRIBUTAÇÃO SIMPLES ISENTAS DO IPI- REC.EXTERIOR LIVRO 1,9º,XCI- RETORNO REMESSAS PARA EXPOSIÇÃO OU FEIRA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,CI- IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO LIVRO 1,9º,CIII- MERCADORIAS EM PENHORA LIVRO 1,9º,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO 1,9º,CXXXVIII- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS,SUB EM GARANTIA LIVRO 1,9º,CXLV- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS EM GARANTIA LIVRO 1,9º,CLI- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS P/FABR. DE PROD. AERONAUTICOS LIVRO 1,9º,CLII - PECAS NOVAS EM SUBST. AS DEFEIT., P/PROD. AERONAUTICOS LIVRO 1,10,IX- TRANSP CARGA A CONTR.INSC NO CGCTE			
<b>Setor Público</b>		<b>73.969.487</b>	<b>0,5620%</b>	<b>0,1987%</b>
	LIVRO 1,9º,XLVIII- ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMATICA LIVRO 1,9º,LIV- ATIVO PERMANENTE/USO OU CONSUMO DA ADM. PÚB.- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LV- EQUIP.CIENTIFICOS INFORMÁTICA DA ADM. PÚBLICA-REC.DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVII- BENS PARA CORSAN RECURSOS DO BANCO MUNDIAL- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVIII- EQUIPAMENTOS PESQUISA CIENTÍFICA EMBRAPA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LX- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- SAIDA LIVRO 1,9º,LXI- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- RETORNO LIVRO 1,9º,LXIX- VEIC P/FISCALIZACAO DE TE E PM LIVRO 1,9º,LXX- DOACAO A SECRETARIA DA EDUCACAO LIVRO 1,9º,LXXI- CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI LIVRO 1,9º,LXXIII- VEIC P/CORPOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS LIVRO 1,9º,LXXIV- CAVALOS DOADOS A BRIGADA MILITAR LIVRO 1,9º,LXXV- PROMOFAZ LIVRO 1,9º,LXXVI- VEICULOS DE BOMBEIROS LIVRO 1,9º,LXXVII- ENERG ELET P/ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO 1,9º,LXXXI- AMPLIAÇÃO SISTEMA INF.DA SEFA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS INTERNAS LIVRO 1,9º,LXXXIII- COLETORES ELETRONICOS DE VOTO LIVRO 1,9º,XC- ATIVO IMOBILIZADO- EMBRAPA LIVRO 1,9º,CII- VEICULOS P/DEP.POLICIA FEDERAL LIVRO 1,9º,CIX- VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL LIVRO 1,9º,CXVII- VEÍCULOS P/O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL LIVRO 1,9º,CXX- PRODUTOS PARA ENTIDADES DA ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO 1,9º,CXXXII NAS SAÍDAS DE SELOS DE CONTROLE FEDERAL LIVRO 1,9º,CXLVIII - ALCÂNTARA CYCLONE SPACE LIVRO 1,9º,CLVII.VEIC.COMB.E SUAS PARTES LIVRO 1,9º,CLIX.EQUIP.DE SEGURANCA ELETRONICA			



	LIVRO I,9°,CLIV.- IMPORTAÇÃO DE PEÇAS, PARTES E EQUIP. PELO MINISTÉRIO DA DEFESA LIVRO I, 9°, CXC - ITAIPU BINACIONAL, A/C. 02/09/13 LIVRO I,10,I- TELECOMUNICACAO P/ ADM PUBLICA LIVRO I,10,II- TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMATICAS LIVRO I,10,VIII- TRANSPORTE DE MERCADORIA- PROMOFAZ LIVRO I,10,X- INTERNET PROGR GOV. ELETRÔNICO DE SERV DE ATEND DO CIDADÃO - GESAC			
<b>REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO:</b>	<b>Livro, I arts. 23 e 24</b>	<b>931.743.928</b>	<b>7,0792%</b>	<b>2,5032%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>244.048.622</b>	<b>1,8542%</b>	<b>0,6557%</b>
	LIVRO I,23,V- TRIGO EM GRAO LIVRO I,23,IX- INSUMOS AGROPECUARIOS LIVRO I,23,X- ALIMENTACAO ANIMAL/FABRICACAO RACAO LIVRO I,23,XIV- MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LIVRO I,23,XXXI- MEL PURO LIVRO I,23,XLIV - TRIGO EM GRÃO LIVRO I,23,XLV- FEIJAO LIVRO I,23,LIII.SAIDAS INTERNAS DE UREIA. LIVRO I, 23, LX - ERVA-MATE, A/C. 03/12/12 LIVRO I, 23, LXII - EMBALAGENS P/ ERVA-MATE, A/C. 03/02/12			
<b>Alimentação (social)</b>		<b>170.149.184</b>	<b>1,2928%</b>	<b>0,4571%</b>
	LIVRO I,23,II- CESTA BASICA DE ALIMENTOS LIVRO I,23,XXX- EMBALAG P/MERC QUE COMPOEM CESTA BASICA LIVRO I, 23, LXIII - BEBIDAS ALIMENTARES À BASE DE SOJA, DE 01/09/12 A 30/06/14 LIVRO I, ART. 23, LXIX - CARNE E PRODUTOS DE AVES E SUÍNOS, A PARTIR DE 01/12/13			
<b>Ecológico</b>		<b>1.026.855</b>	<b>0,0078%</b>	<b>0,0028%</b>
	LIVRO I,23,XLVI,SACOLAS PLAST.P/ACOND.MERC.			
<b>Econômico</b>		<b>425.269.040</b>	<b>3,2311%</b>	<b>1,1425%</b>
	LIVRO I,23,III- OLEO EM BRUTO/EMBALAGENS LIVRO I,23,VI- REFEICOES- RESTAURANTES LIVRO I,23,VII- AGUA NATURAL CANALIZADA LIVRO I,23,XII- BEFIEX LIVRO I,23,XIII- MAQ,EQUIPAM APARELHOS,INDUSTRIAIS LIVRO I,23,XV- AERONAVES, PECAS E ACESSORIOS LIVRO I,23,XVI- PROD ACABADOS DE INFORMATICA E AUTOMACAO LIVRO I,23,XVII- FERROS E ACOS NAO-PLANOS LIVRO I,23,XVIII- TIJ,TELHA,TUBO,MANILHA,TAPA-VIGA LIVRO I,23,XXI- VEICULOS AUTOMOTORES LIVRO I,23,XXIV- BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO LIVRO I,23,XXV- VEÍCULOS DE DUAS RODAS LIVRO I,23,XXIX- MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA LIVRO I,23,XXXII- VEICULOS,MAQ,APARELHOS LIVRO I,23,XXXIII- PNEUMATICOS, CAMARAS DE AR LIVRO I,23,XXXV- PEDRA BRITADA E DE MAO LIVRO I,23,XXXIX ESCADAS E TAPETES ROLANTE LIVRO I,23,XL- CARNE AVES,LEPORÍDEOS E GADO BOVINO LIVRO I,23,XLI- TERMINAIS PORTATEIS TELEFONIA LIVRO I,23, XLIX.MAQ./APAR.IMP.APEND.XXXVI LIVRO I,23, L.MAQ.APR.APEND.XXXVII LIVRO I,23, LI - IMPORT P/MANUT DE INST. DE TRANSMISSAO DE ENERGIA OU DADOS C/ANEEL LIVRO I,ART.23,LIV. CAMINHOS-GUINDASTES LIVRO I,ART.23,LV. CAM.-GUIND/GUIND. IMPORTADOS LIVRO I, 23, LVII - IMP. P/ INST. PROD. PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO, A PARTIR 22/08/11 LIVRO I, ART. 23, LVII - IMPORTAÇÕES P/ INSTALAÇÕES DE PROD. PETRÓLEO E GN - REPETRO			



	LIVRO I, 23, LIX - MERCADORIAS DE ESTABELECIMENTO DE COOPERATIVA QUE NÃO PODE OPTAR PELO SIMPLES NACIONAL, A/C. 01/01/12 LIVRO I, 23, LXI - PRODUTOS DE FERRO E AÇO RELACIONADOS, A/C. 24/05/12 LIVRO I, 23, LXIV - PRODUTOS TÊXTEIS E ARTS. DE VESTUÁRIO, DE 01/10/12 A 31/12/13 LIVRO I, ART. 23, LXV - CONSTR. PRÉ-FABRICADAS DE FERRO OU DE AÇO, A PARTIR DE 01/07/13 LIVRO I, ART. 23, LXVI - COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTS. DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR, A PARTIR DE 01/07/13 LIVRO I, ART. 23, LXVII - QUEROSENE DE AVIAÇÃO PARA PREST. DE SERV. AEROVIÁRIO REGULAR DE PASSAGEIROS, A PARTIR DE 27/09/13 LIVRO I, ART. 23, LXX - MERCADORIAS DESTINADAS À INDÚSTRIA DE MÁRMORES, TRAVERTINOS E GRANITOS, A PARTIR DE 30/12/13 LIVRO I, ART. 23, LXXI - LENTES ÓCULOS, ARMAÇÕES E ÓCULOS DE SOL, A PARTIR DE 30/12/13 LIVRO I, ART. 23, LXXII - POSTES E ESTRUT. PRÉ-FABRICADAS CONCRETO, A PARTIR DE 30/12/13 LIVRO I,24,I- TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS LIVRO I,24,II- TELEVISAO POR ASSINATURA LIVRO I,24,III- RADIOCHAMADA LIVRO I,24,IV- ACESSO ONEROSO A INTERNET LIVRO I,24,V- TELEFONIA FIXA A EMP DE CALL CENTER LIVRO I,24,VI- MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEÍCULO DE CARGA			
<b>Operacional</b>		<b>89.882.293</b>	<b>0,6829%</b>	<b>0,2415%</b>
	LIVRO I,23,I- MERCADORIAS USADAS LIVRO I,23,XXVII- IMP MERC OU BENS SOB REGIME ESP ADUAN ADM TEMP			
<b>Saúde (social)</b>		<b>788.116</b>	<b>0,0060%</b>	<b>0,0021%</b>
	LIVRO I,23,VIII- CESTA BASICA DE MEDICAMENTOS LIVRO I,23, XLVII - IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LIVRO III, 92, § único - DÉBITO RESP. Água Mineral ou Potável LIVRO III,105,§1º- DÉBITO RESP. PRODUTOS FARMACÊUTICOS LIVRO III,105,§2º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS SIMILARES LIVRO III,105,§3º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS GENÉRICOS			
<b>Setor Público</b>		<b>579.817</b>	<b>0,0044%</b>	<b>0,0016%</b>
	LIVRO I,23, XLVII.MERCADORIAS PARA UMS LIVRO I, ART. 23, LXVIII - MERCADORIAS PARA EXÉRCITO BRASILEIRO, A PARTIR DE 30/09/13			
<b>CRÉDITOS PRESUMIDOS:</b>	<b>Livro I, art. 32</b>	<b>2.686.659.045</b>	<b>20,4127%</b>	<b>7,2179%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>54.936.978</b>	<b>0,4174%</b>	<b>0,1476%</b>
	LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATARIOS DE MAÇÃS LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS LIVRO I,32,CVII - LEITE DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PRODUTOR RURAL, DE 02/07/10 A 30/06/11 CXLIII - COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PROGRAMA PRÓ-COOPERAÇÃO	- 605.186 510.173 53.821.620 -	0,0000% 0,0046% 0,0039% 0,4089% 0,0000%	0,0000% 0,0016% 0,0014% 0,1446% 0,0000%
<b>Assistência Social</b>		<b>2.338.574</b>	<b>0,0178%</b>	<b>0,0063%</b>
	LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	2.338.574	0,0178%	0,0063%
<b>Cultural (social)</b>		<b>33.947.002</b>	<b>0,2579%</b>	<b>0,0912%</b>
	LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRÁFICOS LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS LIVRO I, 32,LXX - BOLSA DE ESTUDO PARA PROFESSORES LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS LIVRO I, 32, CXXXVIII - PROGRAMA PRÓ-ESPORTE/RS, A PARTIR DE 01/11/12	6.460 - 32.862.946 - - 1.077.596	0,0000% 0,0000% 0,2497% 0,0000% 0,0000% 0,0082%	0,0000% 0,0000% 0,0883% 0,0000% 0,0000% 0,0029%
<b>Ecológico</b>		<b>102.035.638</b>	<b>0,7752%</b>	<b>0,2741%</b>
	LIVRO I, 32,LXXXVIII - BIODIESEL B-100	102.035.638	0,7752%	0,2741%
<b>Econômico</b>		<b>1.689.490.762</b>	<b>12,8364%</b>	<b>4,5389%</b>



LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	1.952.721	0,0148%	0,0052%
LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	202.858.373	1,5413%	0,5450%
LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	70.810.242	0,5380%	0,1902%
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS	304.967	0,0023%	0,0008%
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR	23.157.219	0,1759%	0,0622%
LIVRO I, 32,XI, "a" - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	89.596.832	0,6807%	0,2407%
LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	282.524.936	2,1466%	0,7590%
LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ	6.457.937	0,0491%	0,0173%
LIVRO I, 32,XVI - EQUIPAM. EMISSOR CUPOM FISCAL (ECF)	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XIX - INDUSTRIA VINICOLA	14.533.148	0,1104%	0,0390%
LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	46.357.435	0,3522%	0,1245%
LIVRO I, 32,XXXI, "b" - PRODUTOS FARMACÉUTICOS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	152.415.538	1,1580%	0,4095%
LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGÜIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	33.962.833	0,2580%	0,0912%
LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PO	51.616.383	0,3922%	0,1387%
LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	829.011	0,0063%	0,0022%
LIVRO I, 32,XXXIX - PRIN - CARTA CONSULTA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLIII - FITEC/RS	112.231	0,0009%	0,0003%
LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	5.014.345	0,0381%	0,0135%
LIVRO I, 32,L - ALHO	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XI, "c" - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	88.297.038	0,6709%	0,2372%
LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	1.995.817	0,0152%	0,0054%
LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	810.549	0,0062%	0,0022%
LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	73.232	0,0006%	0,0002%
LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	16.539.289	0,1257%	0,0444%
LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	9.260.129	0,0704%	0,0249%
LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	97.688.863	0,7422%	0,2624%
LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PESSEGO	1.091.280	0,0083%	0,0029%
LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	4.419.540	0,0336%	0,0119%
LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	19.717.322	0,1498%	0,0530%
LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES	52.053.893	0,3955%	0,1398%
LIVRO I, 32,LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL	28.455	0,0002%	0,0001%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	69.813.669	0,5304%	0,1876%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	2.916.154	0,0222%	0,0078%
LIVRO I, 32,LXXXIII - VINHO	11.118.942	0,0845%	0,0299%
LIVRO I, 32,LXXXIX - GELÉIAS DE FRUTAS	3.063.331	0,0233%	0,0082%
LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	4.890.938	0,0372%	0,0131%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	90.865.109	0,6904%	0,2441%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	13.633.526	0,1036%	0,0366%
LIVRO I, 32,LXXXIX - TOMATES PREP. OU CONSERVADOS, "KETCHUP" E MOLHOS DE TOMATE	2.941.184	0,0223%	0,0079%
LIVRO I,32,XCIV - SUCOS DE UVA	2.750.732	0,0209%	0,0074%
LIVRO I,32,CI - EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CII - EMPRESAS DO PROGRAMA PRÓ-INOVAÇÃO/RS	208.395	0,0016%	0,0006%
LIVRO I,32,CV - ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES, DE 01/01/10 A 31/03/12	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,CVI - LEITE DESTINADO À PRODUÇÃO DE QUEIJOS, A PARTIR DE 02/07/10	11.277.994	0,0857%	0,0303%
LIVRO I,32,CVIII - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE DE AVES, DE 01/09/10 A 30/05/11	-	0,0000%	0,0000%



	LIVRO I,32,CIX - PLACAS-MÃE DE IMPRESSORA DE GRANDE PORTE-TRAÇADOR GRÁFICO E CIRCUITOS IMPRESSOS COM COMPONENTES ELÉTRICOS...	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CX - COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, A PARTIR DE 30/07/10	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXII - ESTABELECIMENTOS RECICLADORES NAS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS NA FORMA DE FLOCOS, GRANULADOS...	6.550.039	0,0498%	0,0176%
	LIVRO I,32CXIV - FARELO DE SOJA, A PARTIR DE 06/12/10	2.008.906	0,0153%	0,0054%
	LIVRO I,32,CXIX - FABRICANTES DE RAPADURAS-AQUISIÇÕES INTERNAS DE MELADO E DE AÇUCAR MASCADO, A PARTIR DE 31/12/10	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXX - FABRICANTES DE PNEUMÁTICOS - FUNDOPEM/RS, A PARTIR DE 11/03/11	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXXIII - INDÚSTRIAS DE ETANOL - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS, A PARTIR DE 21/10/11	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXXIV - FABRICANTES DE CHOCOLATES, ACHOCOLATADOS, CAMELOS E CEREAIS - FUNDOPEM/RS, A PARTIR DE 25/10/11	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXXVI - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE, A PARTIR DE 01/04/12	39.599.276	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXXVII - FABRICANTES DE ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES, A PARTIR DE 01/04/12	2.695.183	0,0011%	0,0004%
	LIVRO I,32,CXXVIII - IMPORTAÇÕES DE COBRE E AQUISIÇÕES INTERNAS DE SUCATA DE COBRE POR FABRICANTES DE FIOS E CABOS...	0	0,0431%	0,0152%
	LIVRO I,32,CXXX - FABRICANTES DE CALÇADOS OU DE ARTEFATOS DE COURO, A PARTIR DE 20/06/12	5.673.301	0,0212%	0,0075%
	LIVRO I,32,CXXXII - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS - TAXA P/ O FUNDOVINOS, A PARTIR DE 01/09/12	2.784.748	0,1188%	0,0420%
	LIVRO I,32,CXXXIII - ABATEDORES - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE DE SUÍNOS, A PARTIR DE 01/09/12	15.636.110	0,2424%	0,0857%
	LIVRO I,32,CXXXV - FABRICANTES DE PRODUTOS TÊXTEIS E DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, A PARTIR DE 01/10/12	31.906.310	0,0021%	0,0007%
	LIVRO I,32,CXXXVI - EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - TERMO DE ACORDO, A PARTIR DE 01/09/12	7.209.966	0,0211%	0,0075%
	LIVRO I,32,CXXXVII - FABRICANTES DE TRANSFORMADORES NOVOS, A PARTIR DE 01/11/12	278.622	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CXXXIX - FABRICANTES DE SORO DE LEITE EM PÓ, ALBUMINAS E ALBUMINATOS E COMPOSTO LÁCTEO, A PARTIR DE 01/11/12	2.782.454	0,0211%	0,0075%
	CXL - MICROCERVEJARIAS FABRICANTES DE CRVEJAS E CHOPES ARTESANAIS, A/C. DE 01/01/13	365.785	0,0028%	0,0010%
	CXLI - FABRICANTES DE CALÇADOS OU DE ARTEFATOS DE COURO, A/C. DE 01/02/13	84.040.533	0,6385%	0,2258%
	CXLII - INDUSTRIAIS DE ERVA-MATE, A/C. DE 01/03/13	-	0,0000%	0,0000%
	CXLVI - INDUSTRIAIS PRODUTORES DE ETANOL, A/C. DE 01/05/13	-	0,0000%	0,0000%
	CXXI, "B" - GUNIDASTES E CAMINHÕES-GUINDASTES, IMPORTADOS DO EXTERIOR, A/C. 12/04/11	-	0,0000%	0,0000%
	CXLVIII - COMERCIAIS ATACADISTAS DE COBRE NÃO REFINADO E TUBOS DE COBRE, A/C. DE 30/12/13	-	0,0000%	0,0000%
	CL - FABRICANTES DE POLIPROPILENO BIORIENTADO, A/C. 30/12/13	-	0,0000%	0,0000%
	CLII - CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO QUE REALIZEM OPERAÇÕES DE VENDA NÃO PRESENCIAIS, A/C. DE 30/12/13	-	0,0000%	0,0000%
<b>Operacional</b>		<b>27.293.467</b>	<b>0,2074%</b>	<b>0,0733%</b>
	LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	27.293.467	0,2074%	0,0733%
<b>Outros ou com Sigilo Fiscal</b>		<b>776.616.624</b>	<b>6,0908%</b>	<b>2,1537%</b>
	LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS			
	LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
	LIVRO I, 32,XXXII - FDI/RS			
	LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS			
	LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			
	LIVRO I, 32,XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS			
	LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR			
	LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU			
	LIVRO I, 32,LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL			



	<p>LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO  LIVRO I, 32,LVI - REATORES ELETRÔNICOS  LIVRO I, 32,LVIII - EMPANADOS DE AVES  LIVRO I, 32,LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS  LIVRO I, 32,LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO  LIVRO I, 32,LXXXV - MILHO DE PIPOCA  LIVRO I, 32,LXXXVI - MUNIÇÕES  LIVRO I, 32,XC - MÁQUINAS E EQUIP PARA ENVASAR BEBIDAS E ALIMENTOS LÍQUIDOS E PASTOSOS  LIVRO I, 32,XCI - TUBOS DE AÇO SEM COSTURA  LIVRO I, 32,XCII - COPOLÍMEROS (SAN E ABS)  LIVRO I,32,XCIII - ÓLEO REFINADO DE SOJA, CANOLA E GIRASSOL  LIVRO I,32,XCVI - PAPEL  LIVRO I,32,XCVII - RESERVATÓRIOS DE FIBRA DE VIDRO  LIVRO I, 32,XCVIII - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO USO DA CASCA DE ARROZ PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ...  LIVRO I, 32,XCIX - SÍLICA DE ORIGEM VEGETAL, OBTIDA A PARTIR DA QUEIMA DE CASCA DE ARROZ  LIVRO I,32,CIII - PNEUMÁTICOS, PROTETORES DE BORRACHA E CÂMARAS DE AR, A PARTIR DE 11/06/10  LIVRO I,32,CIV - MÁQUINAS E APARELHOS IMPORTADOS DO EXTERIOR, RELACIONADOS NO APÊNDICE XXXVI DO RICMS  LIVRO I,32,CXI - FABRICANTES DE GRANOLA EM BARRA, "COOKIES" E GOTAS DE "COOKIES", A PARTIR DE 05/11/10  LIVRO I,32,CXIII - PRODUTOS CERÂMICOS, A PARTIR DE 01/11/10  LIVRO I,32,CXV - POLIESTIRENO CRISTAL, POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E ESTIRENO, A PARTIR DE 01/12/10  LIVRO I,32,CXVI - MÓDULOS E CIRCUITOS DE MEMÓRIA, E CIRCUITOS INTEGRADOS, A PARTIR DE 24/12/10  LIVRO I,32,CXVII -FABRICANTES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS (Apropriação a partir de 01/01/2011) (IN RE 087/10).  LIVRO I,32,CXVIII - TRANSPORTADORES DE GRANÉIS, E CARREGADORES E DESCARREGADORES DE NAVIOS E BARCAÇAS  LIVRO I,32,CXXI - GUINDASTES E CAMINHÕES-GUINDASTES, A PARTIR DE 12/04/11  LIVRO I,32,CXXII - IMPORTADORAS DE PNEUMÁTICOS, A PARTIR DE 04/10/11  LIVRO I,32,CXXV - FABRICANTES DE ESTIRENO - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS, A PARTIR DE 12/01/12  LIVRO I,32,CXXIX - FABRICANTES DE TELHAS DE CONCRETO, A PARTIR DE 01/07/12  LIVRO I,32,CXXXI - FABRICANTES DE MERCADORIAS PARA USO NAVAL E "OFFSHORE", A PARTIR DE 20/07/12  LIVRO I,32,CXXXIV - FABRICANTES DE TORRES E PÓRTICOS, A PARTIR DE 10/09/12  CXLIV - IMPORTAÇÕES DE POLIÉSTER POR ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, A/C. DE 01/03/13  CXLV - FABRICANTES DE MOTOVENTILADORES, DE UNIDADES CONDENSADORAS FRIGORÍFICOS, A/C. DE 01/06/13  CXLVII - FABRICANTES DE ELEVADORES E OUTROS EQUIP. DE TRANSPORTE E ELEVAÇÃO, A/C. DE 08/10/13</p>			
<b>MICRO E EPP</b>	<b>"SIMPLES GAÚCHO" - Lei 10.045/93, alterada pela Lei 12.410/05 e "SIMPLES NACIONAL" - Lei Complementar 123/06.</b>	<b>1.190.171.680</b>	<b>9,0427%</b>	<b>3,1975%</b>
<b>MANUTENÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b>	<b>Livro I, art. 35 e Livro III, art. 3º</b>	<b>545.377.451</b>	<b>4,1437%</b>	<b>1,4652%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS</b>		<b>13.161.705.717</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,4%</b>
<b>ICMS</b>		<b>24.060.565.601</b>	<b>-</b>	<b>64,6%</b>
<b>ICMS POTENCIAL</b>		<b>37.222.271.318</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>



ESTIMATIVA DESONERAÇÕES IPVA	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.815/85 e Decreto 32.144/85, com alterações posteriores)	VALOR NOMINAL2013	% SOBRE O TOTAL DESONERAÇÕES DE IPVA	% SOBRE O IPVA POTENCIAL
<b>IMUNIDADES</b>		<b>30.724.087</b>	<b>4,6033%</b>	<b>1,1352%</b>
	VEÍCULOS OFICIAIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	27.112.494	4,06%	1,00%
	TEMPLOS	1.256.561	0,19%	0,05%
	PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES	10.410	0,00%	0,00%
	SINDICATOS DE TRABALHADORES	480.097	0,07%	0,02%
	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.864.525	0,28%	0,07%
<b>ISENÇÕES</b>		<b>509.449.619</b>	<b>76,3287%</b>	<b>18,8241%</b>
	CORPOS DIPLOMÁTICOS	61.341	0,01%	0,00%
	MAQ.AGRIC.TERRAPLAN.TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUE, CICLOMOTORES	289.046.401	43,31%	10,68%
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO	16.746	0,00%	0,00%
	PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS	143.552.285	21,51%	5,30%
	PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS	8.638.506	1,29%	0,32%
	DEFICIENTE FÍSICO E PARAPLÉGICOS	8.190.706	1,23%	0,30%
	TAXI (CATEGORIA ALUGUEL)	10.579.984	1,59%	0,39%
	ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA	8.213.465	1,23%	0,30%
	TAXI-LOTACÃO	568.763	0,09%	0,02%
	TRANSPORTE ESCOLAR	2.223.116	0,33%	0,08%
	LEILÃO DO FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso)	67.850	0,01%	0,00%
	PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO	38.283.692	5,74%	1,41%
	COPA DO MUNDO FIFA (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.255, de 09/10/09)	1.024	0,00%	0,00%
	ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.658, de 11/01/11)	5.739	0,00%	0,00%
<b>DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA - Lei 11.400/99, alterada pela Lei 11.644/01</b>		<b>103.197.534</b>	<b>15,4617%</b>	<b>3,8131%</b>
<b>DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO - Lei 8115/85, art 11, combinado c/ Dec. 32.144/85, art 14, I, "b"</b>		<b>24.070.542</b>	<b>3,6064%</b>	<b>0,8894%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>		<b>667.441.782</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,7%</b>
<b>IPVA ARRECADADO</b>		<b>2.038.930.196</b>	<b>-</b>	<b>75,3%</b>
<b>IPVA POTENCIAL</b>		<b>2.706.371.977</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>
ESTIMATIVA DESONERAÇÕES ITCD	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.821/89)	VALOR NOMINAL2013	% SOBRE O TOTAL DESONERAÇÕES DE ITCD	% SOBRE O ITCD POTENCIAL
<b>IMUNIDADES:</b>		<b>2.344.188</b>	<b>1,75%</b>	<b>0,47%</b>
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	2.233.310	1,67%	0,45%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	76.652	0,06%	0,02%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	-	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	32.727	0,02%	0,01%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	1.499	0,00%	0,00%
<b>NÃO-INCIDÊNCIA:</b>		<b>714.382</b>	<b>0,53%</b>	<b>0,14%</b>
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	-	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	352.546	0,26%	0,07%



	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	1.200	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	360.636	0,27%	0,07%
<b>ISENÇÕES:</b>		<b>130.898.465</b>	<b>97,72%</b>	<b>26,39%</b>
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	964.405	0,72%	0,19%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	82.650	0,06%	0,02%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	1.401.814	1,05%	0,28%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASCENDENTE, DESCENDENTE ...	637.507	0,48%	0,13%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIRIEIDADE	880	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	7.094.457	5,30%	1,43%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	513.151	0,38%	0,10%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VIII - ROUPAS, DE UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS DE USO MANUAL...	300	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	120.199.190	89,73%	24,24%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. X - VALOR DO ITCD INFERIOR A 4 UPFs	4.111	0,00%	0,00%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. XI - Relacionada à Copa do Mundo da FIFA 2014 e Confederações 2013	0	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>		<b>133.957.035</b>	<b>100,0%</b>	<b>27,0%</b>
<b>ITCD ARRECADADO</b>		<b>362.000.281</b>	-	<b>73,0%</b>
<b>ITCD POTENCIAL</b>		<b>495.957.316</b>	-	<b>100,0%</b>
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES FISCAIS TOTAIS DO RS</b>		<b>VALOR NOMINAL 2013</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DESONERAÇÕES FISCAIS</b>	<b>% SOBRE OS IMPOSTOS POTENCIAIS</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RS</b>		<b>13.963.104.534</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,5%</b>
<b>IMPOSTOS ARRECADADOS</b>		<b>26.461.496.078</b>	-	<b>65,5%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>		<b>40.424.600.611</b>	-	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

### 10.3 A Evolução das Desonerações Fiscais do Estado do RS, entre 2003 e 2013

As tabelas seguintes demonstram a evolução das desonerações fiscais do Estado. Os demonstrativos apresentam todos os itens de desoneração vigentes na legislação, explicitando a construção da política tributária ao longo dos anos. As desonerações fiscais acabam sendo uma espécie de "despesa" estatal, só que realizada através da redução de tributos, daí a denominação de "gastos tributários".

Eles substituem determinadas despesas e são realizados levando em conta várias finalidades: incentivo ao setor agropecuário, viabilização de operações no âmbito do setor público, desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas e preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, objetiva-se, com as desonerações, propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.



Demonstrativo da evolução das desonerações totais do Estado (ICMS, IPVA e ITCD)

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação de Impostos</b>	<b>Desonerações</b>	<b>Arrecadação Potencial</b>	<b>% do Potencial</b>
2003	9.675.004.909	5.018.088.700	14.693.093.609	34,2%
2004	10.325.376.373	6.499.213.330	16.824.589.704	38,6%
2005	12.155.115.970	6.115.701.629	18.270.817.598	33,5%
2006	12.672.038.490	6.433.255.329	19.105.293.818	33,7%
2007	13.219.986.253	7.354.638.674	20.574.624.927	35,7%
2008	15.936.085.877	8.962.859.198	24.898.945.074	36,0%
2009	16.692.267.040	8.160.952.560	24.853.219.600	32,8%
2010	19.675.908.489	9.479.595.405	29.155.503.894	32,5%
2011	21.432.444.652	11.466.517.086	32.898.961.738	34,9%
2012	23.515.138.746	11.722.918.180	35.238.056.926	33,3%
2013	26.461.496.078	13.963.104.534	40.424.600.611	34,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo da evolução das estimativas das desonerações do ICMS

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>Receita Potencial</b>	<b>% do ICMS / ICMS Potencial</b>
2003	8.988.842.934	4.849.882.693	13.838.725.627	35,0%
2004	9.637.938.267	6.299.024.286	15.936.962.553	39,5%
2005	11.382.937.672	5.877.602.536	17.260.540.208	34,1%
2006	11.813.299.091	6.169.909.387	17.983.208.477	34,3%
2007	12.257.685.274	7.055.996.509	19.313.681.783	36,5%
2008	14.825.153.675	8.592.159.220	23.417.312.895	36,7%
2009	15.086.670.972	7.748.608.345	22.835.279.317	33,9%
2010	17.893.312.783	8.935.055.846	26.828.368.630	33,3%
2011	19.502.930.376	10.874.601.433	30.377.531.809	35,8%
2012	21.378.208.631	11.060.879.677	32.439.088.308	34,1%
2013	24.060.565.601	13.161.705.717	37.222.271.318	35,4%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Total das Desonerações do ICMS

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	4.849.882.693	35,0%	100,0%
2004	6.299.024.286	39,5%	100,0%
2005	5.877.602.536	34,1%	100,0%
2006	6.169.909.387	34,3%	100,0%
2007	7.055.996.509	36,5%	100,0%
2008	8.592.159.220	36,7%	100,0%
2009	7.748.608.345	33,9%	100,0%
2010	8.935.055.846	33,3%	100,0%
2011	10.874.601.433	35,8%	100,0%
2012	11.060.879.677	34,1%	100,0%
2013	13.161.705.717	35,4%	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Isenções

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	422.630.996	3,1%	8,7%
2004	539.344.058	3,4%	8,6%
2005	590.107.041	3,4%	10,0%
2006	606.663.361	3,4%	9,8%
2007	762.971.145	4,0%	10,8%
2008	989.762.363	4,2%	11,5%
2009	1.017.245.194	4,5%	13,1%
2010	1.255.371.054	4,7%	14,0%
2011	1.647.335.825	5,4%	15,1%
2012	1.709.818.124	5,3%	15,5%
2013	1.925.250.035	5,2%	14,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Não Incidência, exceto Exportações

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	123.301.774	0,9%	2,5%
2004	163.848.940	1,0%	2,6%
2005	178.441.737	1,0%	3,0%
2006	193.433.602	1,1%	3,1%
2007	246.809.373	1,3%	3,5%
2008	275.178.544	1,2%	3,2%
2009	316.963.686	1,4%	4,1%
2010	417.703.823	1,6%	4,7%
2011	477.384.816	1,6%	4,4%
2012	471.909.908	1,5%	4,3%
2013	602.944.788	1,6%	4,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Exportações

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	2.839.689.302	20,5%	58,6%
2004	3.727.790.436	23,4%	59,2%
2005	3.249.947.672	18,8%	55,3%
2006	3.143.442.294	17,5%	50,9%
2007	3.563.827.799	18,5%	50,5%
2008	4.099.257.545	17,5%	47,7%
2009	3.477.678.216	15,2%	44,9%
2010	3.378.650.412	12,6%	37,8%
2011	4.244.112.305	14,0%	39,0%
2012	4.087.969.273	12,6%	37,0%
2013	5.279.558.790	14,2%	40,1%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



**Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Redução da Base de Cálculo**

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	198.444.019	1,4%	4,1%
2004	275.261.185	1,7%	4,4%
2005	286.400.592	1,7%	4,9%
2006	348.940.036	1,9%	5,7%
2007	357.819.524	1,9%	5,1%
2008	475.125.251	2,0%	5,5%
2009	459.618.769	2,0%	5,9%
2010	556.397.965	2,1%	6,2%
2011	809.575.089	2,7%	7,4%
2012	829.459.891	2,6%	7,5%
2013	931.743.928	2,5%	7,1%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

**Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Créditos Presumidos**

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	974.868.315	7,0%	20,1%
2004	1.191.791.495	7,5%	18,9%
2005	1.087.825.628	6,3%	18,5%
2006	1.214.517.604	6,8%	19,7%
2007	1.501.095.089	7,8%	21,3%
2008	1.940.768.258	8,3%	22,6%
2009	1.729.490.544	7,6%	22,3%
2010	2.225.339.117	8,3%	24,9%
2011	2.417.799.549	8,0%	22,2%
2012	2.455.377.089	7,6%	22,2%
2013	2.686.659.045	7,2%	20,4%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Não Estorno do Crédito Fiscal

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	111.740.324	0,8%	2,3%
2004	164.655.535	1,0%	2,6%
2005	174.548.504	1,0%	3,0%
2006	199.409.702	1,1%	3,2%
2007	209.039.164	1,1%	3,0%
2008	428.674.657	1,8%	5,0%
2009	316.972.588	1,4%	4,1%
2010	410.493.514	1,5%	4,6%
2011	467.960.531	1,5%	4,3%
2012	505.606.278	1,6%	4,6%
2013	545.377.451	1,5%	4,1%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das Desonerações do ICMS - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ICMS Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	179.207.963	1,3%	3,7%
2004	236.332.638	1,5%	3,8%
2005	310.331.362	1,8%	5,3%
2006	463.502.786	2,6%	7,5%
2007	414.434.416	2,1%	5,9%
2008	383.392.602	1,6%	4,5%
2009	430.639.347	1,9%	5,6%
2010	691.099.961	2,6%	7,7%
2011	810.433.319	2,7%	7,5%
2012	1.000.739.115	3,1%	9,0%
2013	1.190.171.680	3,2%	9,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo da evolução das estimativas das desonerações do IPVA

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>	<b>% do IPVA / IPVA Potencial</b>
2003	623.841.203	147.287.025	771.128.228	19,1%
2004	623.681.781	178.483.043	802.164.824	22,3%
2005	707.129.668	215.446.717	922.576.385	23,4%
2006	796.162.951	240.416.313	1.036.579.264	23,2%
2007	895.639.360	274.152.820	1.169.792.180	23,4%
2008	1.040.427.308	347.478.028	1.387.905.337	25,0%
2009	1.518.319.262	388.466.879	1.906.786.141	20,4%
2010	1.501.498.548	447.141.817	1.948.640.365	22,9%
2011	1.679.225.874	519.938.576	2.199.164.450	23,6%
2012	1.904.310.134	600.613.380	2.504.923.514	24,0%
2013	2.038.930.196	667.441.782	2.706.371.977	24,7%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	147.287.025	19,1%	100,0%
2004	178.483.043	22,3%	100,0%
2005	215.446.717	23,4%	100,0%
2006	240.416.313	23,2%	100,0%
2007	274.152.820	23,4%	100,0%
2008	347.478.028	25,0%	100,0%
2009	388.466.879	20,4%	100,0%
2010	447.141.817	22,9%	100,0%
2011	519.938.576	23,6%	100,0%
2012	600.613.380	24,0%	100,0%
2013	667.441.782	24,7%	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA - Imunidades

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	10.317.852	1,3%	7,0%
2004	11.407.007	1,4%	6,4%
2005	13.270.471	1,4%	6,2%
2006	15.062.963	1,5%	6,3%
2007	16.393.548	1,4%	6,0%
2008	19.282.997	1,4%	5,5%
2009	23.993.501	1,3%	6,2%
2010	25.625.466	1,3%	5,7%
2011	27.728.957	1,3%	5,3%
2012	30.694.368	1,2%	5,1%
2013	30.724.087	1,1%	4,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA - Isenções

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	84.806.340	11,0%	57,6%
2004	106.616.498	13,3%	59,7%
2005	124.814.556	13,5%	57,9%
2006	145.476.050	14,0%	60,5%
2007	170.898.062	14,6%	62,3%
2008	214.513.832	15,5%	61,7%
2009	263.240.471	13,8%	67,8%
2010	321.796.667	16,5%	72,0%
2011	375.225.515	17,1%	72,2%
2012	436.916.913	17,4%	72,7%
2013	509.449.619	18,8%	76,3%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA - Descontos da Lei do Bom Motorista

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	30.889.858	4,0%	21,0%
2004	38.362.259	4,8%	21,5%
2005	46.398.723	5,0%	21,5%
2006	47.347.539	4,6%	19,7%
2007	52.180.688	4,5%	19,0%
2008	83.494.220	6,0%	24,0%
2009	73.799.147	3,9%	19,0%
2010	73.457.026	3,8%	16,4%
2011	86.568.047	3,9%	16,6%
2012	97.828.132	3,9%	16,3%
2013	103.197.534	3,8%	15,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA - Descontos por Antecipação do Imposto

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% IPVA Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	21.272.975	2,8%	14,4%
2004	22.097.278	2,8%	12,4%
2005	30.962.968	3,4%	14,4%
2006	32.529.760	3,1%	13,5%
2007	34.680.522	3,0%	12,7%
2008	30.186.979	2,2%	8,7%
2009	27.433.761	1,4%	7,1%
2010	26.262.657	1,3%	5,9%
2011	30.416.057	1,4%	5,8%
2012	35.173.966	1,4%	5,9%



2013

24.070.542

0,9%

3,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

**Demonstrativo da evolução das estimativas das desonerações do ITCD**

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ITCD Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>	<b>% do ITCD / ITCD Potencial</b>
2003	62.320.772	20.918.983	83.239.754	25,1%
2004	63.756.325	21.706.002	85.462.327	25,4%
2005	65.048.630	22.652.376	87.701.006	25,8%
2006	62.576.448	22.929.629	85.506.077	26,8%
2007	66.661.619	24.489.345	91.150.964	26,9%
2008	70.504.894	23.221.949	93.726.843	24,8%
2009	87.276.807	23.877.336	111.154.143	21,5%
2010	281.097.159	97.397.742	378.494.900	25,7%
2011	250.288.403	71.977.076	322.265.479	22,3%
2012	232.619.981	61.425.122	294.045.103	20,9%
2013	362.000.281	133.957.035	495.957.316	27,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

**Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD**

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ITCD Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	20.918.983	25,1%	100,0%
2004	21.706.002	25,4%	100,0%
2005	22.652.376	25,8%	100,0%
2006	22.929.629	26,8%	100,0%
2007	24.489.345	26,9%	100,0%
2008	23.221.949	24,8%	100,0%
2009	23.877.336	21,5%	100,0%
2010	97.397.742	25,7%	100,0%
2011	71.977.076	22,3%	100,0%
2012	61.425.122	20,9%	100,0%



2013

133.957.035

27,0%

100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD - Imunidades

Ano	Desoneração	% ITCD Potencial	% Desonerações
2003	633.732	0,8%	3,0%
2004	657.574	0,8%	3,0%
2005	686.244	0,8%	3,0%
2006	694.644	0,8%	3,0%
2007	800.689	0,9%	3,3%
2008	936.356	1,0%	4,0%
2009	1.183.077	1,1%	5,0%
2010	3.790.429	1,0%	3,9%
2011	3.335.925	1,0%	4,6%
2012	2.159.520	0,7%	3,5%
2013	2.344.188	0,5%	1,7%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD - Não-Incidência

Ano	Desoneração	% ITCD Potencial	% Desonerações
2003	350.034	0,4%	1,7%
2004	363.204	0,4%	1,7%
2005	379.039	0,4%	1,7%
2006	383.678	0,4%	1,7%
2007	468.903	0,5%	1,9%
2008	657.703	0,7%	2,8%
2009	660.141	0,6%	2,8%
2010	1.300.175	0,3%	1,3%
2011	849.930	0,3%	1,2%



2012	1.804.203	0,6%	2,9%
2013	714.382	0,1%	0,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD - Isenções

<b>Ano</b>	<b>Desoneração</b>	<b>% ITCD Potencial</b>	<b>% Desonerações</b>
2003	19.935.216	23,9%	95,3%
2004	20.685.224	24,2%	95,3%
2005	21.587.093	24,6%	95,3%
2006	21.851.307	25,6%	95,3%
2007	23.219.753	25,5%	94,8%
2008	21.627.889	23,1%	93,1%
2009	22.034.118	19,8%	92,3%
2010	92.307.138	24,4%	94,8%
2011	67.791.222	21,0%	94,2%
2012	57.461.399	19,5%	93,5%
2013	130.898.465	26,4%	97,7%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

## **11. A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2015**

A regionalização do Orçamento público está prevista na Constituição Estadual, no art. 149, § 8º:

Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Segundo os preceitos constitucionais, a regionalização é um instrumento de controle da distribuição de renda. Além disso, a equidade ou a justa partição dos recursos públicos deve ser o critério orientador do gestor para as ações públicas. Dessa forma, a combinação de critérios de equidade e de justiça é a melhor maneira de programar a distribuição dos recursos, no intuito de reduzir as desigualdades regionais. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) menos desenvolvidos devem receber maior fatia de recursos de tributos. A promoção da igualdade entre as regiões faz a diferença.

A regionalização das receitas e despesas do Orçamento Público Estadual de 2015 é apresentada por COREDE. Trata-se de um nível de agregação que permite uma melhor análise da distribuição dos recursos por região. Assim, os dados que munem as informações são capturados e agrupados por municípios que compõem os 28 COREDEs.

Ressalva-se que nem todas as receitas ou despesas são passíveis de regionalização. Em uma operação de crédito, por exemplo, não há uma origem identificável da receita. Já no lado da despesa, torna-se difícil identificar o destino do pagamento do serviço da dívida, uma vez que a maior parte das amortizações encontra-se securitizada junto à União, sendo impossível identificar os seus recebedores.

É importante destacar que a peça orçamentária não está sendo elaborada por regiões do Estado, ou seja, os programas não estão alocados na sua origem. A Regionalização é um trabalho à parte: toma-se como base o orçamento executado das receitas e despesas do ano anterior e locam-se os valores na proposta orçamentária do ano subsequente. Ou seja, a Regionalização da proposta do orçamento de 2015 é resultado da destinação efetiva dada às receitas e às despesas do ano de 2013.

### 11.1 A População Gaúcha e o Produto Interno Bruto

A distribuição da população de uma unidade administrativa guarda, normalmente, uma estreita relação com as atividades produtivas e, conseqüentemente, com a geração de riquezas, influenciando sobre os critérios de alocação dos produtos e serviços ofertados pelas diversas esferas governamentais.

Segundo estimativa da FEE/RS, em 2013, o Rio Grande do Sul possuía uma população de 10.841.802 habitantes. A distribuição dessa população nos 28 COREDEs varia de 99.437 habitantes (Campos de Cima da Serra) a 2.457.735 habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí). Dentre os COREDEs, 12 possuem menos de 200 mil habitantes e apenas cinco têm mais de 500 mil habitantes, sendo que dois possuem mais de 1 milhão de habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos).

O Produto Interno Bruto (PIB) dos COREDEs, de 2013, foi ajustado com base no PIB municipal 2011 e na estimativa preliminar do PIB do Rio Grande do Sul de 2013, de R\$ 312,0 bilhões, da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), variando de R\$ 2,0 bilhões (Vale do Jaguari) a R\$ 83,9 bilhões (Metropolitano Delta do Jacuí).

Considerando a participação percentual da população dos COREDEs e a participação percentual do PIB dos COREDEs, no total do RS, pode-se observar que, na medida em que aumenta a participação percentual da população no total do RS, aumenta também a participação percentual do PIB. Em 2013, a média do PIB *per capita* do Estado é de R\$ 28.774.

No entanto, há COREDEs que produzem proporcionalmente mais PIB com menos população. É o caso dos COREDEs Serra, Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí, sendo os valores do PIB *per capita* mais elevados do que os demais. Entre os 28 Conselhos, os valores do PIB *per capita* variam de R\$ 16.025 (COREDE Litoral) a R\$ 39.103 (COREDE Serra). A diferença entre o maior e o menor PIB *per capita* é superior a quase duas vezes e meia.

Adiante, mostram-se os números populacionais do Estado do Rio Grande do Sul e o percentual em relação ao total dos COREDEs, assim como o Produto Interno Bruto e o percentual em relação ao total dos COREDEs e o Produto Interno Bruto *per capita*, estimados para o ano de 2013.

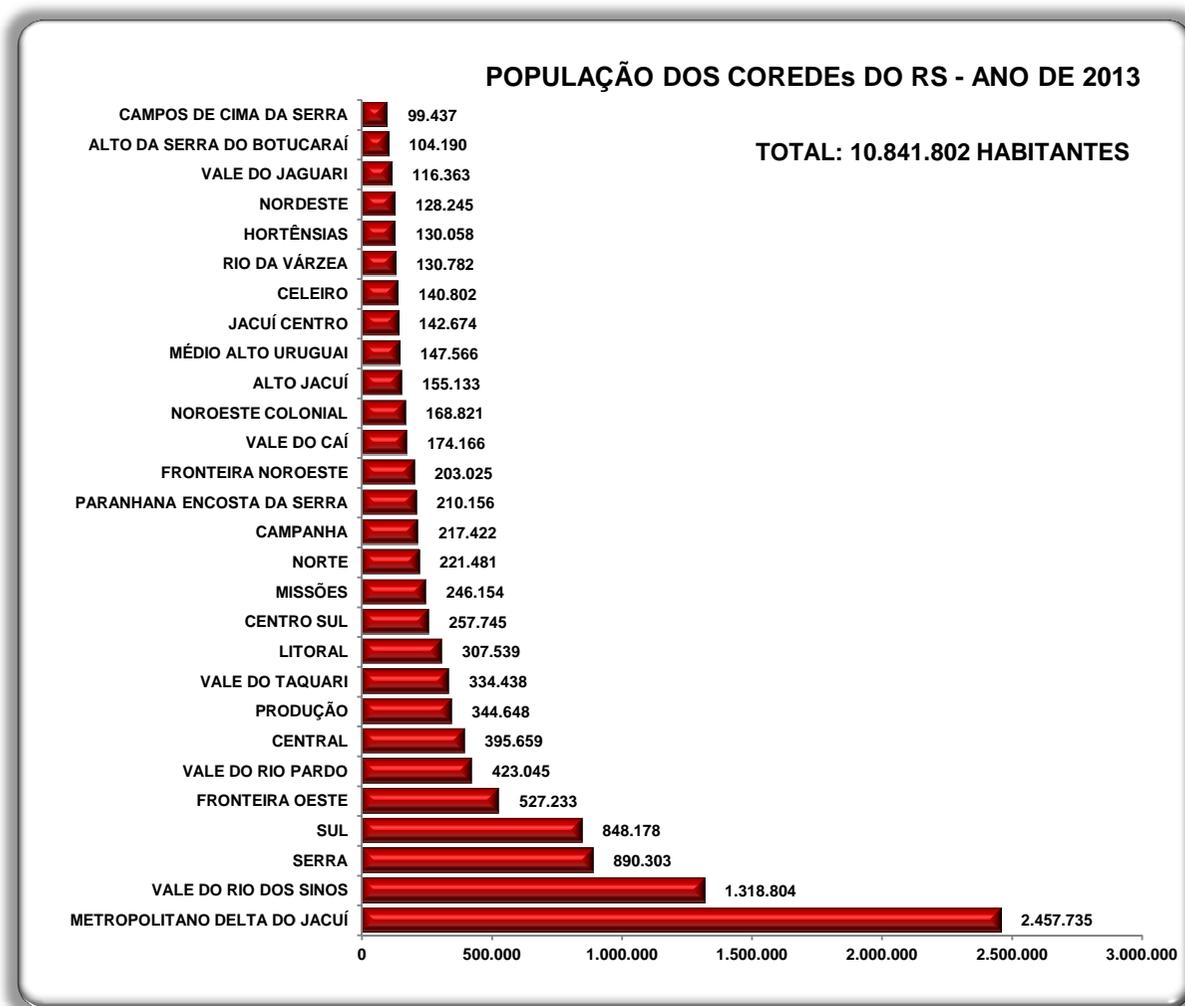


Distribuição dos COREDEs por população, PIB e PIB *per capita*

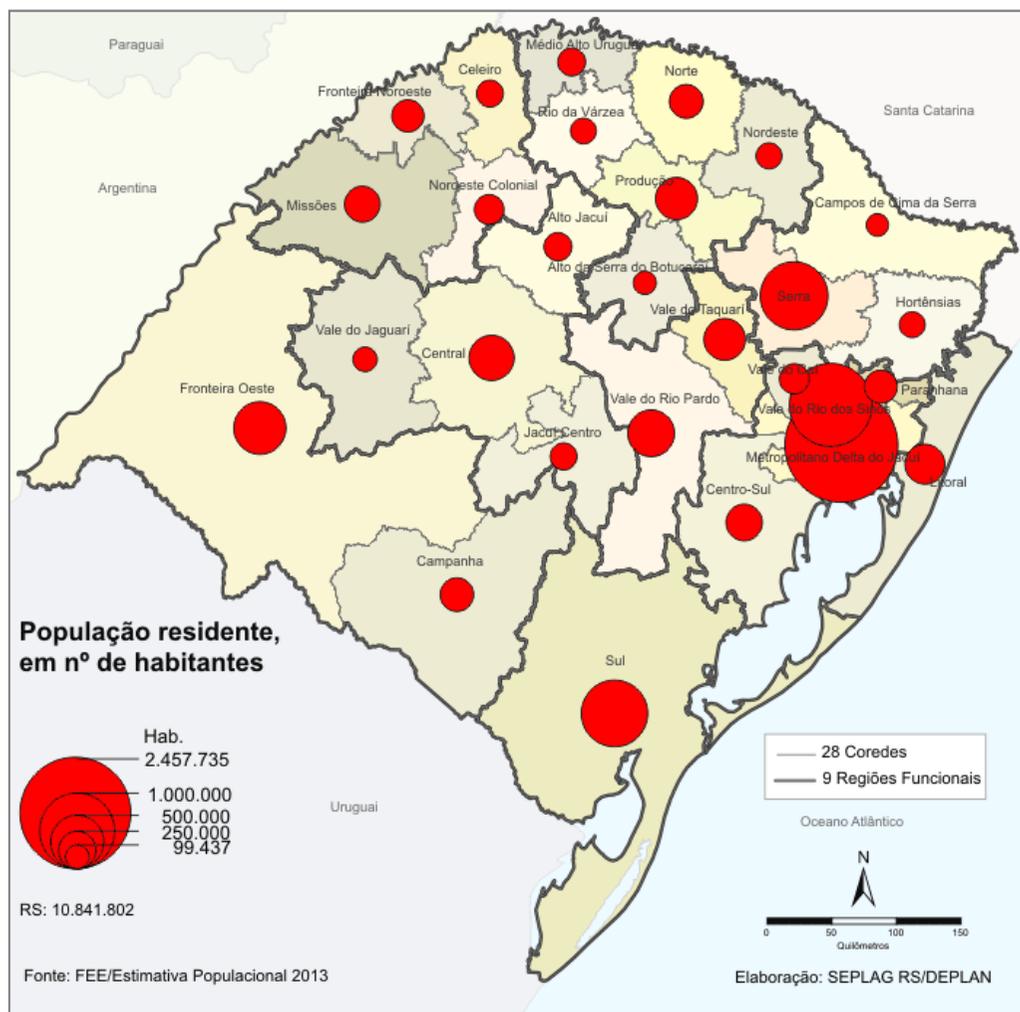
REGIÃO FUNCIONAL	NOME DOS COREDES	NÚMERO MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2013	% SOBRE POPULAÇÃO	PIB 2013	% SOBRE PIB	PIB PER CAPITA 2013
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	16	104.190	0,96	2.087.578.192	0,67	20.036
8	ALTO JACUÍ	14	155.133	1,43	5.799.960.591	1,86	37.387
6	CAMPANHA	7	217.422	2,01	4.055.008.318	1,30	18.650
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	10	99.437	0,92	2.546.595.556	0,82	25.610
7	CELEIRO	21	140.802	1,30	2.775.985.361	0,89	19.716
8	CENTRAL	19	395.659	3,65	8.605.981.102	2,76	21.751
1	CENTRO SUL	17	257.745	2,38	4.885.810.543	1,57	18.956
7	FRONTEIRA NOROESTE	20	203.025	1,87	5.408.834.859	1,73	26.641
6	FRONTEIRA OESTE	13	527.233	4,86	11.229.196.233	3,60	21.298
3	HORTÊNSIAS	7	130.058	1,20	2.644.643.757	0,85	20.334
8	JACUÍ CENTRO	7	142.674	1,32	2.792.196.444	0,90	19.570
4	LITORAL	21	307.539	2,84	4.928.310.056	1,58	16.025
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	22	147.566	1,36	2.910.930.276	0,93	19.726
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10	2.457.735	22,67	83.912.613.260	26,90	34.142
7	MISSÕES	25	246.154	2,27	5.637.253.447	1,81	22.901
9	NORDESTE	19	128.245	1,18	3.362.812.336	1,08	26.222
7	NOROESTE COLONIAL	11	168.821	1,56	5.197.837.266	1,67	30.789
9	NORTE	32	221.481	2,04	6.328.419.015	2,03	28.573
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	10	210.156	1,94	4.233.311.461	1,36	20.144
9	PRODUÇÃO	21	344.648	3,18	11.143.039.122	3,57	32.332
9	RIO DA VÁRZEA	20	130.782	1,21	3.090.013.907	0,99	23.627
3	SERRA	32	890.303	8,21	34.813.938.644	11,16	39.103
5	SUL	22	848.178	7,82	21.270.761.622	6,82	25.078
1	VALE DO CAÍ	19	174.166	1,61	4.612.843.218	1,48	26.485
8	VALE DO JAGUARI	9	116.363	1,07	2.016.492.945	0,65	17.329
1	VALE DO RIO DOS SINOS	14	1.318.804	12,16	43.198.228.517	13,85	32.756
2	VALE DO RIO PARDO	23	423.045	3,90	12.403.571.845	3,98	29.320
2	VALE DO TAQUARI	36	334.438	3,08	10.070.270.275	3,23	30.111
<b>TOTAL</b>		<b>497</b>	<b>10.841.802</b>	<b>100,00</b>	<b>311.962.438.168</b>	<b>100,00</b>	<b>28.774</b>

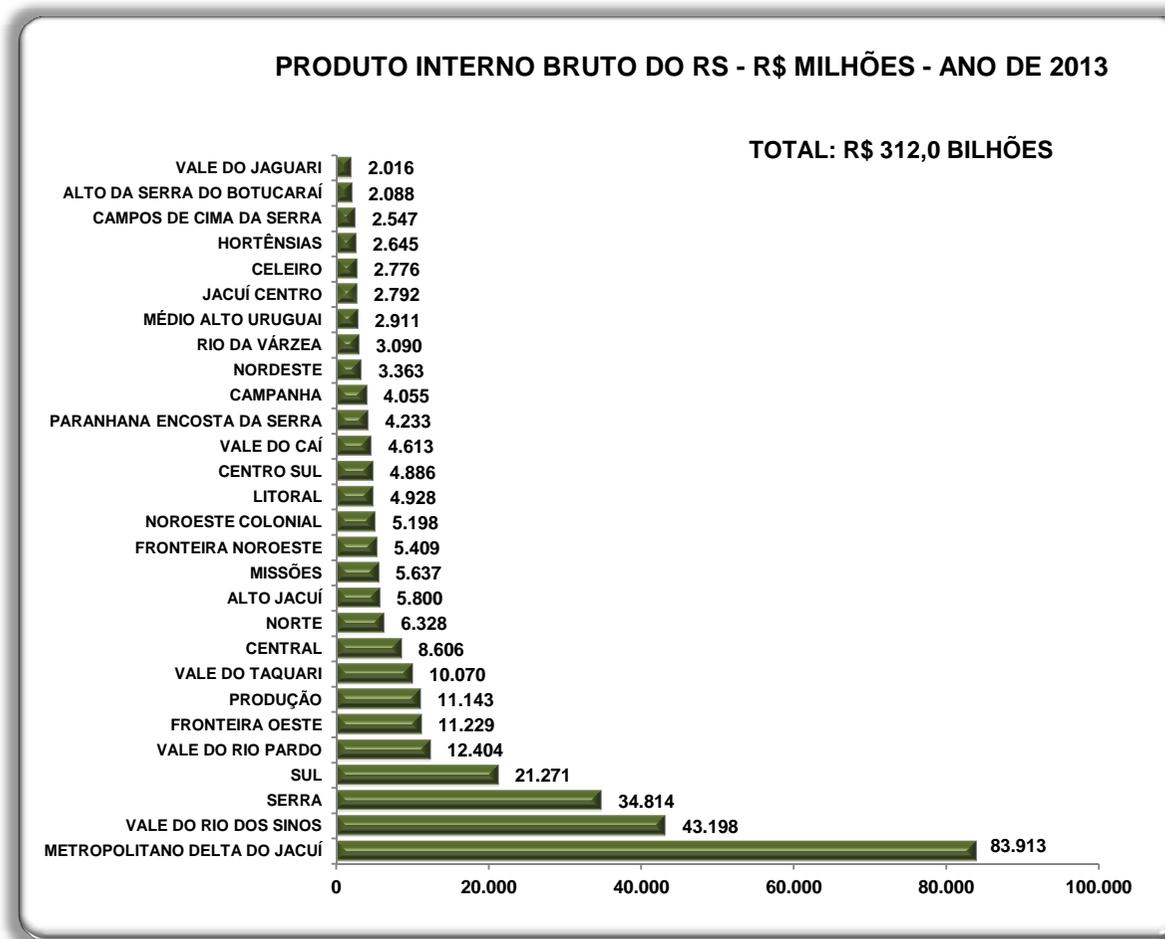
Fonte: FEE/RS (estimativa populacional e estimativa do PIB para 2013).

Nota 1: O PIB dos COREDEs de 2013 foi ajustado com base nos PIBs municipais de 2011 e na estimativa preliminar do PIB do RS de 2013.

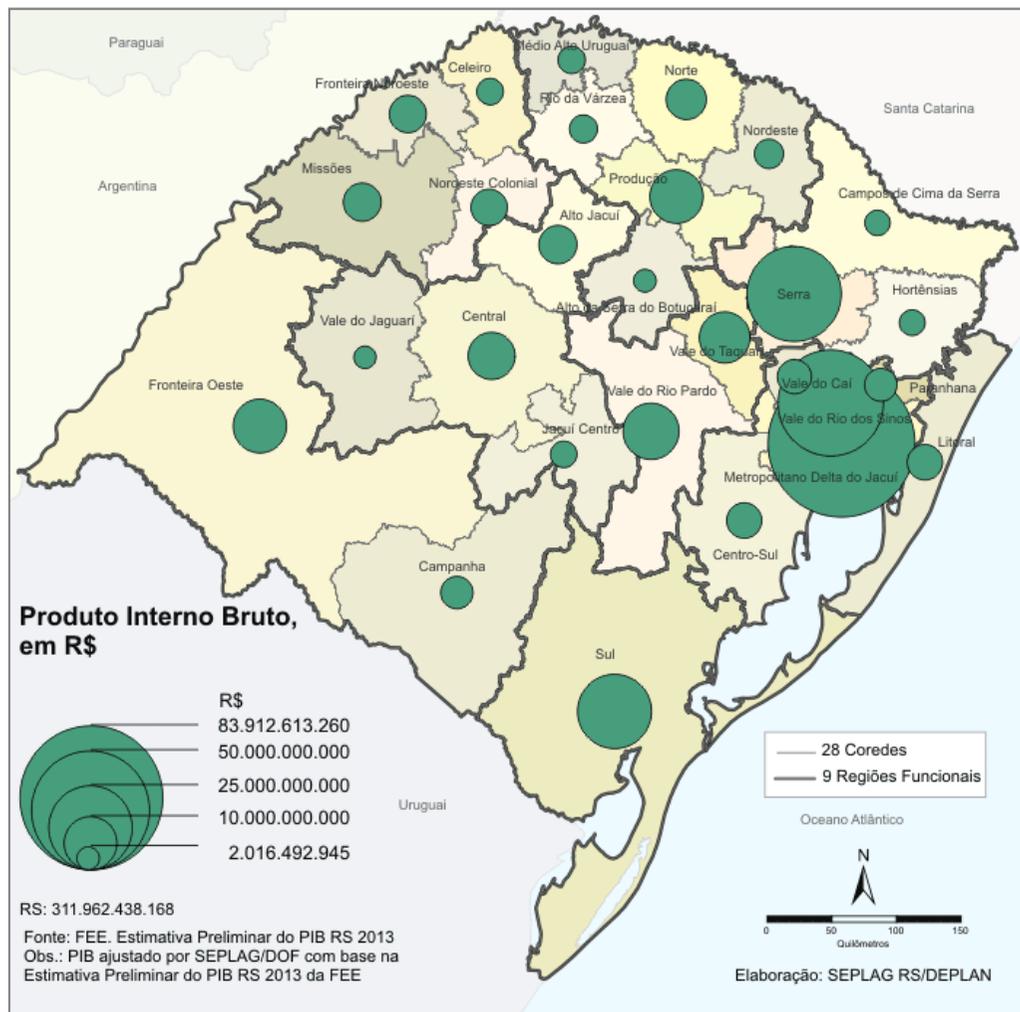


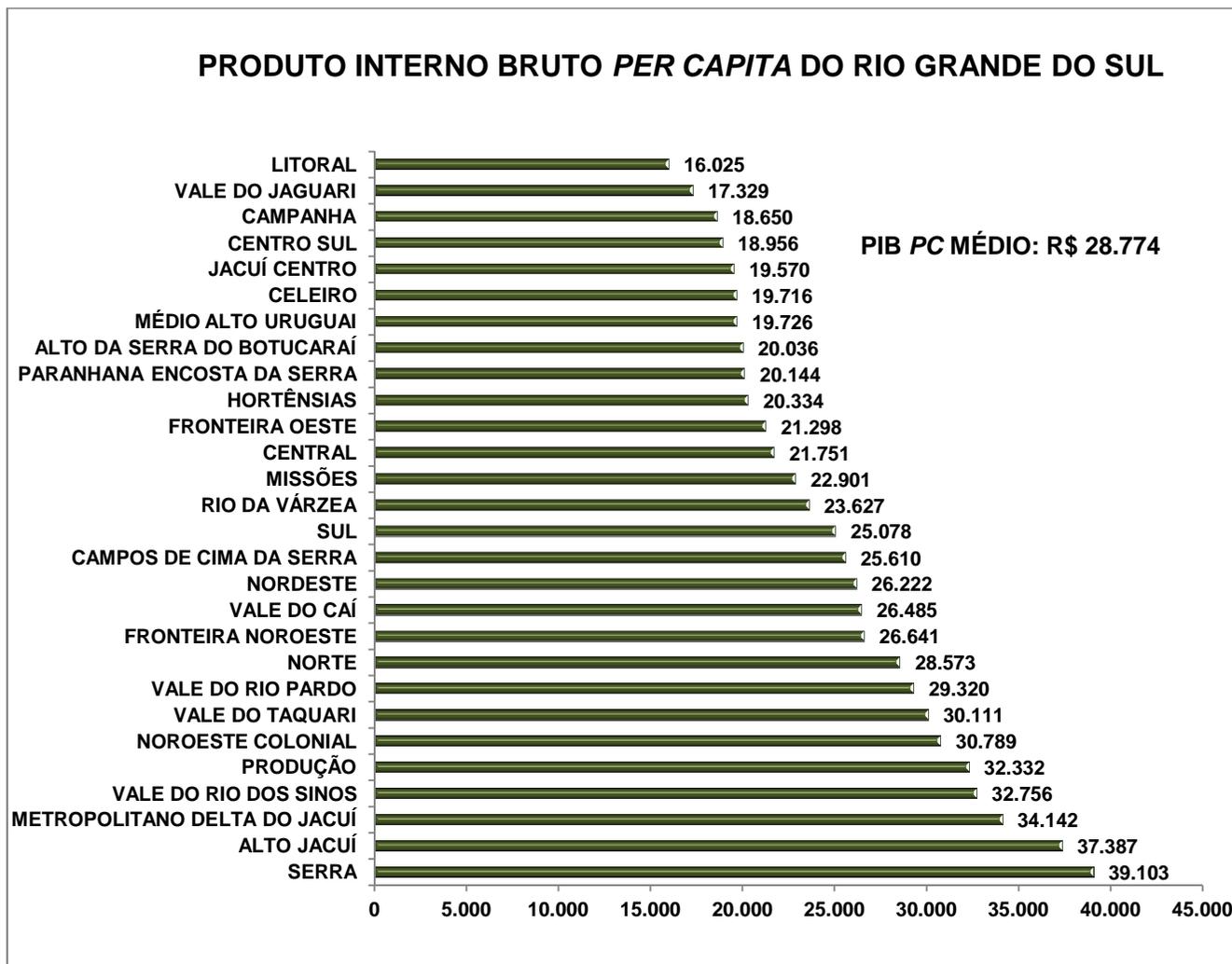
Fonte: FEE/RS (estimativa populacional para 2013).





Fonte: FEE/RS (estimativa do PIB para 2013).





Fonte: FEE/RS (estimativa populacional e do PIB para 2013).

## **11.2 A Regionalização da Receita Pública Estadual**

As receitas da proposta orçamentária de 2015 atingem o montante de R\$ 47,98 bilhões, já deduzidas as Receitas Correntes Intraorçamentárias, que é dupla contagem contábil, de R\$ 9,41 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 10,32 bilhões (R\$ 7,75 bilhões das Demais Receitas Correntes e R\$ 2,57 bilhão das Receitas de Capital).

As receitas são os recursos arrecadados pelo Estado, que serão utilizados no pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, na promoção do desenvolvimento e na redistribuição da renda, bem como em suas atividades típicas, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços para a população.

O ICMS é o principal tributo arrecadado pelo Estado, representando 60,8% da receita total, sendo que 25% dos valores transferidos aos Municípios e 20% para o fundo da educação básica (FUNDEB). O IPVA representa 5,1% da receita total, sendo que 50% da sua arrecadação pertencem aos municípios e 20% para o FUNDEB. O Imposto de Renda totaliza 3,7% e as Contribuições 5,9% da receita total.

A fórmula de regionalização do ICMS e do IPVA tomou por base os mesmos índices de retorno desses impostos aos municípios, efetivado em 2013. Já o Imposto de Renda e a Receita de Contribuições foram distribuídos proporcionalmente à previsão de despesas de Pessoal em cada um dos municípios do Estado. Os valores dessas rubricas foram calculados para os 497 municípios gaúchos e, finalmente, agregados aos 28 COREDEs estaduais.

A maior parte da receita está concentrada nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Juntos representam 72,8% de toda a receita arrecadada regionalizada. Nesses três COREDEs concentram-se 79,7% da arrecadação de ICMS e de 54,2% da participação na arrecadação de IPVA, Imposto de Renda e Contribuições.

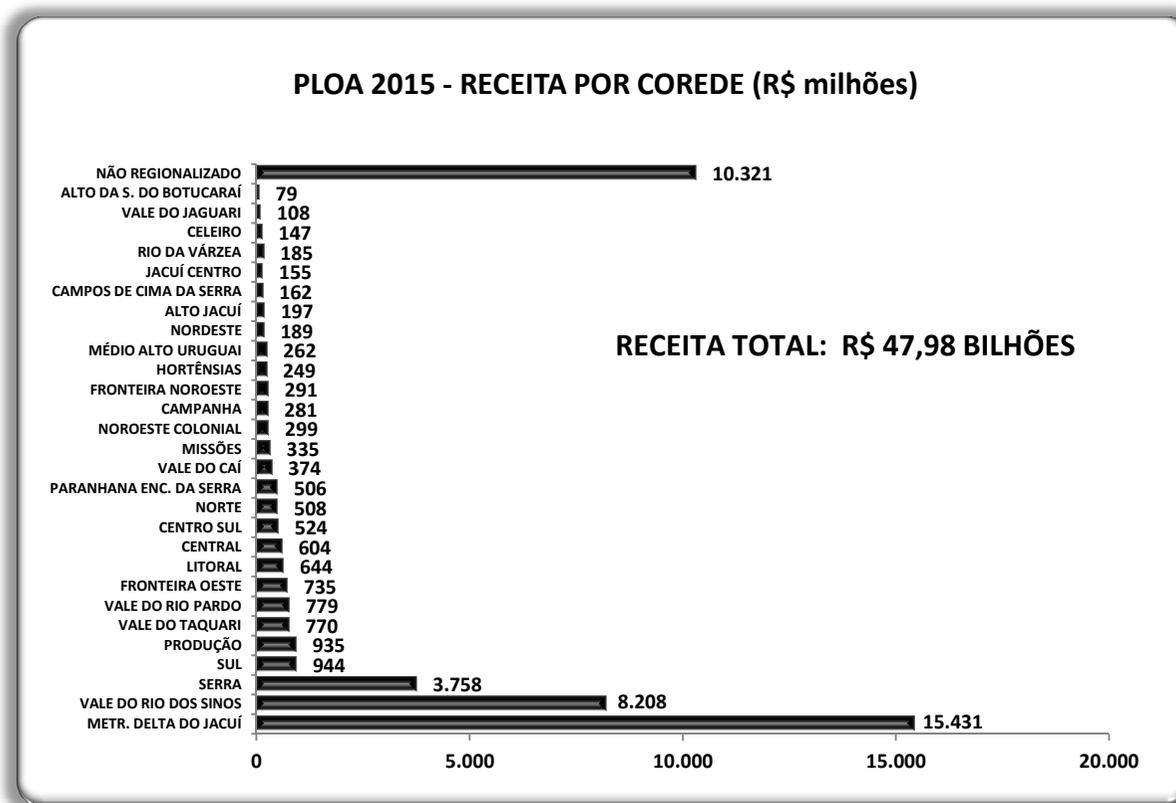


**Demonstrativo da Receita Total da PLOA 2015**

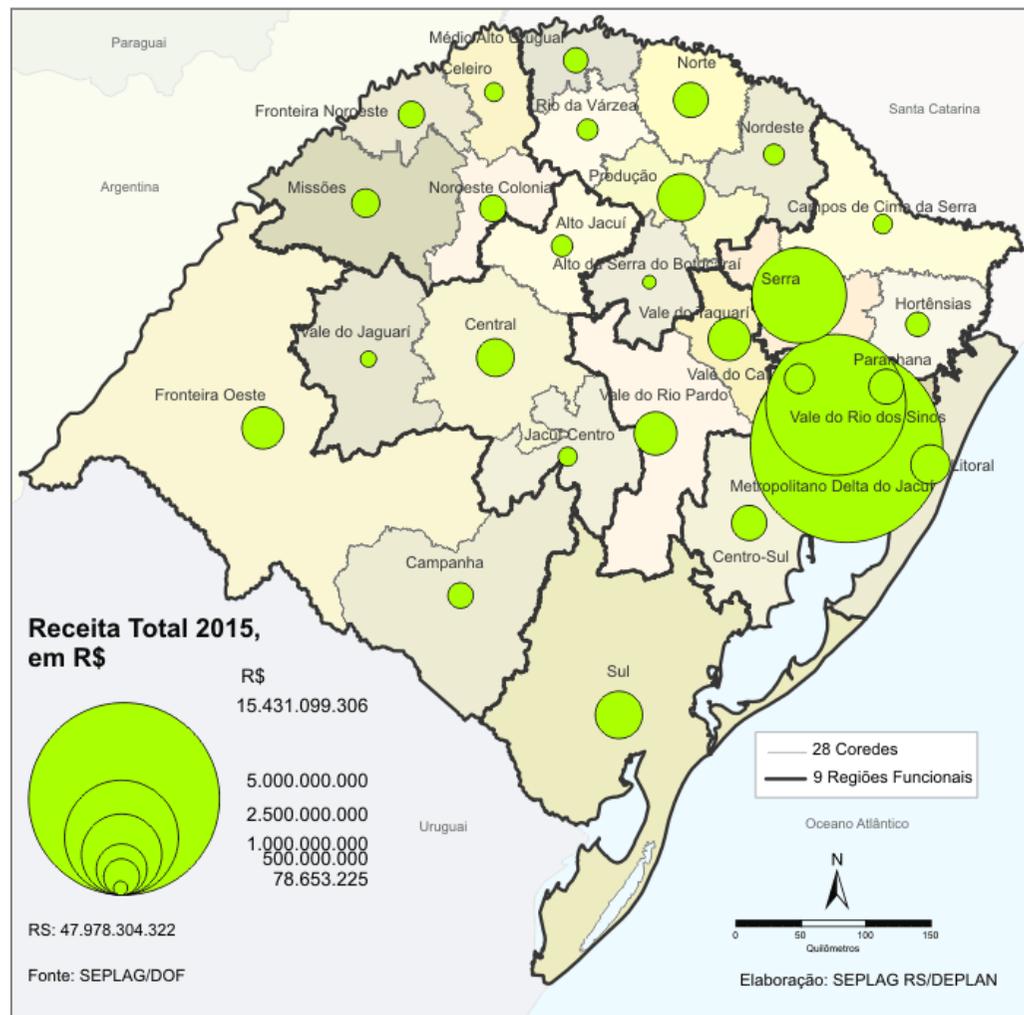
RF	COREDE	ICMS	IPVA	IR	CONTRIBUIÇÕES	IPÍ	SUS	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	19.052.497	16.076.609	12.252.057	19.751.968	4.651.534	6.868.560	-	-	78.653.225	755
8	ALTO JACUÍ	75.389.557	37.005.521	19.664.292	31.701.490	9.626.880	23.612.940	-	-	197.000.679	1.270
6	CAMPANHA	114.855.883	34.403.784	31.409.747	50.636.747	8.594.183	40.618.476	-	-	280.518.819	1.290
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.745.334	19.276.279	13.487.035	21.742.919	6.373.478	15.486	-	-	161.640.530	1.626
7	CELEIRO	63.584.622	19.432.076	16.215.063	26.140.868	6.662.892	15.235.866	-	-	147.271.387	1.046
8	CENTRAL	272.959.495	86.405.457	72.664.153	117.144.413	12.929.015	41.610.665	-	-	603.713.199	1.526
1	CENTRO SUL	390.798.570	33.975.183	25.333.337	40.840.755	10.001.382	22.679.983	-	-	523.629.210	2.032
7	FRONTEIRA NOROESTE	161.019.021	38.907.392	24.232.633	39.066.271	9.917.118	18.014.018	-	-	291.156.453	1.434
6	FRONTEIRA OESTE	366.717.609	77.413.195	71.952.935	115.997.833	20.011.771	82.815.802	-	-	734.909.144	1.394
3	HORTÊNSIAS	173.965.791	35.177.982	12.407.208	20.002.093	5.146.642	2.341.783	-	-	249.041.499	1.915
8	JACUÍ CENTRO	70.162.309	21.405.961	21.003.366	33.860.258	5.203.315	3.798.039	-	-	155.433.249	1.089
4	LITORAL	404.770.275	61.178.593	46.681.314	75.256.573	12.565.580	43.444.472	-	-	643.896.806	2.094
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	160.558.835	23.398.696	19.358.728	31.208.880	6.985.373	20.967.229	-	-	262.477.739	1.779
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	12.479.646.327	642.460.978	818.645.020	1.319.766.159	94.163.397	76.417.426	-	-	15.431.099.306	6.279
7	MISSÕES	152.317.467	41.130.750	35.580.334	57.360.296	11.146.281	37.112.600	-	-	334.647.728	1.360
9	NORDESTE	105.392.438	28.954.612	14.760.735	23.796.295	7.582.397	8.957.614	-	-	189.444.091	1.477
7	NOROESTE COLONIAL	157.326.957	38.287.359	18.827.366	30.352.253	8.786.263	45.840.974	-	-	299.421.171	1.774
9	NORTE	323.576.843	53.559.853	28.561.323	46.044.704	13.479.929	42.541.479	-	-	507.764.131	2.293
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	400.480.802	40.238.300	11.765.088	18.966.908	6.985.961	27.352.187	-	-	505.789.246	2.407
9	PRODUÇÃO	518.729.750	98.451.220	50.026.339	80.649.204	16.301.571	171.135.857	-	-	935.293.941	2.714
9	RIO DA VÁRZEA	101.236.306	23.785.125	15.079.127	24.309.585	6.815.185	13.379.892	-	-	184.605.220	1.412
3	SERRA	3.211.172.300	303.685.352	70.588.979	113.798.952	58.460.026	418.931	-	-	3.758.124.540	4.221
5	SUL	443.264.608	147.911.901	94.283.224	151.997.271	27.535.251	78.631.786	-	-	943.624.041	1.113
1	VALE DO CAÍ	243.720.571	43.356.241	18.648.600	30.064.057	10.828.258	27.360.864	-	-	373.978.590	2.147
8	VALE DO JAGUARI	23.149.768	17.277.452	19.606.117	31.607.705	4.711.235	11.881.462	-	-	108.233.741	930
1	VALE DO RIO DOS SINOS	7.555.233.244	304.616.246	91.077.816	146.829.720	58.181.178	51.861.842	-	-	8.207.800.046	6.224
2	VALE DO RIO PARDO	549.256.012	78.860.773	46.246.550	74.555.675	18.017.240	11.633.421	-	-	778.569.672	1.840
2	VALE DO TAQUARI	533.861.812	85.245.043	34.635.096	55.836.445	18.463.396	41.601.447	-	-	769.643.239	2.301
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>29.172.945.000</b>	<b>2.451.877.932</b>	<b>1.754.993.582</b>	<b>2.829.286.299</b>	<b>480.126.731</b>	<b>968.151.100</b>	-	-	<b>37.657.380.644</b>	
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		-	-	-	-	-	-	<b>7.746.008.282</b>	<b>2.574.915.396</b>	<b>10.320.923.678</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>29.172.945.000</b>	<b>2.451.877.932</b>	<b>1.754.993.582</b>	<b>2.829.286.299</b>	<b>480.126.731</b>	<b>968.151.100</b>	<b>7.746.008.282</b>	<b>2.574.915.396</b>	<b>47.978.304.322</b>	<b>4.425</b>

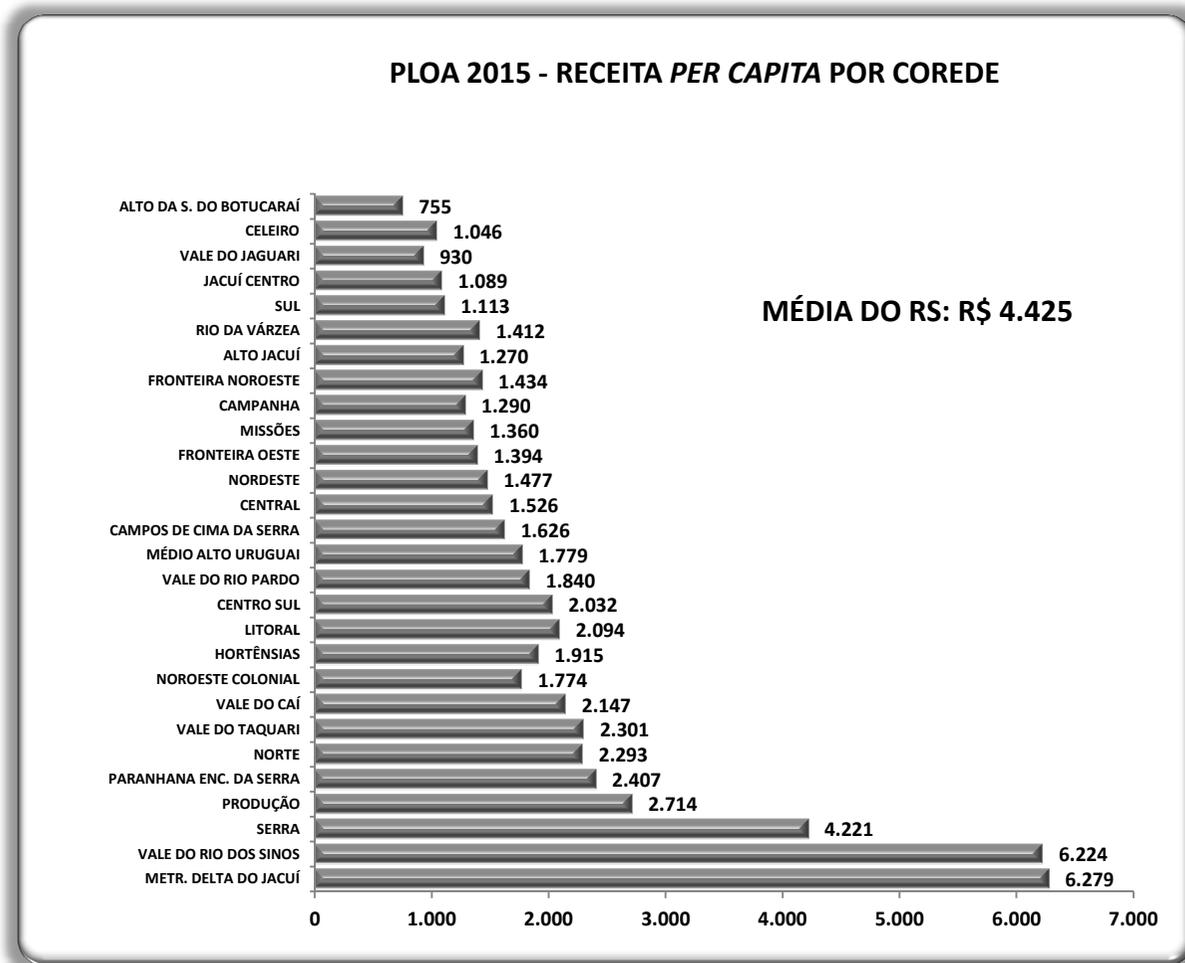
Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa Populacional para 2013).

Nota: As receitas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias, por representar dupla contagem contábil.



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa Populacional para 2013).

### **11.3 A Regionalização da Despesa Pública Estadual**

#### **11.3.1 As Despesas Totais**

O gasto fixado na proposta orçamentária de 2015 atinge a cifra de R\$ 47,98 bilhões, já descontadas as Despesas Correntes Intraorçamentárias, que é uma dupla contagem contábil, de R\$ 9,41 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 4,62 bilhões (R\$ 502 milhões de investimentos, R\$ 3,65 bilhões de Serviço da Dívida e R\$ 468 milhões de Reserva Orçamentária).

As rubricas passíveis de regionalização são as de Pessoal e Encargos Sociais, as despesas com a manutenção e custeio da máquina pública, as transferências da Gestão Plena do SUS e as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, além dos gastos com os investimentos amplos.

A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Os recursos da Gestão Plena do SUS e as transferências aos municípios foram apropriados segundo o critério de repartição realmente efetivada em 2013. Os valores dos investimentos amplos referem-se aos investimentos e às inversões financeiras, que já são regionalizados por ocasião da elaboração da peça orçamentária. Ressalva-se que os investimentos previstos pelas estatais, em 2015, estão alocados e regionalizados em capítulo separado.

Tendo em vista a sede administrativa do Estado estar localizada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí recebe parte maior dos recursos alocados no orçamento, tanto no pessoal, quanto na manutenção e custeio da máquina pública, nas transferências constitucionais e nos investimentos.

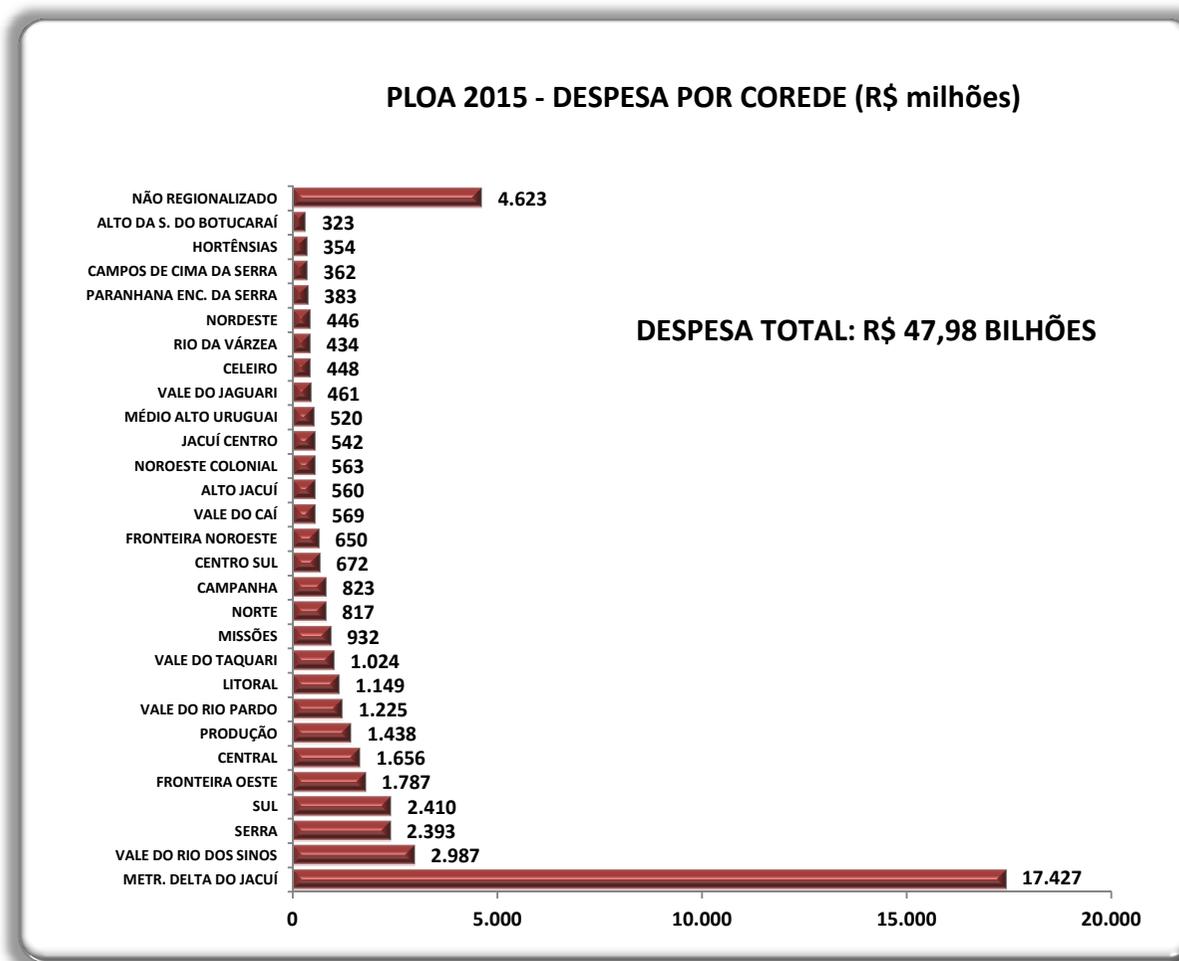


**Demonstrativo da Despesa Total da PLOA 2015**

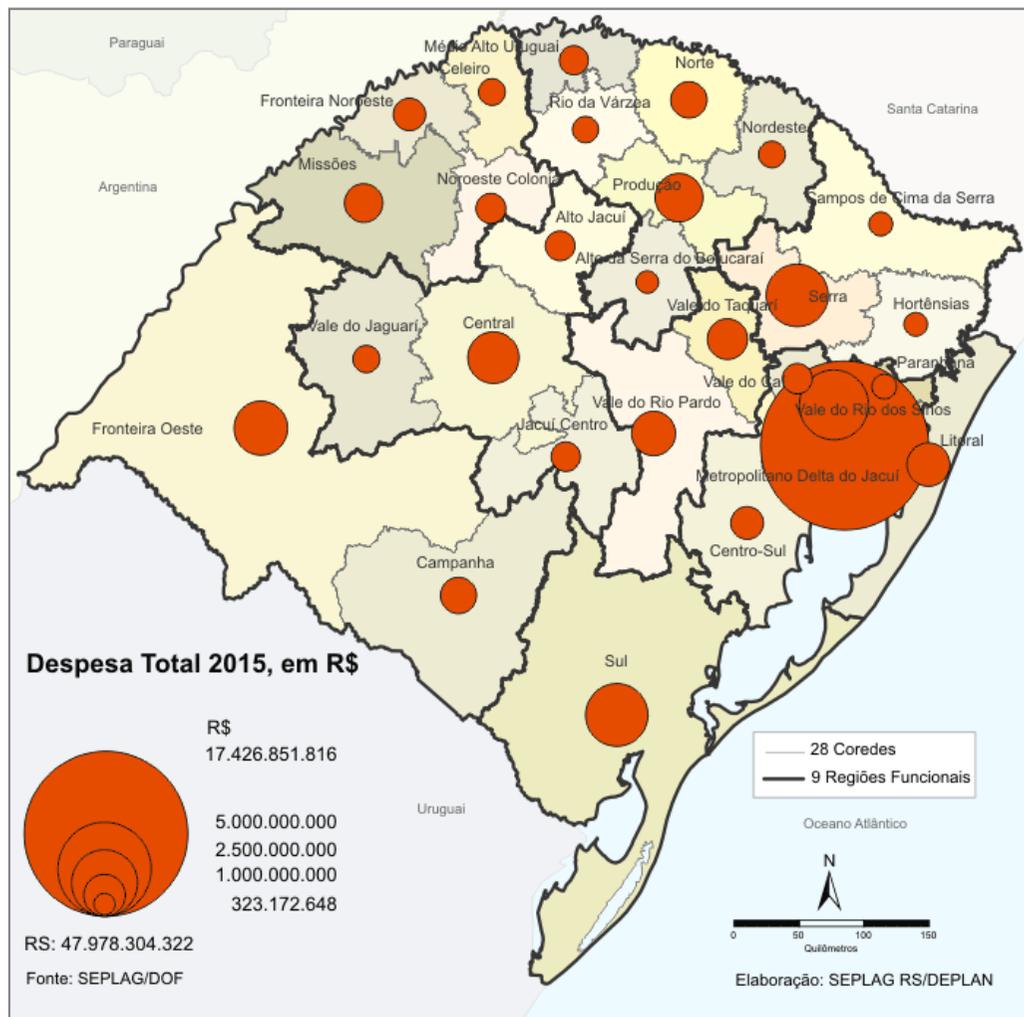
RF	COREDE	PESSOAL	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	GESTÃO PLENA SUS	MANUTENÇÃO E CUSTEIO	INVESTIMENTOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	RESERVA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA TOTAL	DESPESA TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	160.262.803	79.849.289	6.868.560	59.103.202	17.088.794	-	-	323.172.648	3.102
8	ALTO JACUÍ	253.828.286	167.192.772	23.612.940	93.609.148	21.837.806	-	-	560.080.951	3.610
6	CAMPANHA	408.143.339	149.954.725	40.618.476	150.518.884	73.765.804	-	-	823.001.228	3.785
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	175.446.402	108.098.062	15.486	64.702.750	13.900.953	-	-	362.163.654	3.642
7	CELEIRO	210.528.560	112.622.500	15.235.866	77.640.674	31.473.359	-	-	447.500.958	3.178
8	CENTRAL	944.507.044	242.811.023	41.610.665	348.324.062	79.125.650	-	-	1.656.378.443	4.186
1	CENTRO SUL	335.779.887	171.290.673	22.679.983	123.832.019	17.968.755	-	-	671.551.318	2.605
7	FRONTEIRA NOROESTE	317.509.228	172.612.667	18.014.018	117.093.996	25.116.062	-	-	650.345.971	3.203
6	FRONTEIRA OESTE	938.314.847	347.605.772	82.815.802	346.040.447	71.835.259	-	-	1.786.612.127	3.389
3	HORTÊNSIAS	163.151.091	97.051.604	2.341.783	60.168.371	30.986.292	-	-	353.699.141	2.720
8	JACUÍ CENTRO	273.165.162	91.011.685	3.798.039	100.740.380	73.598.595	-	-	542.313.862	3.801
4	LITORAL	618.165.359	224.295.728	43.444.472	227.972.751	34.833.580	-	-	1.148.711.889	3.735
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	251.549.338	119.702.775	20.967.229	92.768.697	35.091.570	-	-	520.079.608	3.524
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10.933.663.325	1.774.649.926	76.417.426	4.032.217.705	609.903.434	-	-	17.426.851.816	7.091
7	MISSÕES	466.093.394	192.691.504	37.112.600	171.890.242	64.176.037	-	-	931.963.778	3.786
9	NORDESTE	192.047.243	131.558.983	8.957.614	70.824.962	42.695.349	-	-	446.084.152	3.478
7	NOROESTE COLONIAL	247.974.926	154.870.617	45.840.974	91.450.492	22.748.585	-	-	562.885.594	3.334
9	NORTE	370.972.199	234.925.457	42.541.479	136.810.566	32.231.763	-	-	817.481.464	3.691
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	155.829.486	128.036.882	27.352.187	57.468.242	14.388.766	-	-	383.075.563	1.823
9	PRODUÇÃO	655.409.066	301.032.330	171.135.857	241.707.830	69.178.727	-	-	1.438.463.811	4.174
9	RIO DA VÁRZEA	196.835.796	117.153.367	13.379.892	72.590.929	34.236.648	-	-	434.196.633	3.320
3	SERRA	930.606.915	1.054.636.320	418.931	343.197.844	64.183.853	-	-	2.393.043.864	2.688
5	SUL	1.232.992.262	499.415.307	78.631.786	454.714.315	144.111.397	-	-	2.409.865.067	2.841
1	VALE DO CAÍ	243.172.842	188.945.164	27.360.864	89.679.535	19.472.337	-	-	568.630.741	3.265
8	VALE DO JAGUARI	254.473.138	81.385.865	11.881.462	93.846.962	19.698.720	-	-	461.286.147	3.964
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.201.856.567	1.050.581.065	51.861.842	443.231.805	239.241.839	-	-	2.986.773.119	2.265
2	VALE DO RIO PARDO	603.315.302	317.468.764	11.633.421	222.496.209	69.814.221	-	-	1.224.727.917	2.895
2	VALE DO TAQUARI	454.293.490	327.756.074	41.601.447	167.538.564	33.228.206	-	-	1.024.417.780	3.063
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>23.189.887.300</b>	<b>8.639.206.899</b>	<b>968.151.100</b>	<b>8.552.181.585</b>	<b>2.005.932.362</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43.355.359.246</b>	
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>502.060.296</b>	<b>3.652.622.856</b>	<b>468.261.924</b>	<b>4.622.945.077</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>23.189.887.300</b>	<b>8.639.206.899</b>	<b>968.151.100</b>	<b>8.552.181.585</b>	<b>2.507.992.658</b>	<b>3.652.622.856</b>	<b>468.261.924</b>	<b>47.978.304.322</b>	<b>4.425</b>

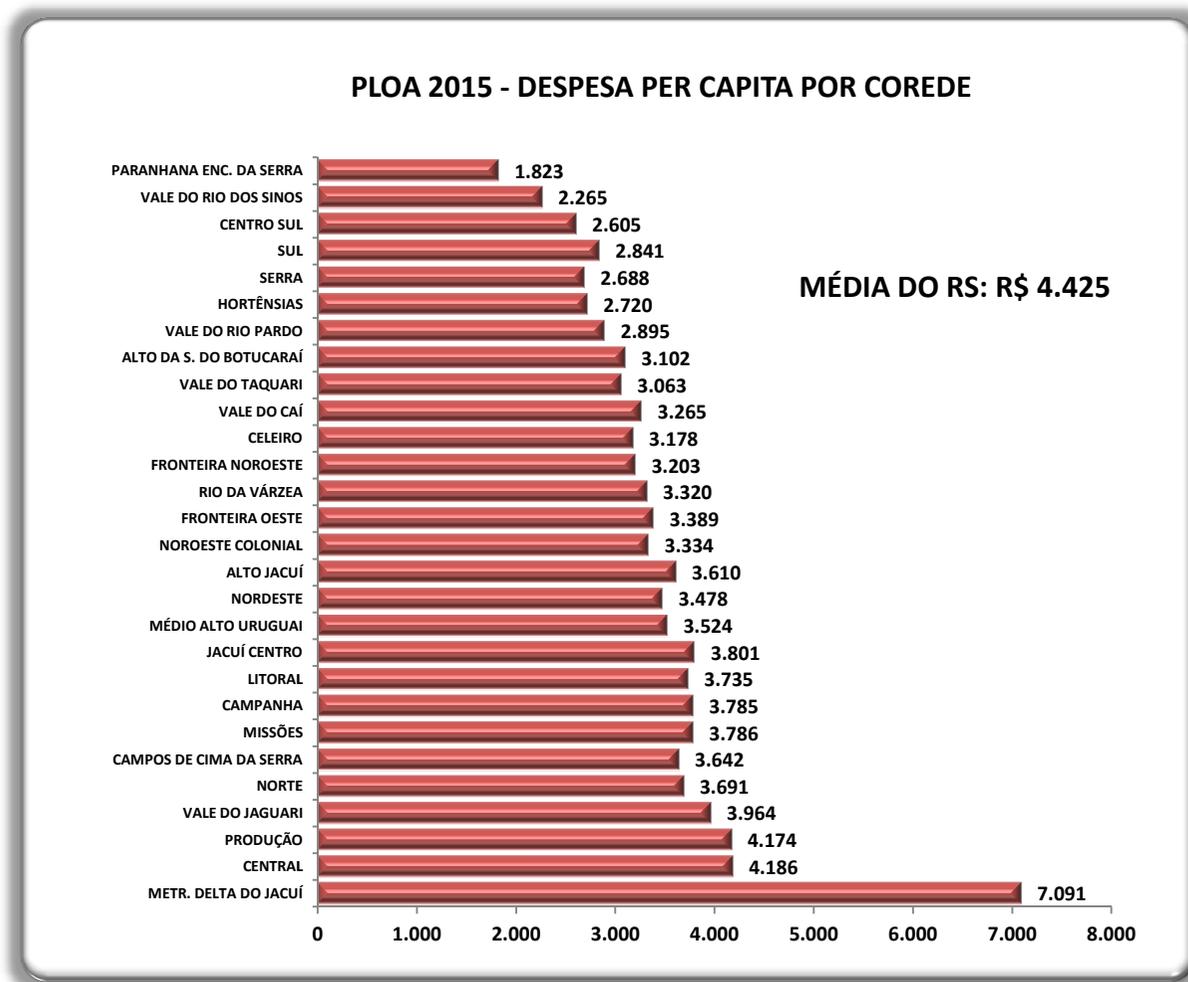
Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (estimativa Populacional para 2013).

Nota: As despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias, por representar dupla contagem contábil.



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).

### **11.3.2 As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**

As despesas do grupo de Pessoal Encargos Sociais são apresentadas pelos totais de cada COREDE e abertas por servidores ativos e inativos, representando 49,3% de ativos e 50,7% de inativos. A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho.

O COREDE com maior despesa nominal é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 10,93 bilhões, 47,1% do total do grupo. Ressalva-se, novamente, que a fatia é elevada porque a sede administrativa estadual está localizada nesse COREDE. O COREDE com menor despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 156 milhões, que representa 0,7% do total. Já o COREDE Rio da Várzea é aquele que apresenta o maior percentual de despesa com servidores ativos, em relação ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais, com 60,0%. Já o COREDE Central é o que tem o maior percentual de despesa com servidores inativos em relação ao grupo de Pessoal, com 58,5%.



Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais da PLOA 2015

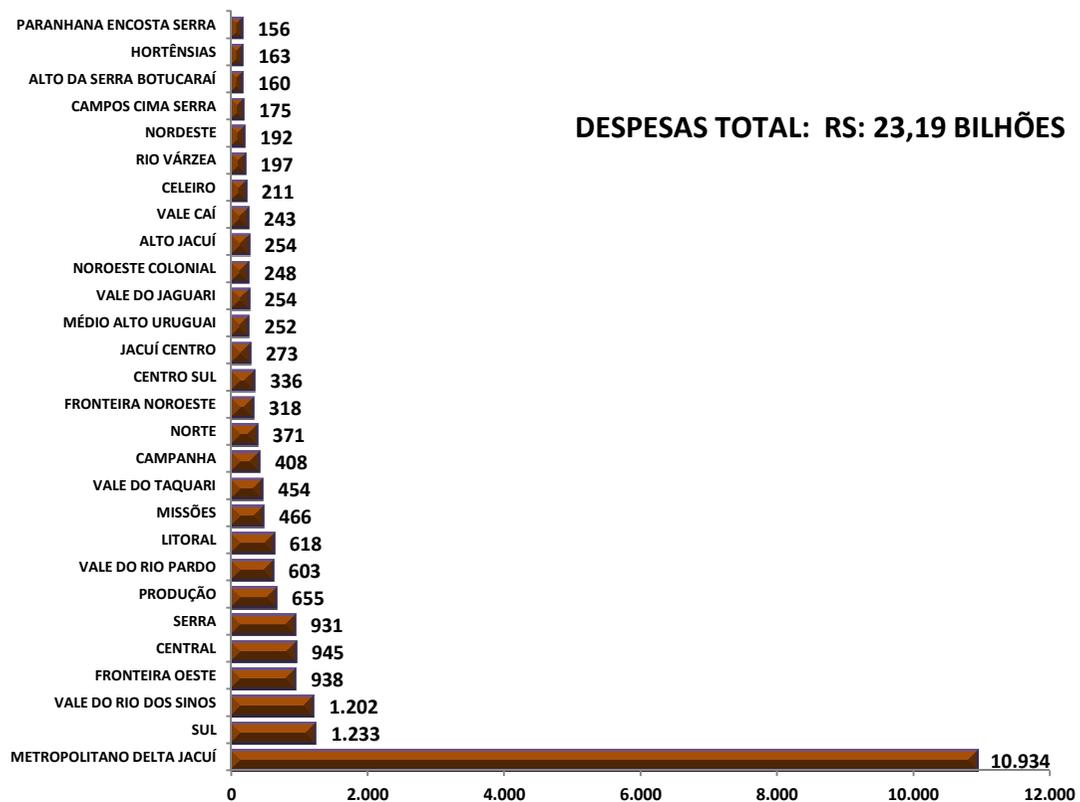
RF	COREDE	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	PESSOAL TOTAL	% DESPESA PESSOAL ATIVO	% DESPESA PESSOAL INATIVO
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	82.597.665	77.665.138	160.262.803	51,5	48,5
8	ALTO JACUÍ	136.527.327	117.300.959	253.828.286	53,8	46,2
6	CAMPANHA	170.128.919	238.014.421	408.143.339	41,7	58,3
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	83.033.932	92.412.470	175.446.402	47,3	52,7
7	CELEIRO	123.315.627	87.212.933	210.528.560	58,6	41,4
8	CENTRAL	392.053.016	552.454.028	944.507.044	41,5	58,5
1	CENTRO SUL	188.842.766	146.937.121	335.779.887	56,2	43,8
7	FRONTEIRA NOROESTE	171.942.526	145.566.702	317.509.228	54,2	45,8
6	FRONTEIRA OESTE	466.721.911	471.592.936	938.314.847	49,7	50,3
3	HORTÊNSIAS	77.782.946	85.368.144	163.151.091	47,7	52,3
8	JACUÍ CENTRO	117.118.466	156.046.696	273.165.162	42,9	57,1
4	LITORAL	277.237.250	340.928.109	618.165.359	44,8	55,2
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	144.783.520	106.765.818	251.549.338	57,6	42,4
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	5.484.389.057	5.449.274.268	10.933.663.325	50,2	49,8
7	MISSÕES	257.040.381	209.053.013	466.093.394	55,1	44,9
9	NORDESTE	96.565.264	95.481.979	192.047.243	50,3	49,7
7	NOROESTE COLONIAL	146.019.203	101.955.723	247.974.926	58,9	41,1
9	NORTE	189.077.049	181.895.150	370.972.199	51,0	49,0
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	79.877.972	75.951.515	155.829.486	51,3	48,7
9	PRODUÇÃO	313.239.419	342.169.647	655.409.066	47,8	52,2
9	RIO DA VÁRZEA	118.186.807	78.648.989	196.835.796	60,0	40,0
3	SERRA	451.475.430	479.131.485	930.606.915	48,5	51,5
5	SUL	521.560.697	711.431.566	1.232.992.262	42,3	57,7
1	VALE DO CAÍ	111.936.275	131.236.567	243.172.842	46,0	54,0
8	VALE DO JAGUARI	117.153.942	137.319.195	254.473.138	46,0	54,0
1	VALE DO RIO DOS SINOS	601.250.250	600.606.318	1.201.856.567	50,0	50,0
2	VALE DO RIO PARDO	302.435.657	300.879.645	603.315.302	50,1	49,9
2	VALE DO TAQUARI	216.345.712	237.947.777	454.293.490	47,6	52,4
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>11.438.638.985</b>	<b>11.751.248.315</b>	<b>23.189.887.300</b>	<b>49,3</b>	<b>50,7</b>

Fonte: SEPLAG/DOF.

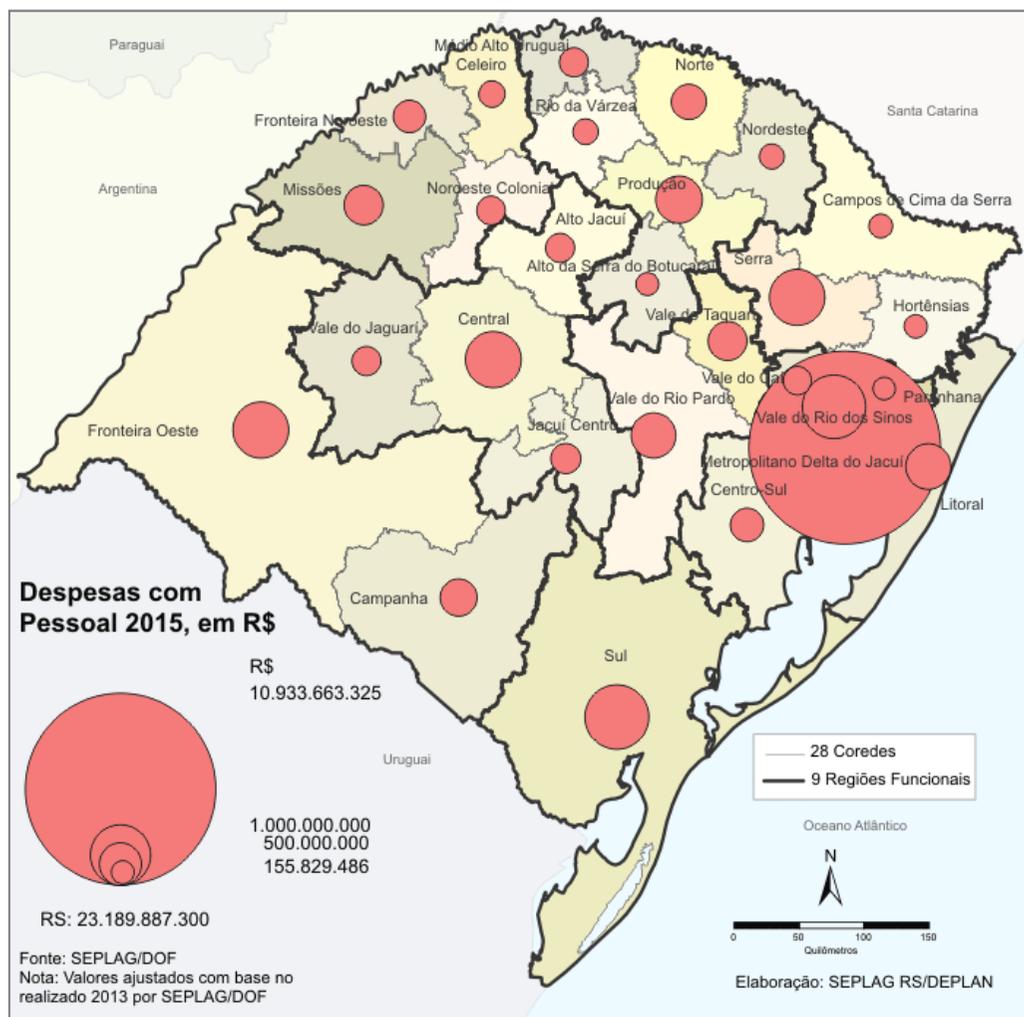
Nota 1: Os valores apropriados no grupo Pessoal e Encargos Sociais foram ajustados com base no realizado em 2013.

Nota 2: Os valores aportados no pessoal inativo engloba aposentados e pensionistas.

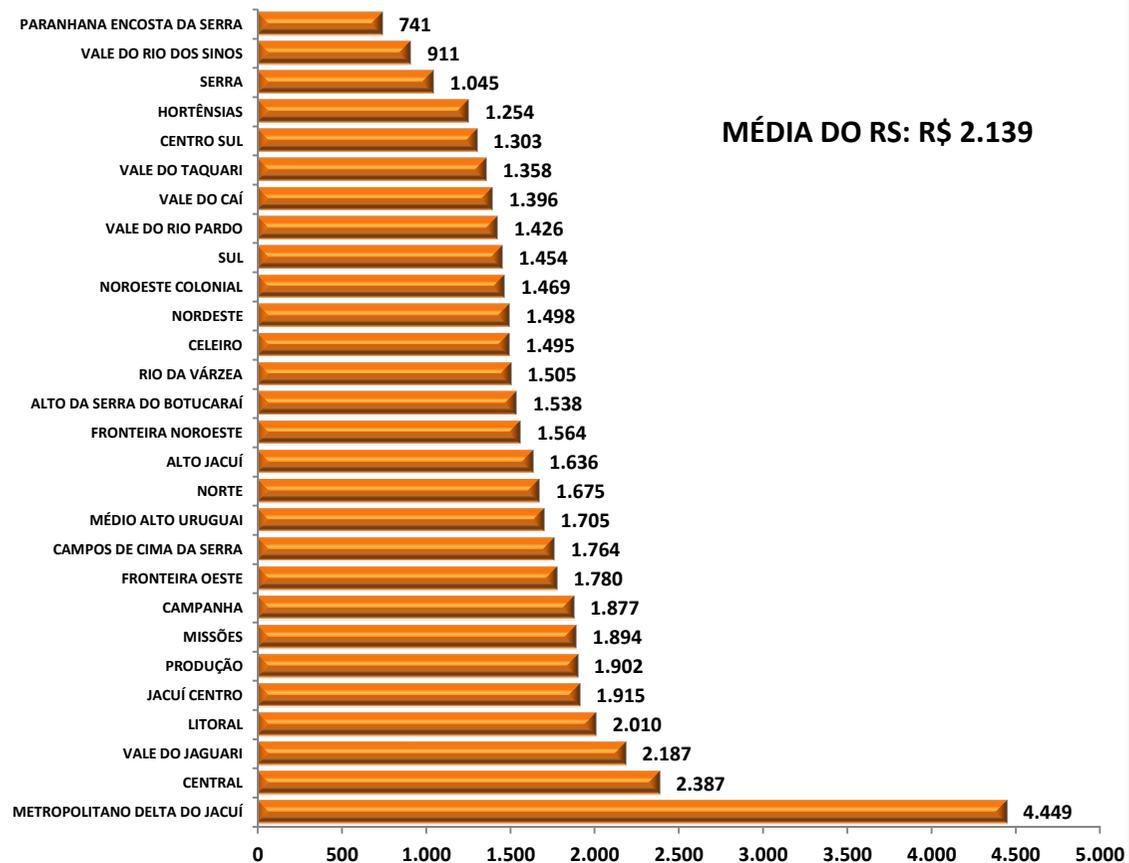
**PLOA 2015 - DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS POR COREDE  
(R\$ milhões)**



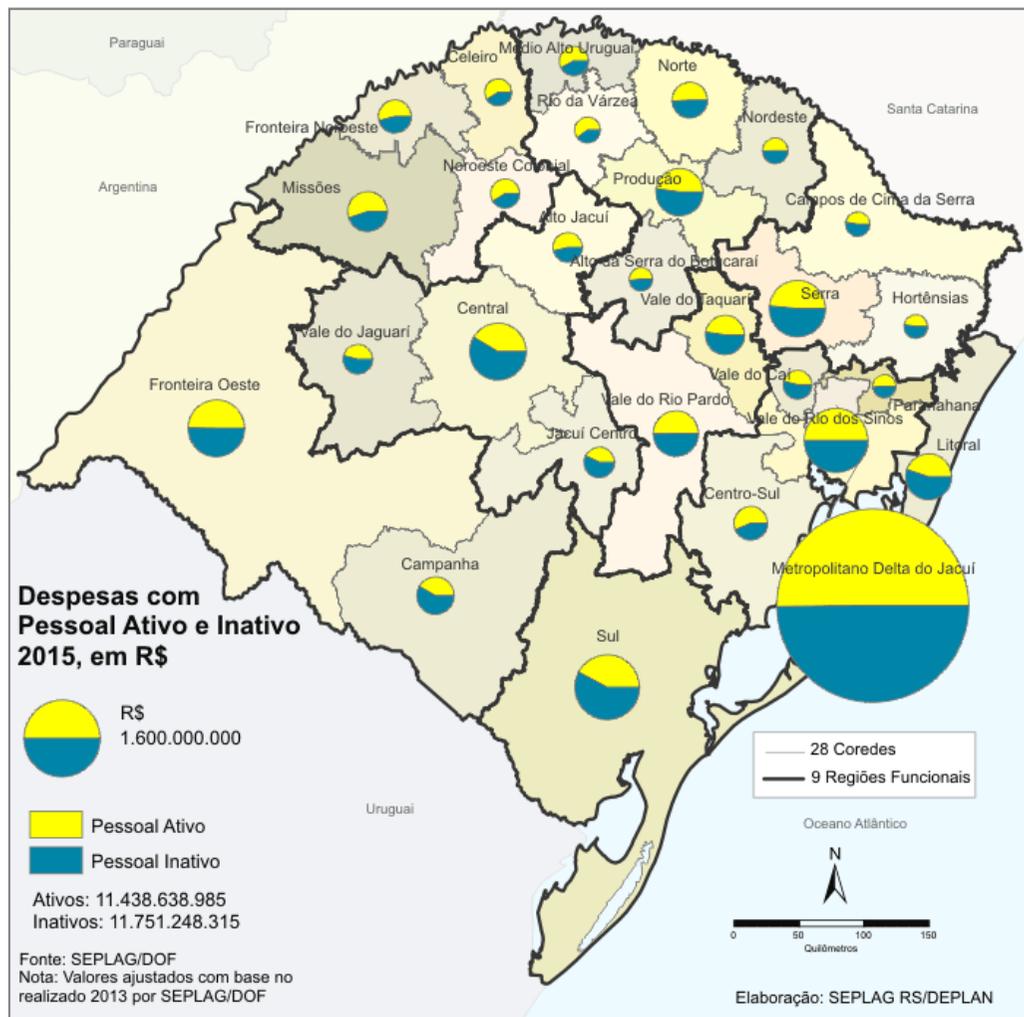
Fonte: SEPLAG/DOF.



**PLOA 2015 - DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS *PER CAPITA***



Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).





### 11.3.3 As despesas com manutenção e custeio da máquina pública

A despesa com manutenção e custeio da máquina pública também é apresentada pelos totais de cada COREDE e pelo total *per capita*. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Dentre as despesas com a manutenção e custeio podem-se citar os gastos com a alimentação dos presos, a compra de medicamentos e o custo do abastecimento de combustível para as viaturas policiais.

O COREDE com maior despesa com manutenção e custeio é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 4,03 bilhões, 47,2% do total. É justificado pelo fato de o COREDE englobar municípios com contingente populacional elevado e a capital do Estado, além da sede administrativa. Já o COREDE com menor despesa com manutenção e custeio é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 57,5 milhões, com 0,7% do total.



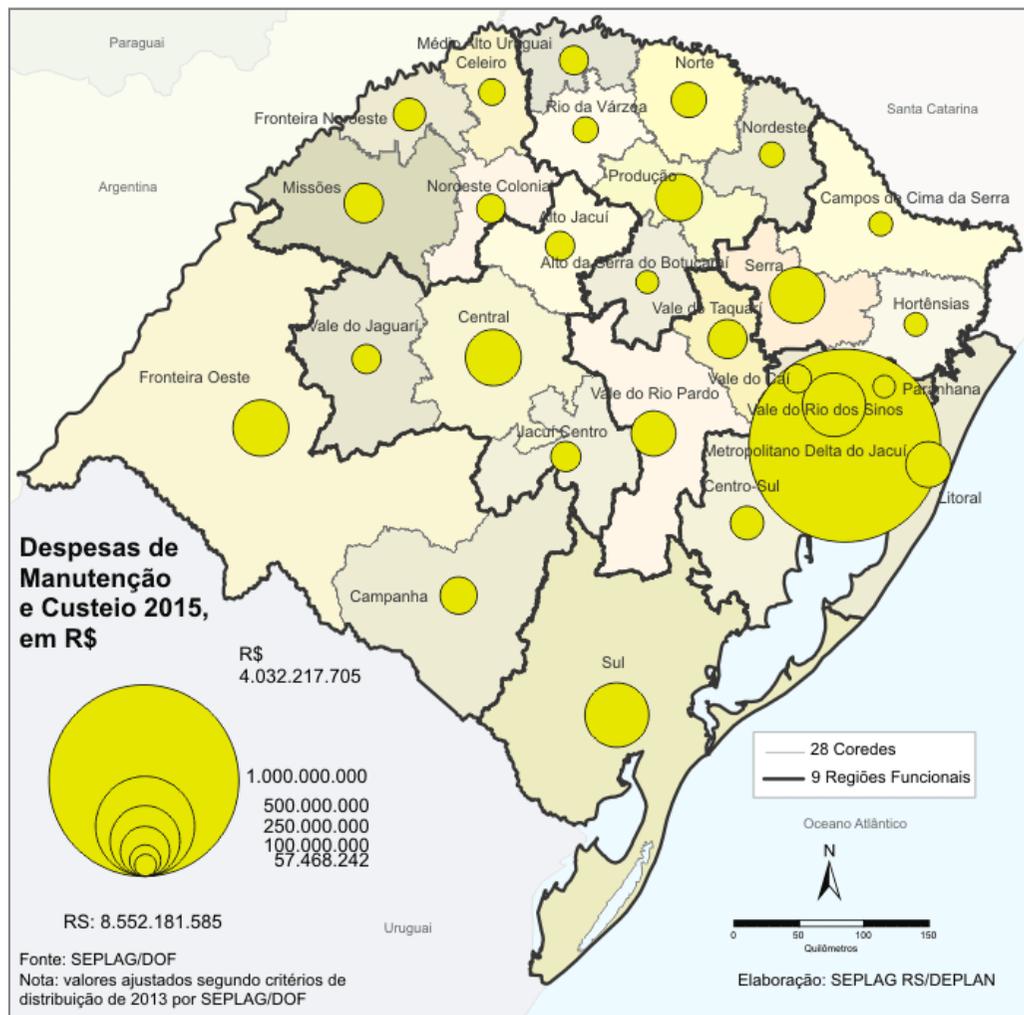
Demonstrativo da despesa com Manutenção e Custeio da máquina pública estadual

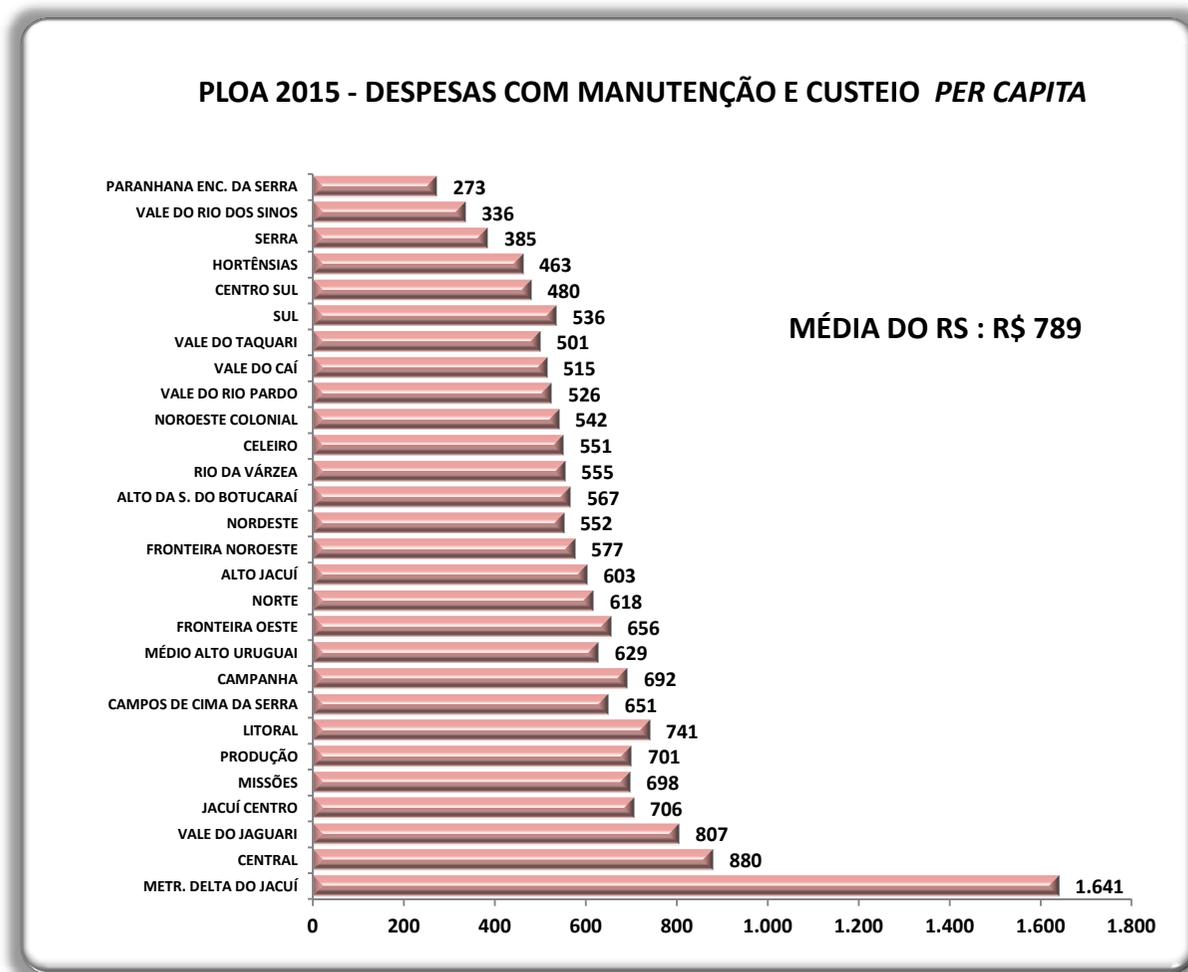
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	59.103.202	567
8	ALTO JACUÍ	93.609.148	603
6	CAMPANHA	150.518.884	692
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	64.702.750	651
7	CELEIRO	77.640.674	551
8	CENTRAL	348.324.062	880
1	CENTRO SUL	123.832.019	480
7	FRONTEIRA NOROESTE	117.093.996	577
6	FRONTEIRA OESTE	346.040.447	656
3	HORTÊNSIAS	60.168.371	463
8	JACUÍ CENTRO	100.740.380	706
4	LITORAL	227.972.751	741
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	92.768.697	629
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	4.032.217.705	1.641
7	MISSÕES	171.890.242	698
9	NORDESTE	70.824.962	552
7	NOROESTE COLONIAL	91.450.492	542
9	NORTE	136.810.566	618
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	57.468.242	273
9	PRODUÇÃO	241.707.830	701
9	RIO DA VÁRZEA	72.590.929	555
3	SERRA	343.197.844	385
5	SUL	454.714.315	536
1	VALE DO CAÍ	89.679.535	515
8	VALE DO JAGUARI	93.846.962	807
1	VALE DO RIO DOS SINOS	443.231.805	336
2	VALE DO RIO PARDO	222.496.209	526
2	VALE DO TAQUARI	167.538.564	501
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.552.181.585</b>	<b>789</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).

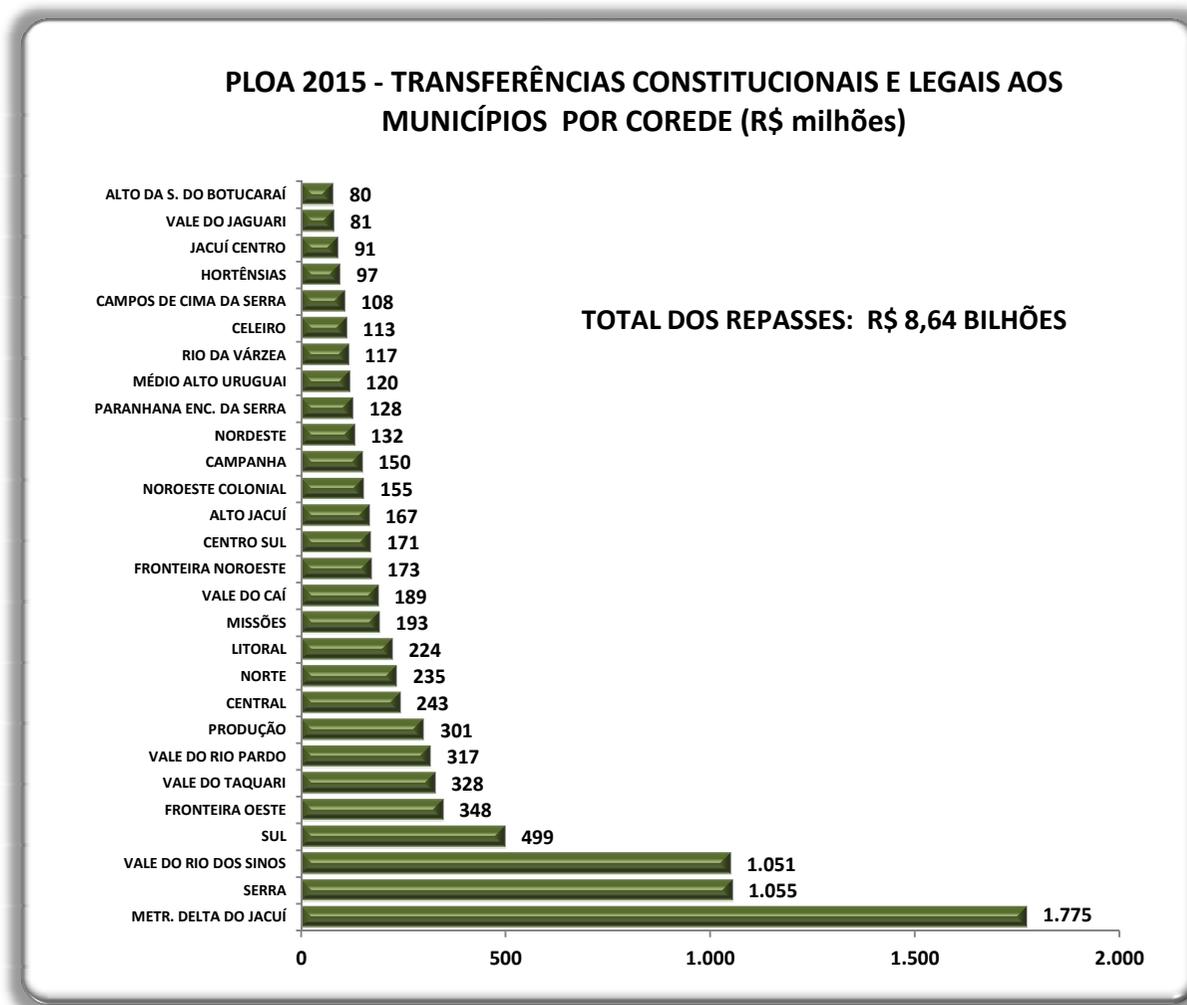
### 11.3.4 As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

A arrecadação de ICMS, IPVA e IPI-Exportação gera a obrigação para o Estado transferir parte desses tributos aos Municípios. A despesa com as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios é apresentada pelo repasse de 25% do ICMS, 50% do IPVA e 25% do IPI-Exportação.

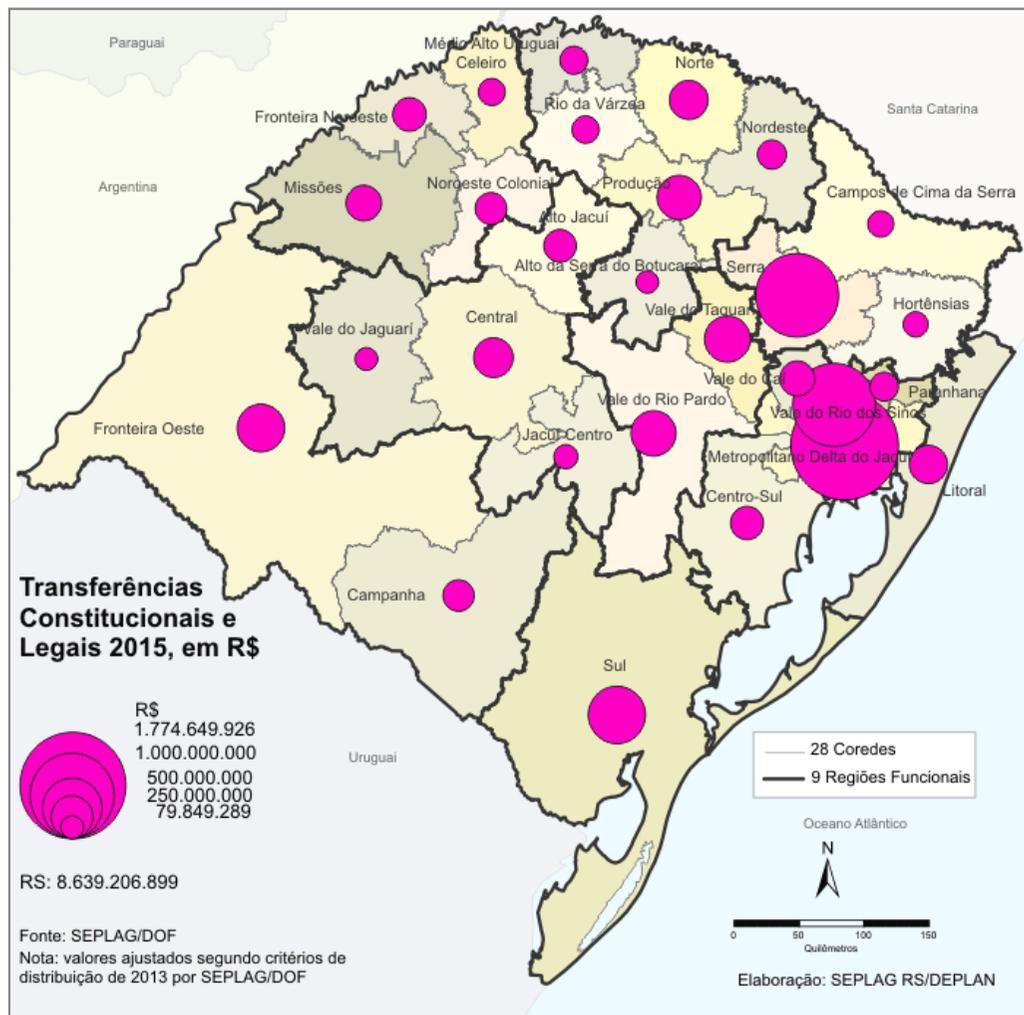
Demonstrativo das Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

RF	COREDE	ICMS	IPVA	IPI	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	70.648.103	8.038.302	1.162.883	79.849.289	766
8	ALTO JACUÍ	146.283.295	18.502.757	2.406.720	167.192.772	1.078
6	CAMPANHA	130.604.287	17.201.893	2.148.546	149.954.725	690
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	96.866.552	9.638.140	1.593.369	108.098.062	1.087
7	CELEIRO	101.240.739	9.716.038	1.665.723	112.622.500	800
8	CENTRAL	196.376.039	43.202.730	3.232.254	242.811.023	614
1	CENTRO SUL	151.802.737	16.987.590	2.500.345	171.290.673	665
7	FRONTEIRA NOROESTE	150.679.690	19.453.697	2.479.279	172.612.667	850
6	FRONTEIRA OESTE	303.896.240	38.706.589	5.002.943	347.605.772	659
3	HORTÊNSIAS	78.175.952	17.588.992	1.286.661	97.051.604	746
8	JACUÍ CENTRO	79.007.874	10.702.982	1.300.829	91.011.685	638
4	LITORAL	190.565.037	30.589.295	3.141.395	224.295.728	729
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	106.257.081	11.699.351	1.746.343	119.702.775	811
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.429.878.586	321.230.491	23.540.849	1.774.649.926	722
7	MISSÕES	169.339.558	20.565.376	2.786.570	192.691.504	783
9	NORDESTE	115.186.077	14.477.306	1.895.599	131.558.983	1.026
7	NOROESTE COLONIAL	133.530.377	19.143.675	2.196.566	154.870.617	917
9	NORTE	204.775.554	26.779.921	3.369.982	234.925.457	1.061
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	106.171.238	20.119.153	1.746.490	128.036.882	609
9	PRODUÇÃO	247.731.331	49.225.606	4.075.393	301.032.330	873
9	RIO DA VÁRZEA	103.557.008	11.892.563	1.703.796	117.153.367	896
3	SERRA	888.178.641	151.842.673	14.615.007	1.054.636.320	1.185
5	SUL	418.575.546	73.955.949	6.883.813	499.415.307	589
1	VALE DO CAÍ	164.559.978	21.678.122	2.707.064	188.945.164	1.085
8	VALE DO JAGUARI	71.569.329	8.638.727	1.177.809	81.385.865	699
1	VALE DO RIO DOS SINOS	883.727.639	152.308.131	14.545.295	1.050.581.065	797
2	VALE DO RIO PARDO	273.534.063	39.430.391	4.504.310	317.468.764	750
2	VALE DO TAQUARI	280.517.699	42.622.526	4.615.849	327.756.074	980
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.293.236.250</b>	<b>1.225.938.966</b>	<b>120.031.683</b>	<b>8.639.206.899</b>	<b>797</b>

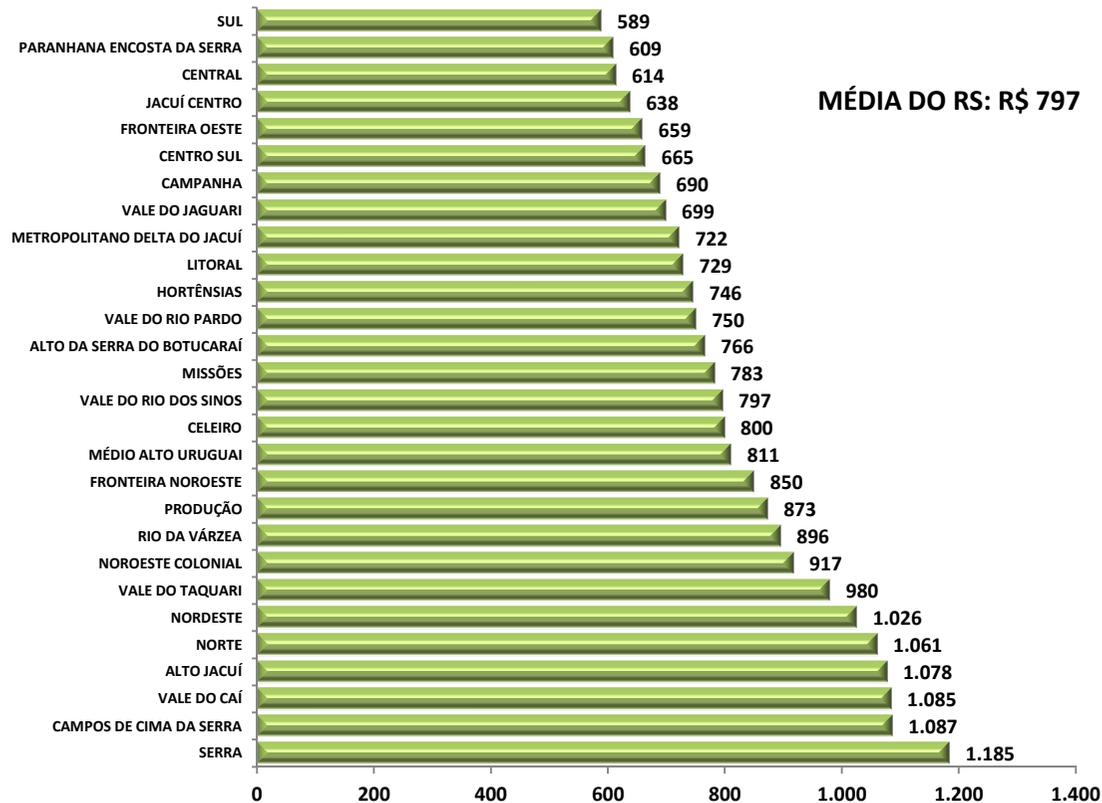
Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).



Fonte: SEPLAG/DOF.



**PLOA 2015 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS  
PER CAPITA**



Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).

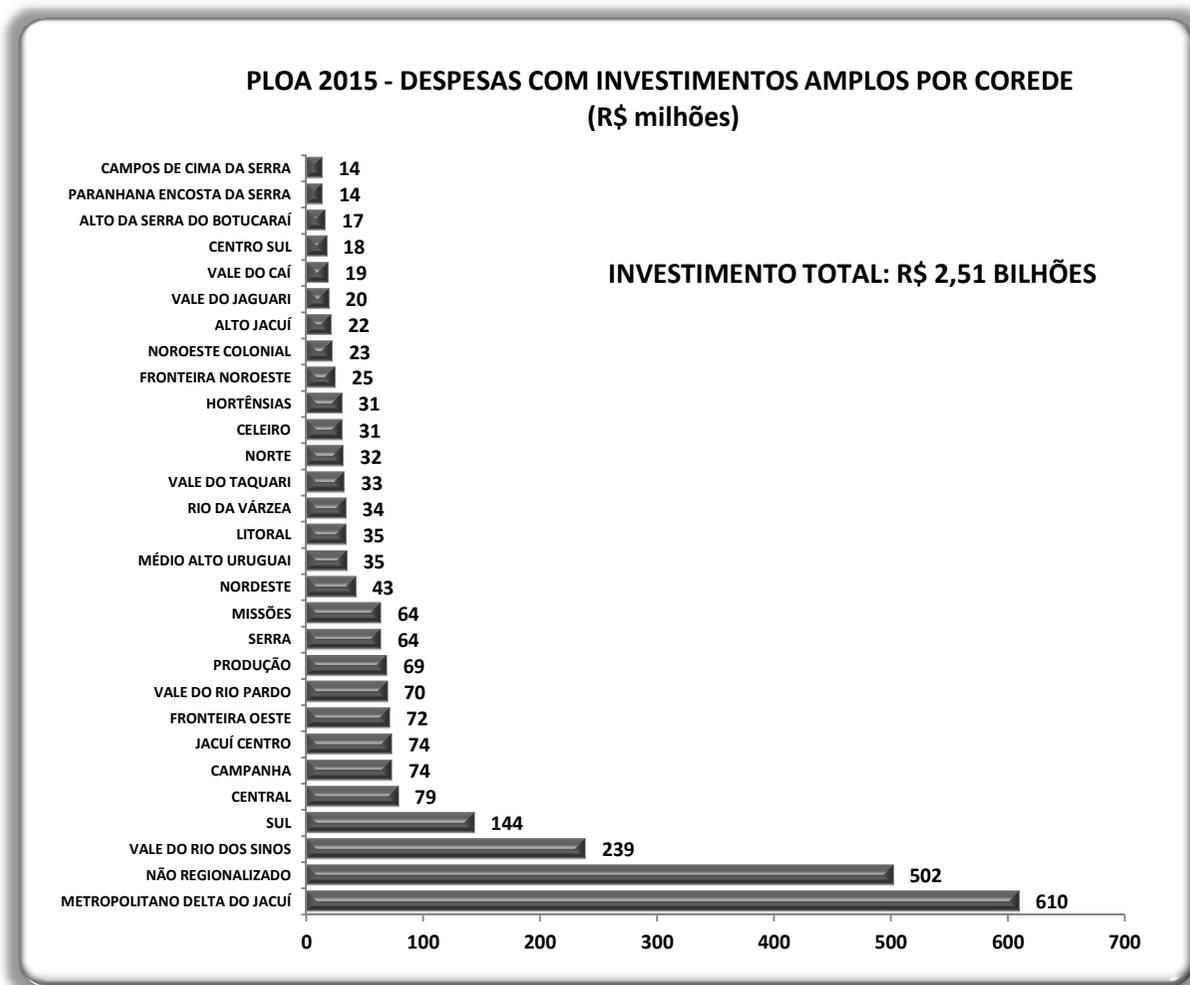
#### **11.4 A Regionalização dos Investimentos Amplos**

Os investimentos amplos são a soma dos investimentos e das inversões financeiras. Adiante, apresenta-se o investimento total Administração Pública consolidada por COREDE. Em outro item, em separado, são discriminados os investimentos das estatais gaúchas.

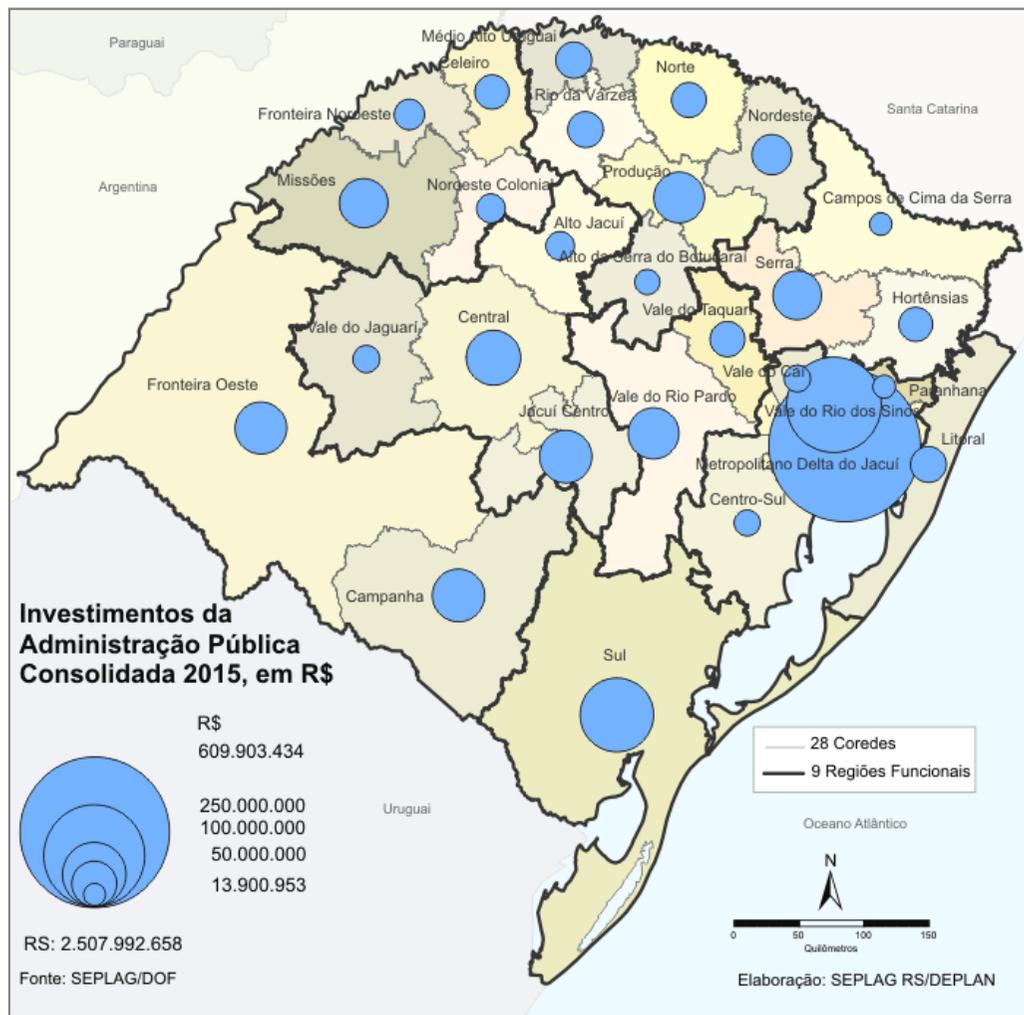
##### **11.4.1 Os Investimentos da Administração Pública Estadual Consolidada por Corede**

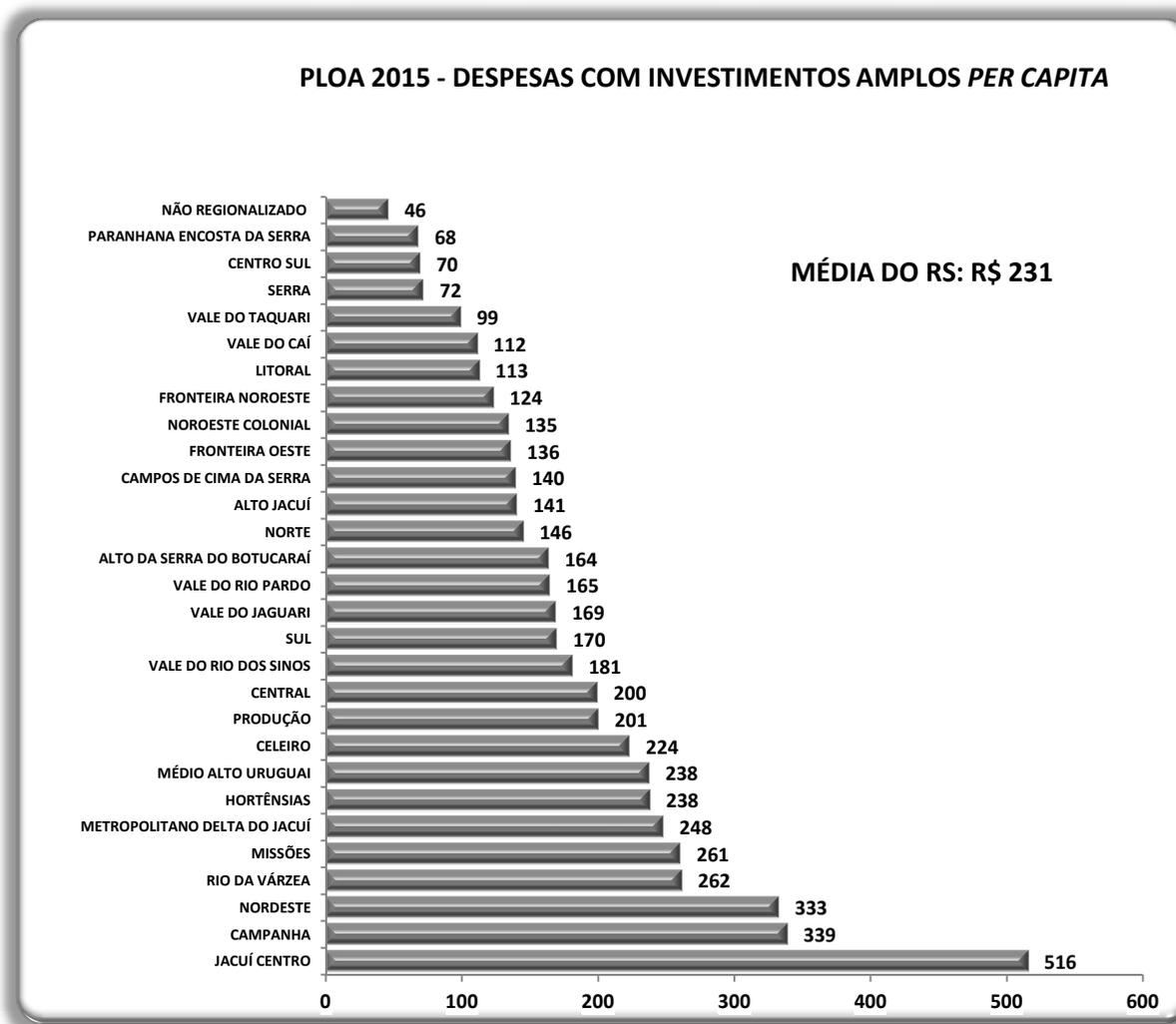
<b>RF</b>	<b>COREDE</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA</b>
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	17.088.794	164
8	ALTO JACUÍ	21.837.806	141
6	CAMPANHA	73.765.804	339
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	13.900.953	140
7	CELEIRO	31.473.359	224
8	CENTRAL	79.125.650	200
1	CENTRO SUL	17.968.755	70
7	FRONTEIRA NOROESTE	25.116.062	124
6	FRONTEIRA OESTE	71.835.259	136
3	HORTÊNSIAS	30.986.292	238
8	JACUÍ CENTRO	73.598.595	516
4	LITORAL	34.833.580	113
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	35.091.570	238
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	609.903.434	248
7	MISSÕES	64.176.037	261
9	NORDESTE	42.695.349	333
7	NOROESTE COLONIAL	22.748.585	135
9	NORTE	32.231.763	146
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	14.388.766	68
9	PRODUÇÃO	69.178.727	201
9	RIO DA VÁRZEA	34.236.648	262
3	SERRA	64.183.853	72
5	SUL	144.111.397	170
1	VALE DO CAÍ	19.472.337	112
8	VALE DO JAGUARI	19.698.720	169
1	VALE DO RIO DOS SINOS	239.241.839	181
2	VALE DO RIO PARDO	69.814.221	165
2	VALE DO TAQUARI	33.228.206	99
<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>		<b>2.005.932.362</b>	<b>185</b>
<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>		<b>502.060.296</b>	<b>46</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.507.992.658</b>	<b>231</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).



Fonte: SEPLAG/DOF.





Fonte: SEPLAG/DOF e FEE/RS (Estimativa populacional para 2013).

### 11.5 Relação entre o Valor Retornado (VR) e o Valor Arrecadado (VA)

A análise da regionalização do orçamento parte do pressuposto de que, por uma razão de equidade e justiça, a distribuição dos recursos públicos deve favorecer as regiões mais deprimidas do Estado, nesse caso, os COREDEs menos desenvolvidos.

Para se medir o nível de desenvolvimento econômico de cada um dos COREDEs, utiliza-se o principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), que exprime o valor da produção realizada dentro da fronteira geográfica representada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Em outras palavras, o PIB sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os habitantes residentes nos limites geográficos de cada COREDE.

Para poder realizar a comparação adequada da riqueza entre os 28 COREDEs, oportuniza-se o indicador PIB *per capita*, que informa a quantidade média em reais, de riquezas correspondentes, de cada habitante. Tendo em vista não ter sido finalizado o valor oficial do PIB por município de 2013, utiliza-se o PIB municipal de 2011 vezes o PIB estimado do Estado para 2013, dividido pelo PIB do Estado de 2011. Basicamente, a previsão do PIB municipal de 2013 é equivalente ao valor do PIB municipal de 2011, atualizado pelo valor do PIB estadual de 2013. Para o cálculo do PIB *per capita* do COREDE, somou-se o PIB projetado de todos os municípios que os compõem e dividiu-se pela sua população de 2013, tendo como fonte de dados a Fundação de Economia e Estatística do RS.

Para a análise da equidade na distribuição dos recursos públicos do orçamento, os COREDEs foram ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB *per capita* e separados em três categorias, de acordo com o PIB *per capita*: elevado, médio e baixo, conforme mostrado na tabela seguinte, que trata da relação entre o valor retornado e o valor arrecadado para cada COREDE.

Assim, a relação entre o percentual do valor retornado (serviços e investimentos), em relação à despesa total do Estado; e o percentual sobre o valor arrecadado (impostos e contribuições), em relação à receita total do Estado, para os COREDEs que fazem parte do terço superior (elevado PIB *per capita*) espera-se que seja inferior a 1. Para os COREDEs do terço médio (médio PIB *per capita*), o valor esperado para aquela relação é que seja bastante próximo de 1. Já para os COREDEs do terço inferior (baixo PIB *per capita*), a relação deve ser maior do que 1.



Demonstrativo da Relação entre o Valor Retornado e o Valor arrecadado por COREDE

TERÇO	COREDE	PIB <i>per capita</i>	Valor Arrecadado	VA (% sobre Valor Arrecadado Total)	Valor Retornado	VR (% sobre Valor Retornado Total)	VR / VA
Terço Superior Elevado PIB <i>per capita</i>	SERRA	39.103	3.758.124.540	9,98	2.393.043.864	5,52	0,64
	ALTO JACUÍ	37.387	197.000.679	0,52	560.080.951	1,29	2,84
	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	34.142	15.431.099.306	40,98	17.426.851.816	40,20	1,13
	VALE DO RIO DOS SINOS	32.756	8.207.800.046	21,80	2.986.773.119	6,89	0,36
	PRODUÇÃO	32.332	935.293.941	2,48	1.438.463.811	3,32	1,54
	NOROESTE COLONIAL	30.789	299.421.171	0,80	562.885.594	1,30	1,88
	VALE DO TAQUARI	30.111	769.643.239	2,04	1.024.417.780	2,36	1,33
	VALE DO RIO PARDO	29.320	778.569.672	2,07	1.224.727.917	2,82	1,57
	NORTE	28.573	507.764.131	1,35	817.481.464	1,89	1,61
Terço Médio Médio PIB <i>per capita</i>	FRONTEIRA NOROESTE	26.641	291.156.453	0,77	650.345.971	1,50	2,23
	VALE DO CAÍ	26.485	373.978.590	0,99	568.630.741	1,31	1,52
	NORDESTE	26.222	189.444.091	0,50	446.084.152	1,03	2,35
	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	25.610	161.640.530	0,43	362.163.654	0,84	2,24
	SUL	25.078	943.624.041	2,51	2.409.865.067	5,56	2,55
	RIO DA VÁRZEA	23.627	184.605.220	0,49	434.196.633	1,00	2,35
	MISSÕES	22.901	334.647.728	0,89	931.963.778	2,15	2,78
	CENTRAL	21.751	603.713.199	1,60	1.656.378.443	3,82	2,74
	FRONTEIRA OESTE	21.298	734.909.144	1,95	1.786.612.127	4,12	2,43
	HORTÊNSIAS	20.334	249.041.499	0,66	353.699.141	0,82	1,42
Terço Inferior Baixo PIB <i>per capita</i>	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	20.144	505.789.246	1,34	383.075.563	0,88	0,76
	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	20.036	78.653.225	0,21	323.172.648	0,75	4,11
	MÉDIO ALTO URUGUAI	19.726	262.477.739	0,70	520.079.608	1,20	1,98
	CELEIRO	19.716	147.271.387	0,39	447.500.958	1,03	3,04
	JACUÍ CENTRO	19.570	155.433.249	0,41	542.313.862	1,25	3,49
	CENTRO SUL	18.956	523.629.210	1,39	671.551.318	1,55	1,28
	CAMPANHA	18.650	280.518.819	0,74	823.001.228	1,90	2,93
	VALE DO JAGUARI	17.329	108.233.741	0,29	461.286.147	1,06	4,26
	LITORAL	16.025	643.896.806	1,71	1.148.711.889	2,65	1,78
	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>37.657.380.644</b>	<b>100,0</b>	<b>43.355.359.246</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAG/DOF.

### 11.5.1 Análise do Terço Superior, Terço Médio e Terço Inferior

São nove COREDEs que compõem o terço superior, com elevado PIB *per capita*, dos quais dois deles (Serra e Vale do Rio dos Sinos) apresentam a situação esperada, tendo em vista o seu elevado PIB *per capita*, fazendo com que a relação entre os percentuais da despesa (retornada pelo Estado) e a receita (arrecadada pelo Estado) seja inferior a 1. Por outro lado, os demais COREDEs do terço superior (Alto Jacuí, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção, Noroeste Colonial, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo e Norte) apresentam a relação VR/VA maior do que 1.

No terço médio, somente os COREDEs Vale do Caí e Hortênsias exibem relação VR/VA próxima de 1, encontrando-se na situação esperada.

Finalmente, dos COREDEs do terço inferior, que apresentam o PIB *per capita* mais baixo e deveriam apresentar a relação VR/VA maior do que 1, somente COREDE Paranhana Encosta da Serra não se encontra numa situação desejada.

### 11.5.2 Conclusão

De acordo com as análises feitas com base na tabela acima, a relação entre o valor retornado e o valor arrecadado mostra que parte dos COREDEs se encontra na situação esperada, ficando estabelecidas as condições de equidade na distribuição dos recursos do orçamento público estadual. Assim, a distribuição dos recursos deve ser paulatinamente melhorada, pois o critério da equidade deve nortear as ações na valorização dos programas e dos métodos de distribuição dos recursos públicos.



**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**João Constantino Pavani Motta**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO  
CIDADÃ - SEPLAG

**CLÁUDIA CONZATTI DAL POZZO**

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA SEPLAG

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPLAG**

ADI COLLAZIOL  
ADONI-ZEDEQUE R. DE ALENCAR  
ALESSANDRO CASTILHOS MARTINS  
ANA ALAÍDES VARGAS LEONARDI  
ANDRÉ CARLOS DENARDIN  
ANDREI FELIPE DA SILVA NUNES  
CAROLINA GYENES  
FABIANO SCHARDOSIM SCHWANCK  
HERBERT KLARMANN  
JOSÉ NILSON DA CUNHA MAIA  
LEILA VERENA RIVAS DOS SANTOS  
PAULO CESAR SANTOS CHIECHELSKI  
PAULO ROSADO TELLES  
ROBERTA HANSEL DE MORAES  
ROBERTO DIAS TORRES  
ROBSON DIEGO FERREIRA  
VINICIUS BRUSCH DE FRAGA

**DEPARTAMENTO DE PARCIPAÇÃO CIDADÃ - SEPLAG**

ANDRESSA DE CARVALHO JUSTO  
CESAR RENATO GOTTFRIED DA CRUZ  
DAVI LUIZ SCHMIDT  
DÉCIO ALOISIO SCHAUREN  
EDUARDO ANDRÉ DA CRUZ WALBROHEL  
ITAMAR ANTÔNIO SPANHOL  
JOEL ADRIANO CAVALHEIRO  
JORGE AIRTON RODRIGUES FERRARI  
JÚLIA VALLANDRO PASCHOAL  
LUIS CARLOS XAVIER VOLCAN  
MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP  
NELSON CÚNICO  
NILTON NOAL  
PAULO AUGUSTO COELHO DE SOUZA  
RÔMULO MESSIAS KIPPER  
SIMONE LUDVIG KIELING BERRES

**COLABORAÇÃO ESPECIAL**

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS  
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA SEPLAG/RS  
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DA SEPLAP/RS